

le tempo menor o preço das couças, nem
tambem, lhe dever aproveitar a razão
de se não haver pago ciza; porque na es-
critura se mostra dar se o Taballião, se
pagaram. & suposto, se devesse in cor-
porar a Certidão da ciza, isso procede pela
Ordenação feita depois da compra; &
não se mostra, que a Ordenação antiga
dêsse a mesma forma, & alem disso a an-
tiguidade do tempo faz presumir, a dita
compra legitima, & visto finalmente co-
mo se mostra, pela testemunha do R. fol.
60. vers. chamada Manuel Fernandes, que
o R. possui metade da dita herdade, que
ouve de Estevoão Affonso, & por parte do
A. senão oultre, possuidor mayor parte, &
pela escritura da compra se mostra, que
foram tres os vendedores do moyo do fo-
ro, com distincção do quinhão que cada
hum tinha, & pertença do foro, que ven-
dia, em que se obrigava, termos, em que
ficou dividida a obrigação, & assim se de-
ve continuar nos successores dos vendei-
dores, pois assim se accyta: & visto, que
a compoziam, que o R. pedia, lhe nam
dever prejudicar mais, que naquillo, em
que na verdade, & segundo direyto era
devedor, & obrigada a terra, que possuia,
& muyto mais, sendo menor, & nam ha-
ver nunca pago, nem alcançar o tempo,
em que se pagava, o dito foro, & assim se
presumir ignorancia do que na verdade
devia. Pelo que, & o mais dos autos, &
disposiçam de Direyto, condeno ao R. em moyo
moyo de trigo cada anno desde o das pa-
zes, em que ficou capaz de cultivaçam a
Couteilla, que possui, cujo preço se liqui-
dará pelo que valeo por Agosto, & do ou-
tro moyo moyo absolvo somente da instan-
cia, visto nam se mostrar possuir tods a
herdade, & para este moyo moyo, deixo
direyto reservado ao A. o haver dos pos-
suidores da parte da outra parte de her-
dade, ou do R. mostrandose no concurso
deles, ser o R. devedor com clareza, que
nestes autos senam mostra, & pague o R. á
A. as custas do permeyo. Mouram 12. de
Agosto de 676. Rodrigo Alonso de Logro-
ño.

Aqua sententia fuit appellatum ad
Supplicationes Senatium, ubi lata fuit
sententia a sequens.

Atendam os do Dezembargo, &c. Bem
julgado he pelo Juiz, em condenar ao R.
no moyo moyo de trigo de foro, do anno da
paz em diante, porém em nam o conde-
nar em todo moyo de trigo de foro, pe-
tido pela A. nam fuy por elle bem julgado,
revogando nesta parte sua sentença, cum-
prase o confirmado por alguns de seus surti-
damentos, & o mais dos autos, os quaes
vistos, & como por elles se mostra, & ser o
R. possuidor por titulo de herança dos ven-
dedores de parte da herdade das Sardi-
nheyras, em que está imposto o foro do
moyo de trigo, de que se trata, nos quaes
termos está obrigado a pagar por inteiro o
dito moyo de trigo de foro, ainda que não
esteja de posse de toda a herdade, em que
fey imposto, condenaõ ao R. pague á A.
todo o moyo de trigo de foro por inteiro,
do anno da paz em diante, & pague
ontrosi as custas dos autos, em que o con-
denam. Lisboa 25. de Março de 1678.
Quifel. Doutor Alvarez Coelho. Doutor
Freyre.

Hæc sententia fundata fuit in de-
liberationibus sequentibus.

De præscriptione curandum non
est, quia impedito non currit tempus,
& cum tempus belli prædium censitum
reduxisset infructiferum, ob cultura
impossibilitatem, Aatrix minime cen-
sum petere valebat.

Etiam de defectu scripturæ, ob
non solutam Gabellam agendum non est
es quod tempore, quo exatata propo-
nitur nondum Ordinario nova, qui
Gabella expressa fuit introducta, edita
erat.

Sicut etiam curandum, non est de
defectu scripturæ originariæ ex nota-
tis á Patrono, fol. 102. solummodo
examinandum venit an divisus prædij
oneri censuali subjectis inter plures, re-
neator unusquisque in solidum.

In hacque, & si pro utraque parte
inveniantur sententiæ, atamen tem-
per

per judicavi, ut insolidum teneatur uterque, si quidem est in electione creditoris, aut omnes pro rata, aut unum pro solido convenire, ex ratione per *Valasc. adducta q. 32. num. 15. & alios.*

Quod procedit absque dubio, quando omnes hæredes existunt originalis debitoris, qui censum passive constituit: & cum Reus proponat se possidere partem terræ censui obnoxiam ex causa hæreditaria patet, ex fol. 19. Igitur testamenta contrarium opinionem admittunt, aliqui ex scribentibus, & aliqui ex Senatoribus nostri sæculi, quando ex titulo particulari, quis prædium oneri subjectum possidet. At vero non sumus in his terminis. Idcirco confirmetur sententia, dum condemnat Reum ad præstationem medij modij tritici, & reformetur, dum cum ab altera dimidia absolvit. Condemneturque ad præstationem integri modij tritici, juxta petitionem Actricis. Ulyssipone 4. de Februarij 678. Doutor Alvarez Coelho.

Indubius primum sequor Dominum, Reus enim possessor est partis fundi, & juxta receptam sententiam in solidum ad census solutionem tenetur: neque moveor, ex eo quod plures fuerunt venditores census cum omnes Domini pro partibus essent leparatis, ut Iudex in sententia argumentatur sed respondetur, quod omnes in communi possidebant, fol. 10. & ita omnes in solidum se adstringere, ut rei, debendi est credendum, cum nullus partem census vendidisset, immo, & census natura est, ut pluribus subjectis, fundis, queat creditor unius possessorem convenire: Ergo idem dicendum est, si unus postea fuerit divisus, & per plures possessus separatus. Ulyssipone 4. Martij 1678. Doutor Freyre.

Cum sapientissimis Dominis Convenio. Quisfel.)

Quia qui non possidet ad talem solutionem cogendus non est, Pinheyro.

de cens. & empt. 1. p. disp. 1. sect. 6. num. 84. & num. 200. Merlin. F. res. contr. cap. 2. num. 15. cent. 1. Gratian. cap. 193. n. 19. Amat. resol. 82. num. 2. & segg. Salgad. dist. cap. 11. num. 11. (Nisi dolo desisset possidere, aut negligentia, ut judicatum.)

No feyto de Lopo Rabello Pinto; contra o Procurador da Fazenda de S. Magestade, e scrivaõ o da Fazenda Luis Gomes Pinheyro, se deu a sentença seguinte.

Acorção, etc Vistos os autos, libello do A. que o Procurador da Fazenda não contrariou, e offerceco por contrariade de as razoes fol. 20. vers. papeis, e provas feitas juntas por parte do A. Mostra se fazer lbe o Senhor Rey D. Sebastião mercê de mandar fazer em prazamento em tres vidas dos matos maninhos, sitos na rocha de S. Domingos, no termo da Villa de Bousella a seu pay do A. com pensão de dez alqueires de pão em cada hum anno. Mostra se, que passando o Alvará do emprazamento, no anno de 1569. té o presente, continuou o pay do A. Valeriano de Rabello, e o A. a pagar a pensão declarada no emprazamento, té o anno presente, em tanto, que vay em folhs. Mostra se, que o pay do A. querendo tomar posse dos ditos matos, os Lavradores circumvisinhos lha impedirão por maneyra, que se prova, não entrar nella. nem o A. Mostra se, pedir o Alhe faça o Procurador da Fazenda o prazo bom, na forma do emprazamento, ou seja o A. desbrigado da pensão: e condenando se o dito Procurador da Fazenda nas pensoens, que estão pagas. O que tudo visto com o mais dos autos, e como por elles se mostra haver mais de 80. annos, que o pay do A. e elle pagaraõ a dita pensão por virtude do emprazamento, e posto que prove por testemunhas, não haver tomado posse, com tudam se mostra por sua parte, fazer se toda a diligencia, a que estava obrigado, citando, e ajuizando os Lavradores, que lbe impedirão a posse de ter o pagamento feyto das pensoens, com o titulo referido, absolvem

do Procurador da Fazenda do pedido pelo A. em seu li belo, visto outro si o discurso de tantos annos, porque foy pagando as penhens, de qua pretendeo desbrigar-se, & condemnou ao A. nas custas dos autos, ao qual deyxão seu direyto reservado para poder demandar aos que lhe impedirem tomar posse d's ditos matos, & para esse leitiço chamar o Procurador da Fazenda por A. para que o successo da causa lhe possa ser de prejuizo, & com a sentença, que nella se der, requerer o que lhe parecer. Lisboa 16. de Dezembro de 658. Lemos. Teixeira. Monteiro.

No feyto de Luis dos Santos, com Manoel Matheus, & Serafina de Sousa, Escrivão o da Fazenda Luis Gomes Pinheyro, se deu a sentença do theor seguinte.

Acordão em Ralação, &c. Julgão por provados os embargos do embargante, para effeyto de não ser obrigada a repor os foros, que tem com effeyto cobrado, nem terem lugar nestes parie appreferencia que os embargados pretendem, visto como os rendimentos das terras, em que os foros se impuzerao, são bastantes para se pagarem todos os foros & o embargante usou de seu direyto, em cobrar o seu foro, nem o descuydo dos embargados lhe póae prejudicar, & quanto aos foros, que se vão vencendo, & não estão cobrados declaraõ, que deve ser pago em primeiro lugar o embargado Luis dos Santos Serra, & em segundo lugar a embargada Serafina de Sousa, & em terceiro lugar o embargante Manoel Matheus, seguindo a ordem, & anterioridade das imposições destes foros. & seja sem custas, por ser parte o Procurador da Fazenda do dito Senhor. Lisboa 23. de Fevereiro de 664. Monteiro. Roxas. Estive presente Cabral.

E a estes autos; anda junto hum appenfo, com a sentença seguinte.

Acordão &c. Vistos os autos, libello dos AA. que o Procurador da Fazenda do dito Senhor não contrariou, prova, & documentos juntos: Mostrase serem os AA. herdeyros do comprador dos dez alqueyres de

trize de foros, pela ecriptura junta: Mostrase ser ausente na Reyna de Castella o filho da vendedora, possuidor da terra obrigada ao pagamento dellas, & por essa causa fuzir-se represalia em seus bens. O que tudo visto, & como conforme a Deyto os ditos bens passam com os encargos, condemnamos Procurador da Fazenda, pague aos AA. os foros, que se lhe estão devendo, te com effeyto se distratar o dito foro, pelos bens do dito ausente, & seja sem custas, por ser entre o Procurador da Fazenda do dito Senhor, & seu Vassallo. Lisboa 19. de Abril de 660. Lemos. Teixeira. Sousa.

E aos mesmos autos anda outro appenfo, com a sentença seguinte.

Acordam &c. Vistos os autos, artigos de liquidação, que o Procurador da Fazenda nam contrariou, prova junta: Mostrase pedir o liquidante do anno de 644. té o que se distratou, condemnamos Procurador da Fazenda, a que pelos bens represados do ausente, pague A. os dez Alqueyres de trigo do tempo da represalia, té o anno de 659. & em quanto se não distratar, & hão por liquidado o preço de cada hum dos annos, pelo preço mais bayxo da Cernidão junta, & seja sem custas por ser entre o Procurador da Fazenda do dito Senhor, & seu Vassallo. Lisboa 8. de Agosto de 665. Lemos. Sousa. Monteiro.

No feyto de Luis de Bayrtros Henriques, com o Sindico de S. Francisco da Cidade, Escrivão Diogo da Sylva, se deu a sentença seguinte.

Acordam os do Desembargo, &c. Nam he bem julgado pelo Provedor em absolvoer ao Reo julgado os embargos por provados, emendando sua sentença, vistos os autos, & como se mestre do Appenfo, ser condemnado Tristão da Veyga a dar custas da Capella de Marianes da Veyga, por ser possuidor dos bens do encargo, & o Reo confesse possuir os bens do dito Tristão da Veyga, com que se verifica possuir ambos os do dito encargo: Julgam os embargos por nam provados, & o souestro por bom, & mandam, que a conta se fize & pague o R. as custas de ambas as pancias.

Francias. Lisboa 22. de Março de 677. D.
* Freyre, D. Alvarez Coelho) Salgad. d. c.
11. n. 11. Ubi etiam quoad aduersus eum,
353 qui possidet vel unam tantum ex pluribus
rebus censui suppositis, vel unam
tantum partem unius rei pro censu hypo-
thecatae, potest creditor agere hy-
pothecaria pro integris census reddi-
tibus, tradunt cum multis Vella dissert.
34. num. 7. etiam Molin. p. 2. disp. 383. n. 9.
Surd. dec. 32. num. 7. Valasc. de iur. emph.
q. 32. num. 7. & seqq. Avendan. de cens.
cap. 94. num. 8. & cap. 96. num. 14. Feli-
cian. de cens. tom. 2. lib. 3. cap. 4. num. 17.
Fontanell. de pact. nupt. tom. 1. claus. 4.
gloss. 18. p. 2. num. 51. Cens. de cens. q. 98.
num. 29. & q. 80. num. 8. Coll. de portio-
rat. q. 72. num. 6. Merend. conf. 63. num. 8.
Trentacinq. var. resol. vol. 1. lib. 3. tit. de
cens. resol. 1. Thesaur. Forens. lib. 2. q. 85.
Cyriac. contr. 641. n. 2. Leotard. de usur.
* 957. num. 30. (Et ita iudicatum.

No feyto de embargos de Simão
Gomes do Crato, contra o Procurador
da Fazenda de S. Magestade, Escri-
vaõ o da Fazenda Luiz Gomes Pin-
heyro, se deu a sentença seguinte.

Acordaõ, &c. Vistos estes autos, em-
bargos do embargante, que lhe foram re-
cebidos, que o Procurador da Fazenda
contrariou, mais artigos, papeis juntos,
prova dada, mais termos do feyto: Mo-
strase comprar Martin Gonalves trin-
ta alqueyres de azeite azeiro, a Diogo de
Santiago, sobre muytas propriedades, mas
quaes entra a vinha, lagar, & olival, que
o dito embargante possui, & posto que
comprasse livre de todos encargos, nem
por isso ficava escuso dos encargos Reaes
impostos na dita fazenda, nem o escusa
serem muytas as pessoas obrigadas por-
que conforme a Direyto, qualquer fica
obrigada in solidum, nem menos o excu-
sa a prescripçam de que se quer ajudar,
por estar interrupta pela auçam, que
Francisco Martins intentou: Como com-
tudo se mostra, que o dito Martin Gon-
galves teve seis filhos, dos quaes nunca
se ausentaram, mais que Francisco Mar-

tins de Aguiar, em cujos bens succede só-
mente a Fazenda Real pro represalia,
& assim fica nesta parte sendo successor
particular, & lhe pertence toda a fazen-
da do dito Francisco Martins auente.
O que visto, & o mais dos autos, condenaõ
ao R. pague à Fazenda Real, o que lhe per-
tence do dito foro a parte do dito Francisco
Martins de Aguiar, a respeito dos seis fi-
lhos, & seja o dito quinhão por inteiro do
tempo da compra, & venda do dito foro,
que se liquidar, reservando-lhe seu direyto
contra quem entender, & pague o R. os au-
tos Lisboa 4. de Novembro de 645. Bot-
lho. Secco. Siqueyra. Montarroyo

Et merito, nam quavis res, seu præ-
dia hypothecata censui, deveniant ad
diversos possessores, qui neque con-
traxerunt cum domino census, neque
sunt hæredes ejus, qui censum vendi-
dit, emptor potest exigere in solidum
annum redditum à quolibet posses-
sore, nec tenetur pro rata illos conve-
nire, L. 1. & 2. Cod. si unum ex plurib.
hæredib. L. Moschis ff. de jure fisci, ubi
gloss. verbo possessorum. Covas lib. 3. var. c.
7. n. 7. Gutierrez. conf. 49. Felician. de censib.
tom. 1. lib. 3. cap. 2. num. 4. & tom. 2. lib. 3.
cap. 2. num. 1. Molina de justitia p. 2. disp.
383. num. 9. Honded. conf. 17. num. 12. lib.
2. Surd. dec. 32. num. 7. Merend. conf. 63. n.
8. & 9 p. 2. Gratian. Forens. cap. 141. n. 3.
& 4.

Habet enim creditor arbitrium,
electionemque petendi cui voluerit,
L. creditoris arbitrium 8. ff. distr. Eliene
pignori. L. qui pignori 19. ff. de pignori-
b. L. ultima, Cod. de actionib. & obligatio-
nib. Salgad. in labyrinth. creditor. 1. p. c. 17.
num. 10. Donad. de renunciatio. cap. 14. num.
142. & 143. Carleval de judic. tom. 2. disp.
19. num. 19. Et petita executione con-
tra unum possessorem potest variare,
& petere contra alium possessorem,
vel fidejussorem, & uno electo alius
non liberatur, sed manet jus integrum,
donec ei in solidum dedicum presol-
vatur, ut est text. in L. fin. Cod. de fide-
jussorib. exornat Salgad. in labyrinth. cre-
ditor

ditor. 1. p. cap. 17. num. 20. & seqq. & probatur etiam per text. in L. creditor. 60. in princip. ff. mandati. Ubi propter hanc rationem deciditur quod si lata est sententia contra unum ex reis debendi pendente appellatione potest alium convenire, & ita notat Bart. in L. 3. §. ibi duo num. 5. ff. de duobus reis, Lancelot. de attentat. 1. p. cap. 3. num. 148. Caroc. de remedijs contra praejudiciales sententias except. 44. num. 199. Tusch. lit. C. conclus. 1063. n. 10.

Et licet res sit perempta, nam quavis tunc alij affirmant cessare obligationem etiam personalem, quia cessat hypothecaria, ex Juribus de quibus *Vella differt. 33. num. 27. Salgad. in labyrinth. creditor. 2. p. cap. 1. num. 82. Mend. in praxi 1. p. lib. 2. cap. 21. n.*

Attamen obligatio personalis est principalis, & non accessoria, & ideo omnino ipsa reperempta, & extincta, adhuc manet obligatio personalis ad census solutionem, *Covas lib. 3. var. cap. 7. num. 5. Matienç. in L. 4. tit. 15. lib. 5. gloss. 1. num. 5. Rodrigues de annis reddit. lib. 2. q. 7. num. 13. Surd. conf. 162. lib. 2. num. 12. Felician. de censib. tom. 2. lib. 1. cap. 8. num. 7. Azeved. L. 1. tit. 15. lib. 5. n. 3. Lara de Capellan. lib. 1. cap. 8. num. 30. Scobar de utroque foro art. 2. §. 5. cas. 5. n. 164. Flores ad Gam dec. 42. & fatetur esse communem, idem Salgad. in labyrinth. 2. p. cap. 11. n. 8. & quando multae sunt hypothecae, una extincta, alia, quae existit, sufficit ad sustinendos census *Avendanis de censib. cap. 23. num. 5. Medicis dec. 18. num. 5. Cost. de ration. rat. q. 108. n. 16. Conf. de censib. q. 41. & 100. n. 3. & 4. Felician. de censib. tit. 2. cap. 8. num. 19. Et me citato hoc in loco Add ad Reynos observ. 63. Ubi multos refert, & ultra eos Guirb. observ. 19. n. 8. & 9. Merlin. de pignor. lib. 5. q. 50. pag. 623. Pereyr. dec. 92. Gratian. forens. cap. 141. n. 2. Molin. de iust. & iur. tom. 2. disp. 383. num. 13. Laffart. de decim. vend. cap. 10. n. 14.**

Nisi Dominus recipiat pro parte, aut consentiat indivisione, & accipiat

solutionem pro rata; quia tunc possessor unius fundi non tenetur in solidum, sed pro rata, ut judicavit *Senatus in causa Francisci Jacome, adversus Andre Dias, Escrivao Luis Correa de Torres. ex Leotard. de usur. q. 57. n. 39. Accac. var. cap. 700. n. 17. Guirb. ad stat. Senat. Messan. cap. 1. gloss. 2. n. 3. & observ. 87. n. 4. & 15. Pereyr. supr. n. 2. Gam dec. 268. num. 1. Salgad. in labyrinth. credit. 2. p. cap. 11. num. 75. & faciunt quae 2. p. cap. 40. num. 33. Vel non tenetur, res census subiecta est devoluta propter bellum, hostilitatemque, ut judicatu,*

No feyto de aggravado de Lopo da Gama Lobo, com a Camara da Villa de Olivença, Mass. de L. de 640. tẽ 646, Escrivao o da Coroa, se deu a sentença do theor seguinte.

*Acordão em Relação, &c. Aggravada he o aggravante pelo Juiz de Fora da Villa de Olivença, em o mandar executar pelo foro de que se trata, provendo em seu agravado, visto os autos, & como se mostra as herdades hypothecadas ao dito foro, estarem devolutas, sem se cultivarem nem darem fructo algum por partirem com o Reyno de Castella, & hostilidades, que no termo da dita Villa fazem os inimigos desta Coroa, & como o aggravante nam soy mais que abonador de João da Gama Lobo, que vendeo nas ditas herdades a Camara da dita Villa, os tres mil reis de foro, de que se trata, como Procurador, que era de Diogo de Batteredil, cujos eram, & como o dito João da Gama se ausentou para Castella, & lhe estão tomados seus bens pelo Decreto Real: Mandão, que senão proceda contra o aggravante, nem seja obrigado a pagar o dito foro, que se nam deve, em quanto as ditas herdades estam occupadas por causa das ditas hostilidades, & se nam grangeão, & se lhe restitu o dinheyro do dito foro, porque foy executado. Lisboa 17. de Janeiro de 646. Montarroyo. Faria. Coelho. Sauchas. **

Et executive, id est, per pignorationem ex praxi, de qua *Mend. d. num. 54. 314*

Noguerol d. alleg. 2. num. 122. Themud. dec 270. Et iudicavit Senatus in causa Antonij Pereyra de Alzedo, a versus Mar. Bitancur, apud Notarium Valetim da Costa Gentil, anno 1662. (Quia tertius possessor bonorum obligatorum ad census solutionem, potest recta via executivæ conveniri ad hoc, ut solvat redditus census decursi virtute scripturæ impositionis census, ut tenet, ut, de communi praxi in Hispania testantes, sive census consignativi, sive reservativi sint, vel perpetui, vel redimibiles: *Gom. L. 40. taur. num. 19. vers. quarto inferitur, Valse. de jur. emph. p. 1. q. 32. num. 14. Parador. lib. 2. rer. quotid. cap. fin. 4. p. 5. 1. num. 18. & 5. p. 5. 16. num. fin. Avend. de cens. q. 96. num. 3. & seqq. Foller. de cens. verb. tamquam res iudicate num. 13. 16. 38. & 39. Villadieg. cap. 2. polit. num. 57. Pax in praxi tom. 3. cap. 2. §. 4. num. 38. Mastrill. dec. 205. num. 2. & 3. Gut. in L. nemo potest ff. leg. 1. num. 31. 36. & 39. & conf. 49. num. 11. Avilles in cap. 10. prætor verb. execution. n. 56. vers. fallit etiam Salazar de usu, & conf. cap. 11. n. 48. Pichard. in §. item serviana 7. Inst. de act. num. fin. vers. vel nisi tertius, & in manu ad prax. 2. p. §. 2. num. 5. Cov. lib. 3. var. cap. 7. n. 6. Gama dec. 145. August. Barb. in L. por hereditarijs 2. Cod. hered. act. n. 5. Surd. dec. 32. in fin. & conf. 162. num. 10. Rodoan. de reb. Eccles. non alien. rubric. 16. num. 66. Felician. de cens. tom. 2. lib. 3. cap. 4. n. 5. & seqq. Carleval. de judic. tit. 3. disp. 11. n. 5.*

Licet contrarium teneant *Rodrig. de reddit. lib. 2. q. 9. num. 53. & 62. vers. secundo limita, Avendan. ad tit. de las ex. ceptiones num. 26. Rodrig. de execution. cap. 4. num. 46. in princip. & num. 48. ad med. & num. 49. Vela differt. 14. n. 38. & differt. 34. num. 67.* Qui volunt, quod adhuc prius tertius recognoscat se esse debitorem census sub guarentigia, ut deinceps exequi valeat, & fundatur duabus rationibus: Prima est quia via executiva nascitur ex actione personali, quæ non transit, contra-

tertium: Secunda est quia instrumentum non habet vim nisi inter contrahentes, in ipso nominatos, cum res inter alios acta, alijs non noceat.

Sed his non obstantibus, non est recedendum a nostra praxi, & faciliter, duplici etiam ratione respondetur, argumentum procedere in terminis ordinarijs, non vero in materia irregulari, & casu census speciali, in qua singulariter attenditur, ad rem ipsam censitam, ut ex ea, & ejus fructibus redditus quotannis solvantur, ex dictis supra, unde quæ à jure commune exorbitant, nequaquam in consequentiam trahi possunt, *Cap. quæ à jure 28. de reg. jur. in 6. & in terminis contra dictum argumentum, judicatum refert Ant. Faber. ad tit. Cod. execution. rei judic. diff. fin. 7. & ita transit actio executiva recta via contra tertium ad hoc, ut solvat onus reale, Fusar. de subst. q. 674. n. 37. Lora de Capel. cap. 8. num. 13. Hermosil. in L. 43. tit. 5. partit. 5. gloss. 4. num. 20. & 21. Vella differt. 34. num. 13. in censu amphyteutico. ex L. fin. Cod. jur. emph. Parador. quot. lib. 2. cap. fin. p. 4. §. 5. Cancr. var. p. 1. cap. 11. n. 38. Avend. de cens. lib. 3. q. 96. n. 3. Eduard. de cens. p. 1. §. 3. q. 24. n. 44.*

Et quanvis quando debitum census petitur, actio personalis exerceatur, quæ non transit contra tertium possessorem, quia instrumentum non habet vim nisi inter contrahentes, vel eorum hæredes, ut supra diximus, & tenet *Cov. lib. 3. var. cap. 7. sub num. 6. Lara de Capel. cap. 8. num. 4. vers. meminisse.* Quia cum actio personalis derigatur contra obligatum in instrumento census, hinc est, ut non egrediatur ejus personam, vel hæredem suorum, qui ejus loco sunt, & cum repræsentant, neque transeat in singulares possessores, *L. licet §. ea obligatio ff. præcur. L. fin. ff. contrab. empt. Gaito de credit. cap. 4. quæst. 10. n. 1155. & 1157. Castilh. lib. 5. contr. cap. 80. n. 37. Hermosilla ad Gregor. L. 7. tit. 4. p. 5. gloss. n. 4. Vela differt. 12. n. 64.*

S

Atta-

Attamen contrarium est verius, quia cum tertius sit possessor bonorū, in quibus impositus fuit census, executive contra illum proceditur, ut diximus, nulla excussione præmissa. *Salazar de usu, & cons. cap. 11. num. 47. Vela differt. 14. num. 38. & differt. 34. num. 13. Lara d. cap. 8. num. 22. Bajo lib. 2. var. q. 151. num. 10. Flores ad Gam. dec. 145. Gratian. Forens. cap. 145. n. 5. Cons. de censib. q. 90. num. 20. Nogueroi alleg. 2. num. 111. & alleg. 19. num. 5. Quod secus dicendum erit in fideiussore census, nisi fuerit principalis, ut vidi iudicatum, ex *Ord. lib. 4. tit. 59. §. 3.**

Et quando actio non est mere prepersonalis, sed in rem scripta, ut in nostris terminis, quia est contracta ratione rei, & ad eandem restricta, tunc notum est in iure, quod transit contra tertium, & singularem ejusdem rei possiorem, *L. est autem per sonalis, & ibi gloss. 1. & §. ult. ubi DD. ff. ad exhibed. L. 1. ad fin. ff. de inter dict. Rodrig. de annuis red. lib. 2. q. 9. num. 61. Pichard in §. omnium Inst. de act. num. 3. & 6. & in manu ad prax. 2. p. §. 2. num. 7. Guid. Pap. q. 567. & ibi Add. Misung. in §. quædā actiones. 20. Inst. de act. n. 13. Parl. differ. 36. num. 14. Hermosill. ad Gregor. L. 7. tit. 4. part. 5. gloss. 3. num. 4. & num. 6. eleganter *Vela differt. 34. num. 54. Gaito de credit. cap. 4. num. 761. Cenc. de cens. q. 79. n. 1. & 2. late q. 58. Otero de pasc. cap. 18. num. 7. vers. inter Gom. var. 2. tom. cap. 15. num. 27. vers. secunda, Somoz. de reg. 4. p. cap. 8. n. 215. & 217.**

Et via executiva instrumenti, competit non solum contra nominatos, sed etiam contra virtualiter comprehensos, ut sunt possessores rei censuarie, *Vela differt. 28. num. 51. Carleval de jud. tit. 3. disp. 5. & cum census vendantur super bonis à tertio nunc possessis, jam bona sunt contenta in instrumento census, & specialiter obligata, atque ita non potest dici res inter alios acta, ut probat text. in *L. si de 9. §. ult. ff. except. rei jud. per arg. gloss. in *L. ex cō-***

tractu 44. ff. de re judic.

Nam, in hoc casu, res ipsa, & non tertij persona convenitur, & exequitur, *L. Imperatores 7. ff. public. & eccl. ibi: Prædia, non personas conveniri, L. si forte §. etiam ibi, sed rem ff. si servit vendic. L. cum possessor. ff. non oper. nunc. cū alijs Otero de pasc. cap. 18. n. 7. vers. inter, Pich. in d. §. omnium num. 6. Gabriel. cons. 141. num. 2. lib. 2. Tusc. pract. tom. 7. lit. S. concl. 174. num. 38. Fusar. q. 674. n. 29. Cenc. d. q. 97. num. 2. vers. sicut. Somoz. d. cap. 8. num. 215. & 217. & sunt elegantia verba I. C. in *L. 28. ff. act. & obligat. ibi: Actio in personam insertur, petitio in re, per secutio in rem, vel in personam rei per sequēde gratia; & in emphyteuli, & ejus pensionē. Cancer. p. 1. var. cap. 11. n. 38. Duard. de censib. p. 1. §. 3. q. 24. num. 44. ibi: Et propterea via executiva pro solutione Canonis potest agi etiam contra tertium, *Avend. de cens. cap. 96. num. 3.*) Si actor, & dominus offerat scripturam census, alas non, *Cap. pervenit de censib. Mend. in prax. d. num. 54. vers. sed hæc. Cens. de censib. q. 95. num. 10. & 34. Ubi inquit, quod non sufficit, si producat post petitam executionem, quod etiam probat, Positius resol. 101. Olea de cess. jur. tit. 6. q. 9. num. 28. Ubi explicat, sed quod sufficiat eam producere in discurso litis ad hoc, ut valida fuisset pignoratior: *Judicavit Senatus in causa Priorissa Monasterij ad Rosa, adversus Petrum de Sousa, anno 1660. apud Notarium Joannem Baptistam de Chaves.****

(Nam licet via executiva in ejus ingressu, sive à principio debeat inesse, & justificari cum census documentato, *Avend. in cap. 1. prætor. num. 27. vers. istud. Cov. lib. 2. var. cap. 11. num. 1. & ibi Faria in add. Olea de cess. jur. & act. tit. 6. q. 4. num. 12. Hermosill. in *L. 10. tit. 1. part. 5. gloss. 4. num. 442. Carleval. tit. 2. disp. 4. num. 21. & tit. 3. disp. 3. n. 40. Vela differt. 24. num. 35. Gait. de cred. cap. 3. tit. 1. num. 884.**

Tamen in executione contra tertium possessorem sufficit, quod possea
in

in termino probetur per creditorem, executum esse possessorem, & rem ab ipso possessionem esse obligatam, *Avilez ubi supra n. 53. Felician. de cens. tom. 2. lib. 3. cap. 4. num. 9. & conducunt Noguerol. alleg. 33. n. 80. Somoza d. cap. 8. num. 222. & 224. faciunt quæ Valens. conf. 136. n. 8. Larr. alleg. 78. n. 23.*

Ideoque sat erit producere instrumentum census, & habilitationis, antequam proferatur sententia, & quare tenet *Carleval de judic. tom. 2. lib. 1. disp. 4. num. 11. Amat. var. lib. 1. resol. 13. n. 43. vers. esto, & resol. 78. num. 4. Surd. conf. 22. num. 19. vers. sed quando Rodrig. de ann. red. lib. 2. q. 17. num. 34 vers. nec requiritur Fusar. q. 609. n. 9.*

Et hæc resolutio procedit, quando agitur de petitorio, non verò, quia agitur de possessorio, quia tunc sufficit possessio absque titulo, *Menoch. conf. 704. num. 26. vers. atamen, Fusar. d. q. 609. num. 10. vers. declaratur quarto, non procedere in iudicio possessorio.*

Et probata possessione exigendi, non est necessarium instrumentum, quia sine illo, licet minor sit decem annorum, debet in d. possessione dominus conservari in exactione census, aut pensionis emphyteuticæ, ulque quo quæstio proprietatis in processu separato decidatur, ut *judicatum fuit in causa Monialiū de Estremoz cum Fernão Ludovico de Sousa, anno 1669. apud Notarium Vicente Lobato Quinteyro.*

Nam nullitatis exceptio, aut proprietatis opposita contra instrumentum; aut petitorum census etiam si oriatur ex ventre ipsius, non impedit viam executivam, si creditor est in possessione exigendi, in qua conservari debet, *Somoza. dereg. 3. p. cap. 3. n. 29. & in censu imposito facultate Regia in bonis maioratus, resolvit Noguerol. alleg. 2. num. 75. quia reservanda est exceptio nullitatis, aut petitorij ad viam ordinariam Innocent. in cap. veniens 2. de testib. condicit Giurb. dec. 22. Et judicatum etiam fuit in casu sequenti*

Noiteyto do Doutor Francisco Pinheyro de Macedo, contra Manoel Francisco, Mass. ff. 655. até 659. Escrivaõ o da Coroa, se deu a sentença seguinte.

Acordaõ em Relaçãõ, &c. Vistos os autos, petiçaõ de força do Autor, Prior da Parochial Igreja de S. Maria da Ventosa que o R. sendo citado, & esperado os termos da Ley, não contestou, não pareceo em juizo: Mostrase ser o Autor Prior da dita Igreja, cuja apresentação he do Padroado Real, & estar em posse por si, & seus antecessores de cobrarem os quatro almudes de vinho de foro, em cada hum anno, da vinha da contenda, & que o mesmo R. os pagára em comprimento da mesma obrigação: Mostrase, que estando na posse de cobrar os ditos quatro almudes de vinho, o R. no tempo das vindimas proximas passadas se levantou, & não quiz continuar no pagamento, a que estava obrigado pelo haver reconhecido, assim elle como os mais seus antecessores, & possuidores da mesma vinha, & ficou cometendo força, & fazendo esbulho ao A. que pede seja mädadorestituir à sua posse de cobrar os ditos quatro almudes de vinho, com as perdas, & danos. O que tudo visto; com o mais dos autos, os quaes vistos, & como por elles se prova estar o A. em posse de cobrar os ditos quatro almudes de vinho, per si & seus antecessores, & o R. oster pago, & negando nas vindimas do anno proximo passado, pagamento cometer força, & esbulho, & conforme a disposiçaõ de Direyto, provandose os dous requisitos da posse, & esbulho, se segue a condemnaçaõ. Condenaõ ao R. nos quatro almudes de vinho pedidos, on sua justa valia, & nas perdas, & danos, que tudo se liquidará na execuçaõ desta sentença, & em que continue no pagamento dos mesmos quatro almudes de vinho em cada hũ anno & nas custas dos autos, & para a causa da propriedade lhe deyxão seu Direyto reservado, para tratar delle se lhe parecer. Lisboa 1. de Abril 1759. Abreu. Le nos Mosinbo.

No feyto de petiçaõ do Conde da
Sij Ca-

Caífanheyra, contra Leonel Marinho, Escrivão da Coroa, Masso 9. se deu a sentença seguinte.

Acordão em Relação, Sc. Vista a petição do A. que o R. contrariou, prova dada: Mostra-se o A. esta de posse de receber do R. o foro contendo na sua petição, & o R. lhe não quer pagar o dito foro, & se levanta com elle, & visto como se trata somente da posse. O que visto, & o mais dos autos, condenaõ ao R. pague ao A. o dito foro, & pensão, vista a posse em que está, & fique reservado ao R. seu directo sobre a propriedade, para poder demandar via ordinaria, & pague o R. as custas destes autos. Lisboa 1. de Março de 618. Carlos Brandaõ. D. Caldeyraõ. Cardena.

No feyto de appellação das freyras de Olivellas, contra Jacinto Cordeyro, Escrivão Manoel Pinheyro da Costa, se deu a sentença seguinte.

Julgo os embargos recebidos por provados, vistos os autos, & como por parte das AA. amargadas se nam mostra escriptura de foro, de que se trata, sem a qual senam pode esse provar; principalmente fundando-se em ser prazo, & ser Ecclesiastico, para cuja sustancia se requeria baver escriptura publica; nem outro si semostre terem as RR. posse de cobrar este foro de tantos annos, quantos por directo são necessarios para o embargo se haver por emphyteuta iuris, & nam basta a condiçam do tombo, fol. 15. por quanto esta nam pôde suprir o defeyto da escriptura, nem della consta precisa obrigaçam do R. por tanto o absolvo, & julgo a penhora por nulla, pague as AA. ascusas em que as condeno. Lisboa 7. de Fevereiro de 673. Manoel Ferreyra.

A qua sententia fuit appellatum, & fuit confirmata. Judicis: Cardoso. Ribeyro.

No feyto Civil, AA. o Prior, & mais Religiosos do Mosteyro de Nossa Senhora da Piedade da Villa de Azeytão, contra o Administrador da Casa de Aveyro, Jorge da Franca, Escrivão

Luis Gomes Pinheyro, se deu a sentença seguinte.

Acordão em Relação, Sc. Vistos estes autos, petição dos AA. Prior, & mais Religiosos do Convento de Nossa Senhora da Piedade de Azeytão da ordem de S. Domingos, contra o R. como Administrador da Casa de Aveyro, para lhe pagar os foros vencidos, de que na dita petição trataõ, a que o R. veyo com as razões, fol. 21. offerecidas por excepção peremptoria, & pagamento, que lhe forão recebidos, fol. 32. vers. & contrariados, fol. 33. vers. & assinada dilação às provas, papeis, & mais documentos, que se juntaram, & como os AA. trataõ de ser conservados na cobrança possessoria do dito foro em que de antes estavam, & a sentença de que o R. se pretende ajudar, fol. 27. & vers. nam ter julgado o dito foro dos Autores por extincto, antes declarado expressamente, que naquella juizo, em que a dita sentença se preferio, senão julgava, nem tocava julgar, ser o dito foro extincto, & que se o de que pertendesse julgar-se por extincto, poderiá tratar disso contra os AA. por outra via, & estanaõ conseguio o Duque, nem o R. amostra, & os AA. allegaõ, que para o caso em que fossem demandados ordinariamente, mostrariam razões, para nam deverem ser obrigados a vender o dito foro, & ainda allegam, não ser elle simplex censu, mas foro Real perpetuo, & da mesma escriptura fol. 4. & propria petição do Duque, fol. 23. vers. se ver o muyto tempo, que ha, a dita escriptura se celebrou no anno de 574. nos quaes termos não estão os AA. excluidos do seu estado, que estavam, da cobrança ao dito seu foro, por tanto, & só tratarem hora do possessorio de cobrarem, & pelo mais dos autos, julgam por nam provada a dita razão offerecida por embargos, para effeyto de conservarem aos AA. na sua posse de cobrarem, condemnando ao R. como Administrador da dita Casa, & da dita quinta, em que está o dito foro, de, & pague os pedidos na petição, & o mais que se fosse vencendo, te mostram
por

por outra via ordinaria, que se deva o foro de haver por não izento, & os Autores obrigados a vendello, para o que reservaõ ao R. o direyto, que tenha, para que parecendo-lhe o tem, possa demandar aos AA. pela via, & juizo, que lhe tocar, & o R. dos rendimentos da Casa, & quinta, & como Administrador, pague as custas dos autos. Lisboa 3. de Junho 1677. Lamprea. Cordeyro Leytaõ. Peyxoto. Fuy presente Noronha.

Et ad hunc effectum, non est necessaria possessio decem annorum exigendi, ut inquit Mend. lib. 3. in. praxip. 1. cap. 21. num. 54. vers. sed. hæc omnia, sed sufficit minor, ut iudicatum fuit in d. causis, & quoad me sufficit unica solutio, & una possessio exactionis, ad hoc, ut habeat locum manutentio, & pignoratatio contra solventem, Rodrig. de ann. red. lib. 2. q. 15. n. 21. Post. in tract. de manut. dec. 141. num. 4. & dec. 103. num. 12. & dec. 181. num. 1. & 3. & dec. 188. num. 1. de quare vide Olea de cess. jur. & act. tit. 6. q. 5. n. 20.

Nam possessio exigendi redditus, seu possessio rei, ex qua fit solutio, acquiritur, & probatur per unicam solutionem, Tusc. lit. P. concl. 420. num. 3. & c6. cl. 421. n. 1. Gratian. Forens. cap. 552. n. 28. & 29. Mascard. concl. 1180. num. 9. 10. & 12. Post. de manut. observ. 18. n. 26. & 36. & dec. 113. num. 3. & dec. 142. n. 5. & dec. 143. n. 1. Mend. 2. p. lib. 3. c. 21. n. 158.

Et non solum procedit, quando unica solutio facta fuit à debitore, & censuario, sed etiam quando à famulo, aut alio virtute sui mandati, Post. d. observ. 18. num. 32. 33. & 34. Ubi resolvit, quod ex unica solutione fructuum census acquiritur, & probatur, quasi possessio censum exigendi in futurum, & bebetur ei manutentio, Rot. post. Cens. tract. de cens. dec. 66. num. 1. Post. de manut. observ. 56. num. 27. At vero sine mandato facta non acquiritur possessio in actione conductoris Cens. de cens. q. 81. n. 15. sed cum illo acquiritur, & manutentio datur creditori.

Nili transacti fuerint decem anni, quia illorum lapsus sufficit, ut annuæ præstationes in futurum præscribantur, L. cum de in rem vers. ff. de usur. l. litibus, Cod. agricol. & cens. l. 12. Balb. de præscript. p. 1. 3. p. q. 10. num. 5. & 31. Cov. in rege. possessor. 3. p. 8. 4. num. 2. Menchac. illustr. cap. 83. n. 27. Rodrig. de ann. red. lib. 1. q. 15. n. 5. Pereyr. de jur. Ind. 2. tom. lib. 1. cap. 1. n. 31. Flores var. q. 21. n. 16. de qua re vide Vela dissert. 34. Capon. dissert. 81. Simoz. de reg. 4. p. cap. 7. num. 136. Carneval de judic. tit. 3. disp. 4. n. 20. Zeval. q. 567. Gom. 2. tom. var. cap. 11. n. 45. & ibi. Aylon in add. Aut tringinta secundum alios, de quibus Tusc. lit. D. conclu. 545. n. 1. Avend. decens. cap. 6. n. 9. De qua re vide sententias sequentes.

Nofeyto de appellação Cível, entre partes Lopo Vas de Almeyda, contra Maria Fernandes, Elcivão Manoel Pinheyro, da Costa, e de cu a sentença seguinte.

Fulgo a excepção peremptoria de prescripção, por provada vistos os autos, porque se mostram pelas escrituras juntas, ser hũa feyta no anno de mil & quinhentos, noventa & sete, & outra no anno de mil & quinhentos, noventa & nove, & senão provar, que do dito tempo a esta parte, cobrasse o A. ou seus antecessores o foro, nem renda de que se trata, dos Lauradores, ou possuidores da herdade de S. Romão, antes se mostra por parte do excipiente com testemunhas, de setenta & oysto annos, & nuncao A. nem seus antecessores, cobraraõ o dito foro, nem tenda da dita herdade, termos em que conforme a Direyto, setem prescripto, qualquer aução, que o A. podia ter no dito foro, & renda & por serem passados tantos annos, se presume a R. possuidora de boa fé, & ainda que não tenha titulo, porque esses se presume, pelo espaço de tantos annos, pelo que, & o mais dos autos: Fulgo a dita excepção por provada, & condeno ao A. nas custas dos autos. Villa-Viçosa v. de Mayo de 672. Manoel Lopes.

Siiij

A qua

A qua sententia fuit appellatum ad Supplicationis Senatum, & confirmatum fuit iudicis: Vanuellem. Quifel. D. Freyre.

Et hæc sententia fundata fuit in deliberationibus sequentibus.

In primis, non puto desisterendum processui gravamini, fol. 19. quia causa, est in Senatu, & diculla, & deinceps. de facto propter impedimentum scribæ reformati sunt dies impediementi ad justificationes exceptionis perficiendæ,

Quod merita causæ, verum est, quod R. testes legaliter, non fuerunt interrogati, eum de possessione R. sine onere census petiti non deponant, sed satis talem possessionem concludunt dum deponunt, quod minime audire, quod aliquando fuisset soluta pensio aliqua A. sive ejus antecessoris, & inspecta testium atate longissima, est fundorum libertas, & cum triginta annorum spatium securos reddat possessores, in L. 7. § 3. Cod. præscript. 3. Ord. lib. 4. tit. 79: & quia ex parte Auctoris mala fides non detegitur, & non hæc in dubio, sed immo bona est præsumenda in 30. annorum spatium, Barb. in rubr. Cod. præscript. 30. n. 229. & in L. emptio 8. num. 38. eod. tit. Dicere, quod civiliter in præscriptione se fundavit Rea, & cessare debent tituli, in quibus Autor se fundat, præcepit enim solutus aliqua necessarie probant; neque aliquid bonum contra præscriptionem, quare teneant sententiæ. Ulysipon 3. Martij 677. Doutor Freyre.

No feyto de Luis Gomes Pinheyro, com Domingos Ramos, & sua mulher, Escrivão João Alvares da Costa, iedeu a sentença seguinte.

Vistos estes autos, excoçam de prescriçãõ recebida, contrariedade, & mais artigos com as provas dadas: Mostrase, que no anno de 1608. comprou Domingos Vieyra Condestavel hum moyo de trigo de censo remivel, a Francisco Alvarez Enqueredor na Villa de Alenquer, im-

posto nas propriedades declaradas na escriptura, & que este comprador Domingos Vieyra vendêra, trespassara este mesmo moyo de trigo de censo, no anno de 1611. a Domingos Soares, sendo cazado com Antonia do Basto, mãy do A. obrigando se a fazer bom o dito moyo de trigo por sua fazenda, para o que hy hypothecou especialmente duas moradas de cazas, huias na rua da Barroca nesta Cidade, & outras ao Mocambo: Mostrase, que no anno de 1654. a mãy do A. demandou a Domingos Fernandes Rolo, como possuidor de huias das propriedades em que soy imposto este censo, pedindolhe os foros de vinte annos, que se lhe não haviam pago, desde o anno de 1634. & alcançando sentença, & o A. seu filho (que se habilitou por seu falecimento) contra o dito Domingos Fernandes Rolo, pelos ditos foros, que importarão quinhentos, & tantos mil reis, por não achar em que o executar, demandou o R. excipiente, como possuidor das ditas casas do Mocambo, que o dito Domingos Vieyra havia obrigado a segurança da venda, & trespasso deste censo: Mostrase, que havendo sentença contra o dito Domingos Vieyra seus acredores, fizeram execuçam contra seus herdeyros nas ditas casas do Mocambo, & foram arrematadas ao R. excipiente, no anno de 1639. & dellas tomou posse por este titulo. Mostrase, que o A. por auçam hypothecaria, demandou o R. excipiente, pondo contra elle auçam no anno de 1670. sendo passados mais de trinta annos, depois que o R. excipiente entrou na posse das ditas casas, com titulo, & boa fé, estando já prescripta a auçam hypothecaria, que o A. pudesse ter contra elles: & ainda que por parte do A. se diga, que esta prescripção nam podia correr, senão depois que elle executio os bens do devedor, o que fez no anno de 679. hum anno antes, que propuzesse sua auçam contra o excipiente, & que esta he a mais verdadeyra, & racional opinão, conforme aos fundamentos, que para isso trouxaõ os Doutores, que seguem; com tudo

confer-

conforme a *Ley do Reyno* esta prescripção corre do dia que as ditas casas vierão a poder de terceiro [como he o excipiente] com titulo, & boa fe, & ainda que a assim o não exprimira a dita *Ley*, assim, se havia de observar, por ser cõmun opiniaõ, alé de que, quando se puda a admitir a opiniaõ, que a *A. allega* pela razãõ em que se funda, não tinha lugar no caso presente, por quanto a mãõ do *A. deyxou* passar vinte annos, sem pedir os foros, nem tratar de executar as pessoas, que possuaõ os bens, em que foy imposto o censo. O que tudo visto, & o mais dos autos julgo por provada a execucao do *R. & q. não tem* lugar a execucao do *A. por estar prescripta*, & condeno ao *A. nas custas dos autos*. Lisboa 18. de Novembro de 1673. João Vanuellem.

A qua sententia cum appellaretur, confirmata fuit anno 1674. Iudices: D. Cerveyra. D. Freyre.

Et fundata fuit in sequentibus deliberationibus,

Ego solida agnosco sententiæ fundamenta, & cum optimo Præsidente exceptionem præscriptionis probatam dicerem. Nam verior sententia, quæ tenet, quod tempus præscriptionis, de quo in *L. cod. si ad suos cred. prescript.* à tempore possessionis adeptæ per tertium emptorem, cum bona fide incipit, non verò à tempore executionis in bonis debitoris, & tenet *Barb. in L. 3. num. 187. vers. sed cavendum Cod. prescript. 30. Pinheyr. de censu disp. 1. sect. 14. §. 3. n. 241.*

Et ultra quod hæc opinio sit in re verior, exprehe ab *Ord. lib. 4. tit. 3. §. 1.* comprobata reperitur, ibi: Os quaes dez annos, & vinte se contarão do primeyro dia, que a causa foy a poder do possuidor com titulo, & boa fe, & quanvis *Gom. dec. 31. n. 5.* aliter velit prædictam ordinationem interpretari, attamen violenta est ejus ratio, ut ibi *Flores* advertit, præcipue cum *Ord.* in ea declaratione temporis, magis receptam recepisset sententiam. Unde cum non solum decem, & anni viginti sint

transacti, sed immo triginta à tempore sub habitationis, & possessionis securus est excipiens, & principaliter considerata negligentia matris excepti in exigendis præstationibus annuis, cum Actor ab anno 1634. non recepisset fateatur, & quanvis litem movisset in anno 1654. ut fol. 3. vers. adeo eam protelavit, ut in ea plusquam 20. annorum consumeret, sicque rite illius jus agendi exceptione tēporis eliditur. Ulyssipone. 28. Maij 674. Doutor Freyre.

Socordia, desidia, inertia, & pigritia, immò ignavia, quod idem importat, ut bene interpretantur, *Scrib. ad textum in L. cum vero 26. §. apparet igitur ff. de fidei commiss. liberatibus*, laudanda non est, cum igitur *A. mater* desisset præterire tot annorum curricula, quincensum exigisset, sub inerat *Ord. lib. 4. tit. 3. §. 1.* optimè *Pereyr. de Castr. dec. 63. Aut. à Gama dec. 21. num. 5. Pheb. 1. p. arest. 42.* Ex his doctum præsidem Curialem causarum Civilium laudo. Ulyssip. 3. Junij 1674. D. Cerveyra.

No feyto de appellação Cível de Pantaleão de la Cerda por seu Tutor, contra Nuno Alvarez de Guo mide, Escrivão Manoel Pinheyro da Costa. se deu a sentença do theor seguin. te.

Vistos os autos, libello dos *AA. q. os RR. cõtrariarão*, provas dadas, & mais papeis juntos, porbua, & contra parte. Mostrase pela dos Autores, que seu terceiro avô Gaspar Vaz de Souza, no anno de 1596. fizera partilhas de seus bens, entre elle, seus filhos, & genros, articulados no primeyro artigo, & q. cabendo à quarta do dito Gaspar Vaz de Souza cinco côtos, quinhentos & sessenta mil reis, em bens de raiz, & dinheyro, os vinculara em morgado, nomeando logo successores a elle, tomãdo outrossi na dita quarta bũ moyo de trigo, que de foro se pagava na herdade da Carapussa, como se vê da escritura, que juntam: Mostrase outrossi, que este moyo de trigo na dita herdade, forajã dado em

dote ao dito Gaspar Vaz de Sousa: Mostrase ser o A. oparente mais chegado ao dito Gaspar Vaz de Sousa, seu descendente; E dos mais possuidores do dito morgado: Mostrase, que o sobredito moyo de foro, se pagou sempre aos antecessores dos AA. E que a Casa da Misericordia desta Cidade, possuindo a dita herdade, e pagara tambem: Mostrase, que os RR. estão possuindo a dita herdade da Carapussa, sem pagarem o dito moyo de trigo de foro, nella imposto: Mostrase, entrar o A. na posse do morgado, em 1676. E como legitimo possuidor lhe pedir ostres moyos de 1676. E 77. E 1678. annos, E que o reconheçaõ; para lhe pagarem no tempo futuro: Pelos Reos se mostra, serem possuidores da dita herdade da Carapussa de Pelle; pela herdarem de seu tio, Doutor Antonio Dias de Aguiar a qual comprara em pregão na praça publica à Casa da Misericordia, sem encargo nem obrigação alguma, não so do foro pedido, mas nem ainda de outro algum: Mostrase, E allegaõs RR. que para ser valido, o moyo de foro, que se lhe pede na dita herdade, devião os AA. juntar a escriptura d'elle, alias que não são obrigados a pagar alloo; porque a escriptura de partilhas, não he titulo sufficiente, porque somente faz direyto entre os berdeyros, E coherdeyros, que os RR. não são. Mostrase pelos RR. que caso negado, forão obrigados a pagallo o dito moyo de trigo de foro, ouão devião sernos tres annos pedidos, por a dita herdade, não vender nada, a respeito das guerras, E se tomar a Villa de Aremenha, a quem está vesinha a dita herdade: Mostraõ os RR. que se souberam, a dita herdade era foreyra aos AA. lha haviaõ de encampar aquelles tres annos pedidos, porque lhe não prejudicasse, E visto, como nam rendera para o foro, que nam fizeraõ, pelo, ignorarem. O que tudo visto, E o mais dos autos, E disposiçaõ de Direyto em tal caso, E como se prova pela escriptura de partilha, vincularo dito Gaspar Vaz de Sousa, terceiro avô do A. o dito moyo de foro, que

tinha na dita herdade, por se lheter já dado em dote: Fulgo pertencer ao A. como de morgado, sem embargo, de que não ajunte escriptura do dito foro; porque antiguidade d'elle, E ser elle perpetuo, como se prova do prazo, porque elle dito Gaspar Vaz de Sousa otomou em sua parte, E escusa o Autor de a mostrar; porque a presumpçaõ, de ágnas costas della, podera estar o distracto; milita somente nos censos remedimeveis, como he doutrina recebida communmente; por tanto condeno aos RR. a que reconheçaõ aos AA. por senhores do dito moyo de trigo em cada hum anno; imposto na herdade da Carapussa de Pelle, visto ser d'elles possuidores, E que lho paguem cada anno. Porém visto, como os RR. provaõ a boa fé em que estavaõ possuindo a dita herdade izenta de foro, arrematando-a livre na praça, attendendo outrossi, a nam vender a dita herdade cousa sufficiente, por estar destruida do inimigo, E que se elles souberaõ o encargo, lha encampariaõ aos AA. os absolvo dos tres moyos pedidos dos ditos tres annos, E paguem as custas de permeyo. Portalegre 6. de Dezembro 671 Domingos Coelho do Basto.

A qua sententia fuit appellatum ad Supplicationis Senatum, ubi lata fuit sententia sequens.

Acor daõ os do Dezembargo, E. Ben julgado he pelo Juiz de Fora, em condemnar ao R. appellante, a que reconheça ao A. outrossi appellante, por senhorio do foro de que se trata, E lhe acuda como o pagamento d'elle, desde o tempo do libello em diante. Porém em o absolver dos tres moyos de trigo dos tres annos antecedentes, pedidos polo A. foy por elle menos bem julgado; emendanaõ nesta parte sua sentença, cunprase o confirmado por alguns de seus fundamentos, E o mais dos autos, E como por ellis, E disposiçam de Direyto se mostre, estar o R. igualmente obrigado a pagar o dito foro, assimnos annos seguintes, como nos ditos tres antecedentes; por tanto o condenam tambem nelles; tudo o que se liquidará na execuçãõ

ção desta sentença, E condeno ao R. nas custas dos autos, E lhe deyxão seu direyto reservado contra a Confraria da Misericordia da Cidade de Portalegre par atratar delle, pela via que lhe parecer. Lisboa de Novembro. 11. de 672. Cerqueyra. Doutor Carvalho. Cardoso.

Hæc sententia tuit fundata in deliberationibus sequentibus.

Census constitutio onere reali afficit prædium, quo constitutum est, cum ex ipso censu oriatur actio, quæ dicitur in rem scripta, *Gabriel cons. 141. num. 2. lib. 2.* & cum sit realis sequitur prædij possessorem, *Craveta cons. 57. n. 1. Eduard. de censib. decij. 90. n. 11.* quo fit, ut possessor teneatur ad solutionem censualis pensionis, *Valasc. de jur. emphyt. q. 32. num. 14. Pereyr. dec. 63. n. 4. vers.* Unde non solum illius, quæ venit decurrenda, sed etiam pensiones, quæ jam fuerint decursæ, *Parlad. 2. quotid. cap. fin. p. 4. num. 20. Pinbeyr. de censib. disp. 1. sect. 1. num. 11. E disp. 7. §. 3. n. 116. Ord. lib. 4. tit. 39. §. 1.*

Per appellatum ostenditur, Reum, esse possessorem primogenij, ad quod census controversus pertinet, non igitur potest excusari Reus possessor prædij censui suppositi à solutione pætitarum pensionem facienda: Confirmato Judice, quatenus Reus condemnatur, ut in futurum solvat Actori maioriæ possessori: reformarem tamen, dum illum absolvit à solvendis pensionibus decursis, ex superius adductis, & insuper, quia ubique locorum receptum est, non esse curandum de prædij censui suppositis sterilitate, quia Reus niti valet, ut ex *Francisc. Garcia in trakt. de contr. alt. 2. p. c. 4. sequitur Felician. de cens. lib. 1. cap. 8. num. 20.* Illi reservato jure adversus Confraternitatem Misericordiae. Ulyssipone 10. Octobris 1672. Cardoso.

Idem teneo. Doutor Carvalho.

Censum, de quo agitur, ad maiora- tum, cujus Actor legitimus est successor, pertinere, clarescitur, Reum pos-

sessorem prædij dicto censu onerato, non iniciatur esse. Quia propter, iuste Actor ab eo census exigit solutionem, iuxta doctrinam, *L. prima ff. ager vellet gæl. E quæ Gam. dec. 269. a princip. quæ doctrina æqualiter procedit pro pensionibus futuris, ac decurris, ut tenet Mend. lib. 3. cap. 21. num. 54. int. p. ligitur convenio cum sapientissimis Dominis deliberantibus. Ulyssipone 11. Novembris de 672. Cerqueyra.*

No feyto de appellação de Luiza da Ascensão, com Bertholameu Jorge, E scrivao Manoel Pinheyro da Costa, se deu a sentença seguinte.

Bem julgado foy pelo Juiz, em receber os embargos do embargãte Bertholameu Jorge, E em lhos julgar por provados, para effeito de não pagar os sinco alqueyres de trigo, q̃ lhe pedia a embargada Luiza da Ascensão no espaço dos quarenta annos que lhos não havia pago, mas em lhe não julgar os ditos embargos por provados para q̃ só pagasse os dez alqueyres de trigo, que sempre pagou, não foy por elle bem julgado, vistos os autos, E como delles largamente consta, obrigar-se o embargante pelo termo, fol. 39. a pagar oretro, que no inventario constava ser de dez alqueyres de trigo, E não poder fóra do dito termo ser obrigado, visto não serem as fazendas de que se lhe fez entrega capazes de mais pensão, quanto mais, que neste caso houve prescripção legal, por quanto consta, E a embargada confessa, que ha quarenta annos, que não cobra do embargante, E de seus antecedentes, mais q̃ dez alqueyres de trigo em cada hum anno, E o justo titulo na entrega, que se lhe fez de bayxo do termo em que se obrigou, E supposto a embargada de presẽte achasse a escritura de quinze alqueyres, como não prova, E que o embargante per si ou por outrem acutou, vistos serem passados quarenta annos nenbũ direyto tem, para se querer valer da dita escritura. O q̃ tudo visto, julgo os embargos do embargante recebidos, por provados por sua materia, E mandos se levantar o sequestro, que estava feyto ao em-
T
bar-

bargante, & se vá em paz, & a embargada pague as custas dos autos, & do sequestro, em que outrossi a condeno. Cascaes de Dezembro 10. de 674. Joseph. Correa da Fonseca.

A qua sententia fuit appellatum ad Supplicationis Senatum, ubi fuit lata sententia sequens.

Acordaõ os do Desembargo, Sc. Bem julgado he pelo Juiz, em condenar ao R. pague à A. os quinze alqueyres de trigo, julgando nesta parte os embargos por nam provados: porẽm em o Juizo absolver das decursas, & o Ouvidor de tudo, nam foy por elle bem julgado, revogando nesta parte sua sentença, compraõeo confirmado por alguns de seus fundamentos, & o mais dos autos, & como delles se mostre possuir o R. parte das terras obrigadas ao censo, que se mostra pelas escrituras delle, ser de quinze alqueyres de trigo, & o arrendamento se declarar nas partilhas de seu sogro, que eraõ dez alqueyres sõmente: E como por parte da R. se nam prove, per modo legitimo, que elle, & seu sogro deyxassem de pagar, por espaço de quarenta annos, & contra si, tenha obrigacão da dita escritura, & algumas das testemunhas do A. aizerem, que se pagaram os ditos quinze alqueyres de trigo: Julgam os embargos por nam provados, & cõdenaõ ao R. nas decursas do tempo das partilhas de seu sogro, que se liquidarem, & que daqui em diante pague a A. os quinze alqueyres de trigo, & as custas dos autos. Lisboa 19. de Dezembro de 679. Doutor Freyre. D. Carvalho. Nevais.

Hæc sententia fundata fuit in deliberationibus sequentibus.

Præscriptio non currit, ubi extat mala fides, ut tritum est, de mala fide constat ex actis, & de tituli occultatione, quare sententiam revocarem, cum possessor alicujus rei obligatæ teneatur ad totam pensionem. Ulyssipone 20. Setembri 1675. Doutor Carvalho.

Cum Reus à malæ fidei venditore

immediate possideat, præscribere non potest, juxta illud vitium prædecessoris, insequentem [quanvis tertium] porrigitur, *Auth. male fidei Cod. de præscript. long. temp.* Uude eandem sententiam profero. Ulyssipone 6. Novembris 1675. Nevais.

Contrariam sententiam proferrem, legitimaque præscriptione impediens tueri dicerem, mihi nanque ex actis non probatur mala fidei, qua impediri valeat, nulibi nanque constat Reo interventu suppressa fuit instrumenta, quæ nunc proferuntur, ex fol. 8. & 13. neque ejus prædecessori notum fuisse, patet terrulas plusquam duorum modiorum onere gravari, & licet testis, fol. 63. vers. aliter deponat, tamen singularis est, & ideo inefficax, & nullâ dicti sui reddit rationem, quibus terminis malam fidem non intervenisse dicerem, quia hæc nunquam præsumitur, nisi probetur, *Fachin. contr. lib. 1. cap. 67. vers. ceterum*, & in hoc casu, quando scilicet, agitur de præscriptione 30. annorum, non sufficere malam fidem, quæ sola præsumptionibus corroboratur, tenet elegantior *Valasc. conf. 95. num. 6. 7. 14. & 15.* Sed requiri vera idem asseverat. Quare in præsentî, cum mihi non datur mala fides, & interveniat plusquam 30. annorum spatium, ego juxta *Ord. formam lib. 4. tit. 79. in princip.* Reum absolverem, confirmato Alditore. Ulyssipone 14. Novembris 1675. Pinheyro.

De obligatione, & quantitate modiorum census, patet ex scripturis à fol. 8. solumque dubitatio per dominos antecedentes consistit, an obligatio sovendi quinque modios, sit præscripta. Primo, quia Actrix confessa est in petitione, fol. 2. illos quinque modios non fuisse solutos per quadraginta annos, quo tempore, & immo minori triginta annorum census præscribitur à tertio possessore, ut examinat *Pinh de cens disp. 1. sect. 14. num. 239. & 245.* loquens de hærede debitoris
census

census, & ideo in partitionibus, fol. 38. anno 1654. sola obligatio solvendi 10. modis Reo imposita est Secundo nam ab electu mala fides Rei non probatur, & præsumpta ex cursu illius temporis eliditur, *Barb. ad rubric. Cod. præscript. 30. n. 89.*

Sed contrarium mihi videtur judicandum, quia de tempore illo quadraginta annorum non patet, nili ex Reæ confessione, fol. 2. per advocatum, seu partem facta, cui minime credere, quidquid de tali confessione in judicio vulgo dicatur. Reus autem cum in tempore fundaretur, fol. 46. illud restibus debebat offendere, in quo defecit, quia dicti testes nullus illorum præter affines, & sanguine conjunctos, de tempore loquuntur; immo ex parte Actoris ostenditur per testem, fol. 65. & alios de auditu à fol. 61. quod focer impediens solvebat integre illos quindecim modios tritici: Unde cum focer decessit anno 1654. in partitionibus fol. 38. & ab eo tempore nõ sint transacti 40. anni clare inferitur, quod deficit præscriptionis probatio, & ita ab eo tempore solvat Reus decurias, & futuras pensiones, cum non probata præscriptione urgeat scriptura à fol. 8. Ulyssipone 19. Novembris 675. Doutor Freyre.

No feyto de appellação de Salvador Dias, & sua mulher AA. contra Manoel Gomes Lobo R. Escrivam Manoel Pinheyro da Costa, se deu a sentença seguinte.

Vistos estes autos, libello do A. Salvador Dias, morador no termo desta Vila de Odemira, contrariedade do R. Manoel Gomes Lobo, replica, escripturas, & prova de testemunhas: Por parte do A. se mostra, que em outo dias do mez de Junho de 646. Maria dos Reis virva de Pedro Fernâdes, comprara a Belchior Dias, & a sua mulher Maria do O. doze alqueyres de trigo a retro aberto, constituidos em hũa vinha, chamada do Torro de D. Maria, pro preço de quatorze mil

reis, de que pagara sizas: & fizera o contrato por escriptura publica, & cobrara o dito retro a dita Maria dos Reis dos vendedores, & que cazando o A. Salvador Dias com a dita compradora, & por seu falecimento della lhe ficara pertencendo o proprio do dito retro, de que se lhe deviaõ os reitados do anno de 1663. atè o de 1672. que pede ao R. Manoel Gomes Lobo, & que nelles seja condemnado, por ser possuidor da dita vinha, obrigada ao dito retro, & sobre que se constituiu: Por parte do R. se mostra defenderse, q̃ alem do retro dos seis alqueyres de trigo ser nullamente constituido na dita vinha, por nella senam poder impor encargo de retro de trigo, por ser contra o Motu de Pio V. Tambem se mostrava, que o vendedor Belchior Dias, remira, & distrataria seis alqueyres de trigo do dito retro, entregando o dimbeyro, que nelle se montava a compradora Maria dos Reis, & que juntamente os seis alqueyres, que restavam, os trespassara em huma herdade, que chamaõ a de Matheus, ficando a vinha de retro, o que fora em o anno de 1648. da qual herdade, se ficaram pagando os ditos seis alqueyres de trigo, & que feando a dita vinha livre, & desobrigada, & o retro o comprara Francisca Gomes, mãy do R. por livre, & desobrigada, ferra, & izenta, por escriptura publica, nõ mesmo anno de 1648. & que assim, & a dita sua mãy, em quanto foy virva, possuir a a dita vinha, & o R. depois de sua morte, com justo titulo, & boa fe, sem em todo o discurso desse tempo se lhe pedir o dito foro, nem serem obrigados. O que tudo visto, & o mais dos autos, dispoçam de Direyto neste caso, conforme ao qual provandose, que o vendedor do dito retro, distrataria os seis alqueyres de trigo, cujo processo recebera a compradora, & juntamente trespassara os outros seis alqueyres na herdade de Matheus, onde se cobraram pela dita Maria dos Reis, & pelo A. seu marido ficon livre, & desobrigada a vinha do dito encargo, ainda que o dito distrato, & subrogam se não prove

Tij

por

por escritura publica, mas particularmẽte por hum escrito feyto nas costas da mesma escritura, com tudo o A. o confessa assim em juizo, com seu depoimento, fol. 42. a qual confissão obra o mesmo, que escritura publica, por ser feyta em juizo: E visto outro si, como o R. está de posse da dita vinha, ha mais de vinte & quatro annos, por si, & sua mã, sem della pagar foro algum, nem lhe ser pedido, tendo justotitulo de compra, sem lhe declarar tal encargo, antes de lhe ser vendida a vinha por livre, & izenla em caso, que o A. tiver algum direyto para pedir o aitorẽtro, ou decursos, estava prescripto pela disposiçam da Ley bastando conforme a ella dez annos, para se preservar o direyto da hypotheca, & mais tendo o A. perfeyta noticia da subrogação, feyta dos seis alqueyres de trigo, na herdade, por ter em seu poder a escriptura, como o escrito do distrato, & trespassação nas costas della, por ser nessa forma presentada por sua parte, absolvo ao R. no pedido pelos AA. no libello, condenando tambem a nulidade do dito retro por ser constituido contra a forma de Direyto, & paguem os AA. as custas dos autos, em que os condeno. Odimira 12. de Março de 1674. Manoel Mendes Ribeyro.

A qua sententia fuit appellatum, & fuit confirmata. Judices: Cardoso. Ribeyro.

Et hæc sententia fuit fundata in deliberatione sequenti.

Sententia, de qua interposita est appellatio, solidis nitiur fundamentis, quin necesse sit disputare, an invalidus sit census institutus in prædio, ex quo non percipiuntur fructus ipsius naturæ census, de qua Valasc. de jur. emphyt. q. 20. ex num. 6. Quia extra fundamenta deducta in sententia omne tollunt dubium: Stante confessione Actoris, fol. 22. & ejus scientia circa venditionem vincat, in qua prius fuit constitutus census, & postea in alterius prædium constitutus ex voluntate partium, teneat ergo judicatum. Ulyssi-

pone 24. Marij 1675. Ribeyro. Idem sequor indubius. Cardoso.

No feyto do Reytor, & mais Religiosos de N.S. da Rosa, da Ordem de S. Paulo, contra Joseph de Lima de Alcaçova, Efcirivão o das Capellas Matheus Monteyro da Silva, se deu a sentença seguinte.

Vistos estes autos, libello dos AA. o P. Reytor, & mais Religiosos do Convento da Rosa de S. Paulo, que o R. Joseph de Lima contrariou, mais artigos recebidos, prova dada, sentença fol. 5. porque se mostra obrigarse Heytor de Mello Pereyra, & sua mulher D. Anna de Attaide, pagar 55v. por anno ao dito Convento, para a fabrica, & esmola de dous annaes de Missas, que haviaõ ser pagos pelo melhor parado dos bens dos ditos obrigados, & particularmente pelo juro de 250v. que tinhaõ na tabola da Villa de Setuval, sem quebra, nem diminuição nos quaes 55v. bouve bayxa de quinze mil reis, por se reduzirem a 40v. no tẽpo, q. el Rey de Castella governou este Reyno, & tanto cobrou de menos em cada hum anno o dito Convento, de sessenta annos a esta parte, que o R. deve satisfazer, como possuidor do dito juro, & dos mais bens, que ficaram do obrigado Heytor de Mello Pereyra, & sua mulher devedores originarios, sem q. se cusem ao R. os muytos annos, que por si, & seus antecessores com mã fe saltaraõ no pagamento dos ditos 55v. por anno, porque com mã fe, & noticia da obrigação, j. não podia preservar a izenção dos 15v. & mais contra o Convento, & sendo dedicados para suffragios, causas porque se concede restituição, q. os AA. imploraõ. Defende se o R. com a boa fe em que está por si, & seus antecessores, de não pagarem ao dito Convento mais, que os ditos quarẽta mil reis, sem que nunca fosse interpellados, ou se lhe interrompesse a posse, & prescrição, que com o curso de tantos annos ficou titulada, & izento o R. de satisfazer a bayxa, q. bouve no dito juro, & prescripto o direyto, que os AA. podião ter de pedir os 15v. que de menos cobrarão, & pedirão em cada hum anno, de que

que se convence sua negligencia, tendo os AA. em seu poder o titulo, & sentença, fol. 5. porque os podiam pedir, vivendo os antecessores do R. nella Cidade, que dista do dito Convento hum a legoa. O que tudo visto, & o mais dos autos, & a deminuta prova, que os AA. fizeram ao deduzido no libello, & replica, confessando a omisam de pedirem, & cobrarem os quinze mil reis, de sessenta annos a esta parte, como curso de tal tempo, por ser longissimo, se presume boafé no R. possuidor do dito juro, & seus antecessores, que se não prova serem herdeiros do dito Heytor de Mello Pereyra, & sua mulher D. Anna de Attaide, que se obrigavaõ, & puzeram a pensão dos 55 v. no juro dos 250 v. para q. a mã se destes [dado que em seu tempo se começasse a saltar no pagamento dos 15 v.] ou a noticia da obrigaçam nos successores prejudicasse ao R. & seus antecessores, que se não presumem herdeiros, pela posse que adquiriraõ do juro obrigado por a dita posse se poder adquirir, com titulo particular, que era mais util para o R. & seus antecessores, por que com elle ignorando a obrigaçaõ, podiam prescrever, começando do tempo em que adquiriraõ a posse, nam obstante a mã se do predecessor, & de direyto se presumir reter o possuidor os bens pelo titulo mais proveitoso, & util, principalmente quando o alto se pôde fazer ultranomen, & jus hereditis, como a dita posse, que se podia adquirir por titulo particular, com o qual saltando a mã se, se pôde prescrever a izençam da pensam annual, ou parte della, por espaço de quarenta annos, contra a qual prescripção, finda esta, nam compete restituicam passados quatro annos; pelo que depois de sessenta annos, que os AA. confessam saltar se no pagamento dos 25 v. não tem lugar a dita restituicam. E visto outro fim a interlocutoria, fol. 31. v. nam por fim a causa, & se permitir nella emenda, antes da definitiva, emendando a dita interlocutoria, julgo por prescripto o direyto de se pedir contra o R. os ditos quinze mil reis, como possuidor do

juro obrigado, absolvendo ao R. do pedido pelos AA. aos quaes condemnas custas dos autos. Lisboa 5. de Janeiro de 672. Antonio de Aguiar de Carvalho.

A qua sententia cum appellaretur; confirmata fuit, anno 672. Judices: D. Freyre Oliveyra Cerqueyra.

Hæc sententia fundata fuit in deliberationibus sequentibus.

Sibi contrarius inspicitur Provisor in sua sententia; nam præscriptionem rejecit ex mala fide, postea verò eam admittit, ejusque præteritum R. absolvit, sed quo ad me immerito, nam legatum est pium pro anima constitutis, Communitas gaudet privilegio restitutionis, & non deficiunt allentes contra præscriptionem admitti restitutionem, præcipue, cum detur in prælatis diversitas, & sicut in maioribus non currit præscriptio contra successores, ita in hoc casu non debet currere: Quare R. condemnare ad solutiones futuras, circa vero præteritis conferam Ulyssipone 5. Octobris 1673. D. Carvalho.

Etiam si sibi contrarius, mihi tamen juridicus videtur Provisor in sententia, fol. 49. & si dubitare[quod abest] se interlocutoriam, fol. 31. verbi revocare non potuisse, tamen gravamini processus interposito, fol. 32. verbi annuendo in forma, Ord. lib. 3. tit. 20. §. 47. & quæ Leit. tract. 1. de grav. q. 6. n. 34. Peremptoriam & reciperem, & probatam quoque judicarem, tam ex dispositione, quam ex ipsamet appellatorum propositione, constat namque sprete nimia juris subtilitate, istius præstationis annuæ præscriptionem in casu præsentis quadraginta annorum spatio recte procedere, quod ita praxis observat post posita dispositione, Legis cum acutissimi §. in ijs, Cod. de præscript. 30. & hoc non solum, quoad præterita, sed etiam quoad futuras, ut tenet Valasc. conf. 49. per totam.

Hoc evadere tentant appellati beneficio restitutionis implorato, de

T iij quo,

quo, & si non dubitarem, eorum quoque patronus non dubitat intra quadriennium peti debere transacto iuradicto spatio, ut cernitur ex ipsius allegatione, & DD. de quibus in ea, fol. 56. in fin. & vers. plane ipsi proponunt transactum spatium sexaginta annorum.

Ad validiorem alium equidem medium confugiunt, quem si probarent, certam reportarent victoriam, ad malam fidem scilicet, si namque illam in appellante, vel in eo, cui ipse hæres esset, ostenderent, recte agerent, cum mala namque ipsius fide imprædicabilis erat præscriptio, ut est vulgare.

Erat quoque reprobanda, si alter, cujus appellans esset hæres, malam fidem habuisset juxta, vulgarem reg. *L. cum hæres ff. de divers. & tempor. præscript. de quolite Barb. ad rubr. tit. de præscript. num. 212.*

Appellantes autem non probarunt Ralicujus malæ fidei possessoris fuisse hæredem, nec hæredis hæredem illius obligationis constitutoris, de qua fol. 8. igitur subintrant juridicæ rationes, quibus nititur optimi Provisoris sententia, quæ mihi confirmanda videtur. Ulyssipone 4. Novembris 672. Cerequeyra.

Non invenio, quod præstationes annuæ pro suffragiis Ecclesiæ persolvendæ præscribi nequeant, spatio 40. annorum, quod temporis spatium contra Ecclesiam currit, *Cap. de quarta, & Cap. illa de præscript. & quando in totum effugerent præscriptionem, recte pro parte procederet, ex text. in Cap. olim. de censib. non enim tunc præscribuntur præstationes, sed ut solvantur in minore quantitate, ex hisquæ Balb. de præscript. 4. p. quartæ principal. vers. 7. quæ cum seqq. Barb. in L. 2. num. 162. Cod. præscript. 30. Unde cum AA. fateatur defectum præstationum per 60. annos, necessario fatentur præscriptiones cum, & quadre enaria suffice-*

ret cum bona fide, quæ ex parte Rei præsumitur, cum hæres non demonstretur, neque AA. docent de privilegio, quod variæ Religiones habent, ne suæ res Ecclesiasticæ minori spatio, quæ 100. annorum præscribantur, sique dum non apparet de lege, quæ hujusmodi præscriptionem inhibeat, standi est juris regula, & receptissima sententiæ, quæ in annuis præstationibus admittit præscriptionem, ex *Valasc. conf. 49. & in specie in censu Ecclesiæ, tenet Barb. in L. comperit 6. n. 27. cum seqq.* & quanvis adversus præscriptiones 40. annorum, Ecclesiæ detur restitutio, competatque secundum aliquos, ex *Barb. in L. 3. n. 358.* tamen, ut secundus in geniole Dominus animadvertit, elapsum jam est petendæ restitutionis quadriennium; maneatque firmum judicatum. Ulyssipone 11. Novembris 672. D. Freyre.

Non præcedente posita recognitione, quia si præcesserit destruitur exemptio, & recognoscens non solum sibi præjudicat, ut tenet *Mieres de maiorat. p. 1. q. 64. num. 32. Post. de manu observ. 35. de qua re vide Vela dissert. 33. num. 76. Surd. dec. 10. & ibi Hodier. Valenc. conf. 178.*

Sed etiam suis hæredibus, successoribus, *Posteo d. observ. 35. n. 7. Mieres ubi supra n. 47. & 48.* Ubi etiam, quod ad probationem dominij circa exactiorem sufficit simplex recognitio, & ita sæpissime judicatum fuit, testatur *Guid. Pap. dec. 272. Valasc. de jur. emph. q. 8. num. 18. Gen. de cens. lib. 3. cap. 6. n. 4.*

Et ad hoc sufficit unicus actus recognitionis, *Mier. d. q. 64. n. 63.* & etiam partis census exactio, quia per illam conservatur possessio in totum, *Gratian. forens. cap. 426. num. 3. 11. & 16. Post de manu observ. 18. n. 38.*

Tunc enim potest Dominus census procedere per pignorationem contra exactorem, ut judicatum vidi in causa Illustrissimi Comitissæ de Vinosos contra Illustrissimum Comitem de Castilla Melibor

Melhor, & contra detentatorem, in quiliunum, colonum, & reliquos hujusmodi, ut etiam vidi judicatum, & ex *Bart.* ita resolutum est *L. 2. Cod. ubi in rem act. num. 16.* cum multis *Felician. de cens. 2. p. lib. 3. cap. 4. num. 10.* ibi: *Quia iudicii re ale exerceri potest, adversus detentorem*, ut probat celebre *I. C. Vlp. responsum in L. officium 9. vers. puto ff. de rei vend. de qua re vide Pereyr. dec. 66. num. 3.* Ubi inquit, quod in hoc casu non dicitur possessor colonus partiaris, cui possessio, seu hereditas colenda traditur, & quod contra hunc non agitur ex censu retro debito, nec illius anni, quo coluit, si jam locatori domino solvit: sed poterit tamen fieri fructuum sequestratio, ut census solvatur pendentibus fructibus, ut pro securitate reddituum debitorum retineantur, ne ad potestatem debitoris deveniant, ne fiat fructuum delapidatio, & ego ita vidi praticari multoties, & quod in hoc casu non erat necessarium requisitorum, de quibus *Phab. dec. 54.* probatio, de qua vide *Cens. dec. 81. & 94.* & idem *Pereyr. dec. 92.* agit an parte rei addicta, quæ censuaria est, novus ille possessor ad censum integrum teneatur, & negative resolvit.

Sed si emet totum fundum, in quo constitutus fuit census, tenetur, ad omnes census retro debitos, ut vidi judicatum multoties, & probat *Valasc. de jur. emph. g. 17. num. 17.* & tunc habet actionem contra constituentem, aut heredem ad repetendum solutum, ex eodem *Valasc. num. 22.* *Gracia de expens. cap. 11. num. 51.* Quia ex constitutione census datur jus reale, quod rem ipsam, quocunque vadat, sequitur, *Mantic. dec. 7. n. 5. Tirag. de retract. §. 8. gloss. 5. n. 8.* & potest conveniri executive hac actione, ut multis citatis tenet *Pacific. de Salvian. inter. dist. in spec. 3. c. 4. ex n. 541.* & seqq. *Eduard. de cens. p. 1. §. 3. g. 25. num. 24.* & seqq. Et ita judicatum fuit in casibus sequentibus. Ubi etiam resolu-

tum extat, quomodo probetur, quem esse Dominum census, & etiam quod Dominus census habet actionem realem, & personalem pro census recuperatione, realem contra possessorem, personalem, quando res est damnificata, & non sufficit, & semper habet electionem ad petendum censum, ut decisum fuit, in hac prima causa, & in seqq. ad alia.

No feyto de appellação de Lourenço Lopes Furtado, contra Domingos Gonçalves, & sua mulher, & outros, Escriptaõ Manoel Penheyro da Costa se deu a sentença seguinte.

Vistos estes autos, libello do A. Lourenço Lopes Furtado, contrariedade do R. Miguel Dias, procuração depois jura do R. Domingos Fernandes, citações feitas ás mulheres dos mesmos RR. q forão havidas por citadas, & apregoadas, para se offerecer o libello, mais artigos recebidos, prova dada, folha de partilhas, e escritura, certidões, & mais documêtos juntos: Mostra-se por parte do A. possuir quatro mil reis de censo annual, que se lhe devem pagar por dia de Santa Iria, impostos em huma fazenda confrontada no libello, que esta ao sitio do Lavangeyro, termo da Cidade de Faro, & que com o encargo da dita obrigação foy de Manoel Gonçalves, & sua mulher, pays, & sogros do R. q. a possuirão tẽ suas mortes, & sempre pagarão o dito censo que o A. bouve por venda, que delle lhe fez o P. Manoel Gago Pires, a quem havia sido deyxado por Ignes Rodriguez, mulher de Pedro Affonso Pires, de quem a bouveraõ cõ o dito encargo do censo, os pays, & sogros dos RR. a cujos falecimeõto os RR. ficarão por seus herdeyros, acetyraõ sua herança, & fizeraõ partilhas dos bens della, em qõ R. Miguel Dias, & sua mulher, se sabiraõ com o seu dote somẽto e, gastando ainda daterça dos defuntos, para o vencerem. Mostra-se q no inventario, que se fez nos bens do Casal do defunto Manoel Gonçalves, se assento a fazenda, de q se trata, & para se avaliar somẽto no preço do foro; se não fez partilhas da estimagaõ della,

la, mas ficou dos defuntos, & se achou em sua herança, & os bens della obrigados pelo titulo do aforamento à segurança, & satisfação do censo, & melhora desta fazenda, que depois da morte do pay dos Reos por culpa dos mesmos, & falta dos adubios, & lavoura, se perueo, & damnificou muyto assim huma vinha, que nella estava com arvores, & hũa casa, que por senão reparar, veyo ao chaõ, ficando muyto diminuida no rendimento, & destruida, & incapaz de render para o censo: Mostrase mais que em hum anno, que houve novidade de azeytona, repartirão os RR. algum dinheyro do procedido da venda, & arrendamento da mesma novidade, que se fez por mão de Antonio Pereyra, mas de consentimento, & approvaçãõ de todos em cuja forma o dito Antonio Pereyra agenciava, & arrendava a dita fazenda, em tanto, que querendose largar a Sebastiam Affonso da Costa, foy com intervençãõ de todos, como herdeyros da mesma, & possuidores pelos ditos autos, & cobrança dos fructos: Mostrase finalmente, que a este censo se devem ao A. seis annos, que pede, vencidos até o tempo do offercimento do libello, cuja obrigação de censo, & foro os RR. não negão, nem mostrão, ou allegão, que se satisfizesse, o que o A. pretende sejam condemnados, ou lhe comporem a damnificação desta fazenda, para que o censo esteja seguro, na forma do contrato, & obrigação do defunto Manoel Gonçalves, & lhe fique semperda. Por parte dos RR. se mostra, que elles nam possuem a fazenda, em que se impoz o foro, que se pede, & que por falecimento de Manoel Gonçalves, ficou de posse della Antonio Pereyra, que a cultiva, & arrenda de sua mão, & actualmente a tinha semeado no tempo da contrariedade, & que os RR. Miguel Dias, & sua mulher, não eram herdeyros dos defuntos seus pays, & sogros, sómente entrirão nas partilhas à collaçãõ, com seus dotes, & se sabirão com elles, sem herdarem cousa algũa, & que nenhũ outro dos RR. herdou parte nesta fazenda, nem del-

la são possuidores, para haverem de ser obrigados ao censo pedido. O que tudo visto, & o mais dos autos, disposiçam de Direyto, segundo ao qual a herança como successam universal, cõclue assim os emolumentos, & bens, como as obrigaçoens, & acçoens passivas, em o que tudo o herdeyro representa a pessoa do defunto, & na herança do pay, & logro dos RR. fica-se a fazenda, de que se trata, a que por seu contrato tinha obrigado todos seus bens na escriptura da imposiçam deste censo, inclusa na primeira Certidão, juntanos autos do contrato, & creaçãõ do censo, nam somente nasça, & se adquira auçam hypothecaria, & Real ao senborio do censo contra o possuidor da Fazenda obrigada, q se dá aos fructos, em razãõ da cõsa foreyra, mas tambem pessoal, contra o que se obrigou, & seus herdeyros, que se dá em razãõ do contrato, & pessoa, que a fez a que muyto mais se atende na preslaçam dos censos, & como esteja & fique na eleyçam do Senbor do censo, pedir, ou pela hypotheca, & direyto Real, que tem na fazenda ao possuidor della, ou pelo contrato, & auçam pessoal, ao que se obrigou, & seus herdeyros, antes a obrigação sua mais principal, de que não fica no poder dos que impoem censos, desobrigaremse, & fazerem eluzorias as auções, & forças de seus contratos, ou das pessoas, de quem foram herdeyros, os que acharam nas heranças fazendas obrigadas a censo, com dizerem, que as largão, por nam poderem separar no titulo da herança o lucrativo do dãnoso, a q tambem ficaõ obrigadas; antes nestes termos, succedendo na obrigação do defunto, a ficaõ obrigados, a suprir, & pagar ainda de outros bens os cẽsos impostos, no caso em q a fazenda pensionada se ache menos frutifera, & de inferiores rendimentos, aos q são necessarios para satisfação do censo, com o que os RR. por herdeyros de seus pays, & sogros, sempre succederão na obrigação do censo da fazenda de que se trata, & muyto mais pelo seu fato, por posto que o R. Miguel Dias nam fosse her-

herdeyro dos defuntos, o que não mostra, intervieffe mais, que na herança do defunto Manoel Gonçalves, com tudo se prova que elle accitou parte do dinheyro procedido da azeytona desta fazenda, como jurão as testemunhas Guimar Affonso, & Domingos Gonçalves, com que faz a testemunha Sebastião Affonso da Costa, testemunha cômua, & que jura de facto proprio que foy a que tomou de arrendamento, como que se meteu na herança, & nos actos possesoreos dos mais socios nella, se ficou obrigando pela deterioração, que ouve como causada a todos os que lucrando dos rendimentos, não acudiaão ao beneficio necessario; em cujos termos, ainda que extinguindo se os bens foreyros, & sogetos ao censo, & fazendo se infructuosos, se extinguiaão tambem esses censos, com tudo não procede, & se limita, quando por dolo, ou negligencia dos foreyros, acontece esta deterioração, porque então ficam obrigados a pagar, & satisfazer as pensoens, & censos, & todos os lucros cessantes, & danos emergentes, quando as damnificaçoens deyxem a fazenda totalmente destruida, pelo que, pelas perdas da fazenda de que se trata, a que os RR. deram causa na culpa da falta de beneficio, & adubios se ficaram obrigando, & o estão aos censos, & como se possaõ pedir, & cobrar de qualquer dos possuidores. Condeno aos RR. paguem ao A. os seis annos dos censos pedidos, & o mais, que se vencerem da lide contestada em diante, & o que cada hum pela parte, que lhe toca, cultive, & reduza a bom estado, sem deterioração à fazenda obrigada, & a todas as perdas, que por esta causão A. recebesse, que se liquidarã, & nas custas dos autos. Tavira de Março 2. de 674. Manoel Carvalho Viegas.

Aqua sententia fuit appellatum ad Supplicationis Senatium, ubi fuit confirmata. Judices: Cardoso. D. Gouvea.

No feyto de agravo do Porto, de Francisco Cirne da Silva. Mass. F. de 650. até 659. Escrivão o da Coroa, se deu a sentença seguinte.

Acordão em Relação, &c. Vistos estes autos, libello do Autor, contrariedade dos Reos, mais artigos recebidos, provas dadas, papeis juntos: Mostra se pedir o Autor aos Reos o foro, que se lhe deve do Monte do Outeyro, que era obrigado a pagar-lhe Gonçalves, morador que foy no Outeyro, em o qual hoje vivem, & possuem os Reos. Por Partê dos Reos se mostra, haver outros montes deste appellido de Outeyro, & não serem elles descendêtes do tal Gonçalves, antes haver descendentes em outra parte, mormente, que se mostra, como o foral nam impoem expressamente este foro ao dito Monte, ou Casal do Outeyro, mas simplesmente diz, que Gonçalves do Outeyro a paga, o que se pode entender de diferentes modos. O que tudo visto, & o mais dos autos, absolvem aos Reos do pedido pelo Autor, & pague o dito Author as custas dos autos. Porto 28. de Abril de 653. Parada. Fonseca. Abreu. Fuy presente Amorim.

Aqua sententia gravamen fuit interpositum ad judicium Coronæ, ubi fuit confirmata, anno 1654. Judices: Marchão. Azevedo. Vasconcellos. Fuy presente Pinheyro.

No feito de appellaçam de Diogo de Mesquita Pimental, contra Manoel Fernandes Magro, Escrivão Manoel Pinheyro da Costa, se deu a sentença seguinte.

Vistos estes autos, &c. Mostra se por parte dos A.A. serem possuidores do morgado, que chamaõ da Rasqua, no qual succederraõ por falecimento de Constança de Abreu sua mã, & sogra, por bem do que lhe pertence hum moyo, & sete alqueyres de trigo anafil, & trinta alqueyres de cevada, impostos na herdade da Rasqua, sita no termo da Villa da Veirros, como consta pelos documentos juntos, de q se manifesta periece aos A.A. o dito moyo, & sete alqueyres de trigo, & trinta alqueyres de cevada: Mostra se mais estar o R. de posse da dita herdade, & devendo contribuir cõ a dita obrigação, não faz,

V

antes

antes pelo contrario lhe dá o que quer, pelo que deve ser condemnado pagar a elles *AA.* os annos decursos, desde o tempo do falecimento da dita Constança de Abreu, até o presente, & dahi em diante a respeito do dito moço, & sete alqueyres de trigo, & trinta de cevada, em cada hum anno, ou ex biba o *R.* titulos, q̃o eximaõ da dita obrigação. Defendese o *R.* dizendo, que o moço & sete alqueyres de trigo, & trinta de cevada, q̃ os *AA.* pedem, são de hũ quinbaõ, que tem na herdade da Rulca, o qual elle sempre pagara pontualmente, o que lhe cabia pro rata do rendimento da dita herdade, pagos os foros nella impostos, & q̃ nella forma pagara sempre aos antecessores dos *AA.* de tempo immemorial a esta parte, conforme ao que depois da morte de Constança de Abreu, mãy, & sogra dos *AA.* que são os annos pedidos, não rendera a dita herdade mais que trinta alqueyres de trigo, os quaes o Reo tinha depositado namão do Lavrador da herdade avisando muitas vezes aos *AA.* para que cobrassem, porque o mais rendimento sey para pagamento dos foros, que a dita herdade tem. O que tudo visto, & o mais dos autos disposicam de Direyto neste caso & como por parte dos *AA.* se nam mostre por modo algum, que o moço, & sete alqueyres de trigo, & trinta de cevada, sejam de encargo de foro na herdade, de que se trata, nem pelos testamentos, & mais documentos jutos por sua parte se declare ser foro, & este de Direyto se nam presume, & pelas testemunhas dadas por parte dos mesmos *AA.* em sua inquiricão se não prove a natureza, & calidade do dito encargo, nẽ affirmão ser foro, ou renda, & só depoem de ouvida a ultima possuidora mãy, & sogra dos *AA.* Constança de Abreu aize do q̃ella se queixava do *R.* lhe não pagar, porq̃ esta razão não cõclue, & as ditas testemunhas de ptõ variamete da dita ouvida, & entre ellas diz a testemunha Mariana Nunes, fol. 61. vira pagar a dita Constança de Abreu 15. alqueyres de trigo, no q̃ faz cõta produzete; alẽ de q̃, no q̃ toca ao dito encargo ser de foro em q̃as ditas testemunhas jurão

de ouvida, depoem sôra dos artigos, de q̃ se manifesta, nẽ ainda deduzirẽ os *AA.* ser foro, que os ditos testamẽtos não declarã, & para se provar o cõtrato ser de aforameto sepre se requeria escritura, & tãbẽ na que por parte dos *AA.* jũta fol. 42 de hũstroca, q̃ fez Paulo Sardinha cõ Diogo Amado no anno de 1550. se declara ser quinbaõ, q̃ o aizo Diogo Amado tinha na dita herdade, & o mesmo se prova da quitacão da defunta, mãy, & sogra dos *AA.* Constança de Abreu ultima possuidora a fol. 67. porque tambem confessa, & declarater quinbaõ, & não diz quanto lhe pagaram, & os mais que são de foros, o declaracão expressamente, termos em que os *AA.* nam mostraõ titulo legitimo para a enacção do dito foro, nem ainda que o dito quinbaõ seja de quãtia certa do dito moço, & sete alqueyres de trigo, & trinta de cevada, & menos mostraõ posse algũa de o cobrar por inteiro, & como tambem reconhecendo os *AA.* esta verdade, formando o libello de cõfusa incerta no ultimo artigo delle articulacão, que o *R.* mostre papeis em contrario ao que declarã os ditos titulos, & sendo obrigacão dos *AA.* allegar, & mostrar a qualidade, & natureza dos bẽs, & encargo delles, a elles incumbia provallo, & não ao *R.* & como tãbem nas razõs fol. 64. usq̃ ad 65. offerecidas por sua parte, convẽ em ser a parte da dita herdade quinbaõ, & não foro, & mais claramete nas razõs ultimas fol. 99. a pouca cõclusão de seu libello, & defeito de prova cõcedo do ser o dito encargo quinbaõ, pedindo sũmẽte, q̃ o *R.* não arrende a herdade, sã intervencão, & noticia dos *AA.* para ver se estã cõtẽres, ou se tẽ quẽ de mais de rãda para evitarẽ o seu prejuizo pois sã interessados no aumẽto, para segurar a rãda do seu quinbaõ de q̃ tudo se collige, q̃ os ditos 67. alqueyres de trigo, & os 30. de cevada era vãda, q̃ aos senbõrios se pagava do dito quinbaõ, & o mesmo direyto se devolve aos *AA.* & sãdo rãda de quinbaõ, se hanelle diminuiçãõ pela qual razãõ, não pde o *R.* ser abrigado a cõtribuir com a dita quãtia certa, como se fosse, foro privando a da posse em que estã

esta de pagar os foros perpetuos, & corresponder do resto ao dito quinhão. Por tanto julgo, & declaro, ser o encargo, que aos AA. pertence, quinhão sómente, & não foro, & como tal pagos os foros, que a dita herdade tiver, do que mais restar, serão os AA. pagos de sua renda, abrangendo os frutos ao dito moço, & sete alqueyres de trigo, & trinta de cevada, & não bastão, cobrando prorata o que lhe tocar, & ao R. absolvo do por elles pedido, & os condeno nas custas dos autos, & havendo fraude em os arrendamentos da herdade, ou negligência da parte do Reo, em prejuizo dos AA. requer. rão sua justiça pelos meços, que entenderem o podem fazer de direyto. Elvas 23. de Fevereiro de 677.

Confirmata fuit hæc sententia, cum ab ea appellaretur ad supplicationis Senatum, à Judicibus: Cerqueyra. D. Alvarez Coelho. Et fundata fuit in deliberatione sequenti.

Quod Actores in possessione sint maioratus da Rasca, non defitetur Raus in contrarietate, fol. 26. neque quod maioratui, sit annexa pares prædij cognominati da Rasca, juxta quam Actores petunt pro quolibet anno modium magnum tritici, & septem parvulos modios, ita & triginta parvulos modios, ordein in libello, fol. 1. vers. & 2. descriptos in testamento Annæ possessoris antiquæ anno 1555. fol. 4. & iterum in eodem testamento, fol. 10. virtute institutionis fol. 19. probat etiã Actor Reum possessorem esse, & partiarium dominum dicti prædij, quod etiam ipse fatetur: allegat tamen dictum prædium varijs antiquissimis censibus esse suppositum, quod ex documentis à fol. 38. ostendit, nec à morte Constançæ solutis censibus, plus reddidisse, quam triginta modios parvulos tritici, quos in manu coloni Actori sæpe sæpius obtulit, nec ipse Actor recipere voluit, ob quæ per Provinciam Præsidem à petitis absolutus fuit, fol. 55.

Quia vero Actores nihil in contra-

rium probarunt, per quod evincatur redditus illos censuales esse, immo nec in libello deduxerunt qualitatem illam, quæ per instrumenta, vel per antiquam possessionem solutionem probari debebat. *Mend. à Cast. in prax. lib. 3. cap. 21. n. 56. vers. Sed hæc omnia Ord. lib. 3. tit. 59. junctis ijs quæ Pinheyro de censu, & emphyt. p. 2. disp. 1. sect. 2. n. 25. & disp. 4. sect. 8. num. 166. ad fin. Resolvendum est Actores, & maioratum partem tantum habere in dicto prædio, cujus redditus augeri, & diminui potest, juxta id per quod prædium locatum fuerit, quod potius ex documentis injunctis elicitur. Unde, ut Actores obtinerent, probare debebant por tanta pensione locatum fuisse prædium, quæ sufficeret ad censuales pensiones solvendas, & insuper ad partem habendam, quæ in testamento, fol. 4.*

Plane Actores in probatione defecerunt. Igitur confirmetur judicatum, ea addita declaratione, quod Actores oblatas per Reum pensiones decursas à colonis recipiat. Ulyssip. 23. Novembris 1678. In eodemmet convenere. Judices: Cerqueyra, & D. Alvarez Coelho, huic deliberationi assentiendo.

No feito de appellação Civil, em que são partes A. appellado o P. Francisco de Payva, & R. appellante Maria João, Escrivão Manoel Pinheyro da Costa, se deu a sentença seguinte.

Julgo os embargos fol. 11. recebidos a fol. 16. vers. por provados, vistos os autos, & como por elles esteja concludentemente provado haver o A. adquirido por titul. de doação o foro, de que se trata, por lho haver dotado sentio Francisco de Payva para seu patrimonio, de que se celebrou a escritura do appenso B. F. & que por virtude della tomara posse. O qual foro he imposto nas ditas vinhas, de que o auto da penhora faz menção, sita no limite do lugar de Sacavem, no sitio on de chamaõ as Affonquias; nas quaes vinhas haviaõ vendido os ditos quatro milreis de foro, em fatorda
V ij o do-

o doute Frãcisco de Payva os possuidores, q' dellas erão no tal tempo, Antonio Ferreyra, & Maria da Silva sua segunda mulher, pelas haver adquirido o dito Antonio Ferreyra, por titulo de dote q' lhe fez Francisco Lopes pay de sua primeyra mulher Maria da Costa, & pelas tessemuhas da inquirição do A. se prova, estar o A. na posse de cobrar os ditos foros, pelo titulo referido, & q' os cobrou alguns annos em vida do marido da R. até o tempo de seu falecimento & supposto que a R. se queyra livrar desse pagamento, com o fundamento da arrematação, q' seu marido fizera da dita vinha, como livres, & q' para a sua arrematação ciara por edictos as pessoas, q' tivessem algũ direyto nella, para maior segurança, com o q' se haviaõ ter por livres, lhe não pode valer, a respeito do direyto do A. & dominio, que em razão do dito foro tinha nas ditas vinhas, que como encargo real sempre passa a quaesquer possuidores, & a segurança feyta pelos ditos edictos he somete a respeito dos credores hypothecarios, que pertenderem por suas dividas, ter aução algũa nos bens arrematados pelo que julgo ao A. por senhor, & possuidor do dito foro dos quatro mil reis, impostos nas ditas vinhas das Assiquias, & por boa a penhora, feyta pelos foros vencidos, cuja execução corra seus termos nos bens penhorados, & pague a embargante os autos. Lisboa 18. de Mayo de 679. Leytaõ.

no Aqua sententia fuit appellatum, & fuit confirmata. Iudices: Baſto Pereyra. Andrade Rua. Rego,

Hæc sententia fuit fundata in deliberatione sequenti.

De constitutione census super vineis, quæ fuerant Antonij Ferreyra foci Tabellionis Ludovici do Couto, appensæ cantant scripturæ; prout etiam de dote facta in bonis dicti Ludovici Tabellionis, quæ Rea subhasta publica sibi addixit, subhastationis charta etiam appensæ, identitatem vinearum, & annui census solutionem, tam per dictum Antonium venditorem, generum Ludovicum do

Couto, & subsequenter per Rea virum affirmant testes, fol. 28. vers. 29. & sequentibus.

Tota lis vertitur, supposito, quod Rea vi subhastationis pretium, sub judiciali deposito, authorante iudice consignavit in creditorum, qui apparuissent, satisfactionem, eis programmate publico admonitis ad terminos text. in L. sicut tempore 6. ubi Doctores, Cod. de remiss. pign. Ord. lib. 4. tit. 6. in princ. & §§. sequentibus, quo peracto, nulloque apparente, iudex subhastatas res ab omni obligatione liberae declaravit, Actor deinceps, por sui census exactione contra Ream possessionem audire queat? Attenta dicta Ord. tit. 6. §. 1. quæ ad hypothecas porrigitur in verbis, ibi: A que o vendedor for obrigado, ou a causa apenhada jũto principio, ibi: E tanto que isto assim for feyto, & o preço offerecido, & consignado, o comprador haverá seguramente a causa comprada, &c. Quod in subhastationibus procedere statuit eadem Ord. in §. 2. Plane subjectio, & obligatio, qua res censita pensioni solvendæ est adstricta propriæ hypothecæ obligatio est, Avendanb. respons. 124. num. 23. Covarr. lib. 3. var. cap. 7. num. 5. & 6. Felician. Soliz. lib. 3. de censib. cap. 4. num. 2. Igitur dicendum videtur, quod interminis dictæ Legis Regiæ, eo quod Rea vir prærium consignavit in iudicio, creditoribus programmate vocatis amplius inquietari non posse.

Nihilominus tamen Actorem perdictam Ord. exclusum non reputari à prosecutione sui census, verius arbitror, etenim certum est in iure decisionem, dicta L. sicut tempore, Cod. de remiss. pign. ex qua de sumpta fuit Ord. dicta lib. 4. tit. 6. in creditoribus solummodo procedere, non vero in dominis, qui comparere semper possunt, & bona sub hasta posita vindicare tanquam propria, licet in termino eis dato non comparuerint, ex Peregr. Surd. & Hodier. docet Gurrb. observ. 87. n. 17.

adfn. Ubi differte notat creditorem in actione reali proprie creditorem non esse, nec statuto de creditore comprehendit *ad text. & gloss. in L. creditor ff. de verbor. signif. Salgad. in labyrinth. creditor. p. 1. cap. 8. num. 38. Fontanell. dec. 2. 18. n. 15. & seqq.*

Plane Actor non tam creditor, quam dominus est juris realis, quod antecessor emerat ad præcipiendos 4v. teruntios annuos à vineis censitis ad ea quæ, *Pinheir. de cõs. emphyt. p. 1. disp. 1. sect. 6. num. 80. & 87.* Cum verus sit obligationem rei censita pro annua pensione solvenda non esse propriam hypothecam, sed tantum quoddam onus reale ipsi rei impositum, ut ex illa pensio annua debeatur, ita ut repereunte census pariter, omnisque obligatio pensionis solvendæ extinguatur, *Vasla. de jur. emphyt. q. 32. numer. 13. & 14. Cald. Pereyr. de extinct. emphyt. cap. 3. n. 35. plures referens Pinheyr. supr. sect. 7. num. 120. & seqq. Gabr. Preyr. dec. 66. n. 1.* Igitur quanquam Actor in termino edicti publici, & proclamatis non apparuerit, quasi dominus juris illius, & realis oneris vinearum, super quibus census perpetuus venditus fuerat à prosequenda exactione, sui annui census, *per dict. Ord. & L. sic tempore* non excluditur, cum dominus à rei vendicando jure suo nullatenus excludatur, ex Doctoribus supra.

Nec me lateat questionis esse, an dominus census uti censuarius creditor ad judicium conversus, citatus possit sortem, & redditus decursos in creditum deducere, & pro ipsius fortis principalis redemptione instare, & jure consequi: Desputat late *Salgad. in labyrinth. creditor. p. 1. cap. 19. per tot. ubi num. 34. & seqq.* explicat, quo pacto creditor dici valeat, examinat *Olea de cass. jur. tit. 4. q. 2. num. 30. & seqq.* Ubi an si non compareat, jure hypothecæ amittat; quia tamen quæstio in censu redimibili solummodo locum habet, ubi census dominus per debitorem in-

terpellatus redimere tenetur, ita ut facto deposito census non curat *Salgad. supra num. 17. & seqq.* nostro casui adaptari nequit, ubi census perpetuum reperitur constitutus, quem redimere nullo modo A. cogi potest, igitur confirmemus judicatum. Ulyssipone 30. Julij 1679. Araujo. Et sequuti fuerunt hanc deliberationem. Basto. Pereyr. Andrade Rua.]

Attamen hæc omnia fallunt, quan-³⁵⁸ do creditor fuit culpofus, ac negligēs, quia tunc pro pensionibus præteritis agere non potest contra singularem fucessorem, sed solum adversus debitorem census, hæredesve ejus, agere debet. Et si non habeant, unde solvant propter casum supervenientem creditoris, est periculum, & sic limitatur, *d. L. Imperatores, & concordantes. & DD. supra ex L. qui decē in princip. ff. de solut. eleganter resolvit ad propositum Ganaver. d. dec. 5. num. 88. usque ad 98. cum multis tradit Nogueroi. d. alleg. 40. num. 63. cum alijs Cens. de cens. q. 98. num. 46. alias 64. Cyriac. Forens. contr. 541. num. 12. Cald. de emphyt. lib. 4. cap. 3. num. 24. Trentacinq. ubi sup. cap. 1. num. 17. Leotard. de usur. d. q. 57. num. 35. Salgad. in labyrinth. cred. p. 3. cap. 11. n. 59. Ubi num. 60. declarat hoc locum habere, quando ille, qui debet consequi census præteritos, potuisset exigere præteritas pensiones, & non exigit, quia tunc novus possessor non tenetur, sed creditori imputandum erit, *per text. in L. jure civili ff. cond. & demõstr. L. in executione §. penult. ff. verbor. oblig. Ponte de Laudem. q. 45. num. 20. Felician. de cens. tom. 2. lib. 3. cap. 6. versic. adversus.**

[Idem quoque procedit in marito negligente in exactione dotis, *Fontanell. de pact. nupt. claus. 6. gloss. 1. p. 2. n. 64. Nogueroi. alleg. 40. num. 62. Gusman de evict. q. 35. num. 60. Vela dissert. 26. n. 31. Tondut. civil. cap. 15. n. 7. & cap. 21. n. 25. In creditore maioratus, Nogueroi. d. alleg. 40. per tot. Castilb. lib. 5. contr. c. 161. n. 34.*

In pensionario Tondut. de pens. cap. 59. num. 23. & vide Fermosin. in cap. de quarta de prescript. q. 3. num. 5. & in creditore censuati Scopu in observ. ad Gratian. dec. 13. num. 37. & seqq. In fidejussore indemnitis, vel in subsidium, quod liberetur, quando creditor fuit negligens in exigendo à debitore, est text. in L. in fidejussores ff. de fidejuss. ubi gloss. verb. utilis, & omnes DD. Hieron. Grat. lib. 1. respons. 53. n. 59. Magon. dec. Florent. 45. n. 8. Hering. de fidejussor. cap. 20. §. 15. n. 25.

In consignatione, & alia negligentia, judicatum fuit in casibus sequentibus.

No feyto de appellação de Felipa Antunes, contra Manoel da Costa Vellez, o Escrivão Manoel Pinheyro da Costa, se deu a sentença seguinte.

Acordaõs do Desembargo, &c. Não foi bem julgado pelo Ouvidor Geral do Reino de Angola, em haver por provados os embargos, cõ que o appellante veyo a sentença, em que o dito Ouvidor o tinha condemnado em a quantia de cem mil reis, perdidos pela appellante, revogando sua sentença, viffos os autos, & como por elles cõste ficar o appellado por testamenteyro, & administrador dos bens, que ficaraõ por morte de Antonio de Freytas, filho da supplicante, ao qual se tinhaõ entregues os ditos bens, & se obrigou a dar contas delles, & ficar a dita appellante por herdeyra do dito Antonio de Freytas, seu filho, & como tal lhe pertencer a cobrança dos ditos bẽs, entre os quaes havia hũa divida de cem milreis q. ao defuncto se devia, na cobrança da qual se houve o appellado com descuydo, & culpa, tendo o devedor hũm navio, que bastava para o dito appellado haver por elle a satisfacão dos ditos cem milreis, posto que outros bens não tivesse o q. o appellado nam fez, antes dexou ao devedor hir fazer viagem com o dito navio, & morrer neste tempo, & lhe ser tomado o dito navio por outras dividas, sem lhe acharem outros bens, & ser o appellado conforme a Direito, obrigado a satisfacão dos ditos

cem milreis, como administrador & se haer cõ negligencia na dita cobrança. Por tanto o condenaõ nos ditos cem milreis, & nas custas dos autos. Lisboa 7. de Janeiro de 681. Baslo. Pereyra. Monteyro. Ruiz.

Hæc lententia fuit fundata in deliberationibus frequentibus.

Dolum, seu eam latam culpam, quæ de jure requiritur, ad hoc, ut administratores teneantur subire periculum nominum debitorum, non exactorum, mihi in hoc casu non probari videtur: text. in L. chyrographis 57. ff. de admistr. tutor. de quo late Escob. de ratiocin. cap. 19. à num. 21. Gratian. discept. forens. cap. 125. per tot. Valenz. cons. 179. à num. 21. Hermosill. in L. 10. tit. 1. part. 5. gloss. 4. à num. 232. Alfons. de Olea de cessio. jur. & act. tit. 5. q. 12. à num. 22. Et ideo sententiam confirmarem. Ulyssipone 8. Decembris 1680. Lopes Oliveyra.

Actrix ejus filij Antonij de Freytas, universalis hæres extitit, & Reus secundus testamentarius à primo Ludovico de Barros, bona defuncti descripta in inventario in appenso A. accepit, & per terminum, tol. 7. in dicto appenso se obligavit ad rationes reddendas, & à debitoribus testatoris debita recuperare, à debitore defuncti Emmanuelis da Costa Cerqueyra, qui defuncti debitor in 1100v. terçijs erat, 100v. accepit, & 100v. ipse debitor mansit, qui debitor ipso in portu navem propriam, vel in ea partem habebat, & qui in illa 100v. terçios, solveret ex tali portu, & Bengalam professionem Reo testamentario non contradicente, nec securitatem ad hoc debitum solvendum petendo in ipsa navi fecit, extremum ipse debitor diem persolvit, & reversa navi in eundem portum, jam mortuo debitore, in illa Provisor absentium, & defunctorum arrestum fecit alijs debitoris bonis non habentibus, ut debita creditoribus solverentur.

His suppositis quorendum venit, an appellatus in recuperatione illorum

rum roov. à debitore morosus fovet, & culpa se portasset consentiendo, ut debitor quin tale debitum illi solverit, cum sua navi vela notis panderet, & illud actrici solvere teneatur, an ista, ut suum debitum recuperare possit, teneatur de præferentia in illo provisoris judicio cum alijs creditoribus agere, sic Reus ab illa obligatione recuperandi, quamvis necessitatem per terminum dicto sol. 7. sibi imposuit liberatus manendo.

Et quia Actrici non sit necessarium præferentia quæstionem cum alijs creditoribus ventilare, dicerem, appellatumque illi solvere teneri affirmarem, quanvis primo, & amantissimo Domino diversum placeat, ut ex sua doctissima deliberatione liquet. Ad quod sciendum est, quod administrator diligentius administrare debet res administrationis, quam suas, & cum pluribus docet, & defendit *Gasophil. p. 2. cap. 22.*

Dum vero debitor erat illo in portu, ubi navem suam habebat, poterat, & debebat Reus illum exequi in parte, quam in tali navi habebat ipse debitor pignorandus, quia si hoc Reus fecisset, vel quæteret pecuniam, ut solveret, vel vendita navis parte Actrix soluta foret. In culpa, non, & dolo Reus fuit, quando cum possit debitorem convenire, illud facere neglexit, sic defendit *Bart. in L. chyrographis ff. de administrat. tutor. & ibi gloss. 1. idem cum multis asserit Demandar. de tutor. cap. 7. num. 38. & Bacc. de decim. tutor. cap. 2. n. 111.* Ubi ait reputari tutorem, & curatorem in culpa, quibus adde *Gutierr. de tutel. cap. 1. n. 98.*

Et si quæratur de quanta culpa negotiorum gestor teneatur, si aliquod detrimentum adveniat, cujus res, aut negotium gerit, distinguendum esse existimo, quia si negotia erant desertæ, quæ nullus alius erat gesturus, tunc negotiorum gestor tenetur de dolo, & lata culpa, quæ *L. quod nervat ff. de-*

posit. equiparatur dolo, L. 3. §. inter dum junct. a gloss. 161. ff. de neg. gest. ubi Greg. Lopez. Si vero erat desertæ, sed quæ facile quanvis alius gessisset, etiam sub distinguendum est, quia si nullus diligentissimus se offerebat, qui ea peteret, tunc tueretur etiam de levi culpa, sicut in similibus contractibus, qui cedunt in utriusque partis utilitatem teneri solent homines de levi culpa, *L. tutori Cod. de neg. gest. L. si negotia junct. a gloss. 1. ibi ff. eodem tit.* Si vero se offerebat diligentissimus, qui eo quod ipse gesserit, impeditus est ne ea gereret, tunc tenetur etiam de levissima culpa §. 1. in fin. junct. a gloss. ibi *Inst. de obligation. quæ ex quali contractu, L. 34. p. 5. tit. 12. concinitque L. si pupilli §. videamus ff. de negot. gest.* Præsens negotium, quando Reus illud accepit in judicio se obligando, ad illud faciendum desertum non erat, si quid aliud defuncti testamentarius erat, qui illud etiam agere debebat, neque alius quanvis diligentissimus admitti licitum erat, quia testator Actricis filius suos testamentarios nominatos reliquit, Reus defecit in recuperando prædict. roov. terunt, quæ dum debitor existerat, & illo in portu suam habebat navem, de facili recuperaret, & sic plusquam in culpa levi, cum invenio, & dehiendo in hac recuperatione, & facto ab illo prædictæ termino obligationis, cur hoc onus præferentiæ disputationis actrici imponere debemus, reformetur igitur Provisor. Ulyssipone 10. Decembris 1680. Monteyro.

Mhi extra dubium est, quod administratores in exigendis debitis solus tenetur de dolo, & lata culpa, ut optime advertit, & comprobat primus sapientissimus sodalis, & ait, *Valasc. de part. cap. 8. num. 19. Fragos. de regim. reipub. x. p. lib. 6. disput. 17. n. 11. Ord. lib. 1. tit. 62. §. 30. & tit. 87. §. 22.*

At vero in nostro casu, hoc non militat in appellato propter terminum in appenso, sol. 7. ubi se obligavit, casu quo

quo debitores absentiam fecissent, assecurationes petere in quo defuit, ut ex actis patet, & ita ex propria obligatione de levi culpa tenetur, ut ostenditur à secundo amantissimo Collega, cum quo libenter convenio. Ulyssipone 15. Decembris 1680. Ruiz.

Ego autem sedulo examinaris actorum meritis sententiam Auditoris libenter amplector, cum primo doctissimo Domino ex erudite ab eo notatis. Ulyssipone 31. Decembris 1680. Quitel.

Doctissima sunt præcedentium dominorum iustitragia, & ni ex officio mihi injuncto tenerer, meam propalare mentem, verum teneor, & ideo non erubescio, quid censeam in præsentia dicere.

Administratores de dolo, & culpa lata tenentur, si tempore opportuno debita non exigant, & in hoc negligenter se habeant, ut probat *Valasc. de part. cap. 8. num. 19. Escobar de ratiot. cap. 19. per tot. & præcipue num. 65. vers. & finaliter.* Unde administratores onerat, non solum de damnis suo dolo, sed etiam de damnis sua negligentia contingentibus, & omnes alij Doctores à præcedentibus Collegis allegati. Visiigitur actis, mihi videtur in dubium in exigendo debito, de quo agitur, negligenter se habuisse administratorem, igitur facit contra illum terminus, ab illo signatus in appenso, fol. 7. in quo ad omnia damna, se adstrinxit: Condemnetur ergo. Ulyssipone 27. Decembris 680. Basto Pereyra.

No feytode Felipe Cardoso, como Procurador da Fazenda de S. Magestade, Ecrivão Luis Gomes Pinheyro, se deu a sentença seguinte.

Acordaõ em Relaçam, &c. Que visto estes autos, libello do A. que o Procurador da Fazenda nam contrariou, sendo para a causa citado: Mostrase pedir o dito A. cento & trinta mil, oytocentos & setenta & oytoreis, que o Marquez de Villa Real, cujos bens forão confisca-

dos para a Coroa, lhe devia de resto de mayor quantia: Mostrase outrozi, fazer-lhe pagamento o dito Marquez da dita quantia em vinte & dous mil reis (de hum seu prestimonio que tinha) de oytenta & oytomilreis, dandolhe procuraçam em causa propria, que o dito A. acetyou para arrecadar o dito prestimonio, por tempo de quatro annos dante maõ proprio de vinte & dous milreis, em cada bñ anno, que lhe rendia, & que se montava a dita quantia de oytenta & oytomilreis; Mostrase mais haver-lhe dado o dito Marquez hum conbecimento, fol. 20. em que confessa dever ao dito A. quarenta & sinco mil & oitocentos, setenta & oytoreis. O que tudo visto como mais dos autos, & como considerado o tempo em que foram confinados os ditos oytenta & oytomilreis no A. na renda do prestimonio, para cuja cobrança lhe deu o Marquez adita procuraçam em causa propria, poder o dito A. haver feyto delles a dita cobrança, de que não consta, & assim se presume cõforme a Direyto contra elle estar satisfeito, mayormente quando tinha a ceyta a dita cobrança, & tardou muytos annos em dizer, que nam houvera efeyto, absolvem ao dito Procurador da Fazenda, da dita partida de oytenta, & oytomilreis, & dos oytomil & novecentos, & vinte reis, que mais pede o A. além do sobredito das cousas de que se trata no artigo 5. de seu libello, visto o defeyto da prova, & condenam ao dito Procurador da Fazenda em quarenta, & sinco mil & oytocentos, setenta & oytoreis, contendos no escrito, fol. 20. dos quaes se nam mostra satisfação os quaes pagará dos bens confiscados ao dito Marquez, de que está de posse a fazenda de S. Magestade, com os redditos a sinco por cento, até a prizaõ do dito Marquez de todo o mez de Junho por diante, do anno de 1631. a esta parte, & seja sem custas, por ser entre o procurador de S. Magestade, & seu Vassallo. Lisboa 25. da Agosto de 1642.

Sousa. Estaço. Francisco de Carvalho.
Et generaliter non est subveniendum

dum, qui sua negligentia se exclusit, & in tempore apta remedia non adhibuit, *L. veteres in fine ff. timer. act. que privat. L. non enim ff. ex quib. caus. maior. L. qui repudiantis §. qui contra ff. in offic. testam. L. rem ff. evict. L. pupillus ff. que in fraud. credit. L. 4. §. negligentia ff. de fidejuss. tut. Aldovm. conf. 19. n. 8. & 9. Bar. dec. 90. num. 34. Menoch. conf. 58. num. 19. Medic. de cas. jur. q. 9. n. 11. Vuessembeq. conf. 36. n. 31. vol. 1.*

Negligentia enim tacitam inducit juris renuntiationem, quæ devoluit in alium, cum multis *Guirb. dec. 4. num. 2. Et quia ne melioris conditionis sit negligens, quam alius, cui nihil est imputandum, L. servus ff. quod vi, aut clam, L. si ve ff. neg. gest. Guirb. d. dec. 4. num. 2. de qua negligentia vide Jul. Capon. discept. 35. & Vela dissert. 26. n. 17. & 76. Cyriac. contr. 433. Guirb. conf. 44. n. 14. & seqq.*

Et negligentia dicitur intervenire, quod aliquis non utitur in tempore convenienti remedijs à jure concessis, *Cap. licet Episcopus de præbend. in 6. Becc. conf. 37. num. 3. & conf. 105. n. 26. Tusc. lit. n. conel. 31. n. 2. Caphal. conf. 6. Menoch. de recap. poss. remed. 2. n. 12.*

361 Et quando proceditur adversus tertium possessorem, non est necessaria excussio principalis debitoris, nam quanvis ad hoc, ut procedatur adversus tertium possessorem, sit necessarium, quod præcedat excussio bonorum principalis, sine qua non datur actio hypothecaria, adversus tertium possessorem bonorum, *Ord. lib. 4. tit. 3. ubi multos refert Ang. Barb. in collect. Auth. hoc. si debitor, Cod. de pign. L. distractus 14. Cod. eodem Bart. in L. re alienam num. 44. ff. pign. act. Cyriac. contr. 490. num. 30. Merlin. de pign. lib. 5. tit. 2. q. 67. n. 2. Joseph. Vela 1. p. dissert. 20. n. 3. & 4. Gam. dec. 99. n. 2. Anton. de temp. leg. lib. 2. cap. 40. num. 22. (de qua re diximus tom. 2. cap. 11. §. num. & seqq. Et dicemus favente Deo, ad Ord. lib. 4. tit. 3. & interim vide sententias sequen-*

tes, in quibus hæc materia decisa fuit.

No feito de Manoel da Costa Conde, contra Catharina Gomes Viuva R. Eserivaõ Manoel Pinheiro da Costa, se deu a sentença seguinte.

Vistos estes autos, libello do A. Manoel da Costa Conde, embargos da R. Catharina Gomes Viuva, recebidos por parte de contrariedade, mais artigos juntos, sentença junta: mostra-se por parte do A. que elle foy rendendo da Mesa Pontifical da parte do Arcebispoado de Evora, de toda a Comarca do Campo de Ourique, e como tal arrendou o ramo das messias a Pascoal Rodrigues de Araujo, por tempo de dous annos, que começaraõ em seis centos setenta, e tres, em preço de cento e oytenta mil reis cada anno, para cuja segurança obrigou, e hypothecou geralmente seus bens, moveis, e de rais havidos, e por haver, e em especial huma vinha, sita em Palmella, e humas casas nesta Villa, na rua de S. Francisco; mais se mostra, que saltando o dito Pascoal Rodrigues de Araujo ao comprimento da escritura, e conforme suas clausulas o citou na pessoa do distribuidor, e alcançou sentença pela qual fez execução nas casas, que se lhe remataraõ em seu lanço, e depois alcançando tambem a R. sentença contra o dito Pascoal Rodrigues, fez execução em certos bens em Palmella, sem elle A. ter noticia em as casas pelo que elle A. veyo com embargos de terceiro, senhor, e possuidor, os quaes consideradas as nullidades, que ouve na citação se julgaraõ por não provados annullando-se a sentença, e arre-matação, a qual sentença se confirmou em Relação, com direito reservado a elle A. na preferencia de sua divida, finalmente se mostra, que nesta conformidade protestou elle A. de haver sentença pela sua hypotheca, contra os bens do devedor, o pre-ferir em todo o tempo, o qual protesto se notificou a R. e executando primeiro o dito devedor principal, se não acharaõ outros bens mais, que os referidos, que sempre passaraõ, com seu encargo, por ser a hy-

pothecca delle *A. anterior* em seiscentos, setenta e tres, e a da *R. em* seiscentos e setenta e quatro, e assim deve a *R. a* brir mão dos ditos bens do devedor, com os fructos da indrvida occupaçam: Por parte da *R. se* mostra, que a chamada sentença he nulla; pois não foy citado o devedor originario Pascoal Rodrigues, estando em parte certa; pois estando nesta Villa o *A. onam* citou em sua pessoa, e de presente estando com casa na Cidade de Braga cõ mulher, o não foy, e por falta de citaçam, tudo he nullo. Mais se mostra, que nos taes termos nam podia o devedor originario ser citado na pessoa do distribuidor, o havia de ser em sua pessoa; mais se mostra, que o *A. está* pago, e satisfeito do dito devedor, e lhe não deve conta alguma, e a chamada renda, de que se trata, ficou extincta pela paga, que lhe fez, e o *A. o* confessou por muytas vezes. Mostra se que se o devedor originario lhe foy devedor, o não he da dita renda, mas de outras, que por escrito devia de haver entre elles, e para fazer melhor a divida, usou da chamada escritura, que já estava satisfeita por alguns descritos, que entre elles houve. Mais se mostra, que tendo o devedor originario bens, que são os que a *R. aponta*, estando em lugar certo, nam pode ser demandada, sem primeyro o ser o devedor, o qual tendo bens, primeyro se deve excutir; outro si se mostra, que para haver execuçam, nam deve o devedor originario ter bens alguns, e nam basta, que os nam tenha em hum lugar, quando os o tem em outro, e assim tendo muytos o devedor originario, estando em lugar certo, nam pode ella *R. ser* demandada, sem primeyro o ser o dito devedor, que está em Braga. O que tudo visto, e o mais dos autos, disposiçam de Direyto em semelhante caso, e como pela inquirição da *R. se* prova, em como o devedor originario está morador em a Cidade de Braga com mulher, e se não mostre como a dita sua mulher fosse citada para esta causa; e outrossi se prova em como tem bens, no qual caso devia pri-

meyro ser excutido, absolvo a *R. do* pedido pelo *A. em* seu libello, e pague o *A. as* custas dos autos, a quem deyxou seu direyto reservado, contra devedor originario. Setural 25. de Mayo de 673. Francisco Homem de Sá.

A qua sententia fuit appellatum ad Supplicationis Senatum, ubi fuit confirmata. Iudices: Cardoso. Ribeyro.

Et hæc sententia fuit fundata in de liberatione sequenti.

Excussio regulariter debet præcedere in principali debitore, priusquam agatur contra fideiussorem, vel tertium rei possessorem, *Authent. hoc si debitor*, Cod. de pignor. Ord. lib. 4. tit. 3. in princip. Ferreyr. decis. 63. à num. 1. Cyarlin. contr. 95. per tot. Castro in praxi 1. p. lib. 4. cap. 4. num. 12. Pich. in §. item si quis in fraudem mm. 18. & in §. item si vianan. 46. Inst. de actionib.

Plane in nostra specie non apparet excussio principalis debitoris legitime facta, ut ex actis aperte constat, quia etiã ex certitudinibus, quibus Actor intendit probare principalis debitoris bona, non sufficere ad solutionem debiti, nihil concludunt ad excussionem, cum in illo tempore potuisset, non habere bona, & postea ea acquirere, quia certitudines reperuntur scriptæ, anno 665. & sententia condemnationis invenitur pro lata anno 669. & sententia excussionis anno 679. ut patefecit ex certitudinibus à fol. 17. & ex sententijs præfactis, fol. 10. & 22. in principio, quod manifeste ita ostenditur; quia ex testibus à fol. 44. probatur, quod principalis debitor in Civitate Bracharensi habet bona, & tabernam mercium. Quare pronunctio hypothecaria non habet locum. Igitur iudicatum eprobare. Ulyssipone 27. Januarij 675. Quisfel.

Convenerunt. Ribeyro. Cardoso.

No feyto de Francisco Rodrigues Curado, com a Madre Soror Antonia Maria do Sacramento. Religioza no Convento de Santa Clara, Escrevam Ma-

Mancel Pinheiro da Costa, se deu a sentença seguinte

Acordão os do Desembargo, &c. Nam foi bem julgado pelo Iuz do Crvel desta Cidade, em haver por nulla a doação, e trespasso, que o devedor originario fez na R. sua filha, revogando sua sentença, vistos os autos, e como a aução, que o Autor intentou não tenha lugar havendo bens do devedor originario, em que se possa fazer execução pelo resto da dívida, de que se trata, como em effeito ha, e tem o Autor feito penhora, sem que obste correr litigio nos ditos bens sobre preferencias, termos em que senam pôde dizer estão executidos os ditos bens, por tanto julgaõ nam ter lugar a aução intentada, em quantonão estão executidos todos os bens do dito devedor originario, e condenaõ ao appellado nas custas dos autos. Lisboa 28. de Novembro de 679. Basto Pereira. Andrade Rua. Vanvessem.

Hæc sententia fundata fuit in deliberatione sequenti.

Licet appellans multas solutiones à parente suo factas appellatò creditori, quas recenset à fol. 97. in suis allegationibus à fol. 137. proponat, non omnes sunt ad extinctionem debiti, de quo in sententia appellata, fol. 13. & in ipsis apochis, de quibus à fol. 97. inveniuntur, fuerunt enim datæ ante dictam sententiam, & non extinguunt debitum in ea contentum.

Verum quamquam ita sit, & vere constet non esse appellatum integre satisfactum: non ideo sequitur, quod sit locus actioni revocatoria, hæc namque locum non habet, nisi prius discussis omnibus bonis debitoris, L. 1. *Cod. de revocand. his, quæ in fraud. cred.*

Idem, & si hypothecaria actione utatur creditor appellatus, *Auth. hoc si debitor Cod. de pign.* Actor appellatus non ostendit excussa esse omnia bona debitoris, immo appellans, non esse omnia excussa, probat ex documentis à fol. 94. ex quibus demonstratur ipsum appellatum virtute suæ senten-

tia pignora judicialia habere in bonis debitoris: & licet controuersia sit inter creditores, non ideo dici potest, quod sunt excussa debitoris bona, quia sunt debitoris bona, ideo inter creditores contentio est, quis sit præferendus, & hoc casu, non dicuntur bona excussa, ut tenet *Iacob. de Arena in tract. de execution. 60. n. 17. & Actor agnoscit in allegationibus fol. 166. vers. ad fin. & fol. 167. & fatetur pignora judicialia habere. Quare non dum inveniuntur excussa bona debitoris, non est locus Paulianæ actioni, nec etiam Seruianæ in rem, quæ dicitur hypothecaria, sic revocata sententia. Vlyssipone 21. Octobris 679. Vanvessem.*

Cum præcedenti domino sententiam serie prolatam revocarem, etiam si census, de quo agitur, si ab appellantis parente in creditorem fraude emptus, & in jure validus censetur, nec per actionem revocatoriam rescindi potest, nisi concurrentibus requisitis, de quibus fit mentio à *Mend. à Castr. lib. 4. cap. 4. per totum*, que non recensio, ne hæc mea deliberatio tædio subiecta fiat: Maxime cum non constat patrem appellantis tempore, quo omitt dictum censum, mille alia bona possedisse, nec postea examina, & hujus processus documenta, hanc circumstantiam lymare posse, nec excusationem bonorum explorare.

Nec fraus dici potest intervenisse, quia quando filiam Deo dicavit, ut Sanctæ Claræ adoptivam fuisset, divitijs luxuriabat, & deinde necessitas vanitatum, aut consuetudo introduxit Religiosas tanquam egenas, & pauperes census, seu annonas habuisse, ut melius, & honeste necessitudines tolerare possunt. Ulyssipone 10. Novembris 1679. Andrade Rua.

Cum his convenio. Basto Pereira. No feito de appellação, em que são partes Gaspar Godinho, contra Dona Paula da Sylva, Escrivão Lourenço Correa de Torres, se deu a sentença seguinte.

X ij

Vistos

Vistos estes autos, &c. Mostra-se por parte do A. que ausentando-se deste Reyno hum Bartholomeu Nunes, irmão de sua mulher, para as partes da India, o Doutor Diogo Monteiro de Noronha tomara cento e oytenta e cinco mil e oytocentos e dez réis, procedidos da legitima do dito ausente, a razão de juro de cinco por cento, e no mez de Março de 1642. por duas vezes obrigando para o pagamento as casas, que possubia com sua mulher Dona Maria Antonia da Sylva nesta Cidade a S. Thomé, de que a R. está de posse, e que falecendo Joseph de Couto, seu antecessor, e primeiro curador, que foy do dito ausente, em razão de ser casado com a dita sua mulher, a quem o dito devedor havia feito obrigação de pagar a dita quantia, com seus redditos, ficara elle por sua herdeira, e por se casar segunda vez com elle A. fora nomeado Procurador do dito ausente, a quem como tal competia a cobrança do dito dinheiro, que a R. devia satisfazer-lhe pelas ditas causas, com os redditos do tempo da obrigação, até real entrega, abatido o que por quitações constar, que tem satisfeito a dita sua mulher, ou seu antecessor; que o dito pagasse alguns juros, pois se não mostrava, que do dito devedor originario ficassem outros bens, nem herdeiros, que devam ser demandados: Por parte da R. se mostra, que a obrigacam, de que se trata, nam foy feita por elle, mas pelo dito Doutor Diogo Monteiro de Noronha, e sua mulher D. Maria Antonia de Sousa, cujos herdeiros deviam ser citados, e que as casas, em que se fez a dita hypotheca, estão vinculadas ao morgado, de que ella R. he possuidora, por o dito Diogo Monteiro de Noronha, não ter inteiramente cumprimento a elle, havendo recebido os bens, de que se devia pôr vinculo, que seu sogro, e pay della R. o Doutor Simão Soares de Carvalho instituir a, e que assim sendo ella R. terceira possuidora, não podia ser primeiro demandada, e estando as duas casas já nomeadas ao morgado, de que a administradora por duvida do dito Diogo Monteiro de Noronha, também nunca podia ser obrigada a satisfazer a dita quantia

por ellas, por onde devia ser absoluta, não obstante a interlocutoria, que havia proferido por meu antecessor nesta materia, fol. 56. vers. porque como for a injusta, devia ser revogada, e o podia ser até a sentença, e na propria sentença definitiva. O que tudo visto com o mais, que dos autos consta, disposição de Direito no tal caso, conforme ao qual, e Ley expressa do Reyno, não pôde o terceiro possuidor ser demandado, sem que primeiro o principal originario devedor, ou seus herdeiros, sejam executados, e proceda sentença declaratoria, de que não tem bens, em que se faça execução, posto que seja ainda notorio, que os não tem, ou não ficarão do principal obrigado, e como se mostra, que a R. he terceira possuidora das casas hypothecadas à duvida da contenda, e sendo como tal demandada, nam consta, que fossem demandados os herdeiros do principal devedor falecido, nem os de sua mulher, que juntamente fez a obrigação, e consentimento na hypotheca pela razão, que deu na escritura, e menos se mostra, ou he notorio, que dos obrigados referidos, não ficassem bens alguns, em que se podesse fazer execução; para que tenha lugar a aução presente contra a R. sendo que ainda sendo notoria a falta dos bens dos ditos devedores principaes, devia sempre proceder sentença declaratoria para a R. poder ser demandada, e sendo requerida, que mostrasse bens dos devedores, para que com sua assignação cessasse o libello, ou na sua falta procedesse a aução, se não mostrar, que a dita R. se lhe assignasse para isso algum termo, antes fazendo-se o requerimento, fol. 37. vers. a meu antecessor, lhe não deferto, como se vê fol. 38. vers. de que tudo resulta o ser menos bem fundada a interlocutoria dict. fol. 56. vers. em quanto se regeitou a excepção da dita R. pelo fundamento de nam dar prova a ella, estando a tal pelo theor do mesmo libello provada, e justificada pelos mesmos autos, e por Direito, e sendo a tal sentença injusta, poder ser juntamente revogada, mayormente, quando

na replica a contrariedade da dita R. tornou a consentir o A. em se abster de ontra vezesta duvida, fazendo artigo sobre esta materia; com que procede mas sem duvida, poder se revogar a dita interlocutoria, posto que no termo da Ley nao fosse pella parte impugnada, absolvo a R. do pedido pello A. e lbe deixo seu direito reservado, para que executados orbens, e herdeiros dos principaes devedores, a possam obrigar na forma referida, e pague o dito A. as custas dos autos. Lisboa, 4 de Outubro 1676. Gaspar Penalvo da Sylva.

Aqua sententia fuit appellatum, & fuit confirmata Judices: Pinheiro. D. Portugal. Vanueffem.

At contrarium, & quod excussione non teneretur facere creditor in bonis debitoris, quando formavit iste concursus suorum bonorum, refert decilum, *Quesada Pilo forens. contr. cap. 48. num. 21. ex Molin. de primog. lib. 4. cap. 5. n. 21. Noguerol. alleg. 2. num. 113. Salgad. in labyrinth. credit. 1. p. cap. 23. n. 1. & ibi alios multos refert, & multis rationibus comprobat, & his non allegatis, indicatum fuit in causa Joseph Colares, contra fideiussorem Emmanuelem Ribeiro de Lima, anno 1680. apud Not. Antonium Teóvares, non obstantibus praecitis exemplis, à me allegatis, & ostensis.) De qua excussione debet constare per sententiam declaratoriam citato tertio possessore, Bart. in L. stipulatio §. habet autem ff. non oper. nunc. Mantie. de tacit. lib. 3. tit. 17. num. 21. Gut. de jur. confirm. 1. p. cap. 33. Gam. dec. 99. num. 2. Cal. de empt. cap. 33. num. 18. Salgad. in labyrinth. credit. 1. p. cap. 23. n. 45. & seqq. in termini Vella dissert. 34. n. 4.*

De excussione, & quomodo facienda contra principalem, sive contra tertium possessorem rei hypothecae subiectae, & quando habeat locum, vel non, vide August. Barbof. in collect. ad text. in cap. 2. de fideiuss. Tuse. lit. E. c. 401. Fachin. lib. 8. contr. cap. 51. Seac. de com. c. §. 2. gloss. 5. n. 268. & 295. Merlin. de pign. l. 5. q. 67. tit. 2. Flor. var. q. 11.

Menoch. adpiscend. remed. 5. num. 143. Cast. L. 63. Taur. Bolan. in Cur. Philip. tom. 2. verb. fallidos. 50. Farin. conf. 165. Gratian. reg. 358. Cancer. var. 2. p. cap. 5. n. 29. & 172. Greg. Lop. L. 14. tit. 13. partit. 5. Molin. lib. 1. de primog. cap. 7. n. 30. Felician. de cens. lib. 3. cap. 4. Baeg. de debit. cap. 5. n. 31. Gut. de jur. 1. p. cap. 23. Aylon ad Gom. 2. var. cap. 13. num. 15. Gratian. cap. 230. & cap. 723. n. 19. Parador. lib. 2. quot. cap. fin. §. 7. part. 4. Barb. in L. si constante ff. solut. matr. n. 58. Castill. lib. 4. contr. cap. 26. n. 30. & cap. 40. n. 68. Hermosill. L. 56. tit. 5. partit. 5. gloss. 7. n. 49. & 50. Noguerol. alleg. 2. n. 111. & alleg. 94. n. 41. & alleg. 19. 23. & 35. Carleual de jud. tom. 2. disp. 18. Salgad. in labyrinth. credit. 1. p. cap. 23. pertotum, & 2. p. cap. 5. num. 25. Valenc. conf. 19. n. 53. & conf. 197. num. 34. 35. & 36. cum multis, Olea de cess. jur. & act. tit. 3. q. 7. num. 19. & tit. 7. q. 3. num. 38. Cens. de cess. Ord. lib. 4. tit. 59. novissime Maldonado, ad Molin. lib. 4. cap. 7. num. 31. (Cápye. Latr. conf. 142. ubi ad multa videndum, Cancer. var. lib. 2. cap. 5. Cyriac. cōtr. 327. Int. Capon. discept. 122. Menoch. de arbit. q. 151. Olea de cess. jur. & act. tit. 7. q. 3. n. 38. Noguerol. alleg. 2. n. 13. Larr. alleg. 26. 14. vers.)

Attamen in hypotheca censuaria, nec in tertio possessore rei censui subiectae, praedicta regula non procedit, in ea enim peculiare est tertium possessorem absque excussione conveniri posse pro census solutione, ex multis Cyriac. forens. contr. 541. num. 3. Cov. lib. 3. var. cap. 7. num. 6. Rodrig. de ann. reddit. lib. 2. q. 9. num. 51. Zavalh. q. 56. n. 35. Noguerol. alleg. 19. num. 3. Guirb. dec. 55. num. 7. Gam. dec. 13. n. 3. Per cir. dec. 66. Surd. conf. 162. n. 12. Felic. de censib. lib. 1. cap. 4. n. 5. Valasc. de jur. emphyt. q. 32. num. 13. Castill. tom. 4. cap. 61. num. 19. & num. 39. versic. non obstat 4. Milanens. lib. 2. dec. 2. cum multis Joseph Vella 2. dissert. 34. n. 9. & diximus supr.

De creditoribus, & eorum privilegijs, & ad varias quaestiones, vide Salgad,

- Salgad. in labyrint. cred. A Cost. de privul. credit. Rodrig. Cod. tract. Ord. lib. 3. tit. 91. Reynos observ. 61. Mend. in prax lib. 3. cap. 21. n. 58. & seqq. 1. p. & 2. p. lib. 3. cap. 21. num. 164. & seqq. Carlarval de iud. tit. 3. disp. 25. & seqq. Fernosin. in cap. fin. de libel. oblat. q. 4. §. 4. pag. 43. Thormud. dec. 49. & 50. Gait. de credit. per tot. Girib. dec. 22. & 65. Phab. 2. p. dec. 116. Perreir. dec. 7. 16. 13. 39. 44. 70. & 107.*
- 366 De census materia, & questionibus, vide latissime Joseph Vella 2. part. dissert. 33. & 34. Pinheiro, Falcian. Avena. Conf. in tract. de cens. Leotard. de usur. q. 41. & seqq. latissime Aug. Barb. in collect. ad tit. de cens. Gibal. de usur. p. 2. lib. 4. cap. 6.
- 567 Idem, quod dicitur in fideiussore, & tertio possessore dicendum est in cessione, nam quanvis quando cessio facta fuit, si cessionarius non exigit a debitore, vel sit fallitus debitor, habeat recursum aduersus cedentem cessionarius, quia secundum veriorum opinionem omisissis distinctionibus, de quibus statim referendi; in simpliciter cessione inest tacita conditio, si solutum fuerit cessionario, ideoque nominis periculum cedentis sit, L. si mandauero 22. §. inter dum ff. mand. Tondut. Civil. resol. cap. 49. n. 3. Canter. p. 2. var. cap. 6. num. 183. Fontanell. dec. 67. num. 1. Thor. 101. 91. num. 40. Gufmen de enict. q. 35. num. 88. Stac. de comere §. 2. gloss. 5. num. 250. explicat Cresp. de Valdaura observ. 104. q. 1. *Salgad. in labyrint. credit. 3. p. cap. 20. num. 37. & 45. & 1. p. cap. 10. n. 28. Merlin. depignor. lib. 5. quæst. 3. n. 53. & q. 9. & q. 12. num. 9. & 10. & q. 30. num. 32. Leotard. de usur. q. 39. n. 51. Perreir. dec. 38. Castill. lib. 4. cap. 59. num. 51. & lib. 5. cap. 77. Antouel. de tempore leg. lib. 1. cap. 36. (elegant: exornat, & defendit Quesada Pile forens. contr. cap. 48. per tot. cum multis Scop. in add. ad Gratian. dec. 13. n. 32. 33. & 34. Mann. tom. 1. quotid. cap. 42. num. 1. Capyc. Latr. conf. 148. n. 16. Prato forens. cap. 21. n. 57.) Olea de cess. iur. & act. tit. 7. q. 3. num. 19.*

Ubi non concedit ex dictis DD. re-
cursum aduersus cedentem, quando
cessio est qualificata, aut cessio facta
data in solutum, quia tunc periculum
pertinet ad cessionarium, L. si pupilli
§. soror. ff. solut. Perer. de Castr. dec. 38.
& ex Leotard. d. n. 51. (Quod adeo ve-
rum est, quod si chyrographum detur
in partem pretij venditionis, aut in so-
lutum, licet non facta fuisset cessio,
sed solum traditio, si debitor erat in
sua opinione, licet postea fiat deco-
ctus, periculum pertinet ad accipien-
tem, ut iudicatum fuit in causa Leonar-
do Duarte, com Luis Escarlate, anno 1662.
apud Notarium Dominum Ludovicum ab
Olineira. Extentor sententia est sequens.

*Acorção os do Desembarço, &c. Aggra-
vado de o aggrauante pelo Corregedor do
Cruel da Cidade, em julgar correr o perigo
do escruto dos duzentos mil reis da dívida
de Rodrigo de Leão, por conta do aggra-
vante, pelo dito de edor depois haver que-
brado: Provenido em seu aggrauo, vistos os
autos, & como por elles se mostra, que o ag-
grauante deu o dito escruto em pagamento
ao aggrauado; por conta do preço das cai-
xas de assucar, que lhe vendendo, não estando
o dito devedor cabido de condição, & cre-
dito, no qual caso se indusio logo novaçam,
ficando o aggrauante livre, e o perigo pas-
sando ao aggrauado, que acceitou, e deu
quitação, absolvem ao aggrauante do pe-
dido pelo aggrauado. Lisboa de Janeiro
da 1662.*

Et petita fuit revisio, & negata fuit,
de qua re vide citatos in nostra mate-
ria, & ultra eos Hodiern. forens. contr.
cap. 27. Ubi etiam cedens nomen de-
bitoris, & promittens, illud verum, &
exigibilem, quando teneatur cession-
ario. Et quid si debitor cessus bona
stabilia haberet, & postea decoxit, &
emptor non inventus fuit ad illa, de
qua re vide etiam eleganter agens,
Quesada Pilo cōtr. forens. cap. 48. Ubi cō-
tra sententiam in terminis venditoris
nominis defendit post Oleam, & alios
multis moderniores DD. & etiam
agit

agit de intellectu in *L. si nomen ff. de hered. & act.* & etiam tractat, quod exigibilitas nominis debitoris intelligitur promissa per clausulam facere, habere, & possidere, qua accedente promissione cedens tenetur ad perpetuum periculum de facto ac de iure eviniciens, eleganter de materia nostri num *Scopa in observ. ad Gratian. dec. 13. n. 44. & seqq.* & ibi multis citatis explicat, & exornat, & de materia n. seq.)
 371 Inquit in *d. n. Olea* faciendam esse differentiam inter simplicem cessionem nominis, & eam, quæ non solutionis causa, sed in solutum sit, ut illa solutionis vim non habeat, hæc vero solutio sit, proindeque ex illa non liberetur cedens, & ex hac liberationem
 372 consequitur, & cessionarij sit periculum, asserit etiam ex facto pendere, an cessio simplex sit, vel qualificata;
 373 quia dividitur inter simplicem, & qualificatam, *Surd. conf. 22. n. 33. Gratian. cap. 5. 27. n. 3. Tondut. d. cap. 49. n. 3. & 4. Cancer. 2. p. var. cap. 6. num. 183. Olea d. g. 374 3. n. 16.* Cessio qualificata est illa, quæ sit cum nomina debitorum in solutum dantur, & super hoc pactioatur, *Cancer. d. cap. 6. num. 189. Salgad. d. cap. 10. n. 9. & 28. Castill. d. cap. 59. n. 31. Tondut. c. 49. num. 4. Olea d. quest. 3. n. 24.* Cessio simplex est illa, quæ tantum simpliciter ceditur, & solutionis causa assignatur *Olea d. quest. 3. num. 18. & 24. Antonel. ubi sup. Salgad. d. cap. 10. n. 23. Tondut. d. num. 3. & 4.* In dubio tamen simplicem cessionem, & consignationem præsumi proficitur, idem *Olea d. n. 19.* & allegat *Leotard. q. 87. n. 21.* Ubi quando novatio inducatur, & in specie asserit prioris debiti novatione non fieri, etiam si creditor faciat cessionarium procuratorem in rem propriam, ad exigendum, quæ omnia iudicata fuerunt in causa Sebastiani Nunes Collares, adversus Henricum Guilhermæ, apud Notarium Ludovicum de Freitas de Sam-
 378 payo, anno 1663. & eadem differentia faciendam est inter casum, in quo chy-

rographum est datum demonstrative, & consignative, & inter casum, in quo est datum limitate restrictè, & ad solutionem de illo, ita ut census sit, quod quando est datum demonstrative, & 379 consignative, periculum pertineat ad dantem *L. qui testamentum 96. ff. leg. 1. L. Paula 27. ff. leg. 3. Menoch. conf. 453. n. 22. Grat. cap. 256. n. 1. & 20. Guirb. de feud. §. 2. gloss. 7. n. 90. Acac. var. cap. 13. num. 312. Tusc. lit. D. concl. 191. Castill. lib. 4. cap. 54. num. 16. & lib. 8. cap. 38. num. 18. 19. & 20. Cyriac. Forens. contr. 458. num. 38.*

Secus est, si est datum limitate restrictè, & ad solvendum de illo tunc enim periculum pertinet ad acceptantem, *L. si debitor 39. §. 1. contrab. empt. L. nomen 34. §. uni ff. leg. 3. Gam. dec. 42. num. 1. Phæb. dec. 58. num. 10. & 14. Larra de Capell. 1. p. cap. 15. num. 20.* Nam si effectus, & consignationes cesso sint, & 381 data in solutum creditori, earum diminutio suo periculo cedit, cum consignatio veram solutionem importet, quo sensu accipendus est, *Noguerol. alleg. 32. n. 103.* quid in id expendit, *L. inter causas §. ab esse ff. mand.* Si vero non 382 venditio, aut datio in solutum limitate, & restrictè præcessit, sed tantum quædam assignatio, seu indicatio propæfiliori solutione, periculum debitoris erit, *Cens. de cens. q. 107. n. 16. Salgad. in labyrinth. cred. d. cap. 10. n. 1. & seq. Olea d. n. 24.* (De qua re vide seq. sententiam.)

No Feyto de Manoel Rodriguez, Palma, contra Guilherme Peche, Escrivão Manoel Pinheiro da Costa, se deu a sentença seguinte.

Acordão os do Desembargo, &c. Não foy bem julgado pelo Desembargador Conser-vador, em condenar ao R. pague ao A. os quatrocentos, trinta e oito mil, trezentos e noventa e dous reis, por elle pedidos. Revogando sua sentença, vistos os Autos, e como por elles se mostra, que o R. deu ao A. o escrito, de q se trata, em pagamento consessão, trespassação pertende, e procuração em causa propria, na qual forma foy pelo A.

A. accitado, como que lhe ficou correndo o risco por sua conta, na forma de Direito, e estilo mercantil, por senão haver contratado em outra sorte, absolvem ao R. do pedido pelo A. ao qual condenão nas custas dos autos. Lisboa 20. de Dezembro de 663. Abren. Sylva, & Souza. Cardoso.

Hæc sententia fuit fundata in deliberatione sequenti.

Longum discrimen est inter simplicem cessionem nominis debitoris, & inter cessionem qualificatam. Simplex enim cessio non inducit prioris obligationis extinctionem, nec novationem facit, nondum sequitur exactio, & importat solummodo mandatum procuratorium, ut per *Oleam de cess. jur. tit. 7. q. 3. num. 19. ibi: Quia hæc cessio solum importat mandatum de exigendo: Leotard. de usar. q. 39. num. in fin. labyrinth. cred. p. 1. cap. 10. num. 31. Qualificata autem cessio, nempe, quando nomen debitoris datur in solutum, ut acceptatur, statim inducitur prioris obligationis novatio, & cedens debitor liberatur, eo quia eundem effectum operatur cessio in actionibus, quod traditio in rebus corporalibus, seu numeratio in pecunijs, *Bart. in L. eum quocunque 3. qui aiunt ff. de leg. 1. Flamin. Carthus. decif. 18. num. 9.* Et ratio est, quia quidquid de consensu partium traditur loco solutionis, est pro pretio, *L. satisfactio ff. de solut. L. 1. ff. satisd. cogantur, L. si rem §. omnis ff. pign. act. Surd. conf. 152. à num. 40. ibi: Quia ubi aliquid datur in solutum, illud habetur pro numeratione, & solut. me per tij: Gratian. Forens. tom. 4. cap. 652. num. 12. Unde, & inde fit, quod periculum nominis debitoris in solutum datum, & acceptum, tangit, & transit ad cessionarium, *L. inter causas §. ab esse ff. mand. L. in remiss. de novat. L. si prædium, cap. de evictionibus, Surd. decif. 23. n. 7. Guzm. de evictionib. q. 35. à num. 16. Fontan. de pact. tom. 1. claus. 4. gloss. 9. part. 5. num. 31. C. vall. comunes contr. tom. 3. q. 754. à n. 1. Menoch. lib. 3.***

*præsumpt. 134. n. 38. Roderic. de annuis redditibus lib. 2. q. 21. num. 7. Amat. var. resol. 47. à num. 1. Censio de cer. sib. q. 107. num. 16. Cancer. 2. p. cap. 6. num. 183. Salgad. in labyrinth. p. 1. cap. 10. à n. 31. & c. 18. à num. 1. Castill. contr. jur. tom. 4. cap. 59. à n. 30. & suadetur ex eo, quia talis datio est venditioni similis, ut tradit *Bart. in L. 1. §. cum prædium n. 6. ff. de pignorib. Roland. volum. 4. conf. 64. num. 6. Truaque de retr. lignag. §. 1. gloss. 14. à num. 2. Unde utimodo, cum post emptionem perfectam, & rem traditam periculum pertinet emptori, ita pertinet ad eum, cui nomen creditoris fuit datum in solutum, *Reynof. observ. 34. n. 10. & 11.***

Huic autem resolutioni juris conformis est mercatorum stylus, qui ipretis juris nostri subtilitatibus in eorum causis ad mercatorum pertinentibus suprema lex est, *Merlin. tom. 1. decif. 327. n. 2. Strach. de mercator. q. ultim. principali subit. quomodo in causis mercat. num. 12.* Et quidquid prædictus stylus secundum dimittatur, quo iō chorographo debitoris appositum sit illud verbum (*pertence*) & quidquid aliquando hoc placuisset, nonnullis ex nostris, & testes, & ipsi falluntur, quia appositio prædicti verbi (*pertence*) tantum est necessaria, ut debitum exigi possit à mercatore debitore, non verò est decoctionis periculum, ex eo pendeat, nam eo ipso, quod debitoris nomen datum fuit in solutum, & acceptum, statim periculum tangit ad cessionarium, ut post supra relatos pungit optime *Postius de manus. dec. 332. à num. 4. Salgad. in labyrinth. p. 1. cap. 10. n. 29. & 30. ibi.* Et quod periculum nominis datum in solutum spectat ad creditorem, quia acceptavit, & debitor statim libenter, licet debitor nominis adcoexerit infcio dum legante, quia per dationem in solutum inducitur animus novandi prius debitum.

Non

Non intelligo, addisplacuisse hæc nostra juris, & praxis resolutio sapientissimo Anglicanæ nationis conservatori; putavit tamen, sed inciviliter illud verbum (*perence*) semper includere conditionem (si solutio sequatur) & hoc non est juri nostro consonum: Nam Reus tantum tenetur nomen illud verum creditori suo præstare non exigibile, *L. si plures 74 §. final ff. de evict. ibi: Qui nomen quale fuit vendidit dumtaxat, ut sit, non ut exigi, etiam aliquid possit: L. si nomen ff. de hæred. vel actione vend.* Nunc venditor nominis tenetur facere, quod debitor idoneus, & solvendo sit, sufficit, quod vere debitor sit *Surd. decif. 288. n. 29. Roder. lib. 2. de ann. reddit. q. 21. n. 13. Grærb. decif. 87 num. 10. Mantie. de tacit. & amb. lib. 4. tit. 13. num. 5. q. 10. Gratian. decif. 215. n. 7.*

Nec audiendus vigilans, doctusque Patronus, dum ad calcem suæ perorationis autumat, cessionem fuisse simplicem, & non qualificatam: Nam quidquid dicant testes hinc inde prædicti à fol. 39. qui nullum firmant pedem circa styllum, nos præ oculis habemus in appendice B. fol. 3. cessionem in solutum datam, & acceptam ita ut cessionarius decocto debitore venisset ad iudicium agnoscendo se tangere periculum.

Et quidquid prædictus Patronus tentavit Reum teneri, saltem ex promissione facta, juxta text. in *L. si nomen ff. de hæred. vel actione vend.* Hanc promissionem non invenio in actis probatam in forma, quæ in jure requiritur, ut Reus ex ea condemnatur, juxta text. in *L. 1. Cod. cred. evict. pign. non debet, ibi: Ni nominatim hoc promissum à privato fuerit creditore, L. 2. Cod. eod. ibi promissit Cens. de censib. q. 72. n. 23. vers. Secunda conclusio, ibi: Promissit illud præstare idoneum, & exigibile: Ut licet iste doctor amplius resolutionem ad simpliciter promittentem, pro quo citatur, & Gaspar Rodrig. de ann. redd. lib. 2.*

q. 21. num. 21. Nec hæc simplex promissio in hoc processu probatur, *Mangil. de evict. q. 79. in vers.* Tertius casus accipiendus est, ita ut per Doctum Patronum expenditur, immo sensus prædicti Doctoris referendus est ad casum, in quo cedens debitorem suum pauperem asserit locupletem tempore cessionis, qualitas non requiritur, unde eum in terminis præsentis inspectionis non inficietur, quod decoctor tempore contractus esset mercator integræ fidei, expositus publicem ad vendendas merces suas nobiscum Doctor ille, non pugnat, nec etiam *Olea de cess. jur. tit. 7. q. 3. numer. 16. vers. Aliam: Qui etiam loquitur, quando fuit expressa conventio inter cedentem, & cessionarium.*

Ultimo, non me mover dubitatio, quam fecit Actor de nomine in solutum dato: De qua deponunt testes, fol. 14. & 48. vers. & 53. ad fin. 63. vers. 69. nam ex eisdem testibus probatur Reum obtulisse merces Actor, statim tradendas pro nomine debitoris, quas ipse contemnendo elegit, potius debitoris nomen, qua acceptance sequuta purgata mansit dubitatio, quam antea propulerat, & sibi debet imputare, quod dubitando de nomine debitoris cesso, Reum non obligasset ad solutionem in forma contractus, vel saltem ad promissionem in defectum, & simpliciter sine aliqua protestatione accepisset nomen prædictum. Ex quibus, & alijs, quæ consulto ommissimus, revocanda venit meritissimi Conservatoris sententia. Vlyssipone 13. Octobris 1663. Sylva, & Sousa.

Ejusdem sunt sententiæ Cardoso. Abreu.)

Attamen si is, qui literas cambij accepit, vel cessionarius negligens fuerit in exactione nominis, ex quo debitor effectus fuit non soluendo, vulgo *quebrou*, scriptor literarum, aut qui nomen cessit, aut in solutum dedit,

Y

vel

vel vendidit, juris evictione promissa
 384 omnino liberatur, quia periculum nominis ad eum pertinet, cujus culpa deterius factum fuit, *L. periculum 35. ff. cert. pet.* quam doctrinam (licet dissentire videatur circa eum, qui literas cam-
 385 hij accepit, *Cast. d. cap. 77. versic. quartus Hodiern. ad. Surd. dec. 187. versic. aliquo*) amplectuntur communiter interpretes, ex *Cyriac. Thesaur. Menoch. Tond. d. cap. 49. num. 52. ex Cancer. Gusm. proxime num. 44. Cens. & Roi. sup. Gait. de credit. cap. 2. num. 1413. Larrea alleg. 85. num. 6. Beilon de his, quæ fiunt in contin. p. 2. cap. 74. num. 2. Bayo lib. 2. prax. q. 105. Bollan. in Cur. Philip. 2. p. cap. 6. num. 35. Leonard. de usur. cap. 39. num. 53. & 54. Salgad. 3. p. cap. 11. num. 53. Merlin. d. quæst. 150. n. 62. & 74. Olea d. quæst. 3. num. 39. Anton. n. 8. sequitur, ex *Gait. Carluval de jud. d. desp. 7. num. 27. Thor. vot. 91. n. 32. & seqq.*
 * (Et me citato hoc in loco, *Add. ad Reynof. observ. 45. num. 16. vbi multos refert, & vide etiam dec. Roi. 1. post Oleam de cess. jur. & act. & cui competat actio ad pecuniam literæ exigendam, judicatum fuit in causa seq.**

No feito de Appellação Cível, em que são partes Thomaz Hill. com Roberto Quoque, Escrivão Domingos Dias do Couto, se deu a sentença seguinte.

Recebo os embargos, vista sua materia, e autos, e como delles se prove, não corre por conta do A. esta aução, nem elle a ter; por quanto não foy a pessoa, que deu o valor da dita letra; e porque so a esta compete aução para pedir o procedido della ao R. passador, nem poder o R. estar pella mesma aução obrigado a duas pessoas. Absolvo ao R. do pedido pello A. a quem condeno nas custas dos autos, e lhe deixo seu direito reservado para tratar delle pella via, que lhe parecer. Lisboa. 3. de Setembro de 666. João Miles de Macedo.

Hæc sententia fuit impedita cum exceptionibus, super quibus fuit lata sententia sequens.

Sem embargo dos embargos, que não re-

cebo, vista sua materia, e autos, do que consta pella mesma letra, nam haver o embargado passado a letra por valor, que do embargante recebesse, termos so em que conforme ao estulo, lhe competia a aução, que intenta, nem constar, que o embargado fizesse contrato algum com o embargante, de que poderia resultar obrigação, para por ella o demandar. Mando, que a sentença embargada se cumpra, e pague o embargante as retardadas. Lisboa. 3. de Dezembro 666. Miles.

A qua sententia fuit appellatum ad Supplicationis Senatium, ubi fuit confirmata. Iudices: Oliveira. Sousa. Matos.

Et fundata fuit in deliberatione sequenti.

Quonvis, nec appellatus, neque appellans styllum, in quo uterque fundatus suum, probatus invenitur in his actis, quod valde necessarium erat causæ decisioni, licet illum probatum referat Rei Patronus, fol. 14. versic. ex his, quæ dicit Patronus ibi, deducit à fol. sequentibus, & ex juris ratione videtur, quod tunc tantum competit actio contra literas scribentem, non accepto, nec completo mandato, quando scribens alijs erat obligatus illi, ad cujus favorem literas dedit, aut ex valore ab eo recepto, aut ex alio contractu, & non alio, ut insinuat *Fonta. nel. dec. 125. à num. 2. ibi: Scriptorem literarum cambij obligari ad restituendam pecuniam numeratori, &c. Et num. 6. ibi. Nihil mirum, quod obligatio prima duraret, & ejus effectus, & in hac forma intelligi debent omnes, ex adverso citati Doctores, cumque contrarium colligatur ex actis meretissimi Conservatoris sententiam confirmandam fore censerem. Ulyssipone 13. Julij 667. (Oliveira.) Pereir. dec. 38. num. 4. qui. in contrarium refert *Marescot. & alios. 385*
 Quando vero moram, & negligentiam in exigendo creditor contraxisse dicatur, arbitrio judicis relinquitur. *Fontanell. dec. 125. n. 17. & 18. Thor. 2. p. comp.**

comp. dec. verbi periculum decoctionis, Olea d. num. 39. & 41. de quo vide novissimè Molin. & Gufman verit. 34. n. 11.

388 Limita primo supradicta, quando debitor cessus à principio solvendo non fuit, quia tunc non poterit cedens cessionario imputare, quod non exegerit, nec negligentia sua impedimento erit, quo minus regressus habeat contra cedentem, ex *Cancer. Gufman d. q. 35. n. 35. Salg. ad. in labyrint. i. p. cap. 27. n. 58. (elegantè cum alijs noviter, Scopam observ. ad Gratian. dec. observ. 13. n. 35. & segg. & quando dicatur interuenire negligentia in hoc casu, Cyriac. Forens. contr. 103. n. 44.)* Nam

389 culpam non contrahit, qui non facit id quod factum non erat profuturum, *L. fin. §. sed quid. noceat ff. quis ord. in poss. L. si alius §. est, & alios ff. quod. vi aut clam facit: elegans text. in L. si vehenda §. 1. ff. ad leg. Rhod. de iact. de quo Anton. Fab. lib. 16. coniect. c. 19. Regularè enim est, quod periculum, vel interitus rei non imputetur moroso, si res, quanvis diligens fuisset, eodem modo peritura esset, post aliorum Hermosill. in L. 9. tit. 2. partit. 5. gloss. 6. & in L. 8. tit. 1. partit. 5. gloss. 3. n. 13. Alex. Trentacinq. lib. 3. var. tit. de solut. resol. 11. num. 13. Larrea dec. 14. n. 13. & 73. & alleg. 33. n. 18. & alleg. 23. num. 16. ad 21. Fab. de error. pragmat. decad. 18. error. 10. ex alijs Nogueros alleg. 7. num. 46. Olea d. q. 3. num. 40. Cresp. de Valdaura observ. 102. n. 58.*

391 Limita secundo, quando creditor literarum, vel cessionarius nominis partem debiti accepti à debitore sponte, quia tunc est verum camplorem, vel cedentem confestum liberari, nec amplius de insufficiencia debitoris cessi teneri, ex *Pereyr. probat Gaito de credito cap. 2. num. 2416. Olea d. q. 3. n. 42. & etiam in alijs terminis secus dicendum est.*

Limita tertio, si literarum creditor ab eo, cui literæ directæ erant, alias receperit literas alio mercatori directas, tunc liberabitur camplorem, qui

primas literas dedit, ita ut adversus eum casset recursus, ex *Pereyr. Gait. d. cap. 2. num. 2413. Paschal. de virib. patr. potest. i. p. cap. 8. num. 71. quod verum esse dicit, Olea d. q. 3. n. 43. quanvis contrarium sentiat, Capyc. Latr. dec. 20. n. 12. & per tot.*

Limita quarto, si cessionarius debitori cesso dilationem concessit, intra quam non solvendo fuit effectus, tunc enim cedens liberatur, & non habet recursum adversus eum, *Gait. d. nov. 2413. Scac. sup. n. 325. Olea proximè. (Sed habet recursum contra depositarium consignationis, si non solvit creditori, ut iudicatum.)*

No feito de Lourenço Coelho Delgado, contra Vasco Pires Gago, Escrivão o da Fazenda Luiz Gomes Pinheiro, onde se deu a sentença seguinte.

Acordão em Relação, &c. Vistos estes autos, libello do A. Lourenço Coelho, contrariedade do R. Vasco Pires Gago, documentos juntos, e prova dada: Mostra-se, que sendo vivo Estevão Lopes, era devedor ao R. da quantia de trinta e oito mil, duzentos e oitenta reis, e Andre Martins de Faria, de quantia de sessenta mil e setecentos e quarenta reis, e estando prezo por estas dividas, se compoz com os ditos seus acredores no instrumento fol. 11. dandolhes em pagamento certas propriedades de Capella, que tinha, as quaes rendião trinta e seis mil reis para elles se pagarem no discurso de trez annos de suas dividas, e que elles acceitaram o dito contrato, para se pagarem na forma delle: Mostra-se mais, que o R. em virtud da dita escritura, mandou por seu Procurador Manoel da Gama arrendar as ditas propriedades, a hum Francisco Gomes, da Villa de Arronches, e della cobrou a renda dos ditos tres annos, sem dar parte alguma ao dito Andre Martins de Faria, pela qual razão o dito Estevam Lopes fez consignação ao dito Andre Martins, para seu pagamento em hum Moinho, que tinha, e lbe fez nova escritura, que he a que corre de fol. 27. em diante. Mostra-se ser falecido o dito Estevam Lopes, e o A.

Y ii

estar

estar casado com sua mulher, e ser tutor dos orfãos seus enteados, como consta da Certidão, fol. 35. em razam do que move esta causa, e pede em seu libello, que o R. lhe restitua o dinheiro, que em si tem, e estava consignado para o pagamento do dito André Martinz, e posto que o Reo se defende com a materia deduzida em sua contrariedade, fol. 39. vers. com tudo nam prova cousa alguma, antes as testemunhas de sua inquirição fallão contra elle, e nenhuma cousa relevante concluem. O que tudo visto, condemnão ao Reo que dê, e pague ao Autor a renda dos ditos tres annos, das propriedades nomeadas no instrumento, fol. 11. a ração de trinta e seis mil reis por anno, que fazem soma liquida de cento e oito mil reis, pagando-se da quinta de trinta e oito mil, duzentos e oitenta reis, que o dito Estevão Lopes lhe devia, e abatida esta quinta dos ditos cento e oito mil reis, lhe restitua o R. o resto, em que o condemnão, e nas custas dos autos. Lisboa 7. de Dezembro de 650. Sousa. D. Cardoso *Sanchez.)

- Limita quintò, si crepitor litera-
 395 rum dimitteret literas penes eum, ad quem scriptae sunt, & in libro banchi adnotaretur creditor illius quantitas, quia ex eo creditor fecutus videtur fidem mercatoris, & partita bancharia vim habet solutionis, Tondut.
 396 resol. cap. 90. num. 12. Pait. & Pasch. sup. Noguero. alleg. 16. num. 6. & seqq. & alleg. 32. n. 9. Camil. Borrel. in sum. dec. tom. 2. tit. 23. n. 112. Olea d. q. 3. n. 41. & 43.
 397 Intellige proxime dicta hoc modo ex receptione partis, cedentem non liberari, si ex eo die, in quo pras debiti fuit soluta, debitor non mutavit conditionem, sin vero inter moras effectus fuisset non solvendo, cum eo tempore, quo pars crediti fuit recepra, posset cessionarius integrum debitum exigere, damnum, & periculum nominis ad eum pertinebit, cum culpae immunis non sit, qui cum posset integram summam exigere, partem crediti libenter accepit, ut prosequitur Olea d. q.

3. n. 44. & quid dicendum sit, quando ignoravit incipiam debitoris credens, aut cessionarius. V. de Olea d. q. 3. n. 7. & seqq. Copy. Galtot. contr. 32. Donat. Anton. Marim. lib. 1. resol. cap. 42. Thor. vot. 91. num. 84. Tondut. d. cap. 49. n. 10. & seqq.

De cessione iurium, & actionum, vide pro omnibus, Olea de cess. jur. & att. per tot.

Limita sextò, quando intervenit delegatio debitoris, quia tunc primus debitor liberatur, & periculum nominis damno cedit delegatarij, qui non habet recursum adversus delegantem, & si debitor non sit solvendo L. inter causas §. abesse ff. mand. Bec. conf. 105. num. 18. & 19. Surd. conf. 145. num. 20. Scac. d. §. 2. gloss. 5. num. 292. Parlador. rer. quot. cap. fin. 2. p. §. 12. limit. 6. Olea de cess. jur. d. q. 3. num. 26. Cyriac. contr. 101. num. 4. & contr. 249. n. 1. Duran. d. dec. 226. num. 17. vers. alia cum multis noviter, Antonel. de tempor. leg. lib. 1. cap. 36. num. 7. Merlin. de pign. lib. 5. q. 5. n. 5. Altograd. conf. 37. num. 23. 27. & 32. vers. moveor. Mand. dec. Senen. 66. n. 25. Vbi in delegatione mercatoris, Gratian. Forens. tom. 1. cap. 164. Pereir. dec. 38. n. 5. Surd. dec. 23. num. 3. Franc. dec. 108. L. delegare 11 ff. novat. Thor. vot. 6. num. 36. & seqq. Et merito, quia ex delegatione inducitur novatio per quam principalis debitor liberatur ipso jure, Ioseph Ludovic. dec. Perus. 23. n. 8. Pereir. dec. 17. & 38. n. 5. §. praeterea in lit. quib. mod. re. Et actio contra eum extinguatur, Pont. conf. 87. vol. 2. Nam ipsa delegatio mutat debitorem, Faber. in codit. lib. 4. tit. 41. diffin. 1. n. 4. in alleg.

Et enim qui debitorem suum delegat, pecuniam dare intelligitur, L. qui debitorem, Cod. de fid. iuss. facit, L. si rem aliquam §. fin. ff. novat. & sic solvit, nam etiam solvit, qui delegat, L. inter causas §. abesse ff. mand. L. quavis §. inter causas ff. ad Velleian. Rot. Gen. dec. 60. n. 11. & dec. 135. num. 7. Mantie. de tacit. lib. 17. tit. 8. num. 25. Thoro d. vot. 6. n. 40. & seqq. Ls.

Ludovic. dec. 23. n. 1. Pereir. dec. 38. n. 5.
 & succedit regula, qua cavetur, quod
 490 solutio ejus, quod debetur, tollitur
 omnis obligatione, *princip. inst. quib. mod.*
tollitur oblig. cum multis Velasc. loc. com.
lit. Qnum. 2. Giurb. in const. Senat. Mess.
cap. 9. gloss. 9. n. 1. Cyriac. contr. 204. n. 27.
& Giurb. observ. 21. num. 13. Postius resol.
67. num. 1. Olea tit. 4. q. 1. num. 2. Andreol.
contr. 30. num. 1. Angust. Barb. axiom. jur.
verb. solutio, axiom. 210. num. 5. Amat. re-
fol. 37. n. 5. Arias de Mesa var. lib. 2. cap.
15. sub num. 10.

410 Ideo delegans amplius molestari
 non potest, & si delegatus efficiatur
 non solvendo, *Ludovic. d. dec. 23. num. 1.*
Thoro d. vot. 6. num. 45. Ubin. 46. idem
 411 dicit respectu delegati, qui a debitore
 delegante liberatur, & ab eo amplius
 conveniri non potest. Idem *Ludovic.*
decis 23. num. 7. Maxime inter merca-
 412 *tores, ut subdit Mart. dec. 66. numer. 53.*
Thoro ubi proxime, & sic delegatione
 facta duplex peremittitur obligatio, illa,
 413 scilicet, qua tenetur mihi debitor
 meus, quem delego, & ea, qua teneo.
 creditori meo, *Roebeg. L. 3. ff. de duob.*
reis num. 52. Thor. d. vot. 6. num. 47. &
segg. Vbi latissime exornat, & hanc re-
 solutionem firmiter defendit, & tra-

414 dit. Ad hoc, ut delegatio perfecta, &
 absoluta dicatur, plura requisita con-
 currere debent, quorum meminit,
Gratian. Forens. cap. 164. Surd. dec. 178. n.
4. Pereira, dec. 38. numer. 4. & 5. Idem
Surd. dec. 23. num. 3. Cardoz. verb. deleg-
atio: Pocheo in apolect. jur. cod. verb.
Menoch. de presumpt. lib. 3. prae. 134. num.
65. Thoro vot. 6. n. 36. & segg. Scac. sup. n.
281. Bertaz. claus. 33. gloss. 4. & segg. Ho-
diern. ad Surd. dec. 187. Brisson: de solut.
lib. 2. tit. de deleg. Donel. lib. 16. coment. cap.
1. & ibi Ossuald. lit. N. Arias de Mesa lib. 1.
var. cap. 11. num. 1. & 2. Gusman de evict.
quae. 35. num. 5. Mantie. de tacit. lib. 17.
tit. 7. & 8. Molin. de just. disp. 559. Paul.
Gallerat. de renunc. tom. 1. lib. 1. cap. 4. n.
18. & segg. Oleiza, & Ollan lib. 2. paripom.
jur. cap. 7. per tot. Olea de cess. jur. & act. lit.

1. q. 2. n. 50. & segg. & tit. 6. q. 11. num. 35.
Leotard. de usur. q. 39. num. 2. De quibus
 omnibus à nobis sigillarim agendum
 erit, quia materia est practica, & à pau-
 cis Regnicolis tractata.

Et principio *Paul. in d. L. delegare. 11. 415*
ff. novat. petit, quod delegatus dele-
 gantis debitor existat, & una tanquam
 ejusdem debitor promittat, sequitur
Scac. d. num. 281. Alias enim si debitor
 non fuerit, vera, & propria delega-
 416 tio non erit, quod requisitum bene
 deducitur, ex textu in *d. L. delegare*, ibi:
delegare est vice sua alium reum creditori
dare, quæ verba alium reum, ita expo-
 nunt *DD. id est*, alium suum debitorem
 subscribunt, *post. Ang. & Afflict. Meno-*
ch. num. 65. Olea d. q. 2. n. 50. & 51. Thoro
proxime communem dicit laz. in L.
singularia num. 36. pro qua induci po-
 test text. in *L. qui debitorem 18. ff. fide-*
juss. ibi: debitorum suum delegat, & ibi:
pecuniam dare intelligitur quanta ei debe-
 tur, quæ sane verba aperte indicant
 delegatum debitorem delegantis esse
 debere.

Contrarium videtur sentire, *Bart. in 417*
d. L. delegare, dum innuit sufficiens esse
 ad hoc, ut delegatio perfecta, & abso-
 luta dicatur, quod debitor expromis-
 sorem offerat, qui sane dicitur, qui al-
 418 terius in se suscepit obligationem, quan-
 quam aliàs nullam habeat, *L. & ele-*
ganter: L. servus ff. de dolo, L. si quis ac-
ceptor ff. cond. ob caus. gloss. 5. in Auth. de
fidejuss. in princ. quam sententiam ad-
 mittere videntur, *Parlador. rer. quot.*
cap. ult. num. 49. Pichard. in §. præterea
inst. quib. mod. re n. 15. Licet contrarium
 tenere videatur ibi *num. 41. & constan-*
 419 *ter defendit Aretin. conf. 5. arg. text. in*
L. si Titius ff. non. & in L. si pure, §. eum
ff. dol. except. Quo loco si is, qui volens
 420 *mihî donare mandato meo alteri pro-*
 miferit, delegatus dicitur, & tamen
 promittens adhuc illi nihil debeat, cui
 non donaverat, sed dumtaxat inten-
 debat donare.

His tamen non obstantibus primum 421
 Y iij requi-

- requisitum defende; ad fundamentum vero *Aretm.* responde cum *Cagnol. in L. singularia ex num. 174. ff. si cert. pet.*
- 422 quo loco concludit veram, & propriam delegationem non dari, si delegatus debitor delegantis non extiterit, quam vis late sumpto vocabulo, & improprie loquendo, delegatio dici valeat.
- 423 Verum propter eam nec liberatur prior debitor, nec etiam ex ea novatio contracta dicitur, præterquam si hoc expresse inter contrahentes pactum fuerit in terminis, *L. ult. Cod. novat.* tamen
- 424 metui novationem in duciper delegationem proprie sumptam jure communi inspecto verius sit, ex *d. L. ult.* quæ in delegatione proprie sumpta correctæ non reperitur, ex *supra resolutis.*
- 425 Secundum delegationis requisitum consistit in eo, ut scilicet promissio à delegato emissæ, mandato debitoris delegantis fiat, deducitur ex *text. in d. L. delegare*, voluit gloss. in *d. L. quævis §. si mulier verb. pro secundo ff. ad Vell. Surd. dec. 23. num. 6.* notat *Pichard. ubi proxime num. 41. Anton. Fab. conject. lib. 18. cap. 1.* Vnde si nullo præcedente mandato, quis solvere promittat, quod alter debet, delegatio contracta non dicitur, ac subinde debitor principalis ab obligatione non manebit de obligatus; etenim promittens quasi fidejussor debitoris ad priorem illius obligationem accessisse videtur, arg. *text. in L. si pro se ff. mand.* Idcirco in perfecta specie duæ obligationes concurrunt, altera illius quide novo sponndit non jubente principali debitore, alia vero debitoris principalis. Etenim in hoc casu cum non interveniat hoc requisitum ad perficiendam delegationem, quia scilicet deficit animus novandi, idcirco dicimus duas remanere obligationes, habetur in *L. si Sibi cum §. ult. versic. si autem ff. novat. d. L. 2. in fin.*
- 429 Tertium requisitum est, ut loco, seu vice debitoris promittat delegatus, quod requisitum aperte deducitur, in *d. L. delegare*, ibi: *Vice sua, & ibi Imol. & Paul. Scac. num. 281. Olea d. quest. 11. n. 35. Gallerat d. cap. 4. n. 18.* que Usadeo, ut *Cagnol. in d. L. singularia num. 184.* dicit in hac specie deobligatum manere priorem debitorem, & novationem contrahi, siue delegatus sit debitor delegantis, siue non, ex eo scilicet, quia creditor unum debitorem loco alterius assumere videtur, *Thor. d. vot. 6. n. 40. & seqq.*
- Quantum requisitum est, ut delegatus per stipulationem obligationem emittat, de quo est *text. in L. 1. in princip. Cod. nov. & habetur in d. L. delegare, Otera, & Olan. ubi sup. Scac. d. n. 281. Barb. in L. si cum detem in princip. ff. solut. matr. num. 9.* Ubi ad inducendam novationem stipulationem requirit, & est communis DD. resolutio, in *d. L. singularia*, etenim si stipulatio deficiat, uti quæ pactum de constituta iniri dicitur, juxta *text. in L. ubi quis ff. const. §. de constituta inst. de att.*
- Ultimum requisitum posuit *Paul. in d. L. delegare*, in eo quod delegatis non recedat à forma fux delegationis, seu comissionis, aliter enim si ab ea recedat, neque novatio inducta dicatur, neque principalis debitor liberabitur, quo fit, ut si quis debitori mandaverit, ut id, quod ei debetur, creditori suo soluat, sed tantum promittat se soluturum debitum delegatum, nec delegatio inducitur, neque debitor liberatur. Cujus rei ratio est. Nam cum delegato mandatum fuit, non ut promitteret, sed ut solveret, & ipse tantum promiserit, formam delegationis excessit contra naturam mandati, quod ad unum observari debet, *L. diligenter ff. mand. L. potest ff. eod. cap. qui ad agendum de procur. lib. 6. Surd. conf. 105. num. 25. Mantuc. de tacit. lib. 7. tit. 12. Insc. lit. M. concl. 39. Cyriac. Forens. contr. 278. num. 6. & seqq.* Et ideo in hac specie delegatio non contrahitur, cui sententiæ subscribunt, *Cagnol. in d. L. singularia*

singulariam num. 161. So. in. & omnes in L. qui usum fruct. ff. verbor.

At hæc sententia ex eo dubia red-
439 ditur, quia promissionem loco solu-
tionis haberi efficaciter probat, *L. ult. Cod. ad leg. falcid. ibi. si ve voluerit, si ve pro-
miserit, d. L. inter causas, §. 1. ff. mand.*
440 Igitur quemadmodum si delegatus sol-
veret, prior debitor liberaretur, sic,
& eodem modo eadem liberatio con-
tingere debet, si delegatus promittat
441 se soluturum, quare contrariam sen-
tentiam tenent *Rot. Gen. dec. 2. num. 25. Bart. in d. L. singulariam num. 19. Menoch. de præsumpt. 134. num. 68. Strach. de decoct. §. part. num. 5.* Quia retenta non ob-
stat fundamentum, in quo contraria
442 nititur, hoc est, quod delegatus for-
mam suæ comissionis excessit, quia
respondetur ex mente DD. proxime
cit. Quod quamquam hoc concludat,
442 non fieri novationem in favorem, &
gratiam mandatis, ita ut debitor dele-
gatus non liberetur, quo usque obli-
gatus mandanti persolvat, quippe quod
à forma mandati recedens se solutu-
rum spondit, cum esset ei manda-
rum, ut solveret, sed habita respectu
ad creditorem, novatam obligationem
censeri, idcirco debitorem à credito-
re liberatum manere.

Unde jam ex prædictis inferri li-
444 cebat ad hypothecam, quam excitat,
Bart. in d. L. singulariam num. 19. quo loco
finxit, quod debitor cujusdam camp-
toris, seu mercatoris mandavit, ut cre-
ditori suo persolveret, mandatarius
vero mandatam excedens spondit
se soluturum id, ad quod mandans te-
nebatur, an scilicet in hac specie de-
bitor liberetur, ita ut quamquam mer-
cator promittens foro cesserit, quod
vulgo dicitur *quebrou*, vel aliter non
solvende effectus fuerit, creditor pos-
sit habere regressum adversus prio-
rem obligatum, in hac hypothesi con-
cludendum erit primum debitorem
liberatum manere, quia scilicet, re-
quisita de quibus sup. concurrunt, ar-

que ita vera, & propria delegatione re-
sultat, id circo quamquam mercator
decoctus proponatur, creditor am-
plius ad primum & principale debi-
torem, qui jam liberatus est, redire
non potest, sicque creditor sibi impu-
445 tare poterit, quia scilicet illum mer-
catorem promittentem acceptare vô-
luerit, nam per illam delegationem
prior obligatio extrinsecta proponitur,
quæ quidem per casum supervenien-
tem reviviscere non potest juxta reg.
text. in L. quires §. aream ff. solut. Et hanc
446 sententiam, & resolutionem sequun-
tur communiter DD. in d. *L. delegare.*
Menoch. d. præf. 134. num. 49. Barb. in L. si
cum dtem in princ. n. 7. Thor. d. vot. 6. n.
40. & seqq.

Ex qua resolutione similiter infer-
447 ri videtur ad quæstionem quotidie in
foro versantem, videlicet ad literas
cambij, in qua dicendum videtur,
quod si acceptans literas decoxit, de-
bitor delegans liberatus manebit, quia
vera in hoc delegatio intervenit, &
ideo primus debitor ab obligatione
liberatur, *L. pro debito, Cod. bon. auth. jud. Menoch. sup. num. 48. Castill. contr. lib. 4. cap. 59. num. 30. & tom. 5. cap. 77. per tot. Cevalb. comm. 9. 754. num. 14. & 17. & L. 15. tit. 14. partit. 5.* ita servari in Curia
mercatorum Toleti, *Pereir. dec. 126. n. 1. Gratian. cap. 164. num. 11. Surd. dec. 23. num. 6. & conf. 145. n. 19. Genoa de script. priv. lib. 3. tit. de lit. num. 75. Rot. Gen. dec. 4. num. 5. Gait. de credit. cap. 2. tit. 7. num. 2378. Afflict. dec. 353. num. 6. Franch. dec. 303. Mascard. concl. 990. num. 8. Nogue-
rol. alleg. 16. num. 7. Parlador. rer. quot. lib. 2. cap. 7. p. 1. §. 12. lim. 6. num. 5.* (De hac
materia vide, quæ diximus supra ad
num. 383. & vltra citatos late *Capyc. La-
tr. & ibi observ. dec. 20.* Et in hac mate-
ria est notandum, quod si litera soluta
fuerit cuidam mercatori ejusdem no-
minis, licet vere, & realiter non sit idem
aut famulo, qui solutus erat exigere,
solvens liberatur, quia per traditionem
literæ acceptæ manet liberatus, &
quan-

quavis postea decoctus, aut fallitus fuerit, non habet recursum contra mittentem, neque contra mercatorem Dominus pecuniae, ut iudicatum fuit in causa Emmanuelis Soares contra Bacharte Huzenfon, de qua re vide Olea de cess. jur. & act. tit. 1. q. 1. num. 35. & tit. 5. q. 9. num. 25. Scacc de commerc. §. 2. gloss. 5. num. 340.

Quia inter mittentem, & literas acceptantem nascitur mutuus consensus, Merlin. d. cap. 11. n. 11. & acceptans manet debitor literarum, Gait. de credit. cap. 2. tit. 7. num. 2376. Amat. var. cap. 47. n. 20. Cypic. Latr. consult. 41. num. 10. & seqq. Grat. cap. 569. num. 16. atque ita manet liberatus mittens, ex ratione de qua

* Merlin. d. cap. 11. n. 12. (Quia acceptatio de stylo mercatorum, solutionis loco habetur, Hieron. de Leou lib. 2. dec. 130. Olea d. q. 3. n. 25.) Ideoque, qui habet effectus mittentis literas, tenetur eas acceptare, licet postea quam transactae fuerunt, & ante acceptationem bona sequestrata sint, quia sufficit, quod tempore habili fuissent missae, ad hoc, ut ex bonis mittentis teneantur solvere, ut iudicatum fuit.

No feito de Domingos da Graa, contra o Procurador da Fazenda de Sua Magestade, Escrivão Luiz Gomes Pinheiro, se deu a sentença do theor seguinte.

Acordão em Relação, &c. Vistos estes autos, petição do supplicante, justificaçam, que fez sobre as letras, que se lhe passaram da Ilha Terceira, de que ouve vista o Procurador da Fazenda, com os mais papeis, e letras, que se juntarão: Mostrase vender o supplicante na dita Ilha, os affixares, que trouxe da Bahia, de que lhe passara letras hum Guilhelme Serafim Ingrez, hum de 120v. sobre Hieronymo Onge Ingrez, e morador nesta Cidade, e outra de 95v. sobre Valentim Pendarues, outrossim Ingrez, e por os ditos Ingrezes, em razão da repressalia geral, serem prezos, e seus bens sequestrados, e não poderem aceitar as ditas letras, se havia dilatado o pagamen-

to dellas em grande dano, e prejuizo seu: Pello que constando verdadeiramente da divida, devem ser obrigados os ditos Ingrezes, a que aceitem as ditas letras, e dos bens que lhes estão sequestrados pellas ordens do dito Senhor, se lhe de deve mandar fazer pagamento. O que tudo visto, e o mais dos autos, e como o supplicante tem provado legitimamente o deduzido em sua petição, e em razão das ditas letras passadas em tempo habil, e com toda a verdade, estarem os ditos Ingrezes obrigados a satisfação dellas. Mandão, que elles sejam constrangidos a aceitarlas, e que de seus bens, que lhe foram sequestrados, se faça pagamento ao supplicante das quantias contendas nas ditas letras, e pague os autos. Lisboa o 1. de Fevereiro de 651. Velho. Gouvea. Secco.)

Contrariam tamen sententiam sci⁴⁰ licet, quod mittens literas non maneat liberatus, & adimplum pareat regressus, probatur ex text. in L. si literarum, Cod. solut. & ibi August. Barbof. in collect. Pereir. d. dec. 126. n. 4. Phæb. 2. part. dec. 107. Scac. sup. §. 2. gloss. 5. num. 322. Castill sup. num. 30. Noguerol. proxime: Gait. sup. num. 2334. Marefcot. var. lib. 2. cap. 11. Amat. var. resol. 47. Fontan. dec. 124. num. 6. & dec. 125. Molin. de just. disp. 559. Berrel. in summ. dec. tom. 2. tit. 23. n. 93. Cartaval de jud. lib. 1. tit. 3. num. 24. Iondut. resol. civil. cap. 90. à n. 6. Merlin. de pign. lib. 4. quæst. 150. num. 54. Olea d. quæst. 3. n. 25. Mend. 2. p. lib. 3. cap. 22. n. 8.

Ego vero attentio juris rigore hui⁴⁰ posteriori sententiae adhererem, & pro ea, iudicatum fuit in causa Francisco Luis, anno 1663. apud Notarium Antonium Tavares: Et moveor ex eo quia prioris sententiae DD. idcirco affirmant mittentem liberari, quia acceptatio habet vim solutionis, tum quia acceptatis literis per delegatum, vera delegatio contrahitur, quæ loco solutionis habetur, L. inter causas, §. abesse, atque ita quemadmodum solutione ejus, quod debetur omnis tollitur obligatio, sic & delegatione, quæ in illius loco succedit. Sed

452 Sed neque unum, neque alterum fundamentum subsistit: Nam ad primum respondetur, quod acceptatio non est nexus contractus inter acceptantem, & eum, cui facienda est solutio, sed executio, & pars contractus literarum cambij, quarum acceptationem cum desiderat dominus, non eo animo facit, ut mandatarij fidem sequatur, immo acceptationi non aliter acquiescere videtur, quasi ei fuerit satisfactum, & in eum finem sit, ut post acceptationem non possit reculari solutio, ut optime ex multis tradi *Olea d. q. 3. n. 25.*

453 Ad 2. respondetur, quod in prædictis terminis vera delegatio non contrahitur, sed constitutum, nam ut ipsa contrahi dicatur, omnia requisita, de quibus sup. concurrere debent, quæ plane ibidem deficiunt, quia in specie supra posita, nec delegatus, debitor delegantis proponitur, nec uti debitor promittit: igitur delegatio nullo modo contrahi poterit, *Olea d. q. 3. n. 26. Surd. dec. 23.*

454 n. 6. Plane si dentur termini habiles, hoc est, quod acceptans sit debitor delegantis, & interveniant cætera requisita, de quibus supra, prior sententia admitti poterit, quia tunc vera delegatio contracta dicitur.

455 Idipsum erit dicendum, si mora interveniat ex parte creditoris, cui solutio facienda est *Gratian. sup. num. 25. Scac. num. 325. Peregr. dec. 126. n. 3.* Ubi
456 ampliat hoc idem procedere, si litera collibica mittatur, vulgo à *vista*, dum tamen parva dilatio debitori præstetur, cum modica dilatio non sit sufficiens ad inducendam novationem sine expressa conventionem de novando, sequitur *Gait. sup. n. 2395.*

458 Similiter prima opinio adhuc procedere poterit, quando pars debiti soluta sit, & dominus acquieverit confidens, ut residuum solvatur, quia in
459 his terminis novatio inducitur, ex text. in *L. 4. Cod. novat.* & Prior debitor liberatus manet *Gait. sup. numer. 2416. Pereyra. de Castr. dec. 126. num. 7.*

& faciunt quæ supra diximus n. 191.

Interfuit 9. in contractu societatis 460 non solum venire dolum, sed etiam latam, & levem culpam, non autem levissimam, nec casum fortuitum, *L. socius socio 73. L. cum duobus 52. §. 1. §. quidam, §. damna, L. si fratres 53. §. si quis societatem ff. pro socio §. fin. inst. communiter DD. ad L. contractus ff. de reg. jur. dec. 39. Cagnol. num. 68. Del Rio capit. 16. Peregrin. conf. 105. num. 7. lib. 5. Connan. lib. 7. cap. 13. num. 9. Valeng. 2. tom. conf. 247. num. 34. Mantica de conv. lib. 6. tit. 21. Felici. de societ. cap. 20. Molin. de just. def. 413. Barb. in prælud. L. si mœra num. 40. Ottoman. & Pichard. in d. §. fin. Rebell. de oblig. just. 2. p. lib. 15. quasi. 8. cum multis judicatum tradit *Sonja de Macedo*, Status Regni Secretarius, & literis florentissimus in sua dec. 31. per totam, ubi allegat *Tusc. Bart. & alios, ex alijs Eduard. de societ. lib. 2. cap. 5. q. 26. num. 13* (cum multis exornat *Colon. de præst. culpæ in contr. sect. 20. n. 1. & segq. §. n. 6. Tellez in comment. ad cap. unic. de commod. n. 5.*)*

Ratio est, quia societas celebratur 461 gratia utriusque contrahentis, ac proinde succedit reg. *L. sicut certo §. nunc. videndum ff. commod. Colon. ubi supr.*

Sed obstat 1. ratio de qua in d. *L. so-* 462
cius socio in fin. & in d. §. fin. Ubi sibi debet imputare socius, qui alterum parum diligentem sibi quærit, quasi non teneatur socius de culpa levi, Obstat 2. *L. adeo. 60. ff. pro socio §. fin.* Ubi socius 463 tenetur solum præstare damnum, quod dolum ipsius afferit, quasi non sufficiat culpa. Tercio obstat *L. hæredes* 464
25. §. non tantum ff. famil. ercisc. ubi cohæres, qui socius est hæreditatis, tenetur tantum de levi culpa, quia non contraxit cum socio, quia si ipse contraheret, tenetur etiam de levissima. Quarto obstat: quia socius tenetur sociis *L. Aquillea, L. sed & si 47. vers. 1.* 465
ff. pro socio: Sed in *L. Aquillea*, venit levissima culpa, *L. in L. 45. ff. ad leg. Aquil. ligitur, &c.* Quinto obstat, *L. idem* 466
L. que

que 16. ff. profocio, ibi: *nisi valde sit idoneus socius*. Ubi *text.* videtur requirere in socio non solum diligentiam communem, quæ respondit levi culpæ, sed etiam maiorem, quæ respondet levissimæ. Ultimo obstat, *L. verum 64. in princ. juncta § tempus ff. pro socio*, ubi solum socius condemnatur, quando dolo malo committit, ubi etiam probatur, ex *L. hæres 40. ff. eodem*. Ubi hæres, qui

467 implet negotium inchoatum à defuncto, solum tenetur de dolo,
469 Quibus tamen non obstantibus vera est supradicta resolutio, neque obstant contraria, nam ad *L. ex ratione, d. L. socius, & d. §. fin.* omisso intellectu communi, qui contendit regulam non procedere, quando socius negligens non est in rebus porprijs, ut per *Relebell. d. q. 8. n. 2.* Dicendum est juram illa non negare in hoc contractu venire levem culpam, quia loquuntur de communi hominum diligentia, quæ levi culpæ correspondet, ac subinde supponunt socium, de quo ibi, esse diligentem, nec requirunt, ut sit diligentissimus, qui exactam in contractu præstat diligentiam, ut *text.* illi insinuant, & respectu diligentie exactissimæ dicunt imputandum esse socio, qui minus diligentem socium eligit cū posset diligentissimum eligere, solum diligentem contentus, ita *Barb. in præl. L. si mora n. 39. del Rio ubi sup. cap. 16.*

Ad 2. *d. L. adeo §. fin.* respondetur ibi:
472 *I. C.* non negare etiam venire culpam levem in contractu societatis, sed loquitur solum de dolo secundum speciem facti, nolimitativè, sed exemplificativè, unde cum culpa veniat ex natura contractus, relinquitur tanquam casus omissus, arg. *L. commodi fine ff. liber. & posthum. Peregrin. de fideicommiss. art. 11. n. 35.*

473 Ad 3. *d. L. hæres §. non tantum ff. fam. l. ercisc.* respondetur ibi quoad summum deduci argumentum à contrario sensu, quod in jure fragile est, ut
474 notant repentes in *L. 1. ff. offic. ejus,*

maxime si sequitur in conveniens, ut probatur ex *L. 2. Cod. cond. incert. Fachin. contr. lib. 13. cap. 5. Corcet. lib. 1. indag. cap. 20.* Ac proinde sensus verus illius *text.* est, quod licet cohæres non contrahant expresse, juxta *§. item si inst de oblig. que ex quas. contract.* tamen eo ipso quod hæreditatem acceptant, tacitam videntur coire societatem, in qua venit levis culpa, juxta supradict. ex alijs, *del Rio sup. cap. 17. Pichard. in §. fin. n. 6.*

Ad 4. arg. respondetur verum esse pro
477 damno dato in societate competere actionem, *L. Aquillea d. L. sed si, Conan. lib. 7. cap. 13. n. 10. Felic. de societ. cap. 2. n. 46.* Ad minorem vero scilicet in *Lege Aquillea* venire levissimam culpam, *d. L. in lege:* distinguendum est inter eum casum, in quo culpa est commissæ in faciendo, & inter eum casum, in quo est commissæ in omitendo, ita ut primo casu veniat levissima culpa, *d. L. in lege,* 480 quæ sic est intelligenda in 2. casu, quando culpa est in omitendo commissæ, non sufficit levissima culpa, ut constat ex *L. si usufruct. 16. ff. usufruct. Greg. L. 10. tit. 15. part. 7. gloss. 4. Cov. 2. p. de pos. cap. 6. §. 8. n. 13. Felic. d. cap. 2. n. 15. Barb. d. L. si mora n. 29.* In quo tamen advertendum est, non exinde capi in societate venire levissimam culpam, quia licet pro damno in re communi dato agi possit *Lege Aquillea*, tamen id non ex natura societatis, sed ex natura damni provenit, & ideo in hoc casu non oritur actio ex contractu propter levissimam culpam, licet actio contractus detur propter levem culpam, in simul cum *Aquillea, L. sed 48. pro socio: Conan. d. cap. 13. num. 10. & ita intelligenda est d. L. sed si vers. 1.*

Ad 5. facile respondetur *text.* non lo-
483 qui de socio, qui culpam aliquam committit, sed solum de illo, qui vult renunciare societati, nisi voluerit socio committere, quando ipse fuisset valde idoneus, id est diligentissimus, sed inde non sequitur socium teneri de levissima.

Ad

484 Ad ultimum de *L. verum*, responde-
tur *text.* procedere in socio, qui per
dolum fecit, quominus in bonis ha-
beret, ut frustraret actionem adver-
485 sarij; nam cum certum sit, socium, qui
ex contractu societates convenitur,
solummodo posse conveniri in id,
quod tacere potest, juxta reg. *L. sunt*
16. *L. sed hoc* 22. §. 1. ff. de re jud. cū mul-
tis *Castagn. de privileg. deduci. ne egeat*,
486 q. 13. Hoc privilegium non procedit
in casu, quo per dolum delicti posside-
re arg. reg. *pro posse flore de reg. jur. in 6.*
L. penult. ff. jur. dot. & ad hunc effectum
necessario requiritur, ut per dolum de-
487 linat possidere. Nec sufficit per levem
culpam incidat in pauperitatem, ut
prædicto privilegio privetur, ut circa
Clericos dicitur DD. in cap. *Oaoardus de*
solut. arg. si quis dolo 51. ff. de re jud. d.
L. sed hoc ita §. 1. *L. unic. §. cum ant.* Cod.
rei uxori. *oñ. Cov. 2. ar. cap. 16. numer. 9.*
Barb. in L. maritum n. 76. & 101. Cald.
conf. 14. num. 3. Felic. de societ. cap. 31. n.
26. in quibus terminis intelligendus
est *text. in d. L. verum in princip. & S.*
temp. quæ tantum procedit in suo ca-
488 su, nec in aliquod offendit regulam
nostram.

Similiter etiam censetur in dolo
socius, quia mendax negat societatem,
qui si fuerit convictus, prædictū pri-
vilegium amittit, ex reg. *L. verum §.*
tempus autem ff. pro socio L. ult. ff. rei vñd.
de qua Surd. dec. 237. & conf. 214. Castill.
tom. 3. cap. 18. Cevalb. q. 128. Self. de dolo
cap. 14. & in specie est text. sic intelli-
gendus, in L. si unus 68. §. fin. ff. pro socio
L. sed hoc 22. §. 1. ff. de re jud. *Felic. de so-*
ciet. cap. 31. num. 42. Barb. in L. maritum
num. 105. ff. solut. ex Molin. de just. diff.
113. Brun. de cess. bon. q. 24. num. 3. resol-
vit Castagna. de benefic. de dñf. ne egeat
489 q. 13. *fallent. 2. & seqq.* Ubi ad varias
quæstiones, in quibus socius amittat
d. beneficium. Quia ille qui negat se
esse talem, ex cuius qualitate habet
490 hoc privilegium, perdit illud, *L. sed &*
si ex parte ff. quod. cum eo: L. sed hoc ita

§. hoc aut. in ff. de re jud. d. L. verum, &
alijs Joann. Castag. d. fall. 2.

Unde maritus, socius, & alij, qui ul- 491
tra quam facere possunt, non conveniuntur, si se negaverint socios, vel ta-
les esse, in solidum conveniri possunt
L. si ex parte in fin. princip. ff. quod. cum eo
gloss. ult. in §. item si socius, & ibi Aretin.
inst. de act. L. sunt qui cum leg. seqq. ff. de
re jud. juncta L. sea, & si hoc ita §. fin. ff.
eod. L. si unus §. fin. ff. pro socio: Bart.
Paul. & alij in L. etia ff. solut. matr. Mar-
sil. de fidejuss. n. 322. & 327. Roland. cōf.
86. num. 5. vol. 4. Gallat. de renunt. tem.
1. lib. 5. cap. 6. num. 7. Manc. in patroc. de-
bit. decad. 3. q. 7. num. 35. Ossuald. ad Do-
nel. lib. 27. cap. 9. lit. D. & seqq. Socius
enim, qui negat societatem jura socie-
tatis amittit, *Cancer. 2. p. var. cap. 14. n.*
103. in fin. Et vassallus regens feudum 492
si de mendacio convircatur feudum
amittit, *Cap. vassallus o primeyro. si de*
feud fuerit contr. inter dominū, & vassal.
in emphyteuta qui negat emphyteu- 493
sim: idem ex hoc textu admittunt,
Corbul. de jur. emphyt. tit. ex quibus caus.
emph. caus. 1. Clara. in §. feudum q. 59. n.
2. Rosental. de feud. cap. 10. concl. 32. n. 2.
Videndus Borrel. in sum. dec. tom. 1. tit. 33
à num. 214. qui duas refert sententias,
alijs relatis, *Hodiern. ad Surd. dec. 237. n.*
10. Mantio. de tacit. lib. 22. tit. 20. Pareja
de edit. instr. tom. 1. tit. 5. resol. 12. num. 15.
(Et ad hoc non cogitur terminum ta-
cere, sed sufficit in articulis negare re
esse emphyteuticam, ut judicatum.

No foyto Cível de Dom Eugenio da
Veyga Cunha, & Mendonça, contra
Fracisco Vilhella, Escrivão Antonio
de Vargas da Silva, se deu a sentença
seguinte.

Acordão em Relação. E c Aggravado he
o supplicante pelo Corregedor do Cível, em
o obrigar a fazer o termo, de que se trata,
provendo em seu a ggravo, vísitos os autos,
& como o que se pretende pelo dito ter-
mo heo mesmo, quo o supplicante diz em
seus embargos, & não ser este caso daquel-
les, em que seja obrigado a mais. Mandaõ,
L. ij que

que sem edito termo se proceda na causa. Lisboa 16. de Março de 679. Vanuessem. Lopes Oliveyra: Pereyra.

- Contrarium non obitante hoc decreto Senatus, iudicatum fuit in causa Monialium de Odivelas, cum Francisco Calaeirão da Veyga, anno 1680. Et quod teneretur facere terminum à se, & uxore subscriptum, in quo declarasset, an domus fuissent, vel non emphyteuticæ, non obitante allegatione longissimi temporis curru. Et hæc resolutio mihi magis arridet, quia cum sit materia præjudicialis, debet à parte subscribi interminis *Ord. lib. 1. tit. 24. §. 19. 20. & 21.* Ubi diximus, & quod sit præjudicialis, patet, quia ex tali negatione si emphyteuta fuerit cōvictus de mendacio, amittit emphyteusim, ut dicunt citati in materia. Sic debitor, qui se talem negat, vel super debito litigat, beneficio cessionis bonorum non gaudet, *gloss. in L. si unus verb. cedat ff. de arbit. Ricc. collect. 121. Trêtaing. lib. 3. var. de solut. resol. 2. num. 14. cum alijs Hodiern. ad Surd. dec. 262. num. 2. Cevalb. 1. tom. q. 129.* Neque indutijs moratorijs iuvatur, *Offwald. lib. 22. cōment. cap. 9. lit. H.* Similiter Reus, qui negat se possidere, propter mendacium possessionem amittit, in quam mittitur actor, *L. fin. ff. rei vend. Ord. lib. 3. tit. 40. §. ibi Barb. in remiss. multos refert Pereyr. dec. 62. n. 1. Marsill. Roland. & Gallerat. ubi sup. Offwald. lib. 20. c. 3. lit. R. Surd. cons. 214. num. 1. Cost. de fact. scient. cen. 1. dist. 25. Cevalb. d. q. 128. Benintend. dec. 84. Car-*
- 497 *still. lib. 3. cap. 18. ubi de intellectu.* Et fideiussor negans se fideiussisse, divisionis beneficium amittit, *L. si dubitetur §. ita de iur. ff. fideiuss. Cevalb. d. q. 128. n. 1. Tepat. var. tit. 103. c. 13. versic. fideiussor: Hering. de fideiuss. cap. 27. part. 1. n. 210. & p. 2. n. 53. Horat. Carpan. ad Stat. Me-*
- 408 *diol. cap. 84. num. 16.* Excationis etiam beneficium indignum effici fideiussorem, qui se talem negavit, ex multis probat *Hering. ubi sup. n. 210. Caroc. de execut. p. 2. quæst. 69. Gallerat. ubi sup. n. 7. Car-*

vasc. ad. leg. Regni, tract. de nobilib. non carcerand. num. 107. Bargal. de dolo lib. 3. cap. 12. num. 96. ubi dubitat Merlin. de pignor. lib. 4. quæst. 20. Gom. var. 2. tom. cap. 13. num. 14. limit. 7. ubi. Aylon. in. add. Melin. disp. 545. n. 16. L. si dubitetur §. 1. ff. fideiuss. Ord. lib. 2. tit. 59. §. 1. (Etcōvictus in una parte de mendacio, in omnibus manet cōvictus, Gratian. Forens. cap. 109. n. 3. & 4. Vermigliol. cōf. 74. num. 25. & in uno mendax in omnibus efficitur Reus, Ansaldo. cons. 63. n. 7. exornat Feloeaga in chind. cap. 11.)

Contraria vero sententia, quod fideiussor, qui te fideiussisse negavit, de mendacio convictus, non amittat beneficium cedendarum. Ex eo fulcitur, quod licet leges mendaces odio habeant, poenam eis aliquando infligendo, aliquando juris beneficia denegando, *L. etate §. si cum esset ff. de interrog. act. L. falsus §. 3. de furt. L. 2. Cod. si minor se maior dixerit, L. ult. Cod. acuf. L. 4. Cod. serv. fug. L. hereditatum alias computationi §. fin. ff. ad leg. falcid. Aut. item possessor Cod. qui pot. in pign. hab. quod late exornat Marsil. n. 322. Souf. de Maced. dec. 22. Valasc. cōf. 150. Thefaur. dec. 50. num. 3. Ozafo. dec. 26. cū alijs Hering. d. 2. p. num. 237. Gratia. cap. 190. Azeved. lib. 3. tit. 7. lib. 4. recop. num. 54. Barg. de dolo d. cap. 12. num. 3. & seqq. Carrec. d. q. 69.* Tamen in poenam mendacii, nemini jus suum auferri debet, nisi id lege aliqua specialiter exprimat, *Ut ex Thefaur. d. dec. 50. num. 4. probat Schisford. lib. 1. tract. 3. quæst. 2. Cyriac. Forens. cōtr. 122. n. 21. tom. 1. ex quo iple infert, quod licet uni ex fideiussoribus, qui fideiussorem negavit, non concedatur beneficium divisionis, ex d. L. si dubitet, tamen propter inficiationem unius ex tutoribus, divisionis commodum non privatur, quia id nullibi statutum invenitur, sequitur Barg. cap. 14. num. 313. licet dubius Paul. Gallerat. d. cap. 6. circa fin.*

In qua controversia, quanvis posterior sententia magis placere videatur, Bar-

Bargalio d. cap. 14. num. 96. tamen ego
 505 a priori non recederem. Nam quem
 admodum fideiussor, qui se fideiussisse
 negat, excusationis, & divisionis bene-
 ficio excluditur, ita & cedendarum
 actionum commodum privari debet, ut
 506 tenet Bald. in *Auth. contra Cod. non nu-
 mer. pecun. Larfil. sup. num. 324.* Roland.
d. conf. 88. num. 2. Novar. ad *Franch. dec.
 55. ver. sic. tot.* Merlin. de *pign. d. lib. 4. g. 72
 num. 21.* Gratian. *dec. 215. n. 6.* Ubi ter-
 tio possessore hypothecaria actione
 convento si hypothecam inficietur,
 asserit cedendarum beneficium non
 denegari, quia ignorantia probabi-
 lem habet causam, Ex quo similiter
 hanc sententiam temperabis, si fide-
 507 iussor probabilem ignorantia causam
 haberet, juxta *L. si quis inficiatur ff. de
 posit. & in alijs casibus, quos recenset,
 Hering. Hodiern. Gratian. Castill. Cost.
 Gallerat. Barb. ubi sup.*

508 Ad text. vero in *L. hæres, socij 40.*
 dum solum ibi venit dolus hæredis,
 respondetur text. procedere per limita-
 tionem ad nostram regulam, casu
 quo hæres negotium commune a defun-
 cto inchoatum peragit, & ideo solum
 tenetur de dolo, quia societas finita
 est, ut explicat *Valasc. conf. 63. n. 7. Felic.
 d. cap. 21. num. 25.* Neque obstat *L. actio-
 509 ne 66. §. morte ff. eod.* Ubi hæres tenetur
 etiam de culpa levi, quia satisfit hære-
 dem teneri ibi pro culpa levi à defun-
 cto commissâ in negotio jam perfectò,
 ut patet ex verbis ibi, *in eo quod ex an-
 510 te gesto pendet*, & cum interesse socie-
 tatis ad hæredem transeat, etiam dam-
 num, quod ex culpa defuncti prove-
 nit transire debet, ex *reg. L. hæredem ff.
 verbor. signif. text. optimus in d. L. verum
 §. in hæredem, L. Et 36. ff. pro socij Felic.
 d. cap. 21. num. 26. §. cap. 32. n. 56. Conan. d.
 cap. 13. num. 16. Surd. conf. 10. num. 5. Gut.
 de juram. 1. part. cap. 48. n. 8. Valasc. d. n. 7.
 Cusac. lib. 10. observ. 25.*

511 Unde consequitur, quod si socius
 eligat ministrum minus idoneum ad
 peragendas res societatis, in quod cul-

pam commisit, non liberatur cedendo
 actiones alteri socio, sed potius tene-
 tur omne interesse præstare, per text.
 in *L. de illo 23. ff. pro socio, facit L. nam &
 §. fin. ff. negot. gest. post. Conan. d. cap. 13. n.
 11. Felic. d. cap. 21. num. 88.* Quia comisit 512
 culpam in mala electione. (Et tene-
 tur de illa, & ad interesse, & ad præju-
 dicium, quod ex facto suo eveniret
 socijs, *L. si quis societatem, & alijs tenet
 Valeng. conf. 147. num. 18.* Et suum debet
 esse damnum absque eo, quod alijs so-
 cij teneantur ad contributionem, *L.
 cum duobus §. fin. cum L. seqq. ff. pro socio,
 L. si communis familia ff. noxalib. L. Costel.
 7. tit. 10. part. 5. Bald. conf. 491. num. 3. lib.
 2. §. conf. 172. lib. 5. Valeng. d. con. 147. n.
 24. Felic. de societ. cap. 21. Eduard. de so-
 ciet. lib. 2. cap. 5. q. 26. num. 10. Roch. in no-
 tab. de societ. mercat. notab. 38. n. 75.]*

Sed objicitur *L. si vi 16. ff. de pos. ubi* 513
 depositarius, qui deposuit rem apud
 secundum, qui dolose in illa se gessit,
 liberatur cedendo actiones. Quia res-
 pondetur, prout jam supra diximus cir-
 ca depositum, quod in nostro casu cul-
 pa fuit commissâ in mala electione per-
 sonæ administrantis, d. *L. de illo d. §.
 fin.* At vero in *d. L. si vi*, nulla culpa fuit
 commissâ in electione personæ secundi
 depositarij, ita *Cusac. ad African. tract.
 7. cap. 7. Pichard. in §. 1. de oblig. quæ ex
 quas. contract. num. 47. Theaur. g. forens.
 q. 27. n. 8.*

Et si socius sit diligens in aliqua re- 514
 communi, & negligens in alia, non
 datur compensatio, d. *L. de illo §. 1. L.
 non ob eam 25. ff. pro socio: Conan. d. cap.
 13. num. 11. Mantie. de tacit. d. tit. 2. n. 5.
 Felic. de societ. cap. 20. n. 29. ex alijs Va-
 leng. conf. 147. n. 25.*

Ampliat nostra resolutio, proce- 515
 dere etiam casu, quod res communis ve-
 niat ad societatem æstimata; nam ad-
 huc solum tenetur socius de culpa le-
 vi, non autem de levissima; vel casu
 probatur, ex *L. cum duobus 52. §. damna
 ff. pro socio*, ubi communiter scribentes
 post alios *Conan. d. cap. 13. num. 9. ad fin.*

Z iij

Gut

Gut. de Gabell. q. 25. num. 15. Felic. d. cap.

21. num. 15. Sed videtur obitare text.

516 *difficilis in L. si ut certo §. nunc. videndū*

vers. commodatum ff. commod. Ubi ille,

qui commodatum accepit, si res com-

modata æstimata sit, tenetur ultra

naturam commodati, quia non solum

de levissima, sed etiam de casu fortui-

517 *to tenetur; quia, scilicet, æstimatio*

transfert omne periculum in recipi-

entem: Igitur similiter in societate

æstimatio in socium transferre debet

non solum culpam levem, sed etiam

518 *levissimam. & periculum: Quia diffi-*

cultatate non obitante verissima est

ampliatio. Neque obsta d. versic. com-

modatum, quia omisso intellectu Bald.

in L. 1. Cod. commod. num. 15. dum sup-

ponit ibi intervenisse pactum, quia

divinhat, respondet 2. loco, gloss. verb.

periculum, & ibi Bart. Gom. 2. var. cap. 7.

520 *num. 1. Felic. d. cap. 21. num. 20. hunc esse-*

ctum produci ex virtute conventio-

nis, ita ut operetur, ut commodatarius,

qui secundum naturam commodati te-

netur tantum de culpa levissima, te-

521 *neatur etiam de casu, ut conventio*

aliquid operetur. Unde etiam in socie-

tate, in qua venit levis culpa, secundum

suam naturam debet operari, ut in ea

veniat levissima, Sed reprobat, quia

522 *hæc doctrina est contra nostram re-*

solutionem, ubi diximus socium tene-

ri tantum de levi, & si res detur æsti-

523 *mata. Deinde quia est contra verba,*

d. §. damna, ibi: si dolus, aut culpa, ubi

verbum culpa, solum pro levi accipi-

524 *tur. Quare dicendum est in d. versic.*

commodatum, ideo æstimationem ope-

rari, ut commodatarius teneatur de pe-

riculo; quia tota utilitas commodati

ipsius versatur ad commodatarium, at

vero in d. §. damna, res æstimata ma-

net adhuc communis, ac si æstimata non

esset, nec æstimatio mutat commodati

525 *cap. 13. n. 9. Nec replices idem esse di-*

cendum in commodato, quia adhuc

manet res commodata, licet detur

æstimata, ac proinde æstimatio nihil

debet immutare, quia respondetur, 526

quod cum tota utilitas commodati sit

recipientis, si accipiat rem æstimatam,

videtur contrahere ea intentione, ut

de periculo teneatur, quod in societate

non datur.

Limitatur prædicta resolutio, ne

procedat, quando levis culpa remitti-

tur à parte, tunc observabitur conven-

tio. L. 1. §. si convenerit ff. de posit. cū alijs

de quibus supra, Pichard. in §. præterea:

inst. quibus mod. re, num. 34. Felic. d. cap.

21. num. 2. Unde similiter valebit con-

ventio inter socius, ut de levissima, 527

vel casu teneatur, juxta supra dicta &

deducitur ex L. si non fuerit 29. §. 1. ff.

pro socio. Molin. disp. 417. Felic. dict. c. 21.

n. 20. Scobar. de ratiocin. computat. 22. à

princip. Vide Eduard. d. quæst. 26. n. 14.

(In contractu enim societatis Lex

illius est conventio, & contractus so-

ciorum, L. si non fuerint, L. cum duobus

§. in coeunda ff. pro socio, & omisum ha-

betur pro omisso, ut interminis socie-

tatis tenet Rot. per Farin. dec. 522. n. 5.

tom. 1. recent. Ibi, quod in hujusmodi

contractibus totum facit conventio

partium unde quidquid omisum est,

habetur pro omisso absque alia inter-

pretatione tacitæ voluntatis contra-

hentium, Archar. conf. 332. in princip.

ubi quod in conjunctione societatis

tota forma, & substantia præsumitur,

prout conventum est, The saur. forens.

q. 30. lib. 4. num. 6. Ubi quod propterea

sunt diligenter inspicienda per judi-

cem societatis capitula, & si adfit illa

obligatio, res erit clara, veluti in con-

trarium, si non adfit, Fontan. dec. 505.

n. 2. Giurb. in conf. Senat. Messan. cap. 16.

gloss. 3. n. 5. Ubi plures refert.)

Limitatur 2. quando socius in se

custodiam suscepit, qui tunc tenetur 529

de levissima, nihilominus de ea tene-

tur, si rerum ad societatem pertinen-

tium in se custodiam suscepit, L. qui

mercedem ff. locati, Menoch. conf. 353. n.

16. lib. 4. cū multis Eduard. d. q. 26. n. 15.

ubi

ubi etiam allegat *Felic. de societate cap. 11. § cap. 22. 23. & 24.* Ubi late tractat quomodo probetur culpa, & quando socius ab ea excusetur. Et omnes tenentur in solidum ex natura negotij societatis, & ex culpa unius, quando gerunt administrationem publicam, ex *Bart. in L. eundem ff. duob. reis q. 6. n. 7. & q. 7. Mantie. de tacit. & ambig. convent. lib. 15. tit. 2. num. 10. vers. sed si plur. & lib. 6. tit. 22. n. 8. Maufon. de caus. executiv. ampl. 23.* Et generaliter idem tradunt *Cornaz. dec. 18. n. 11. & 12. Felic. de societ. cap. 30. n. 36. Menoch. cōf. 410. n. 37. & 38.*

De materia autem societatis, & ad varias quaestiones vide scribentes in locis ordinarijs tit. ff. §. Cod. pro socio, Ord. lib. 4. tit. 44. & ibi *Barbof. in remiss.* ubi multos refert *Insc. lit. S. concl. 279. & seqq. Mantie. tacit. lib. 6. per tot. Surd. de aliment. tit. 6. q. 13. Greg. Syntagm. lib. 27. c. 4. Mozzius de contr. act. de societ. Mascard. cōcl. 1310. Menoch. lib. 3. præsumpt. 36. & 57. Cov. lib. 3. var. cap. 2. & 19. n. 1. Conan. lib. 7. cōment. cap. 13. Gratian. cap. 547. Morqueb. de devisiō. lib. 2. Fach. lib. 2. contr. cap. 89. & seqq. Michalor. tract. de duob. fratr. & alijs soc. Matienf. L. 2. tit. 9. lib. 5. recop. 5. ubi etiam *Azeved. Pichard. inst. de societ. & in §. actionū: inst. de act. quest. 21. & 31. Donel. com. lib. 13. cap. 5. & seqq. Sibi Osuald. Molin. de just. tom. 2. disp. 411. usque ad 421. Silvestr. & Summiste verb. societas, Scac. de comerc. §. 3. gloss. 3. num. 33. & §. 1. q. 7. ampl. 8. Villading. in polit. cap. 8. num. 78. Hermosill. L. 55. tit. 5. partit. 5. gloss. 2. ubi. plura Less. de just. lib. 2. cap. 25. Bonacin. de contr. act. disp. 3. q. 6. Ceval. q. 297. Gut. tom. 4. q. 59. Bolan. in Cur. Philip. 2. part. §. compañeros, & §. navegantes. Narbon. in 3. p. recop. L. 25. tit. 18. lib. 5. gloss. 2. Valasc. cōfult. 98. Scobar. de rasciocin. cap. 6. 35. & 36. & cōput. 22. & ibi add. in dec. Filiuc. in q. mort. tract. 28. cap. 1. Menoch. de recup. remed. 9 ex num. 236. Nequeroi. alleg. 11. n. 12. & 162. & 140. & seqq. & alleg. 33. n. 55. Narbon. de etat. anno 25. q. 8. Felic.**

*Ednard. in tract. de societ. Gom. 2. var. cap. 5. & ibi Aylon in add. latissime, & curiose Gibalin. de usur. 2. tom. lib. 5. cap. 2. per tot. cum multis Olea de cess. jur. & act. tit. 3. q. 2. n. 34. & tit. 3. q. 5. n. 1. & seqq. & tit. 4. q. 8. num. 22. & seqq. & tit. 5. q. 6. n. 4. Castagna in tract. ad act. ne egeat. q. 13. per tot. Capyc. Latr. tom. 1. observ. 2. 26. n. 14. & §. qq. & observ. 39. per tot. & 2. tom. dec. 189. num. 1. & seqq. & dec. 157. n. 27. Mar in observ. & dec. 168. & dec. 132. & 163. & dec. 524. 226. 128. & dec. 6. & 42. 194. & 195. Fitanell. 1. part. dec. 209. 234. & 235. 204. & 262. & 2. part. acc. 504. 505. 506. 507. 508. & 509. Buar. & Ferrentil. dec. 467. 79. 224. 465. 908. 255. 408. 159. 397. & 674. Valasc. conf. 9. 63. & 185. Gam. dec. 110. num. 28. & seqq. & dec. 253. num. 1. cum multis Aug. Barbof. in collect. ad tit. Cod. pro soc. ubi latissime Ansaldo. conf. 44. per totum, & conf. 125. n. 13. & 37. & conf. 128. num. 167. & conf. 129. & conf. 130. num. 4. 20. & 21. Carval. de jud. lib. 1. tit. 3. disp. 7. Ubi etiam 532 utrum possit fieri executio pro capitali societatis, vel administrationis ante redditam rationem, de quo etiam *Giurb. dec. 15. & Reynof. observ. 47. n. 25. & 26. Valenc. conf. 148. Tanaglio in episcul. jur. discept. 65. n. 1. & seqq. & discept. 67. num. 50. & seqq. Tendur. resol. civil. cap. 56. tom. 1. & tom. 2. cap. 109. Salgad. in labyrinth. credit. 1. part. cap. 9. num. 48. & seqq. & in centur. decif. 30. Vermigh. conf. 124. 425. 463. 398. 255. 413. 229. & 273. Cyriac. Forens. cōtr. 252. 357. & 284. n. 19. & 20. & contr. 465. 470. & 504. n. 73. & seqq. & 478. & 123. 197. 113. 184. 198. 147. 28. & 150. Mar in lib. 1. quotid. c. 320 tom. 1. & tom. 2. cap. 207. Phab. 2. part. dec. 198. Valenc. 1. tom. conf. 89. & conf. 118. 2. tom. & conf. 143. & 148. Vella differt. 30. num. 35. & differt. 35. num. 84. & differt. 48. num. 37. Reynof. dict. observ. 47. ubi num. 30. & seqq. De exhibitione li- 533 bri de quo etiam, *Giurb. dec. 94. Antonel. de temp. leg. lib. 1. cap. 62. num. 15. & lib. 4. cap. 26. num. 1. & seqq. & lib. 2. cap. 47. num. 25. & 26.* (Et quando socius ***

con-

controvertias, aut dubitationes habet cum socio, potest petere, ut libri sequantur, ne facile in sui juris praejudicium mutetur illorum materia, & forma ut *judicatum fuit in causa Petri Velenem*, qui erat tertius, & non socius, sed habebat rationes cum socio, adversus *Henrique Voltes* apud *Not. Fracisco de Oliveyra*, anno 1678. Et in causa *Sociorum Melchior Pape*, cum *Henrico Capella*, apud *Not. Dominicum Ludovicum ab Oliva*. Et cum ad redendas rationes debet socius exhibere librum, *Pareja* de edit. instrum. tit. 5. resol. 2. n. 24. L. 1. §. pro officio ff. de tut. & rat. distr. cuius dispositio ad omnes administratores rerum alienarum extenditur, *Grac. de expens. cap. 20. n. 22. Scoabar de ratiocin. cap. 10. num. 1. & in socio L. quaedam ff. de edend. Giurb. ubi sup. Pareja ubi supra*, etiam dato legato liberationis, ex *Scoabar d. cap. 10. n. 15. & 20.* & adhaeredit instantiam, *Pareja ubi supra n. 15*. Si non exhibent contra socium, datur iuramentum in litem etiam ad haeredit instantiam *Baer de decim. tutor. cap. 3. n. 180. Scoabar d. cap. 10. n. 5. Marin. ad Revert. dec. 180.* Ego vidi *judicatum me patrocinate in causa Abbatis Joanes Baptista da Rocha, cum Duarte Dias de Lisboa*, & propter occultationem librorum societatis, & exhibitionem unius vitia, fuit condemnatus per iuramentum in litem haeredit absque taxatione in magna pecuniae quantitate, apud *Notarium Manoel de Goes Pinheyro*.

Et merito, quia socius tenetur scribere in libris, & eos habere, *Bald. in L. cum testamento num. 4. Cod. testam. manumiss. Genoa de script. privat. lib. 4. cap. de libro Administrator. num. 8. Farin in fragmen. crim. lib. 1. lit. A. num. 52. Ludovic. dec. 274. n. 2. extext. in L. 1. §. officio rat. distrabend.*

Et tenetur eos exhibere *Tusc. lit. A. concl. 202. num. 2. Ludovic. dec. 151. n. 11.* & socius, qui administrat, tenetur eos servare, *L. quaedam in princip. ubi Bart. ff. de edend. Turret. cōf. 3. n. 1. lib. 2. Cabal.*

conf. 123. n. 29. lib. 2. Felic. de societ. cap. 31. num. 33. Ubi inquit ita procedere, quanvis sit *Reus. Beroi conf. 191. num. 35. lib. 1. Menoch. conf. 375. num. 17.* & si ei mandetur, ut libros exhibeat, & eos non edat, causam an intit, *Turret. d. conf. 3. num. 16. Genoa de scriptur. privat. lib. 4. cap. de libris societ. num. 22. & seqq. Menoch. de praesumpt. lib. 2. praesumpt. 91. num. 4.* Ubi idem retolvit, & addit ex defectu exhibitione jurari contra eum in litem, ut etiam observat, *Turret. d. conf. 31. num. 21. Tusc. lit. A. concl. 202. num. 4.*

Et non solum tenetur exhibere librum maiorem, & magistralem, vulgo o livro da caixa, sed etiam protocolum, vulgo o borrador, *Alciat. conf. 64. lib. 6. num. 6. Bim. conf. 182. num. 20. lib. 2. Menoch. de arbitr. lib. 2. cent. 3. cas. 209. n. 16. & seqq. Scoabar de ratiocin. cap. 10. num. 39. & 40. sub. vers. Et praedicta sententia ibi.* Cum ergo journal, seu manuale dicatur protocolum, ex quo formatur liber magistralis, seu de caixa, ut voluit *Alciat. respons. 64. lib. 6. num. 9.* manifeste convincitur, quod liber magistralis dolum, & malam fidem contineat, si manualia, etiam simul cum illo non exhibeantur, & an socius ad vendendas merces possit vendere habita fide depreto, & an socius, aut domipus possit rei vindicare merces transmissas ab emotore, diximus *tom. 4. ad Ord. in cōment. ad tit. 53. cap. 12. pag. 511.* *Ramon. conf. 41.* Ubi etiam an socius habens mandatum cum libera possit recipere pecunias ad cambium, de quo etiam *Olea ubi sup. Steyban. jun. resol. 93. Fragos. de regim. reip. part. 3. disp. 4. §. 4. num. 89. & seqq. Mend. in prax. 1. part. & 2. lib. 4. cap. 8. §. 7. Arias de Mes. lib. 2. var. cap. 16. num. 24. & lib. 3. cap. 28. num. 17. Lanfranc. Zacchia de salar. quest. 31. Giurb. in cōsuet. Sen. Messan. cap. 1. gloss. 3. §. 6. 7. & 8. & cap. 6. gloss. 4. & cap. 7. gloss. 5. & cap. 5. gloss. 3. & cap. 6. gloss. 4. & cap. 7. gloss. 8. & 19. & cap. 8. gloss. & cap. 10. gloss. 4. & cap. 9. gloss. 12. & cap. 16. gloss. 1. §.*

1. & cap. 9. gloss. 8. 9. 10. & 11. & cap. 10. gloss. 7. & cap. 9. gloss. 8. & cap. 5. gloss. 3. & cap. 9. gloss. 2.

Intertur 10. in iudicio familiar er-
ciscundæ, & cōmuni dividundo venire
535 non solum dolum, sed etiam latam, &
levem culpam, non autem levissimam;
nec casum, probatur ex *L. heredes* 25.
§. non tantum, & *§. item culpe* *L. si 45. L.*
& puto 16. *§. sed si ff. famil. erciscund. L.*
communis 26. *ff. com. divid. L. si maior* 4.
Cod. eod. DD. per text. ibi in L. contrahens
ff. de reg. jur. ubi Dec. n. 40. del Rio c. 17.
Tir auel. de primog. q. 60. n. 10. Rebus. de
except. n. 496. Felic. de societ. cap. 40. n.
26. (cum multis Colon de præstat. culp. in
contrah. sect. 21. Tellez in cap. unic. de cō-
modat. n. 5.)

Ratio est, quia in his iudicijs verti-
536 tur utriusque coheredes, socij, vel le-
gatarij utilitas, ac proinde succedit re-
gula d. *§. nunc. videndū*, sed obstat d. *L.*
heredes §. non tantum, ubi text. decidit
537 cohæredem non teneri præstare in re
cōmuni eam diligentiam, quam dili-
gens partec familias in rebus suis præ-
stare solet cum diligentia correspon-
dat levi culpæ, quali decidat cohære-
dem non teneri de levi culpa, sed solū
538 de dolo. Secundo obstant plura jura,
quæ loquentia in materia de dolo, tan-
tum faciunt mentionē, ut videre est ex
L. cohæredes 45. *§. si familie ff. fam. ercisc.*
L. 3. §. 1. L. sed postquā 9. ff. cōmun. divid.
L. maioribus 3. *L. si cum patruo* 6. *Cod. cō-*
muni. utriusq. q. iudic.

Quibus tamen non obstantibus reso-
lutio nostra verissima est, quæ ultra
539 supradicta confirmatur ex eo, quia licet
cohæredes, vel legatarij, expresse so-
cie tatem non contrahāt, tamen ubi pri-
mum in cōmunionem inciderūt, tacite
consentur societatem cōtrahere, in qua
venit levis culpa, juxta resoluta reso-
lutione præcedenti. Neque obstat d. *§.*
540 *non tantum*. Nam respondet cōmunis, quā
sequitur *Dec. d. n. 40. Cagnol. n. 69. in d.*
541 *L. contrah. Puchar d. §. fin. Inst. de societ. n.*
5. Quod licet in rebus alienis teneatur

quia eam diligentiam adhibere quam in
rebus suis adhibet diligens pater famil.
juxta *L. si cum venderet* 13. *§. fin. ff. pign.*
act. tamen in rebus cōmuniibus sufficit 542
ad habere illam diligentia, quam in rebus
suis, etiam negligens præstare solet. d. *§.*
non tantum. Sed reprobat, quia etiam in 543
rebus cōmuniibus venit levis culpa, ut
supra diximus, quæ consistit in eo, ut
quis se habet minus diligenter, quā dili- 544
gens pater famil. se gerere solet in rebus
proprijs: quare dicendū est, cum *Barb. in* 545
prælat. L. si mora n. 44. verbū diligens acci-
pi pro superlotivo, idest diligentissi-
mo quasi sit sensus, quod licet cohæ-
res teneatur in re cōmuni præstare so-
litam diligentia, ita ut non interveniat le-
vis culpa, attamen non tenetur eam di-
ligentia præstare, quā diligentissimi pa-
tres famil. in rebus suis adhibere solēt,
quem intellectum sequitur, *del Rio d.*
cap. 17. Gotofred. in d. §. non tantum.

Neque obstant omnia jura in 2. arg. 546
citata: Quia respond. jura illa procedere
secundum speciem facti ubi tantum
de dolo fuit quæstio, sed non excludi-
tur culpa levis, quæ venit ex natura
contractus.

Ampliat, ut procedat, 547
etiam si res communes inter cohæredes
æstimentur, juxta *L. servos* 35. *ff. fam.*
ercisc. ubi Cujac. lib. 8. respons. Fapin. &
lib. 24. observ. 27. Conad. lib. 7. cap. 15. n. 4.
Lassart. de decim. cap. 11. num. 5. & cap. 20
n. 44.

De materia familiar erciscundæ, & 548
de part. & ad varias quæstiones, vide
tit. ff. & Cod. famil. erciscund. Ord. lib. 4.
tit. 96. L. 1. cum seqq. tit. 5. partit. 5. Ayala,
& Valasc. de part. & conf. 52. Mor-
quech. in tract. de divisi. honor. Bellacomb.
& alios tom. 1. com. opin. lib. 3. tit. 23.
Soares de paz. tom. 3. cap. 1. §. 6. Tapat.
var. tom. 2. tit. 55. 1. Molin. & Gusman. ve-
rit 26. per tot. (Ubi an ad iudiciū parti-
tionis sit remittendum instrumentum
dotis) Barb. in remiss. ad d. Ord. August.
Barbof. in collect. tit. Cod. fam. ercisc.
Mend. in praxi 1. & 2. p. lib. 4. cap. 2. §. 1.

Aa

Phab.

Pheb. 2 p. arest. 74 & 1 p. arest. 36. latissime Fragos. de reg. reipub. 3 p. lib. 5. disp. 8. §. 8. per totum, cum multis Olea de cess. jur. & act. tit. 3. q. 2 num. 32. & seqq. Tendur. civil. cap. 109. n. 32. & seqq. Ansaldo. conf. 105. num. 52. & conf. 108. n. 1. Ramon. conf. 20 num. 39. & conf. 24 num. 29 & 30. Reynos. observ. 21. Cyriac. contr. 191. & num. 15. & 16. & contr. 197 n. 15. & contr. 196. num. 8. & contr. 200. & contr. 198. & contr. 189. & contr. 147. & 514. & 513. num. 38. & 478. num. 50. & seqq. & contr. 303. num. 5. 312. 325. & 392. Valenc. conf. 40. & conf. 129. & conf. 172. n. 20. & 24. Giurb. in consuet. Senat. Missan. cap. 1. gloss. 9. & cap. 6 gloss. 1. & cap. 7. gloss. 8.

De communi dividundo, & ad varias questionibus, ultra supra citatos, vide tit. ff. & Cod. com. divid. & ibi: August. Barb. in collect. Bellacomb. tom. 1. lib. 3. tit. 24. Soares de paz tom. 3. cap. 1. §. 7. Morcheb. in tract. de divis. bon. lib. 1. cap. 3. & lib. 4. cap. 1. Valase. de part. c. 22. Nepat. var. tom. 2. tit. 52. Mend. in prax. 1. & 2. part. lib. 4. cap. 3. §. 2. Leytam in praxi finium regundorum.

Quid dicendum sit in petitione hereditatis, & in iudicio finium regundorum, distingue, quod si agatur ante litem contestatam cum bonæ fidei possessore, teneatur ipse tantum de dolo, & lata culpa, juxta *L. si homo 46. L. item si verberatur 15. §. fin. ff. de rejud.* **551** *L. si 34. §. licet ff. peti. hered.* Si vero agatur post litem contestatam, venit dolus, lata, & levis culpa, juxta *L. & non tantum 21. L. veniunt d. L. si ff. pet. hered. L. sed & loci 4. §. post litem ff. fin. reg. text. optimus in d. L. si homo, Cujac. lib. 24. ad edictum: Pauli sup. d. §. post litem, & lib. 20. sup. d. L. & non Gom. L. 45. Taur. num. 157. Covarr. pract. cap. 12. n. 2. Valase. de jur. emph. q. 45. num. 1. del Rio d. c. 17. Leytam in praxi fin. reg. cap. 6 num. 33.*

552 Neque obstat *L. penult. ff. de vi, & vi arm.* ubi etiam possessor malæ fidei teneatur etiam de casibus: Quia respondetur procedere in odium violenti pos-

sefforis, non autem in illū qui sit malæ fidei possessor per litis contestationem.

De petitione hereditatis, vide tit. ff. & Cod. de pet. hered. Mend. in prax. 1. **553** & 2 p. lib. 4. c. 8. §. 14. August. Barbos. in collect. add. tit. Bellacomb. tom. 1. comm. opm. lib. 3. tit. 18. Rebus. in tract. except. n. 1015. & seqq. Donel. comment. jur. civil. lib. 19. c. 12. Tapat. var. tom. 1. tit. 514. Franc. de Barr. de success. test. ac. intest. lib. 11. tit. 14. Petr. Greg. sintagm. p. 3. lib. 46. cap. 7.

De finium regundorum materia latissime, Leytam in tract. de fin. regund. tot. tit. ff. & Cod. fin. reg. Mend. in prax. 1. & 2 p. lib. 4. c. 4. §. 3. August. Barb. in collect. ad d. tit. Mont. de fin. reg. Cujac. lib. 10. observ. 2. Soar. de paz tom. 3. cap. 1. §. 8. Tapat. var. sent. tom. 2. tit. 553.

Secundò infertur in rebus dotalibus de jure communi, quo attentio non dabatur bonorum communicatio inter conjuges, *L. quintus ff. don. inter vir. & uxor. L. etiam Cod. cod. Valase. conf. 103. Barb. L. 1. 4. p. n. 100. ff. solut. Garcia de* **554** *expens. cap. 13. num. 11.* Sed potius quisquis acquirebat, sibi acquirebat, juxta *L. ex pecunia, Cod. jur. dot. & ibi August.* **555** *Barb. in collect. Volase. ubi sup.* Tamen in ipsis rebus dotalibus tenebantur marito, non solum de colo, sed etiam de lata, & levi culpa, non autem de levissima, nec de calu, ut probatur ex *L. si filio 26. §. 1. & 2. L. etiam 19. §. licet: L. media. 50. L. penult. & ul. ff. solut. matr. L. in rebus 18. ff. jur. dot. DD. in L. contractus ff. de reg. jur. ubi Dec. num. 36. Cov. pract. cap. 28. num. 3. Surd. conf. 78. n. 2. Gom. L. 5. Taur. num. 44. Barb. in prax. lib. 4. L. si mor a num. 35. Trentacing. 3. var. res. sol. 1. num. 20. sub tit. de jur. dot. Boss. de dote cap. 19. num. 40. & seqq. (multis citatis late, explicat, & intelligit, Colon de prest. culp. in contract. sect. 17. per totum. Olea de cess. jur. & act. tit. 5. q. 12. Tellez in comment. ad cap. unice. de comod. n. 5. & in c. mulieres de jurejur. Castr. Palao de just. & jur. disp. 9. punct. 2. num. 10. Fontanell. de pact. nupt. claus. 5 gloss. 8. p. 13. L. Cast. 18*

et 19. tit. 11 part. 4. Oroz. de apic. jur. lib. 2. cap. 8.)

559 Ratio est, quia contractus dotalis celebratur gratia utriusque contrahentis, & succedit regula d. §. nunc. videndum. Boff. ubi sup.

560 Sed obstat 1. L. in rebus 28. ff. jur. dot. juncta gloss. 1. ubi maritus tenetur prae-
stare in rebus dotalibus exactam dili-
gentiam ultra culpam. Secundo ob-

561 stat, L. pro oneribus ff. jur. dot. ubi causa dotalis contracta est solum respectu
matris, facit Cap. salubriter de usur.

Ergo si ipse recipiat dotem, tenetur de
levissima. Tertiò obstat, quia maritus

562 est dominus rerum dotalium, L. dota-

lei 3. ff. fund. dotali, L. doce ancillam Cod.
rei vend. junct. L. in rem 24. ff. de rei vin-

dic. cum alijs de quibus. Castill. de usu-
fruct. lib. 1. cap. 4. n. 7. & seqq. Pont. conf.

71. n. 9. & 10. Quoad divers. quæst. jur.
cap. 14. n. 16. Barbosa in L. æstimatis n.

1. ff. solut. Lancelot. Gal. cõf. 4. n. 15. Garc.
de exp. cap. 13. Barb. in L. dotalium ff. solut.

563 à princip. Olea de cess. jur. & act. tit. 5. g.
12 num. 4. & 5. Igitur & si committat le-

vem culpam, non potest ei imputari,
arg. L. in remand. Cod. mandat. Quartò

564 obstat, L. si mor a 10. ff. solut. matr. ubi
maritus post moram uxoris tenetur

tantum de dolo, non vero de culpa,
facit L. & §. licet, L. si filio §. si maritum

ff. eodem. ubi maritus solum de dolo
tenetur. Quintò obstat, L. si constante

565 25. §. si maritus ff. solut. matr. ubi mulier
solum potest à marito exigere illam

diligentiam, quam ipse in rebus pro-
prijs adhibere solet, unde si maritus

non sit negligens circa res proprias,
566 non tenetur de levi culpa. Ultimo ob-

stat, L. quemadmodum 47. in fin. princip.
ff. jur. dot. ubi si servus stipuletur, do-

tem domino acquirit, & tamen non
tenetur de culpa, sed tantum de do-

lo. Quod etiam probatur in L. bona fide
37. ff. peculio ubi pater, cui dos filij tra-

567 dita est non tenetur nisi de dolo.
Sed his non obstantibus vera est no-

stra resolutio, neque obstant argumen-

ta in contrarium adducta. Nam ad 1.
d. L. in rebus 18. ff. jur. dot. respond. Ot-

568 tom. inffit. pro socio num. 21. maritum so-

lum teneri præstare in rebus dotali-

bus eam diligentiam, quam in rebus
proprijs præstat. Deinde supponit,

quod si maritus fuerit negligens in re-
bus proprijs, excusabitur in dotali-

bus. Sed hic intellectus non placet, 569
quia violat literam, & est abiurdus.

Ideo dicendum est cum communi sen-

tentia, de qua Dec. sup. Barb. proxime n.
36. quod máxima faciendi est diffe-

rentia in hoc contractu, inter mari-

tum diligentissimum, & negligentem,
ita ut si fuerit diligentissimus, eandem

diligentiam teneatur præstare in re-
bus dotalibus, idque favore doris, d. L.

in rebus, quæ sic est intelligenda: Nam
in hoc casu si maritus non præstet ean-

dem diligentiam in rebus dotalibus,
quam in suis, juris censura culpam

committit, arg. L. quod. Nerva ff. de pos-
sit. At vero quando fuerit negligens in

571 proprijs, semper tenetur ad commu-

572 nem diligentiam præstandam in re-
bus dotalibus, nec liberabitur ex pro-

pria negligentia. Ut optime resolvit
Barb. d. num. 36. quia scilicet naturam

contractus illum obligat ad levem
culpam, arg. L. si duo ff. acquir. hered.

Ad 2. L. pro oneribus, cum alijs ibi
citatis, respondetur utilitatem rerum

dotalium communem esse inter vi-

rum, & uxorem, nam licet res dota-

574 les constante matrimonio dicantur
esse in dominio mariti, contra Castill.

d. cap. 4. num. 30. & seqq. Cujus funda-

575 mentis respondet Barb. sup. num. 1. &
seqq. in L. dotalium. Tamen hoc domi-

nium civile est, juxta d. L. doce ancillam,
dominium vero naturale est penes u-

xorem, L. quanvis 78. ff. jur. dot. L. in re-
bus 30. Cod. eod. Barb. in d. L. dotalium n.

4. Castill. d. cap. 4. num. 35. Cujac. lib. 10.
observ. 32. Garc. de benef. p. 5. cap. 9. n. 149.

ubi plures citat. Unde jam succedit
regula d. §. nunc videndum in 2. casu ita
ut veniat levis culpa.

Aa ij

Ad

576 Ad 3. respondetur maritum non esse absolutum dominum rerum dotalium, sed potius communes esse, quoad utilitatem, inter virum, & uxorem, ut mo-
 577 do diximus, licet maritus habeat administrationem, itaut possit rei vendicationem intentare, d. L. doce ancillam, quæ sic intelligenda est, Castill. d. cap. 4. num. 22. Sed inde non liberatur à levi culpa.

578 Ad 4. de text. in L. si mora 10. respond. ibi præcessisse moram mulieris in non recipiendo dotem à marito oblatam, quæ culpa absorbet culpam mariti, arg. L. per emptorem L. illud ff.
 579 peric. & commod. & cum dolus non admittat compensationem, merito si maritus ex post facto illud committat, solum de illo tenebitur, ut bene tangit gloss. ibi verbo culpa, & Barb. num. 11. & 25.

580 Ad d. §. licet, & ad d. §. maritum, satisf. fit ibi non agi de dolo, vel culpa mariti circa res dotales, sed agi de casu quo maritus conventus per mulierem alienavit per dolum res proprias, itaut non sit solvendo, nam cum ipse non

581 posset conveniri, ultra quam facere potest, juxta L. maritum ff. eod. Fontanell. de pact. nupt. claus. 7. gloss. 3. p. 11. n. 85. & per tot. Mello de induc. debitor. q. 5. Manc. in patroc. debitor. dec. 3. q. 1. & seqq. Giurb. in cons. Mess. cap. 13. gloss. 6. n. 40. & dec. 43. Rodrig. de execut. cap. 6. n. 25. Camil. Borrel. in sum. dec. tom. 1. tit. 48. lit. B. Mut. dec. 94. Ubi etiam quibus

582 hoc privilegium competat, & de effectu, & materia hujus exceptionis, de quo etiam Castagna in tract. deduct. ne

583 & seqq. Bapt. de S. Blas. de privileg. dot. in 350. privileg. num. 50. Ut amittat illud privilegium necessario requiritur, quod per dolum alienet. L. si quis dolo §. 1. ff. de re jud. L. unic. §. cum autem Cod. rei uxor. act. resolvunt Giurb. dec. 43. num. 3. Macerat. var. lib. 1. resol. 4. 1. num. 1. Cost. sub. remed. 28. sub. num. 7. Fontanell. de pact. nupt. claus. 7. gloss. 3. p. 3. n. 91. cum mul-

tis explicat Castagna in tract. de deduct. ne egeat fallent. 2. num. 1. & seqq. q. 1. Neque in hoc casu sufficit culpa, ut bene prosequitur, Barb. in d. L. maritum n. 112. Del Rio cap. 12. Bart. in L. etiam filios §. licet, & ibi gloss. n. 2. ff. solut. matr. Castagna d. q. 1. ampl. 9. per totam, licet aliter intelligat Gaspar ad Fabr. l. 1. tract. 1. q. 3.

Ad 5. de lege si constante §. si maritus vers. quavis, respondetur, argumentum recte procedere in marito diligenti, vel diligentissimo, itaut teneatur ipse de rebus dotalibus eandem præstare diligentiam, quam in propriis exercet, ut supra diximus ad text. in L. in rebus ff. jur. dot. Sed non procedit in merito negligenti, quia licet ipse circa res proprias sit negligens, tamen in dotalibus tenetur præstare saltem communem diligentiam, itaut levem culpam non incurrat, gloss. verb. culpa in d. L. & §. licet. Surd. cons. 78. num. 8. Barb. dict. n. 36. Del Rio in d. L. contra actus cap. 12. Nec replices de d. vers. quavis, ibi: nec plus possit, quasi, si maritus sit negligens, possit uxor exigere diligentiam ab eo: Sed responde hoc recte procedere in viro diligenti, minime vero in negligenti, quia repugnant principia juris de quibus sup.

Ad ult. d. L. quem admodum ff. jur. dot. juncta L. bona fides ff. pecul. respondetur ex eo ibi patrem mariti non teneri de culpa, quia dos sibi tradita non fuit, ut prosequitur Cujac. lib. 16. ff. Juliani super illo textu, Mantie. de tacit. lib. 12. tit. 10. n. 2. Neque obstat L. in rebus 74. ff. jur. dot. Ubi patet mariti non solum tenetur præstare dolum, sed etiam culpam in rebus dotalibus filij, quia respondetur cum Cujacat. & Mantie. proxime text. in d. L. in rebus procedere in patre, qui dotem filij recepit, quia jure communi filij uxorati remanebant in patria potestate, juncta reg. L. placet ff. acquir. hered. Ac proinde necesse erat patrem mariti eandem culpam præstare in rebus dotalibus, quam ipse mar-

maritus d. L. in rebus, quæ tamen intelligitur, quando dos tradita fuit ipsi patri, nam si non tradatur, solū præstabit dolum, d. L. quomodo d. L. in bona fide. (Nisi sciens, & prudens, maritus consensum præstitisset, in mulieris, aut dotis damnum, quia tunc periculum erit mariti, licet ei non tradantur bona, aut nomen in dotem promissum, quia non erat idoneum L. in promittendo 41. §. si a debitore ff. de jur. dot. Ubi quod si promissio dotis fuit facta mulieri sub conditione, & tempore factæ promissionis decoctus erat promissor, & maritus sciens, prudensque tali promissioni consensit periculum nominis erit mariti, & concludit, L. 1. §. 1. ff. act. empt. Ubi l. C. de negat actionem exempto emptori, adversus venditorem, quando emptor sciebat oneri, cujus causa evictio secuta est, rem fuisse obnoxiam. Idem probat, L. si fundum sciens, Cod. de evict. Et conclusionem istam tanquam indubitatam omnes tacentur, illam, scilicet, maritum sibi præjudicare acceptando nomen promissoris non idoneum, ita tenet Bart. in L. si cum dotem §. si mulier, & ibi late Alex. num. 4. ff. solut. matr. Bart. in L. quod debitore ff. fidejuss. Franch. dec. 108. n. 2. Barb. in L. stigmata §. 1. num. 11. ff. soluto, Felician. de cens. tom. 2. lib. 2. cap. 1. num. 14. Hermosill. in L. 23. tit. 5. part. 5. gloss. 4. num. 10. Tondus. civil. cap. 49. n. 11. Galeat. lib. 1. contr. 32. num. 72. Cenc. de censib. q. 72. num. 23. Olea de cess. jur. & act. tit. 7. q. 3. n. 7.)

594 Declara adeo verum esse, ut dolus, & culpa levis præstetur in contractu dotis, ut licet in alijs contractibus culpa possit per partes remitti, at tamen in hoc non potest, juxta L. Pomponius ff. de pact. dot. al. de qua Cujac. lib. 1. de fin. cap. 7. Surd. conf. 78. n. 3. Mant. de tacit. lib. 12. tit. 32. num. 10. Valasc. conf. 135. n. 10. Barb. L. 1. part. 5. n. 2. & 6. ff. solut.

595 Nec replices de eod. text. in 2. p. Ubi valet pactum, ne maritus teneatur de periculo, si ad eundem pertinebat,

quando scilicet res æstimatæ in dotem dantur, casu quo faciunt emptionem, L. æstimatæ, ff. solut. L. plerumque 11 §. si anteq. de jur. dot. (Et quando æstimatio dotis faciat emptionem, tradunt Olea ubi supra, cum multis Colon. ubi sup. d. sect. 17. & ultra eos cum multis, Valerou. de trasact. tit. 5. q. 5. num. 27. & 28.) Qui respond. cum Cujac. lib. 171. ff. jul. super L. si mulier 21. ff. de pact. dot. 596 Mant. d. lib. 12. tit. 27. num. 8. Barbos. d. 5. part. num. 8. prædictum pactum sustineri, dum per illud conditio mulieris melior redditur, videlicet, si detur per mutatio rerum dotalium, juxta d. L. 597 si mulier. & DD. proxime citatos.

Denique extendit ad casum, quo 598 res dotalis dentro æstimatæ, quando non faciunt emptionem, nam adhuc maritus tenetur de dolo, & leve, juxta terminos, L. æstimatæ ff. solut. L. cū post 70. §. res ff. jur. dot. L. si inter Cod. eodem L. si fundus ff. fund. dotal. Barb. in d. L. æstimatis n. 35. Mant. lib. 12. tit. 28. n. 18. Cujac. 2. resp. Scævola. in d. L. æstimatis.

Neque obstat d. L. plerumque §. si ante L. quoties Cod. jur. dot. cum similibus. 599 Quia procedunt, quando æstimatio rerum verum constituit emptionem, per quam dominium transit ad maritum, ut ultra supra citatos, Gut. de Gab. q. 25. tener. Limita, si detur mora ex 600 parte mariti in restituendo res dotalis, quia tenebitur de levissima, & casu, L. si Titio 26. §. post. ff. solut. matr. Barb. in d. L. si mora n. 16. & 17. Mascard. concl. 996 num. 8. Fach. in lib. 1. contr. 167. Boff. de dot. cap. 19. num. 42. & probatur per text. in L. si filio familias §. si post ff. solut. matr. ibi: Si post divortium res dotalis deteriores factæ sint, & vir in reddenda dote moram fecerit, omnimodo detrimentum ipse præstabit. Constituitur autem maritus absque ulla alia interpellatione in mora, quoad restitutionem rerum dotalium immobilium, ubi illico post solum matrimonium, illas non restituit, & quoad restitutionem rerum dotalium per lapsum anni a die

Aa iij fo.

- soluti matrimonij sibi, & suo heredi à *L. unic. §. exactio Cod. rei uxor. act. concessi ad illas restituendas, ut ex gloss. d. §. exactio: Baab. ubi sup. num. 11. Boff. sup. n. 42.*
- 602 Neque obstat, quod dictus annus sit per legem concessus miserationis gratià in favorem mariti debitoris, & succedit reg. *L. quod favore, Cod. de legib. ut voluit Paul. de Castr. in d. L. si mora num. 12.* Nam illud anni tempus, &
- 603 si miserationis gratia concessum, ea mente conceditur, ut eo elapso absque ullo subterfugio, maritus, & ejus heres solvat, & hac ratione lapsus illius diei debitorem dotis in mora constituit juxta *d. L. unica §. exactio*, ut prolequitur *Boff. d. num. 42.* de quo vide *Olea de cess. jur. & act. tit. 4. q. 2. num. 33. & tit. 5. q. 12.*
- 604 Limita nostram principalem resolutionem, quando maritus soluto matrimonio uxori obtulerit tempore debito, & opportuno dotem, sive in rebus mobilibus, sive immobilibus, aut in pecunia consistentem, illa recuset recipere, seu in eadem dote recipienda moram fecerit, à tempore quo eam obtulit maritus pro dote, rebusve dotalibus, non tenebitur de casu, nec etiam de culpa levi, sed tantum de dolo, & lata culpa, ex *L. si mora ff. solut. matr. ubi Barb. 2. p. num. 11. & seqq. Campeg. de dot. p. 2. q. 67. explicat, & resolvit Boff. d. cap. 19. n. 44.*
- 605 Dotis autem constitutio probatur non solum testibus singularibus, *Postius civil. resol. 81. n. 22. Cyriac. contr. 29. n. 18. Perey. dec. 54. Noguerol. alleg. 29. num. 91.* (Et cum duobus testibus est probatio plenissima, *Bald. conf. 461. lib. 4.* licet deponant de confessione extra judiciali, etiam si unus sit frater mulieris, & aliquo modo tractet de suo comodo, quia suppletur per alium, aut alios, *Bald. conf. 10. lib. 5. & conf. 461. lib. 4. in fin.* Plus firmat videlicet, quod si sit questio inter descendentes ab ipsa dotata, probatur dos testibus con-
- sanguineis, cum parsit affectionis ratio, ut fundat *Mascard. verb. dotis datio concl. 568.* Quod dotis datio facta à fratre potest probari per fratrem ipsius, & mediatores, ut cum declaratione dotata, junctis, quæ *Surd. conf. 94. num. 18. & seqq.*) Conjecturis ac præsumptionibus, *Postius, & Cyriac. ubi sup. Aug. Barb. in L. cum citra, Cod. jur. do. 606 tit. n. 6. Castill. lib. 4. cap. 40. num. 30. Noguerol. d. num. 91.* Confessionibus extrajudicialibus etiam absente parte, & 607 verbis enunciativis, *Perey. dec. 34. n. 4. Genoa de verb. enunc. lib. 2. q. 32. num. 1. 608 Aug. Barb. in collect. L. 2. Cod. dotis promiss. num. 5.* Et non tantum verbis expressis, sed etiam ambiguis, & levioribus probationibus, *Mascard. concl. 566. num. 1. Cyriac. contr. 29. n. 17. & 19.* Et incerta promissione: *Gom. L. 50. 609 Tauri num. 19. Menoch. conf. 292. num. 9. Aug. Barbos in collect. L. 1. Cod. dot. promiss. num. 3. & in L. 3. Reynos. observ. 29. num. 10.* Et tunc dotandi promissio habetur pro dote, & habet effectum dotis constitutæ, & virtute illius promissionis peti potest, *Boer. dec. 183. n. 13. p. 1. Afflict. dec. 61. num. 1. Ubi Ursin. in ad. d. num. 1.* dicit hanc opinionem esse certissimam, & semper Senatim pro ea judicasse, actionem præstat *Castil. lib. 2. contr. cap. 3. num. 16. Marin. lib. 1. quot. cap. 298. de qua re Olea de cess. jur. & act. tit. 10. q. 3. num. 6. Noguerol. alleg. 6. num. 17.* Et sufficere leviores probationes etiam testium inferioris qualitatis, & varie, *judicatum fuit in causa Joannis do Tojal da Sylva cum Joanne Rebello do Caço, Escrivãõ Manoel Soares Ribeyro.* At contrarium, & quod fuissent necessariae concludentes probationes, & non inferiores *judicatum fuit in causa de Joam Fradelão com Domingos Vaz, Escrivãõ Luiz de Freitas de Sampaio, & na causa de Leonor Xora Ravajca, Escrivãõ Viciente Lobato Quinteiro, anno 1671.* Quod a rectum ego confirmo ex eo, quia licet in favorem matrimonij admittantur testes minus idonei, *Boff. de dote cap. 9. num.*

149. non admittuntur tamen favore dotis, quæ in hoc Regno non reperitur privilegiata Boff. d. n. 149. maxime inter extraneos *Vallase, alleg. 72. n. 110. Mascard. concl. 566. num. 7.* It ut quemadmodum in cæteris conventionibus probatio fieri debet per testes omni exceptione maiores, ita etiam in dote, ut docet *Gratian. forens. cap. 753. n. 18. vers. quia, & num. 19. optime Ludovic. dec. 95. n. 16. p. 2. alias dec. 96.* Sed etiam probatur scriptura publica, quæ in hoc Regno necessaria est ad probationem ejus ex *Ord. lib. 3. tit. 59. Peyr. dec. 34. num. 1.* (Et tunc probat dos, licet facta sit absente parte, quia favore dotis valet promissio dotis facta absenti, & absque acceptatione, *L. 1. §. accedit Cod. rei ux. or. att. L. fin. in princip. Cod. jur. dot. Bald. conf. 123. n. 4. col. 2. Menoch. de arbit. cas. 88. num. 37. Alex. cons. 190. num. 28. lib. 6. & sine scriptura habet contra se presumptionem. No-*
 612 *guerol. alleg. 26. n. 127. & 128.*) Nisi in casibus exceptis in *§. 11. ejusdem Ord. & ibi Barbof. in remiss. ad dict. §. 11.* Vel etiam residuum dotis, quia licet promissio sit maioris quantitatis, de qua in *d. Ord.* attamen cum solutio maioris partis non petatur, sed residuum intra legis quantitatem, non est necessaria scriptura, & tenetur fidejussor dotis solvere in forma contractus, ut judicatum fuit.

No feyto de appellação Cível, em que são partes A. appellado Pedro de Figueyredo, e R. appellante Jeronymo Jorge, Elcristão Manoel Pinheyro da Costa, se deu a sentença seguinte.

Vistos estes autos, &c. Mostra-se por parte do A. que no tempo que casara com a mulher Natária de Jesus, lhe fizera o R. promessa de cem mil reis de dote, no caso, que lhos não remetesse do Estado do Brasil um irmão da dita Natária de Jesus na frota, que se esperava no anno seguinte, que fora o proximo passado, e que com effeito vindo a dita frota, e não sendo remetida a dita quantia, tratou o R. de dar satisfa-

ção a elle A. na forma da sua obrigação, do dito dote, e que com effeito for a elle A. pago, por conta delle, da quantia de oytenta mil reis ficando lhe assim o R. devedor dos vinte mil reis de resto, que faltava para a presfazerem a dita quantia dos cem mil reis de que elle A. era credor, por ter real effeito o dito matrimonio, e no que era a sem duvida haver de ser o R. condemnado nos ditos vinte mil reis, que faltava para o inteiro pagamento do dito dote. Defende-se o R. q. a dita obrigação fidejussoria, não tinha lugar na forma da Ley do Reyno por exceder a quantia della, e não ser celebrada por escritura publica, e que supposto que se obrigara a dar o R. vinte mil reis, lhos havia pago. O que visto com o mais q. dos autos consta, e disposição do Direito nesse caso, conforme ao qual esteja provado, haverem o R. obrigado ao dito pagamento no caso declarado de não ser remetido o dito dinheiro na primeira frota que se esperava, e succeder vir a dita frota, sem nella vir o dito dinheiro, com que se purificou a condição, ficando para a obrigação do R. havendo tido seu effeito o dito matrimonio, e pelas ditas razões haver o R. feito pagamento ao A. de oytenta mil reis se ficou reconhecendo devedor de toda a quantia da promessa, e não provar o R. a fferção de haver pago os ditos vinte mil reis, e o A. provar a obrigação, que o R. fizera, e o pagamento de oytenta mil reis, e lhe ficar o R. devendo o resto, que era os vinte mil reis pedidos, e visto sim o juramento suppletorio, que concludente se preferio ao A. e que prova, ser-lhe o R. devedor pelas razões referidas do dito resto, o condemnou nos ditos vinte mil reis, e nas costas dos autos. Lisboa 29. de Outubro de 679. Antonio Leytão Rombo.

Aqua sententia fuit appellatum, & fuit confirmata. Judices: Andrade. Rua. Balto. Pereyra.

Et fuit fundata in deliberatione sequenti.

Constatet Reus in contrarietate promississe Actori 20v. terunt. petitis in libello, sed illos jam Actori solvisse dicit,

dicir, unde de debito non dubitat, & solutionem non probat. Unde indubitanter condemnandus venit; solutio enim non præsuntur, nisi probetur, *Menoch. lib. 3. præs. 35. num. 1. Cyriac. lib. controu. 39. n. 2.* Neque defectus publicæ scripturæ est in consideratione, & in præsentia cum hic non de toto debito agatur, sed tantummodo ex obligatione fideiussoria quam Reus fecit super quantitate 20v. teruntios, ad quam scriptura publica non desideratur, cum exactis constet de calumnia Rei, ex his breviter consideratis iudicatum confirmetur, Ulyssipone 3. Martij 680. Basto. Pereyra. Etidem sequutus fuit Andrade Rua.

No feyto de appellação de Nuno Vaz de Sousa, e sua mulher Maria Vaz de Canalles, contra João Caldeyra Castello Branco, e sua mulher R.R. Elcrição Francisco de Freytas de Sampaio, fe deu a sentença seguinte.

Acordão os do Dezembargo, &c. Não he bem julgado pelo Juiz, em absolver aos R.R. do pedudo pelos A.A. em seu libello, revogando sua sentença visto os autos, e como delles se mostra: Que tratando a dotadora Joannia Tavares Canalles, de casar sua sobrinha, e prima Metia Canalles, com o A. lbes fez doação por via de dote de todos seus bês, reservando cem mil reis, para delles testar por promessa, e pacto, que por estar em presentes os A.A. produzio obrigação efficaz, e ficou sendo doação entre vivos, e não causa mortis, por se não conservar a substância da promessa, para depois da morte da dotadora; mas somente a execução della; de mais de ser conforme a Direyto; que nas promessas, e doações dotaes, se entendem serem feytas per doação irrevogavel, e entre vivos; e a dita promessa ratificou a dotadora por mytas vezes, assim em presença dos A.A. como em sua ausência, e a prova, que nestes autos ha sobre a dita promessa, he bastante, por ser em materia dotal, q he em Direyto favoravel, e privilegiada, e basta nella menos prova; que em qualquer outra causa:

Nem encontra o sobredito, dizer adotado, ra, que havia de declarar em seu testamento, que tinha feyta a dita doação, porque a declaração feyta no testamento, não podia alterar a obrigação, porq se tinha adquirido direyto irrevogavel aos A.A. aos quaes não prejudica o testamento, q a dotadora fez, em que o R foi instituido herdeyro; pois se lbe não podia transferir por elle o direyto, que a dita dotadora tinha desí abdicado, e estavaõ seus bens feytos patrimonio, e fazenda da dotada pelo dito dote, e doação. O que tudo visto, e o mais, que dos autos consta, condenaõ aos R.R. que larzue aos A.A. os bês, que da dita dotadora ficaram, exceptos os cem mil reis, que ella para si reservou, com os rendimentos, desde a morte da dita testadora, que se liquidarão na execução desta sentença, os quaes fructos, e rendimentos, por serem de bens dotaes, acrescentaõ o dote, e se reputaõ como parte delle, e por esta razão se devem da morte da dotadora em diante, e paguẽ os R.R. as custas destes autos, em que ontrosim os condenaõ. Lisboa 26. de Novembro de 658. Doutor Basto. Privado. Fonseca.

Hæc sententia fuit fundata in de liberationibus sequentibus.

Decisionem hujus prolixæ, & fastidiosi processus ampliarem, exigerequisitionem don disiteor, attamen mihi multiplici occupationum pondere præpedito ignoscendum est, & si breviori calamo lenia pectoris aperiant utiqua satisfactum debeat censer, & sequentia ad lucem notando.

Non est dubium, quod promissio dotis inter personas conjunctas valet testibus probari, juxta expressum contentionem Regiam in 3. tit. 59. §. 11. ibi: *Nem entre primos, & irmãos, nem entre sobrinhos, e tios irmãos do pay, da mãe.* Ut in proposita facti contingentia conjunctum cernitur, & nulla dubitatio superesset A.A. Regio diplomate jvantur, fol. 6. vers. testes qua ab eisdem producti in supplica specialiter nominati repertiuntur, fol. 4. Prout etiam, quod pro-

propter dotis favorem leviores, & faciliores probationes admittuntur, ex *Masc. concl.* 166 n. 1. *Gut. de juram. confirm.* l. 2. cap. 54. num. 4. & pluribus alijs copiose additis ab eruditissimo Aëtorum Patrono in elegantibus perorationibus, fol. 295. vers. & sequenti, ubi de more nullum non lapidem movit: Iterum quod in hac disceptatione quinque, immo plures adiunt testes, ut faciliat placito, *Masc. concl.* 479 num. 1. *Mensing lib. 1. observ.* 5. n. 2. per text in *L. testium* 14. *Cod. de testib.*

Quibus ita præhabitis, tota difficultas versatur in explorando: Num pollicitatio illa dotalis figura attentata (ad iudicis defensionem) pactum vero inspecta juris præsumptione, ex consensu illicito inutilibus, quando quidem Aëtores præcæntes stiterunt facta per Joannam, dum vita manebat, probetur in forma sufficienti? Et examinatis sedulo testibus Aëtoris à fol. 270. cum sequentibus, ultra defectus, quos patiuntur nimix affectioes ad causam, & alios non infelicitè animadversos per doctum reorum patronum in allegationibus, ex fol. 360. detegitur inter eos varietas, in serie attestationibus prævij processus cum attestationibus appendicis, ubi iidem met producti noscuntur à fol. 190. vers. ex qua adversus eam fidem sinistram insurgere præsumptionem nemo non videt, *L. qui falso, vel varie* 17. *ff. de testibus*, exornat eleganter *Cabalus resolut. crim. cent. 2. casu* 296. à num. 9. Quorum dicta colligendo, illud videtur verius, nimum præcessisse solum tractatum inter Joannam, & Aëtores super dotali promissione omnium bonorum suorum, exceptis centum mille regalibus, habita semper relatione ad ultimum elogium, & in effectu convenisse circa testamenti factionem, ubi bona dotata, se expressuram præstebatur: Affirmant inter alios, cōtestes fol. 177. statim in principio, & 178. in principio quoque. Unde cate-

ra precedentia, tum confessionis extrajudicialis præfatæ Joannæ, cum etiam rati habitationis promissionis. Volunta nanque illa, quæ non transit in dispositionem, nullius effectus esse reputatur, *L. quidam cum filium ff. hered. inst. ex alijs*, *Molm. de primogen. lib. 1. cap. 4. n. 6.* Vell si transijt tale testamentum non apparet, & vulgo circumferitur, non entis, & non apparentis, idem est iudicium: Juvat in sui ratione bona *Ord. citata tit. 59. §. 11 in finalibus verbis*, ibi: *Pois podendo contratar sem escritura a quizerão fazer, &c.* Ultraquæ, quod maxime movet in præfenti testimonium Emmanuelis Canonici, qui fol. 174. ad primum libelli articulum ceponendo, ait supradicta fuisse habita die 10. Martij, anni 652. & non discrepat testis, fol. 177. in fine, quo tempore iidemmet Aëtores Joannam de infamia arguebant, constat ex ejus querimonia in dicto appendice, fol. 2. vers. & passim, ideoque videntes, non compati, immo repugnare, confugerunt ad vitium libelli, circa factum de quo in certitudine examinis, fol. 308. juncta altera præcedenti fol. 307. vers. quæ sane manifestam redolent caliditatem, ne dicam dolum, convincunt quæ testibus post longam disceptationem satis instructis, & super promissione dotali alioquin multum favorabili, nullam, vel modicam fidem in proposito esse adhibendam puto: Maxime quando non probatur sufficienter præfatam Joannam rem aliquam tradidisse Aëtoribus, ex qua eam in voluntate durantem possumus conjecturam, admittere argumento, *text in L. 1. ff. de pollicitationib.* Omitto alia promissa brevitatè studio, cum dicta videantur sufficere ad confirmandum optimum Judicem. Ulyssipone Augusti 13. 658. Leyte. Cum Domino sapientissimo convenio: Privado.

In contrariam sententiam, revocato judicato ex sequentibus potius propendo, & inclino. Primo, quio visis

Bb

actis,

actis ac recte perpenſis, ex quorum integra ſerie ſatis conſtat per Inquiſitionem Actorum à fol. 170. cum ſequen-
tibus: Maxime per teſtes de vilu, & proprio auditu, ex quibus late cernitur dotis promiſſio, quæ ſam in matri-
monium contractum, quâ in iſtis cele-
brationem, ac poſtea, inveniuntur quæ
geminatio maiorem in ducit delibera-
tionem, ſeu potius diſpoſitionem juxta
L. Balliſta ff. ad Trebell. Et ſine ſcriptu-
ra fieri poterat inter conjunctas perſo-
nas, ſic limitata Regia Sanctione in 3.
tit. 59 per §. 11. ejusdem Sanctionis, ubi
gloſſator, de quo non eſt dubium, im-
mo ex abundanti proponitur Diplo-
ma Regium, fol. 6 & ſuppl. fol. 3. ſi-
cut & non dubitatur de donatione
Joannæ Aëtriciſ Amia, & patruelis
ſore, quibus teſtibus probata mihi
videtur dos ipſa non ſolum, dare verum
etiam per conjecturas, ac præſump-
tionem etiam ejusdem Joannæ con-
feſſionem.

Secundo, quia ſi recte advertantur
verba, quæ ex adverſo advertantur
vocantur, & non caſu, ac incidenter
ad aliud emiſſa, ſed ex proprio, & per-
viam principalis diſpoſitionis, præ-
ſentibus utriuſque partibus prolata,
ut in præſenti contigit efficacem obli-
gationem, & veram diſpoſitionem in-
ducunt, ut per *Doctores in cap. per tuas*
de probat. Ubi ſola nominatio directe
facta præſente parte, probat plane di-
cta verba, ita prolata ſuere, ut de volû-
tate donantis conſtaret, ſimulque, ut
donatarij matris onera ſuſtinere po-
tuiſſent, qui ſub hac fide, & dotis repe-
tita promiſſione ſtatim etiam cum ef-
fectu contraxerunt.

Dato etiam, ſine veri præjudicio,
quod verba præſata promiſſionis ræ-
re enunciativa conſiderari poſſent, non
autem diſpoſitiva, quod abſit, adhuc
in hiſce terminis, efficacem obliga-
tionem producant, ex eo quod prin-
cipales partes, præſentes extiterunt,
tam ante contractum, quam in ipſo, &

poſt contractum, cum regula ſit, quod
ex verbis enunciativis, vera probatio
reſultat, & efficit obligatio inter eos-
dem contrahentes, quando præſentes
ſunt juxta *text. in L. optimam Cod. con-*
trahend. & ommit. ſtipulat. & in L. cum
aliquis Cod. deliber. Immo in cap. cum in
jure peritus de off. de leg. & in cap. qua-
nam cum de probat. doſt alios reſolvit
Paul. & Emil. Verat. decif. 19 n. 3 part. 2.
Ubi aſſertit in *Rota Roman. ſic judicatum*
ſuiſſe. Suppono ergo, quod cōtrahentes
utrinque in dotis promiſſione exiſte-
runt, ut probatur, & præſata verba co-
ram ipſis prolata ab eadem Joanna
potestate habente liberè diſponendi
de omnibus rebus ſuis, cum reſerva-
tione 100v. teſtandi, ad effectum, ut
matrimonium contraheretur, iſſicia-
ri, ſeu negari minime poteſt, quod
cauſa finalis conſequendi hunc ef-
fectum matrimonij, ſcilicet, fuit ipſa
dos ſub cujus fide, ac ſpe Actores ma-
trimonium coiere.

Juxta quod, verba, licet enunciativa
forent, per modum tamen cauſæ
dictæ, ab ea, quæ poteſtatem habebat li-
bere diſponendi de ſuo, non eſt du-
bium, quod diſpoſitionem, & effica-
cem obligationem inducunt, ut per
Bart. Soc. & alios in L. ſi ſocer §. Lucius
ff. ſolut. matr. reſolvit Gutier. l. 3. præſ.
civilium q. 17. n. 68. & poſt. Bald. & alios
eleganter more ſuo Roderic. Soar. conſ.
1. num. 265. & ita judicatum in ſacra Rota
Roman. teſtatur Caput aquenſi decif. 335.
n. 1. p. 3. & in Rota Florent. teſte Magno
dec. Florent. 57. n. 9.

Quia licet regulariter verba enun-
ciativa incidenter, ad aliud emiſſa, non
inducant diſpoſitionem: Attamen
una, ex ſingularibus dictæ regię limi-
tationibus, ea eſt, quæ limitatur in
contractibus dotalibus, & tunc dotis
favore efficacem obligationem pro-
ducunt, *text. elegans in L. 2. & ibi gloſſ.*
& in L. exactionem Cod. dotis promiſſion.
Imperator L. Theodoſius, ut reſertur lib. 5.
Cod. Theodoſianis de dotib. L. 4. & ibi
cuj

ejus interpretes, & ita consuluit originaliter, *Bart. conf. 123. num. 2. & cum illo Gofad. conf. 42. num. 10. Cassan. conf. 5. num. 2. Decius conf. 35. num. 3. novissime Marc. Anton. Peregr. c. 106. n. 11. vol. 3. & ante eum Roman. conf. 534. & Alex. per Dec. relatus dicto conf. 35. Soar. conf. 1. num. 272. At que ita de cetero in Senatu Neapolit. testatur Afflictis dec. 83. n. 5. & in Sacra Rota Romana, ut per Caputaquensem dec. 283. Ubi interminis iudicatum fuit, quod dos, & ejus quantitas probatur etiam per verba enunciativa prolata adhuc inter alias personas, & hoc favore dotis, *Decius in L. ex his num. 11. casu sequenti Cod. militari testam.* Et hæc communis opinio ab omnibus recepta, ut amplissima profertur, *Bald. novel. de dote p. 6. privileg. 78. num. 5. Marfil. singul. 442. Menor. conf. 81. n. 22. Masc. de probat. concl. 1268. insignis Barb. lib. 1. p. 3. num. 17. ff. solut. matr.* Totaliter, quod consulentes, repetentes, & decidentes communi censu sequuntur, & probant hanc communem.*

Cum non sit par credere, quod supradicta verba promissionis, ac dotis fuissent dicta à præfata Joanna per viâ jactationis, seu urbanitatis, nec ita præsumi debet, ab ea tunc seriose prolata, quia talis putatur mens dicentis, qualem verba sonant, & respræsentant, *L. Labeo ff. sup. leg. ex singulari ratione Baldi in conf. 103. num. 6. lib. 3.* Ubi inquit, quod sicut in speculo repræsentatur imago illius, qui in eo cernitur, ita etiam in verbis representatur animus, voluntas, & intentio ejus, qui ea profert, sequitur *Peregr. conf. 94. n. 13. vol. 1.* Ubi in proposito pulchre loquitur.

Et eo magis cum sit verum, quod ratio sanguinis, & cognitionis facit præsumere consensum in illis etiam rebus; quibus jus non præsumit, ut in donationibus juxta doctrinā, *Bart. in L. quæ dotis col. pen. ff. solut. matr.* quæ sequuntur *Inol. Raph. Fulgos. Pauli Cast. & Jaf. ibi num. 21. per text. in L. si ser-*

vus commun. ff. donat. Inter quod maxime procedit ibi in Aëtrice duplicatis vinculis consanguinitatis, ut detur etiam spiritalis filia de sacro fonte suscepta; & ideo, magis efficax præsumptio oritur, ut expresse resolvit, idem *Bart. in dict. L. quæ dotis sub num. 11. Alex. num. 17. Jaf. num. 25. ibi ad Peregr. dicto loco num. 14. per text. in L. Publica in princ. ff. deposit. & in L. donationes §. 1. donat. idem etiam tradit Soares dict. conf. 275. cum sequenti:* Et ita nemo est, qui non videat, quod concurrentibus hujusmodi circumstantiis in dotali promissione, seu oneroso contractu, verum etiam ex præsumptione sensum intervenire, quo donatrix, & ejus hæredes astringi debent, & hoc non tamen respectu ipsarum partium contrahentium, verum etiam in hæredum ac successorum, ut singulariter resolvit *Hieron. Cravet. conf. 29. num. 1. & segg. lib. 1. quem refert, & sequitur Cavale. in suis de cisionib. dec. 8. n. 41. p. 5.* Quo circa, tam contrahentes, quam etiam hæredes, ac successores efficaciter tenentur & obligantur.

Nec obitare videtur, quod donatio omnium bonorum, quæ in tempus mortis confertur, revocari potest, usque ad tempus prædictum, ut per *Gam. dec. 258. n. 1. Bart. & alij in dicta leg. quæ dotis ff. solut. matr.* licet enim careat dubio, ex *Auth. ex causa, Cod. liber. preterit.* loquendo in terminis, de quibus *Valasc. 1. tom. conf. 61. num. 7.* Quia responderetur id intelligi, quando talis donatio sit absenti, cum hoc sit ad instar legati, *L. si donatio Cod. donation. L. Miles ff. legat. 2. Valasc. conf. 5.* Si vero fiat præsentem, & acceptetur, non revocabitur, ut in *L. inter mortis 38. ff. don. caus. mort.* Et licet celebretur in testamento, eo revocato, adhuc tenet juxta *Valasc. supr. num. 7.* Et in donationem omnium bonorum, præsentium, futurorum, jurium, & actionum, quanvis invalida est jure prohibita, de qua *Gam. dec. 386. num. 11.* Limitetur tamen, quando

Bb ij caula

causa dotis favorabilis facta est, scilicet, mulieri pauperi, & facta causa dotis onerosa, ut in presenti casu nobis in omnibus contigit, ibi dict. *supra* n. 39. & 42.

Nec in super obstabit, si dicatur, quod quando de verbis enunciativis in iudicio disceptatur, an enuncient, vel disponant, uti in hoc iudicio contigit dubitari de enunciato, pro lata etiam inter easdem partes, quæ non faciunt probationem juxta regulam, *text. in cap. illud*, ubi gloss. de *presumpt.* cum plene congestis per Brunor. à Sole, in suo *compendio verbo enunciatum pro se*: Quia respondetur hanc tamen doctrinam limitari, ut non procedat in contractibus dotalibus; in his nanque favore dotis, quanvis principaliter de verbis enunciativis in iudicio contingat disputari, ut inspicitur. Attamen semper dicta obligatio judicat, quod talia verba enunciativa obligent, & dispositionem inducant contra ipsum, quia ea protulit, ut notabiliter resolvit *Jas. in L. ex ijs num. 2. vers. 7. Cod. testam. milit. late Soccm. conf. 168. numer. 7. vol. 4. Aretm. in cap. per tuas de probat. quos refert*, & sequitur Brunor. à Sole de *etio verbum enunciatum pro se, vers. dictum hoc*, & non aliter fraus dicatur, seu dolus donatricis, quæ ita oritur, ne vellet claudicare in sua promissione, quod non debet admitti *L. Julian. §. si quis ff. actionib. empti, L. Labeo ff. verb. sig. ff.* Nec etiam contractus debet operari ultra intentionem agentium, *L. non omnis ff. si cert. pet. L. in Agris ff. acquir. rer. dom.* Et quia etiam cum ab initio sit voluntatis, & ex post facto necessitatis est, *L. sicut ab initio, Cod. act. & obligat.* Naturalis enim æquitas dicitur, pacta servari, & pacta custodiri, ut insinuat Summus Pontifex in *cap. 1. de pact. cum similibus*: Atque ita debet intelligi, & judicari, quod præcise prædicta Joanna se voluit obligari ex dictis verbis, aliter nanque reful-

tabit absens intellectus, quo casu, dicta verba necessitatem im portant, ut singulariter per Corcet. in suis *singularibus, singulari verbo, potest. Jas. in L. 1. ff. juri dictio. om. judic. Cavale. dict. lib. 2. decis. 21. numer. 17.* De contracto matrimonio statim dicta verba, & commemoratione contrahentium per temporis spatium in domo præfata Joannæ nemo est, qui dubiter, immo omnes fatentur in hoc jurgio.

Ex quibus satis durum, & in humanum mihi videtur, sic hujusmodi contrahentes spe promissionis decepti, & in effectu indotati, pauperes reperiantur, & onera matrimonij sustinentes, cum aliena fraude, si ita fas est dicere, & ea etiam cum adhuc minores 25. annis reputentur, quibus jure succurri debet, ne alteri cum eorum jactura locupletentur, ac igitur revocato Juce, sic provocantibus providerem. Ulyssipone 18. Novembris 1648. Fonseca.

Certi juris est, quod dos potest incipere à traditione, vel à promissione: à traditione, quando viro traditur per patrem dotantem antea extraneum aliqua bona in dotem, *L. si ego §. dotis ff. de jur. dotum, L. 1. Cod. eod. tit. à promissione, ut si pacto nudo, vel stipulatione fiat promissio, L. cum potest §. genere ff. de jur. dot. L. 1. Cod. de dotis promission. Gem. in L. 50 Tauri n. 18.* Deinde promissio dotis dos dicitur, & eisdem operatur effectus, atque traditio, *Angellus conf. 77. incipit statim loquitur, Rursus statim, quod vir lucretur dotem, habet etiam locum in dote promissa, licet non tradita Paul. Alex. & Jas. in L. si donatores in fin. ff. de condition. ob. causam, Idem voluit Bart. in L. Titio 100. §. Titio genero col. fin. ad medium ff. de conditionib. & demonstrationib. Tandem dos promissa, sive à patre, sive ab extraneo sequito matrimonio statim debetur, *L. promittendo ff. de jur. dot. L. pater, & L. fin. Cod. de dotis promissione, Mantie de tacitis, & ambiguis lib. 12. tit. 16. à princip. & tit. 17. n. 9.**

In super perfecto matrimonio, prout hic

hic fuit, non poterat donatrix Joanna revocare dotem promissum nec apud se retinere, quæ dicta dos mansit patrimonium dotatæ Messæ, & in eam translatum fuit, eique dominium, *L. Pompon. ff. famul. erciscund. l. in reb. Cod. de jur. dot. Pinel. in L. 1. 3. p. n. 12. Cod. de bon. matern. Valase. de partit. c. 36. n. 7. Barb. in L. dotale in princip. solut. matr. Molin. de just. tom. 2. disput. 420.*

Ex quo casu ista dos sit patrimonium Messæ dotatæ, & illi vere acquisitum expromissione Joannæ dotatricis sequo matrimonio, prout fuit, nil est cum ipsa Joanna dotatrix posset eam revocare, *ex text. in L. præfecta donatio, Cod. de donationib. quæ sub modo.*

Restat nunc videre, an probeatur dotis promissio, & supponendo, quod favore dotis ad ipsam probandam leviores, & faciliores probationes admittuntur, prout cum *Mascard. & Gu-tier.* supponit amantissimus Dominus, qui primo loco suffragium emisit, supponendo rursus probationes arbitrarías esse, *Menoch. de arbit. casu 90. per text. in L. 3. §. ideoque Divus ff. de testib. Bobadill. lib. 5. cap. 3. n. 26. Pinel. in L. 2. p. 3. n. 26. Cod. de rescindend.*

Visa AA. probatione à fol. 170. usque ad fol. 179. non per leviores probationes, neque per faciliores, & per conformissimos testes dicta dos probatur, non solum, quoad promissionem, sed insimul quoad traditionem; constat namque, quod dotatrix Joanna statim tradidit claves, & eo moto, quo tunc potuit, dimisit possessionem de se bonorum, quæ dotaverat, quod quidem urbanitate ducti Auctores tunc temporis non acceptarunt. Dico, non acceptarunt, quod intelligo, non quatenus ad ipsam dotem, quia hæc acceptata est per Actores, sed quatenus ad administrationem bonorum dotalium, cum quæ voluerunt, ut dotatrix remaneret. Ex quibus R. in petitis per appellantem Actori condemnno Judice revocato cum declaratione, quod apud Reos remanent 100.

vers. quæ dotatrix sibi reservavit Ulyssipone 22. Novembris 658. Privado.

In contrariis scienduntur sententias Sapientissimi Patres, quis ergo post tantorum dominorum ruminata judicia, post patronorum indefesso labore inculcata documenta, sententiam suam exponere audebit? Fateor, quod si in junctum munus abjicere fas esset, satius putarem placitum meum silenter contingere, ne ditionis meæ inopiam patefacere, & alium potius docentem audire, quam dicere vellem, me enim possum, & ingenijs imbecillitate patrum confidentem illud Senecæ hortatur in declamatione: Quis es tu, qui de facto patrum judiciū feras, sed propriam compellor propalare mentem, in juncto ad strictus munere.

Agnosco equidē omnia, quæ ad præsens conducunt in absolutissimis, & ad Cleantis, ut est indifferio, lucernā elucubratīs deliberationibus sapientissimorum patrum, non delibata tantum, sed eleganti, & studio calamo exhausta esse, parumque aut nihil mihi superesse dicendum, ut tamen muneri fiat satis, sequentia liceat dicere.

Primum quod dotis causa per se sumpta, præcipua est, & multis donata privilegijs, ut habetur in *L. 1. ubi Doctores ff. solut. matr. & in L. fin. ff. ad Senat. uel. lean. plur. ac Egid. in L. 1. 3. p. §. à princip. Cod. sacros. Eccles. Everard. de locis legal. loco 60. Trinit. acing. var. resol. lib. 1. resol. 2. n. 76.* Idque ex eo procedit, quia in publicam tendit utilitatem dotatas esse feminas, aliter enim à viris non facile ducerentur, postquam auri sacra fames mortalium pectora adeo exeruciat, ut prius de dote inquirat, de moribus autē postea agitur, & parum attenditur saluberrimum illud *D. Ambrosii hortamentum l. 1. D. Abraham c. 2. in hæc verba.* Qui suavitatem querit conjugii, non superiorem sensu ambiat, non monilibus ornatā, sed moribus, &c. Sed ad rem.

Illud autē inter dotis privilegia non minimum locū sibi vèdicat, quod dotalis

Bb iij lis

lis causa pia dicatur, & potius privi-
legij pia causæ, ex text. quem notabilem
Cod. appellant Doctores in §. donare in tit.
qualiter olim feud. poterat alienari in usi-
bus feudorum ibi: Donare autem, aut
judicare pro anima, vel in dotem pro-
filia dare, L. cum is §. mulier ff. condit.
indebiti, ibi: Sublata enim falsa opinione
relinquitur pietas causæ, tenent cōmuni-
ter Doctores ut per Novel. de dote 5. p.
num. 3. Laraz. in L. si quis a liberis §. si vel
parens num. 9. ff. de liber. agnoscent. Ge-
noam de verb. enunciat. lib. 2. quest. 32.
num. 4. Egid. in dict. L. 1. 3. p. §. 3. pertotum.

Planè notissimus est in jure nostro,
piam causam quoad probationes, ma-
xima privilegiatam esse, minor etiam
probatio sat est, quando de pia causa
agitur, quam si de profana ageretur,
Mascard. tom. 3. concl. 1171. Tiraq. de pia
causa privileg. 164. & 165. Mantie. de con-
ject. ultim. volunt. lib. 3. cap. 3. numer. 4.
Trentacinq. var. lib. 1. resol. 2. numer. 76.
Genoa de verbis enunciat. lib. 2. q. 23. à
princ.

Hinc est, quod licet regulariter,
verba enunciativa efficacem non pro-
ducant obligationem; ex eo, quia do-
est in proferente deliberata mens, L.
ex his, Cod. de testam. milit. L. 1. Cod. de
fals. caus. adiect. tradunt Canonistæ in
cap. si Papa de privileg. lib. 6. & in cap. fin.
de success. ab intest. Menoch. conf. 872. n.
16. Gratian. Forens. 2. tom. cap. 111. num.
90.

Tamen favore dotis, secundum cō-
munem opinionem, quam amplectun-
tur magni nominis viri, verba enun-
ciativa legalem producant obligatio-
nem, hanc tenet Barr. Achilles hujus cer-
taminis conf. 125. vers. 1. præterea. o. 1. ibi:
Præterea verba enunciativa, vel dotis, vel
pro dote inducunt plenam probationem,
noster insignis Barbof. quem per mul-
tis citare satis sit, in L. 1. 2. p. n. 16. ff. sol-
lut. matr. No vel. de dote 6. p. privileg. 78. n.
5. Trentacinq. var. resol. tit. de verbor.
significat. lib. 1. resol. 2. à num. 76. Genoa

de verb. enunciat. lib. 2. cap. 32. Mantie. de
tacit. lib. 2. tit. 6. num. 15. Et secundum
hanc doctrinam judicare compelli-
mur, ex Ord. præscripto in 3. tit. 64. §. 1.

Non me latet Genoam distinguere in-
ter eum casum, quo verba enunciativa
pro lata sunt inter absentes, ab eo,
qui ad dotem tenebatur, & casu, quo
fiat prolata ab extraneo, cui tale onus
non incumbere; ita ut in primo ca-
su efficacem producant obligationem,
in secundo vero, non ita; sic volens in-
telligere Barr. & text. in L. 2. Cod. de jur.
dotium promiss. Cōmunis tamen opinio
est in contrarium, obligationē in utro-
que casu admittens.

Supradictam tamen doctrinam, &
communem opinionem intelligerem,
non absolute, sed eo casu, quo verba
enunciativa sunt prolata ad effectum
alliciendi aliquem ad matrimonium
contrahendum; prout contingit in
præsentī, ut est de mente Doctorum,
qui supra citantur.

Non est etiam obliviscendum do-
tem constitutam per extraneam per-
sonam dotam præsumi mulieri do-
tatae, nisi expresse dotans de restituenda
dote post matrimonium solum
stipulatus sit, text. est in L. 1. §. accidit,
Cod. de re uxoris action. L. si dotem, Cod. de
jur. dotium, Gomes L. 50. Taurin. 28. Bar-
bof. in L. si cum dotem in princip. num. 16.
ff. solut. matr. Menoch. de arbitr. cas. 88. n.
36. Mascard. concl. 572. Valasc. conf. 125.
num. 11. Et ad hunc effectum extraneus
habetur ille, qui dotatam mulierem
in potestate non habet.

Et licet in dubio dotandi, seu do-
nandi animus non præsumatur, ex eo,
quia donare est perdere, L. filius famul.
ff. de donat. & nemo judicatur rem suam
velle perdere, L. cum de indebito ff. de
probat. Menoch. de arbitr. cas. 88. & de præ-
sumpt. lib. 3. præsumpt. 31. à princip. Castill.
quotid. lib. 2. cap. 23. à num. 10. Surd. de ali-
ment. tit. 6. q. 1. n. 6. Hæc tamen regula
multipliciter limitari solet, ut per Me-
noch. d. casu 88. & de præsumpt. 31. & sequi.
Ma.

Maxime quando negotium agitur inter personas sanguinis necessitate conjunctas, quæ ob amoris vinculum donare censeantur Doctores per *Text. in L. fin. Cod. de curator furios. & in L. isti quidem ff. quod met. caus. Afflict. decif. 13. num. 12. Surd. de aliment. tit. 1. q. 49. num. 90. Menoch. d. cas. 88. Idem Surd. tit. 6. q. 21. in nostro autem casu dabatur duplex consanguinitatis vinculum, ut est in confesso.*

Memoro etiam, quod licet ex pollicitatione nulla producat obligationem, tam de Jure Civili, quam Canonico, *Molin. de primogen. lib. 4. cap. 2. n. 62. Gam. L. 34. Taurinum. 19. Pereir. à Castr. decif. 54. n. 2.* Tamen, si fiat pollicitatio præsentis, & acceptanti, transit in pactum, quia adest consensus, & sola taciturnitas absque acceptatione fat est ad obligationem producendam, & hæc est communis opinio, de quo multa per Doctores in *L. 3. ff. de pollicitat. Pereir. à Castr. decif. 54. numer. 3. Parlador. rer. quotid. lib. 2. cap. 3. Fachm. lib. 8. controver. cap. 64. Pichard. ad princip. inst. de obligat. à num. 13.* Qui non satis conveniunt quando pollicitatio, quando vero pactum intervenisse dicatur, immo sub iudice lis est, quæ omnia omitto, quia non sunt hujus inspectionis; adest enim in præsentiarum pactum conventum inter præsentis, ut infra dicam efficacem obligationem producentem.

Quæ quidem promissio, & obligatio, ex conventionem orta, ad hoc, ut robor, & firmitatem obtineret, nulla testamentaria dispositione indigebat, & si forte 'adesset ex contrahentium placito, nihil de jure quæsito tollere poterat, & erat solummodo declaratio præcedentis contractus, & pacti initi irrevocabili manente promissione, nam secundum juris nostri normas, non solum declarari, sed fieri possunt contractus irrevocabiles in ultimis voluntatibus, quæ quanvis ad libitum voluntatis revocari possint, con-

tractus tamen in illis celebrati non ita, *gloss. in L. heredes palam §. fin. ff. de testament. Flor. var. quæst. 22. n. 8. Gam. decif. 173. n. 3. Ceval. com. q. 475. Cald. conf. 10. num. 46.* Et quanquam ultima voluntas annuletur, non idio minus contractus valet, *Menchac. success. creat. §. 23. num. 2. Gratian. Forens. discept. cap. 751.*

Quibus ita præhabitis, & multo consulto omissis, quæ ad præsens concurrunt, ne in longius sermo noster extendatur, quæ plena manu, & faciliiori stylo à Sapientissimis Dominis deliberantibus congesta sunt, & à doctis Patronis cumalata in perorationibus à fol. 294. & à fol. 359. nulli parcens labori hunc ad nauticam, usque fastidiosum processum non semel evolvi, & serio discurrentis, & expedientis testium dict. fol. 170. & in append. à fol. 190. vers. non fluctuavit animus, immo quievi ad favorem Actoris, plena enim apparet probatio ex illorum dictis circa promissionem dotis, de qua agitur. Et quanvis nonnulli ex prædictis testibus aliquos patiantur defectus, ut considerat Sapientissimus Dominus, & amantissimus Collega, qui primo loco, & mihi semper primus, suffragium præstitit, tamen de jure est, quod defectus, & inhabilitates testium suppleantur ex illorum numero, tradit *Cancer. variar. lib. 1. cap. 20. à n. 86. gloss. in L. 3. §. 1. verbo num. merus i. d. test. & abbr. com. opin. tit. de testib. concl. 5. & 6. Farin. de testib. tit. de opposition. cont. person. q. 61. luv. 13. à num. 309.*

Ex quibus in revocationem sententiarum, cum Sapientissimis Dominis tertio, & quarto loco deliberantibus convenio. *Ulyssipone 24. Novembris 1658. Doutor Basto.* Et ultra eos cumpromissione Regia, quando excedit pro-missio quantitatem sexaginta mille regalum alias 150. scutorum, prout testatur, *Per. dec. 54. n. 1. Valase. alleg. 72. n. 23. Gam. deo. 32.*

De materia dotis, & advarias quæ-
fito-

stiones vide tit. ff. & Cod. dot. promiss.
 & jur. dot. fund. dotat. pact. dotat. solut. matr.
 Fontanell. de pact. nupt. Boss. in tract. de
 dote, Molina de iust. disp. 423. Fregos. de
 reg. 1. cap. lib. 2. disp. 5. tom. 3. Castr. Palao de
 iust. & jur. tract. 32. disp. 9. Fagnand. in De-
 calog. lib. 4. cap. 1. 16 & 17. Novel. de dote:
 Campes. de dot. Boschejus de legitimis
 nupt. lib. 3. 4 & 5. Roger. de dote, Hubert.
 de dotib. & earum iure: Paleot. de dot. Bar-
 bos ff. solut. matr. August. Barbof. in col-
 lect. ad d. tit. Eutrig. de dot. Phanac. de lu-
 cro dot. ad cap. 19. lib. 2. stat. Tusi. in suis
 concl. verb. aot. tom. 2. Hotoman. disp. de
 dot. Gom. L. 50. Taur. Molin. de rit. nupt.
 Cutell. de donat. Mantic. de tacit. lib. 12.
 Camill. Borvel. tom. 3. sum. dec. tit. 4. & 5.
 Paschal. de virib. patr. potest. p. 2. cap. 6.
 Molin. & Gufm. verit. 26. Fab. in suo Codi-
 ce lib. 5. tit. 6. Conan. com. fur. lib. 8. cap. 8.
 Alcat. lib. 1. parerg. cap. 1. Donat. à Fina
 tom. 1. com. opm. lib. 5. tit. 6. pag. 717. Re-
 bell. de oblig. iust. p. 2. lib. 5. Tapat. var. tom.
 2. tit. 45. 4. de dot. promiss. Trent. var. lib. 3.
 de jur. dot. Hewic. Bozer. disp. de nupt. vers.
 jurispr. lib. 1. class. 2. disp. 18. de jur. dot. Pe-
 reira dec. 13. 28. 39. 49. & 54. Pinbeyr. de
 cens. & emphyt. 1. par. 1. disp. 1. sect. 5. num.
 73. & 74. & 2. part. disp. 2. sect. 3. num. 47.
 48. & 49. & disp. 4. n. 115. & seqq. Sousa
 de Maced. dec. 10. 19. & 20. 21. 22. & 23.
 Valase. conf. 103. Roxas dec. 153. 193. Leo
 tard. in disp. de usur. part. 2. sect. 9. n. 17. &
 27. Altograd. 2. tom. cõf. 17. 18. 20. 25. 26.
 29. 30. 31. & 53. Aug. Barb. vot. 126. n.
 112. 113. 114. & vot. 69. Vermigl. conf. 4.
 35. 2. n. 11. & 12. & cõf. 467. Thor. in suo
 Codic. ver. jud. cas. 5. 2. 37. 60. & vot. 4. 97.
 num. 167. & seqq. Mend. à Castr. 1. & 2. p.
 lib. 4. cap. 8. §. 15. Boss. de aliment. oblig.
 cap. 7. §. 22. 25. 26. & cap. 8. §. 20. & seqq.
 Phœb. 2. p. dec. 153. Noguerol. alleg. 6. n.
 44. & seqq. & alleg. 37. n. 31. & 32. & alleg.
 29. num. 95. & seqq. & alleg. 17. per totam.
 Carleval. de iud. tit. 3. disp. 8. n. 16. & seqq.
 Merlin. 2. part. Forens. cap. 44. 47. 93. &
 95. Olea. de cess. jur. & act. tit. 1. q. 6. n. 5.
 & tit. 4. q. 2. n. 33. & q. 5. n. 9. & q. 6. num.
 8. & q. 8. num. 35. & latissime tit. 3. q. 7. per

tot. & tit. 5. q. 3. num. 8. & q. 12. per tot. &
 tit. 6. q. 2. & tit. 7. q. 3. num. 23. & 24. Ca-
 ren. resol. 215. Caralb. in cap. Raynald. de
 test. 3. p. num. 89. & 90. Ramon. c. conf. 1. 2.
 50. & 68. Aroslade privileg. credit. reg. 1.
 ampl. 3. n. 14. & 15. & in præf. ad reg. 1.
 & 2. & reg. 2. ampl. 6. Castill. lib. 8. contr.
 cap. 49. & seqq. Amat. var. resol. 64. 75.
 76. 92. num. 2. Burat. dec. 283. 749. 785.
 Staibā. resol. 76. 73. 74. 77. 73. 15. 69. 38.
 44. Fontanell. dec. 226. 363. 556. 559. 560.
 & 561. Joseph. Vella differt. 35. n. 49. &
 seqq. Salgado in labyrinth. bo. creditor. m. 2.
 part. cap. 4. n. 169. & 1. p. cap. 33. per tot.
 Malsin. de confis. q. 4. 24. 31. omnino
 videndum, Lansrac. Zacobia de salar. q.
 35. & 36. Merlin. de pign. lib. 2. q. 8. num.
 70. & seqq. & q. 18. & q. 20. 63. & lib. 3. q.
 45. 46. 47. 50. 51. 52. 56. 32. 43. 58. 60. 61.
 & seqq. Marm. dec. 57. 120. 370. 10. 513.
 52. 57. 533. 429. 292. 169. 193. 86. in 2. p.
 & quot. tom. 1. c. 16. 19. 28. 112. 166. 151.
 210. & 1. tom. cap. 915. 91. 92. 93. 94. 126.
 247. 251. 274. Arias de Messa var. lib. 1.
 cap. 21. 42. & lib. 2. cap. 4. & 5. 11. & lib. 3.
 c. 6. 17. 19. 21. 22. 32. 37. 42. 57. Gurob. ob-
 servat. 35. 48. 89. 14. 10. 22. & dec. 16. 61.
 & ad Stat. Senat. Mess. in indic. hoc verb.
 latissime, & Cyriac. eodem verbo: Cancr.
 lib. 1. var. cap. 9. Valenc. conf. 13. n. 1. conf.
 64. num. 48. conf. 64. num. 1. 2. & 3. & 2.
 part. conf. 132. num. 19. & 39. & conf. 150.
 num. 47. & 59. & conf. 197. num. 32. Ca-
 pye. Latr. observ. 11. num. 4. & observ. 14.
 num. 20. & 21. & ibi dec. & observ. 34. n.
 4. & 5. & observ. 53. 64. 97. num. 11. 99.
 n. 5. 109. num. 12. & observ. 38. 1. p. & 2.
 p. dec. 134. num. 19. 175. n. 26. 27. 182. n.
 48. 60. 61. 67. & 184. num. 43. & 193. n.
 4. 6. & 197. n. 42. 47. & seqq. Ciroch.
 discept. 3. 64. 23. 32. 66. 67. 80. 1. 16. 15.
 51. Antonel. de temp. leg. lib. 2. cap. 98. 58.
 71. 19. 47. 20. & lib. 4. cap. 7. ult. Larr. dec.
 7. num. 14. & 15. & dec. 67. per tot. & dec.
 62. num. 14. 85. num. 6. Castagna de dact.
 ne ceat quæst. 1. per tot. Tondut. tit. il. re-
 sol. cap. 13. 15. 21. 46. 49. 57. 63. 78. 86.
 100. 1. tom. & 2. part. cap. 104. 121. 122.
 145. 155. 186. Peres cõf. 35. n. 22. Charlin
 Forens.

Forens. cap. 45. 7. 9. 94. 45. 62. 33. 97. 115.
Tanagel. in opuscul. cap. 6. 10. 14. 16. Her-
moll. L. 1. tit. 4. partit. 5. Clement. Mer-
lin. latissime in iudic. cod. verb. Gibatm. de
usur. p. 2. lib. 4. cap. 5.

615 Duodecimo inferitur recipientem
pignus teneri non solum de dolo, sed
etiam de lata, & levi culpa, L. ea igitur
14. L. si servus 25. L. si pignore 22. §. fin.
ff. pign. act. L. sicut 19. Cod. de pignoribus
L. si creditor 4. L. creditor 6. & seqq. Cod.
pignor. act. & ibi August. Barb. in collect.
ubi multos refert Menoch. conf. 336. n.
10. & conf. 353. num. 1. & conf. 354. num.
13. Neg. de pign. part. 7. memb. 3. num. 5.
Averdamb. de exec. mandat. p. 2. cap. 29.
vers. cum ergo: Greg. per text. ibi in L. 2.
tit. 13. partit. 5. gloss. pro culpa: Gut. pract.
p. 4. q. 47. n. 3. Molin. disp. 535. Farin. q.
169. n. 27. Baldum. de pign. cap. 21. DD.
in L. contractus ff. reg. jur. ubi del Rion.
10. §. fin. Inl. quibus mod. recontra-
blig. L. si creditor 15. ff. pign. act. L. sicut
vini 19. Cod. pignor. & ibi gloss. L. si cum
venderet 13. ff. pign. Merlin. de pign. &
hypothec. lib. 1. q. 31. n. 5. (De pignorum
speciebus, & de culpa juxta nostram
conclusionem, late cum multis agit,
Colon. de prest. in contract. sect. 15.
Scobar de utroque foro art. 3. n. 163. n. Tel-
lez in comment. ad cap. cum contra 6. de pign.
& num. 9. & in cap. unit. de commod. n. 5. &
616 in cap. 3. ut litonon contest.)

Ratio est, quia pignus contrahitur
gratia utriusque contrahentis, §. fin.
inl. quib. mod. re: Merlin. de pign. d. num.
5. & q. 1. num. 3. & 4. ac proinde succe-
dit regula d. §. nunc. videndum. Unde
non venit in hoc contractu culpa le-
vissima, nec casus, d. L. si cum venderet
13. §. fin. gloss. in d. L. sicut vini, verb. cu-
stodiam, & L. 4. Cod. pignor. act. Merlin.
de pign. d. q. 31. num. 6. August. Barb. sup.
Colon. d. sect. 15. n. 3.

617 Verum obstat, L. si finita 15. §. si quis
dammus ff. de damni. in sect. L. prator. 9. §.
est preterea ff. hon. auth. jud. poss. cū alijs
de quibus Merlin. d. q. 31. n. 1. Ubi in pig-
nore pratorio venat trantum dolus,

Secundo obstat, L. si cum venderet
13. §. ff. pign. act. Ubi pignus, & como. 618
datum equiparantur quoad effectum
custodiæ, sed in commodato venit le-
vissima culpa d. §. nunc. videndum, cum
alijs de quibus cum multis supra, igitur,
&c. Tertiò obstat, L. si servus 63. §. 619
quod vero versu. & sicut. Ubi in contra-
ctu pignoris venit tantum dolus, non
autem levis culpa, Merlin. sup. Quarto
620 obstat, L. qui ratiario 30. in fin. ff. pign.
act. ubi videtur probari in contractu
pignoris venire levissimam culpam,
dum solum casus ibi excusat. Quinto
621 obstat, §. ult. inl. quibus mod. re. Ubi vi-
detur probari in pignore venire levissi-
mam culpam, dum requirit exactam
deligentiam. Ultimo obstat, L. creditor
622 15. ff. pign. act. ubi creditor solum tene-
tur debitori re promittere de dolo,
non vero de culpa.

Quibus tamen non obstantibus ve-
623 ra est regula supra posita, neque obstat
arg. Ad 1. respond. cum Dec. n. 32. Cag-
nol. num. 44. in d. contractus: Neg. p. 3. 624
memb. 2. num. 34. Tusc. l. P. concl. 345. n.
8. Merlin. d. q. 31. num. 1. faciendo diffe-
rentiam inter pignus pratorio, & 625
inter pignus conventionale, itaut len-
sus sit, quod in pignore pratorio pro-
cedant dicta jura, non vero in pigno-
te conventionali, de quo loquimur. Et
ratio differentie est, quia creditor in
pignore pratorio non ex voluntate,
sed invitatus à jure reputatur, quia cau-
sa custodiæ pignus recepit, & etiam ut
puniretur contumacia rei, in conven-
tionali vero, cum utraque pars preten-
dat interesse, merito venit levis cul-
pa: considerant ultra supra citatos
Balduin. de pign. cap. 21. del Rio in d. L. co-
tractus cap. 10. Ad 2. de L. si cum venderet
§. 1. respond. omisso intellectu: Cujas.
lib. 19. obser. v. cap. 24. Pichard. in §. item
quis inl. quib. mod. re. num. 70. Donel. lib.
16. cap. 7. vers. hac. Del Rio d. c. 10. text.
explicare naturam contractus pigno-
ratiij, & commodati, itaut quemad-
modum secundum naturam commodi

Ce dati

dati ultra levem culpam, venit etiam custodia, idest levisima, juxta *L. si n. certo §. custodia ff. commod. ita Neguz. de pign. p. 7. membr. 3. n. 4. Rebus. in L. late culpa de verbor. sign. Corraff. lib. 4. Miscel. cap. 1. num. 12.*

Ad 3. de text. in d. §. quod vero, respond. text. agere de actione pignoratitia, contraria scilicet, de furto facto à servo, qui in pignus datus est. In quibus terminis inquit text. quod si dominus sciebat servum furem esse, & pignoravit, absque quod certiore fecisset, creditorem de malis moribus servi in totum teneri ad damnum, ad quo non teneretur, si ignorasset, quia ad summum liberatur dando servum pro noxa, quia scilicet, primo casu præsumitur dolus; in 2. vero nulla

627 culpa, nec etiam levis. Quæ resolutio optime procedit, in venditione, locatione, & in pignore; in mandato vero sufficit, ut servus furtum committat, quando determinate à mandante designatur sibi emi à mandatario, licet mandans malos mores ipsius ignoret.

628 Ratio est, quia cum totum commodum sit mandantis, quia jus in hoc casu requirit exactissimam diligentiam in mandante, circa investigandos mores servi, prout etiam indeposito, & si mandans hoc non facit censetur in culpa. Ex quo textu sic explicato nihil contra nostram resolutionem infertur, quia ibi primo casu dolus punitur in pignoribus, & in alijs contractibus, de quibus ibi: Et si quæras curetiam culpa non punitur in istis tribus contractibus, responde, quod in illis nunquā possunt dari termini culpæ, prout colligitur ex mente, *Cujac. tract. 8. ad African. super illo textu, del Rio d. cap. 10.*

Sed obstat, *L. tutor 16. §. 1. ff. pign. act.*

629 ubi ignorantia debitoris illum non excusat, quia respond. cum *Cujac. lib. 29.*

630 ad dict. *Paul. ibidem*, datum fuisse pignus rei alienæ, ac proinde quantumcunque debitor sit ignorans, semper tenetur contrarium Judicio, ut æquiva-

lens præstet. At vero in d. §. quod vero, servus erat debitoris, & culpa, seu ignorantia solum circa mores ipsius, & ideo tantum tenetur in solidum, quando sciebat juxta *sup. dicta* Neque etiam 631 replices de *L. si hæres generaliter 113. leg. 1.* ubi hæres etiam sciens, non tenetur in solidum, sed dando servum pro noxa liberatur, quia respond. ibi non probari hæredem, non teneri in solidum, si furtum sit majoris quantitatatis, quam servus, sed posse agi ex dolo contra hæredem, quia non datur ibi alia actio cum per traditionem servus transierit in dominium legatarii, nec ibi datur contractus, sed solum actio ex testamento ad servum bonum consequendum, circa dampnum vero solum actio doli propter factum hæredis, quidquid *Faber. 3. de conject. cap. 13. Cujac. tract. 8. ad African. cap. 7.*

Ad 4. de *L. qui ratario*, respondetur 632 ibi in 1. casu teneri creditorem de omni periculo, quia ratem per vim detinuit contra voluntatem debitoris, quod in odium violentiæ constitutum est, *L. 1. §. rectissime, L. penult. ff. de vi, & vi armat. ita Neguz. de pign. part. 7. memb. 3. num. 5.* In secundo vero casu 634 solum culpam levem, non autem levissimam præstare tenetur creditor, juxta regulam de qua supra; & quavis text. non excipiat nisi vim maiorem etiam culpa levissima debet censi excludi, juxta materiam subjectam.

Ad 5. de d. §. fin. respond. verb. exactam, de quo ibi, propriè sumi pro comuni, ut bene intelligit *gloss. verb. exactam: Pichard. ibidem. 6. Musig. n. 11. Fab. in ration. ad illum text. & decad. 81. error. 1.* Et licet text. solum excipiat casus fortuitos, tamen ex alijs juribus dicendum est, censi exceptam culpam levissimam, aliter autem procedere nequit.

Ad ult. de text. in d. *L. creditor*, respond. 635 quod licet text. non loquatur nisi de dolo, etiam culpam comprehend-

hendit, ut *text.* per alios in materia sup-
pleatur, ut tangit, *gloss.* 1. ibi: *gloss. verb.*
culpa in L. filio § maritū ff. solut. matr.
637 Similiter intelligitur, L. emptorem. 12.
§ denique ff. acempt. Cujac lib. 5. 7. obseru.
35. Gaspar ad Fabr. lib. 1. tract. 1. q. 3. ad
fin. (Cartera prosequi potes, cum Colon.
ibi supr. ubiliter de materia, & num. 4.
quomodo aestimanda sit culpa in hoc

casu.)
638 De materia pignoris, & advarias
questiones, vide tit. ff. Cod. de pign. &
pignor. act. Ord. lib. 4. tit. 5. & 56. & ibi
Barb. in remiss. cap. 1. & per totum de pign.
& alijs cant. & ibi: August. Barbof. in
collect. preceptor. Guardia in privat. schol.
ad rubric. de pignorib. Negns. Baldum
Gail. Medeus Vesp. Bapt. Schurart. Ze-
talet in tract. de pign. Azor ins. mor. al. p. 3.
lib. 7. de pign. Trentacinq. var. lib. 3. sub
eod. tit. Layman in Theolog. mor. l. 3. tract.
5. cap. 30. Arias de Meso var. lib. 1. c. 2. 3.
4. 7. 8. 10. 14. 16. 17. 18. 22. 25. 26. 27. 28.
33. 35. 38. 39. 42. 43. 47. 48. & 50. & lib.
2. cap. 17. 30. & 31. 25. 46. Mend. in praxi
1. & 2. part. cap. 4. lib. 4. § 2. Olea de cess.
jur. tit. 1. quest. 3. num. 30. & tit. 4. quest.
2. num. 16. 18. 19. & quest. 3. num. 7. & q.
4. num. 28. & 37. & tit. 4. q. 7. num. 27. &
tit. 4. q. 6. n. 9. 22. & tit. 5. q. 1. & n. 12. 13.
& tit. 5. q. 13. num. 2. 6. 8. 11. 19. 20. & 23.
& tit. 6. q. 2. num. 41. & tit. 8. q. 2. num. 15.
Cardos. & Pachec. verb. pignus, & pignor.
Antonel. de tempor. leg. lib. 2. cap. 27. & lib.
3. cap. 13. Merlin. de pignor. & hypoth. per
tot. Molin. disp. 528. Pichard in § creditor.
inst. quibus mod. Mantie. de tacit. tom. 1.
lib. 15. tit. 1. August. Barbof. in collect. ad
tit. de pign. act. ubi alios referunt.

639 Decimo tertio insertur in quasi con-
tractu negotiorum gestorum venire
non solum dolum, sed etiam latam, &
levem culpam: probatur ex L. tutori
20. Cod. neg. gest. L. si negotia 12. ff. eod.
L. contractus ff. de reg. jur. § 1. Inst. de
oblig. que ex quasi contractu gloss. verb.
negotiorum in l. 3. § inter dum ff. eod. Dec. n.
38. Cagnol. 66. del Rio cap. 14. m. d. L. con-
tractus: Sels. lib. 5. de dolo cap. 4. num. 32.

Molin. disp. 553. alias 555. Barbof. m. d. L.
si mora n. 96. ex Greg. Lop. L. 30. gloss. 1.
tit. 12. partit. 5. August. Barbof. in collect.
ad text. in d. L. tutori 20. Cod. neg. gest. n.
5. (cum multis Colon. de prestat. culp.
in contr. act. sect. 19. late, & Tellez. in cap.
unic. de comod. num. 6. Scarab. de utroq.
foro art. 3. n. 153. Ossuald. ad Donel. lib. 15.
comment. cap. 15. lit. P. Cujac. lib. 1. sent.
tit. 4. § 1. & 2.)

Non autem levissimam, nec casum, 640
L. negotium 22. Cod. neg. gest. & ibi Barb.
in collect. L. si ve hereditaria 23. L. qui in
aliena 33. §. quanquam ff. eod. Colon. d. sect.
19. num. 2. & 3. agit de ratione. Et ratio 641
est, quia licet in hoc casu contractus
principaliter versetur ad commodum
domini, ac proinde videbatur solum
dolum venire, ex reg. d. §. nunc viden-
dum, in primo casu tamen, quando 642
gestor ultro, & voluntarie se ingessit
negotio, quodad ipsum non pertine-
bat, merito tenetur de levi: arg. L. cul-
pa 37. ff. de reg. jur. ita Donel. lib. 15. de jur.
civil. cap. 15. vers. hac parte, Pichard § 1.
n. 37.

Neque obstat, quia hæc voluntaria 643
oblatio gestoris videtur illum etiam
ad levissimam obligare, arg. L. 1. §. si sepe
ff. de pos. Quia respond. hoc postulare
utilitatem publicam, nec levissima 644
veniret, ut daretur, quis veller nego-
tia absentium perpatrare, alias autem
inveniretur contra legis intencionem,
L. 4. §. 1. ff. oblig. & act. del Rio sup. Sels. d.
cap. 4. n. 32.

Sed obstat L. 3. §. inter dum L. at qui 645
necessaria 20. §. si cum me ff. neg. gest. ubi
solum de dolo datur actio, non vero
de culpa. Secundò obstat, d. L. 3. §. exe- 646
cutor, ubi similiter contra negotiato-
rem à Prætorē datum ex dolo, non ve-
ro ex culpa actio datur. Tertio obstat, 647
§. sicut inst. de oblig. que ex quas. ubi ne-
gotiorum gestor tenetur non solum
de levi sed etiam de levissima culpa,
facit L. si pupilli 6. §. videamus ff. neg. gest.
Quarto obstat, L. si negotia 12. ff. eod. ubi
ille, qui negotia insolita gerit, tenetur

Cc ij etiam

- etiam de casu, facit *L. sive hereditaria* 22. in 2. p. ff. *cod. tit. ult. obstat. L. Pomponius* 10. in princ. d. *L. at qui natura in 2. respons. ff. cod. L. curatoris* 17. *Cod. eod.* In quibus solummodo venit dolum, non autem levis culpa. Sed his non obstantibus, vera est nostra resolutio, neque obstant adducta in contrarium. Nam
- 949 ad 1. respondetur ideo in d. §. *interdum*, venire dolum tantum, quia ex nimia affectione coactus est gestor ibi, quasi non voluntarius gereret propter strictam affectionem, & ideo culpa excusatur, ita *Donel. d. cap. 15. vers. hac parte: Greg. lib. 29. cap. 2. num. 4. Molin. d. disp.*
- 650 553. alias 553. Ad §. *si cum medic. ibi: non excusari à culpa*, quia gestor tenetur actione directa negotiorum gestorum, in qua venit culpa regulariter; verbum enim *dolum* de quo ibi, non significat ibi tantum venire dolum, sed potius quod, si gestor, qui rem domini proprio nomino possidebat, & prescribebat, subjiciat tertium, qui ab ipso gestore rem petat, dolum non committit, quasi I. C. benefaciat, & evitavit actionem negotiorum gestorum propter culpam, vel dolum, quam committit non subjiciendo talem personam.
- Ad 2. de §. *si executor*, respondetur,
- 651 quidquid aliqui existimant, etiam ibi venire culpam, ideo tantum venire dolum, quia gestor non voluntarie, sed coactus à Præatore negotia gessit, ut patet ibi. Circa conciliationem vero
- 652 ipsius *text.* dum concedit actionem negotiorum gestorum, cum *L. si pignora* 50. ff. *de evict.* ubi in eisdem terminis datur actio doli, dic, quod in d. §. *excutor* *text.* dum concedit actionem negotiorum gestorum, cum *L. si pignora*, nulla alia actio superest, nisi tantum doli in factum, *Jul. Pac. cent. 2. concilia* 50. *Vital. 1. var. cap. 15.*
- 654 Ad 3. respond. *text. in d. §. sicut esse* intelligendum, in eo tantum casu, quo gestor acceperit negotia, quæ alius diligentior suscipere volebat, & se ad illa offerrebat, ut patet ex litera, quo

casu nihil mirum, si gestor teneatur de levissima, ita *DelRio dict. cap. 14. Donel. d. cap. 15. vers. in his: Molin. d. disp. 553. alias 555. Pichard. d. num. 60. Barbos. in d. L. si mora num. 43.* Ita similiter intelligendus est, *text. in d. L. si pupilli §. videamus*, ubi contemplatione tamen ejus, alius ad hæc non accessit, & si vir diligens, *DD. proxime citati.*

Ad 4. de *lege si negotia*, respond. *text. 653* proponere casum specialem in illo, qui negotia insolita agere cepit, explicat ibi gloss. *verb. si solutus, Pichard. in d. §. 1. num. 59. Donel. lib. 16. cap. 7. versic. non est tamen: Scobar de ratocm. cap. 14. num. 45. Sels. lib. 5. de dolo cap. 4. num. 32. 657 Molin. sup. versic. de casu.* Ad jura ultima citata respond. ad *L. Pomponius*, quod ideo ibi non tenetur gestor, licet dolum commiserit, quia dominus approbavit, quod facere potest circa dolum præteritum, licet futurum remittere non possit.

Ad *L. at qui natura in respons.* ref. 659 pond. procedere in servo, qui constitutus in servitute culpam commisit, & postea liber factus non tenetur, juxta *L. 1. & 2. Cod. an servus ex suo facto: Cujac. lib. 9. ad edict. Paul. in L. Proculus* 661 19. ff. *neg. gest.* Nec replices ex *text. in L. cum actum* 18. versic. 1. ff. *neg. gest. L. tutorem* 38. ff. *admin. tut.* ubi servus tenetur post manumissionem ex gestis in servitute. Deinde ex *L. si apud* 21. ff. *de 662 posit. 3. ex L. 1. §. si apud servum* 14. ff. *cod.* Quia respondetur ad *L. cum actum*, & 663 ad *L. tutorem*, procedere, quando actio negotiorum gestorum procedit ex connexis, quæ non possunt separari, quia tunc sequuntur servum, & liberum factum, *Mench. cas. 95. num. 7.* Ad 664 *L. si apud*, dic ibi durare pignus in manu servi post manumissionem, prosequitur *Cujac. ibi lib. 60. ad edictum Pauli.* 665 Ad §. *si apud respond.* ibi agi ex dolo, seu delicto commisso in servitute, quod semper sequitur caput, juxta *L. 2. §. nemo ff. c. dimin. L. 4. Cod. an serv. ex suo facto §. omnis*, ubi late *Pichard. In st. de no- 666 xal.*

666 *cal. Farm. quæst. 98 num. 145. Ad L. curatoris 17. respond. loqui in hærede curatoris, qui se negotia administratoris gerat, tantum de dolo tenetur, quia mitius agitur cum hærede, quam cum curatore, Petr. Greg. de jur. civil. lib. 13. cap. 10. n. 6.*

668 *Ad ult. L. fræ hæreditario, respond. ibi venire casum, quia præcessit culpa gestoris, Medic. de cas. fore. cap. 16. n. 26. Molin. sup. Barb. 2. p. rubric. n. 103.*

669 *De materia negotiorum gestorum; & ad varias quæstiones, vide tit. ff. & Cod. neg. gest. & ibi August. Barbof. in collect. Mend. in praxi 1. & 2. p. lib. 4. cap. 8. §. 12. Olea de cess. jur. & act. tit. 3. quæst. 7. num. 19. & 20. Iepat. var. sent. tom. 1. tit. 92. Cardos. Marg. Pacheco verb. neg. gest. Molin. disp. 553. & seqq. Rebell. de oblig. iust. part. 2. lib. 17. q. vnc. Valéc. conf. 154. & conf. 78. num. 59. & 60. Noguerol. alleg. 1. num. 32. & 33. & alleg. 20. n. 78. Arias de Mes. var. lib. 1. cap. 9. n. 12. & 17. & cap. 21. n. 22. & seqq.*

670 *Decimotertio inferunt tutores, & curatores, qui administrari res pupillorum, & adutorum, teneri non solum de dolo, sed etiam de lata, & levi culpa, L. generaliter 11. L. tutor 14. §. 1. L. a tutoribus 34. L. qui plures 42. L. chyrographus 28. ff. admin. tut. L. cū totur ff. tut. & ratiot. distrab. L. 3. ff. magistrat. coveniend. tot. tit. Cod. pericul. tut. L. pupillarum 21. L. tutoris 23. Cod. administ. tut. L. 2. Cod. arbit. tut. Ord. lib. 1. tit. 62. §. 30. & tit. 87. §. 22. gloss. & DD. in d. juribus; & in L. contractus ff. de reg. jur. Del Rio. c. 13. Scobar. de ratiocin. cap. 19. Gut. de tut. p. 3. cap. 1. num. 26. Gálgañet. de tutel. lib. 3. tit. 53. & lib. 2. tit. 25. n. 3. Valas. de partit. cap. 8. n. 18. Donel. lib. 16. cap. 7. verific. societas, Molin. de iust. disp. 555. in princip. Arias de Mesa var. lib. 3. cap. 23. n. 6. Fragos. de regim. rei p. 1. p. lib. 6. disp. 17. n. 11. (cum multis Colon. de præst. culp. in contract. sect. 18. Scobar. de utroque foro art. 3. n. 156. & seqq.)*

671 *Non autem tenetur de levissima, nec de casu, L. tutoribus 4. Cod. peric. tut.*

L. si sine 33. §. Modestinus, L. si res 51 ff. admin. tut. DD. supra citati, Colon. d. sect. 18. n. 1. Ratio est, quia cum officium tutorum sit pupillum defendere, L. 1. ff. de tutel. princip. inst. cod. L. tutoris ff. administ. tut. §. certa inst. qui tut. test. dar. poss. cum alijs de quibus: Valéc. tom. 1. conf. 36. num. 17. 18. & 19. Ut huic muneri satisfaciatur tutor, necesse est, illam diligentiam præstare, quam præstare solent diligentes patres familias, non vero requiritur juss levissima culpam, quia cum tutoris officium sit necessarium, non vero voluntarium, L. 1. ff. administ. tut. L. nec. non ff. tutor, & cur. Ord. lib. 4. tit. 102. §. 5. Mitius agendum est cum tutore, quam cum alijs, qui voluntarie se offerunt negotijs, Faberi. ad L. contract. col. ult. Pichard. in §. tutor. instit. de in offic. n. 7. Mamer. in d. L. contractus n. 58. Colon. sup. n. 9.

Sed obstat, quod tutor nullam habet utilitatem ex administratione tutere, ut patet, ergo solum de dolo, non autem de levi teneri debet, juxta reg. d. §. num. videntur in 1. respon. Secundo obstat, L. tutorem 20. Cod. neg. gest. Ubi tutor magis obligatur, quam negotiorum gestor, sed pigotiorum gestor tenetur de levi, ut diximus n. 609. ergo tutor teneri de levissima debet. Tertiò obstat, L. tutor 8. §. competet. ff. administ. tut. Ubi tutor solummodo tenetur, quando latam negligentiam admisit in rebus pupilli. Quarto obstat. L. 2. Cod. arbit. tut. ubi tutor, vel alius administrator in executiendis pupillaribus debitoribus, & in exigendis debitis, solum tenetur de dolo, & lata culpa quod etiam notatur in L. Chyrographus ff. administ. tut. L. si tutor ff. cod. ubi gloss. thinus idonei. Valas. de partit. cap. 8. num. 19. Fragos. ubi sup. Burg. de paz. conf. 43. num. 48. Grat. Forensi. cap. 125. per tot. Scobar. de ratiocin. c. 19. n. 21. Valéc. conf. 179. n. 21. Hermosill. L. 10. tit. 1. partit. §. gloss. 4. n. 232. (Salsad. in labyrinth. credit. 3. p. cap. 11. n. 105. & seqq.) Olea de cess. jur. & act. tit. 5. q. 12. num. 22.

- 679 Quia etiam late disputant, quomodo diligentia, vel negligentia in non exigendis nominibus probetur, & cui probationis onus incumbat. (Et iudicatum fuit in causa Antonij Pereyra, cum tutore suo Michael Ferraz Bravo: Quod quando Rex obligat tutorem ad hoc, ut ei tradat nomina debitorum minoris, non teneretur tutor de periculo, secus si ille absque iudicis autoritate praeferret pecuniam mercatori abonato, qui postea decoctus fuit: apud Notarium Luis de Freytas. (Quinto obstat, L. 1. ff. tutor. & ratione distrab. ubi tutores ultra dolum, & culpam tenentur diligentiam praeferre, quae respondet levissimae culpae. Sexto obstat, L.
- 680 1. Cod. haered. tut. ubi haeredes tutoris solummodo tenentur de lata culpa, non vero de levissima. Ultimo obstat, L. qui iniuriæ 55. §. qui alienis ff. de furt. ubi tutor tenetur ultra levem culpam levissimam praeferre.

Quibus tamen non obstantibus vera est nostra resolutio, neque obstant argumenta. Nam ad 1. respond. verum esse tutorem nullam utilitatem ex tutela percipere, sed quia pupillus se defendere nequit, in ipsius favorem introductum fuit, ut tutor teneatur de levi culpa, nec alias sit negligens in administrandis rebus pupilli, ita del Rto d. cap. 13. & DD supra citati.

- Ad 2. de L. tutor. 20. Cod. neg. gest. respond. in eo textu non aequiparari negotiorum gestorij tutorem, quo ad gradum culpae, quia certum est utrumque teneri de levi, & aequiparari quoad negotia, ex quibus tenentur, quia negotiorum gestor solum tenetur de illis, quae gessit, tutor vero de illis, quae gessit indebite, & illis, quae non gessit, cum gerere deberet, juxta L. 4. Cod. haered. tut. L. 1. Cod. si tutor, vel curator. Padilb. in L. 1. Cod. transact. n. 9. Gut. 1. part. cap. 15. n. 15. Molin. disp. 533. vers. utrum: Fachin. lib. 3. cons. 15. num. 7. (Et in rebus, quae sine usu tempore consumuntur, non tenetur tutor, licet

pereat, Giurb. ad stat. p. 1. cap. 14. num. 6. vers. aut non extent, & ita iudicatum fuit in causa Antonij Pereira ad versus Michael Ferraz Bravo, anno 1669 apud Notarium Luis de Freytas de Sompayo.)

Ad 3. de d. §. competit, omittitur responsione. Donel. lib. 16. cap. 7. vers. se fecerit, dicendum est in terminis d. §. non venire levem culpam, quia ibi agitur de comparandis praedijs, circa quod tutores, & quoscunque diligentes patres familias cupiditas illa emendi fallere poterat, maxime cum tutor non debeat habere pecuniam pupilli otiosam, L. si tutor 16 ff. ad mun. tut. Ord. lib. 1. tit. 87. §. 25. Gut. 2. part. cap. 16. n. 9. Cald. in L. si curatorem verb. sine curatore n. 5. Quia si eam habuerit otiosam, converterit in suos usus, teneatur ad interesse, & ad usuras, etiam non interpellatus, L. tutor 8. §. si post ff. administ. tut. L. 55. ff. eod. L. qui sine 40. ff. neg. gest. L. 1. 3. & ult. Cod. usur. pupil. Cov. lib. 3. var. part. 2. n. 1. cum multis Augusti Barbof. in dict. L. 1. Cod. usur. pupil. quibus add. Cujac. lib. 2. q. Pap. in specie text. L. 1. ff. usur. Menoch. cas. 220. num. 1. Leonard. dec. 4. num. 25. & quest. num. 15. & quest. 82. num. 28. Et ratio est, quia tutor, qui pecunias pupillares in proprios usus convertit, & habet eas otiosas, magis iudicatur perditor, quam tutor, Menoch. d. cas. 220. num. 1. Immol. in L. Pomponius §. ex facto ff. acquir. poss. Alexand. in L. ex stipulatione ff. eod. Socin. cons. 159. num. 10. Et quando eas converterit in suos proprios usus, non solum tenetur usuras, leu interesse pupillo praefare, sed etiam usurarum usuras, Leonard. de usur. quest. 87. n. 34. Petr. Greg. de cens. quest. 3. in add. num. 37. Gut. de tutel. p. 2. cap. 9. num. 9. Aug. Barbof. in collect. ad text. in d. L. 1. Cod. usur. pupil. (De hac materia late diximus tom. 7. in Commentar. ad Ord. lib. 1. tit. 87. §. 4. & vide Bom. de tutor. tract. 10. tit. 36. num. 96.) Et tunc iuratur adversus eum in litem, ex L. 7. in princip. ff. administ. tut. L. 1. & ult. Cod. in lit. iur. Montan.

tan. de tut. cap. 32. reg. 6. Menoch. cas. 208. num. 16. Plot. de mil. § 5. Leonard. de usur. quest. 77. num. 19. explicat Molin. & Gusman. veri. jur. verit. 20. Ubi de hoc juramento, & quando habeat locum, & an possit fieri ante litis contestationem. Et quando lex jubet tutorem emere prædia, contentatur, si hoc faciat, nec eum ulterius obligat ad maiorem utilitatem, L. tutor qui reperi-
 693 torium 8. § post. ubi Bart. L. quoties 10. ff. administ. tut. L. tutores 24. Cod. eod. Montan. de tutel. cap. 33. num. 192. Cyriac. contr. 163. num. 17. Gabriel. cons. 26. num.
 694 1. Ubi quod non debet condemnari, nisi ad interesse, quod potuisset percipi ex prædijs non autem ex mercatura, Cyriac. d. contr. 163. num. 18. Et ha-
 695 buisse occasionem collocandi pecunias pupillares in prædia idonea, & in census cum fideiussoribus, qui dicit, debet probare, L. tutor secundum digni-
 696 tatem 13. § non est audiendus ff. administ. tut. Ubi si tutor dicat ad fuisse prædia, sed non idonea auditur, nisi ex adverso probetur, vel fuisse idonea, vel eum bene collocasse propriam pecuniam, L. tutores 24. ibi aut si forte idonea, ut assolet, non poverunt in veniri, Cod. administ. tut. Gut. de tutel. p. 2. cap. 9. subnum. 23. And. Pauchbarq. 26. num. 15. p. 2. Cyriac. sup. n. 19. In quo valde cau-
 697 tur debet esse tutor, cum alias, cum esset negligens, de suo teneretur, L. tutor qui reperi-
 698 torium §. competiti ff. admin. tut. Montan. de tutel. cap. 33. num. 198. Cyriac. proxime num. 20. Et ad hoc debent probare ad manus tutoris pervenisse, & ab eo exactum fuisse tantam pecuniam, quæ satis fuisset censum, aut prædium creanti, nam forte vel maiorem, vel minorem voluisset quantitatem, Castr. cons. 401. num. 6. Vol. 1. Montan. de tutel. cap. 33. num. 203. Calganet. de tutel. lib. 2. tit. 9. sub n. 2. Cyriac. d. contr. 163. n. 21. de qua re ad Ord. l. 1. tit. 87. §. 19. & seqq.
 698 Et si rector tutor pecunias pupillares palam, & bona fide in suos usus converteret, scribendo in suo libro ratio-

num qualiter idse ex pecunia pupillari tantum accepit, quod facere potest, ut in L. pupillus §. versic. sane ff. auth. tut. L. cum tutor 16. ff. administ. tut. Tunc enim non debet condemnari in usuris arbitrio Judicis, arg. L. quoties §. non tantum ff. administ. tut. Cneac. lib. 2. q. Paul. in specie text. in L. 1. ff. usur. versic. cōcludamus lit. B. Cyriac. contr. 163. n. 23. Quæ usurae hodie sublatae sunt, & loco earum succedit interesse, Cov. 3. var. 699 cap. 2. num. 1. Gut. de tut. d. cap. 9. num. 4. Quod judicandum est ad rationem sex, 700 & quantum pro centenario, ut judicatur Senatus in causa Greg. Faria, cū Antonio Simoes, anno 1663. & probant DD. de quibus Sousa de Macedo dec. 39. n. 1. Mend. in prax. lib. 3. cap. 22. n. 29. Pereira dec. 84. num. 3. Pinheiro de cens. & emphyt. 2. part. disp. sect. 2. in fine, Melchior. Phæb. dec. 205. Molin. disp. 418. Themud. 1. dec. 85. & vide Cyriac. contr. 163. n. 21. & seqq. in terminis, & 4. tom. contr. 589. num. 103. & seqq. (Et me citato hoc in loco, Add. Reynos. observ. 9. num. 6. & 14. & quando debeantur, vel non interesse ad rationem sex & quantum pro centenario, vide sententario sequentes.

No feyto de appellação Cível, em q̃ são partes A. Pedro Nunes, e RR. a Abbadeffa, & mais Religiosas do Mosteyro de N. Senhora da Esperança, da Villa de Abrantes, Escrivão Manoel Pinheyro da Costa, se deu a sentença seguinte.

Acordão os Desembargo, &c. Bem julgado he pelo Juiz, em condenar as RR. paguem ao A. os trezentos e seis mil, novecentos e sincoenta reis, por elle pèdidos em seu libello, e em absolver da reconvenção intentada pelas RR. por em em as não condemnar nos interesses dos ditos 3068950. reis, do tempo da lide cōtestada, não he p. r. elle bem julgado, revogando nesta parte sua sentença, cumpra-se os confirmado por alguns dos seus fundamentos, e o mais dos autos, os quaes vistos, e como conforme a Direyto se devão os interesses de tempo da

mora em diante, e nesta estejaõ as RR. do tempo da lide contestada, e se mostre fer o A. mercador: Condenaõ as RR. l. he paguem os interesses, q̃ na execuçaõ liquidar, podia ganhar do tempo da lide contestada em diante, com os ditos 306v950. reis se lhos tiveraõ pagos, atẽ real entrega, e na liquidaçaõ poderã tratar da materia das liçẽcas, fol. 107. & 108. & paguem as RR. as custas dos autos. Lisboa 9. de Fevereiro de 680. Quiscl. Lopes Oliveyra. Basto Pezreya Andrade Rur.

Hæc sententia fuit fundata in deliberationibus frequentibus.

Quocunque eveniente casu, quo Maria vota professionis non emisisset, sive à monialibus expelleretur, sive ipsa ultro ex monasterio exivisset, restitutionem dotis promissæ, & solutæ sibi stipulavit Aëtor, ut habetur in apertis contractus verbis. fol. 6. ibi: *E dado caso, que ella seja expulsada delle, ou seja por sua vontade ou faleça antes de fazer proffissão, neste caso se obrigam em nome deste Mosteyro a entregarem tudo, que estiver recebido, por conta deste dito dote, ao dito Pedro Nunes, sem se por dislo duvida algũa.*

Casus evenit: Reæ namque Mariam expullerunt; ergo cõmissa fuit stipulatio, ac proinde tenentur ad restitutionem Neque obesse videtur sæditas, & turpitude casus, quippe quæ licet iuste, & sancte honestissimas Virgines ad Mariæ expulsionem commovissent, non tamen ideo ob observantiam expressi pacti stipulatione solemnî valati eas liberat: etenim hunc eundem casum generaliter saltem præviderunt, & tamen, vel eo, vel quocunque alio eveniente dotis promiserunt restitutionem, eo maxime, quoniam cum expresse meminissent, non solum de ultraneo Mariæ exitu, sed etiam de ejus expulsionem, nulli quidem dubium hanc à se faciendam non esse, prout fieri non solet, nisi ex causa: & quavis urgens prefecto, & magna sit illa, quæ eas movit; possent tamen forte

maiores, & graviotes accidere, & tamen nullam omnino exceperunt sed generaliter in casum expulsionis restitutionem promiserunt, supponendo jam causam gravem præcedere oportere. De reconventionem, non est quid agamus, quia ommissa quæstione, an in hoc casu reconventio locum sibi vindicare potuisset ex objectâ injuria, mihi sane satis probatur Actorem, Mariæ graviditatem ignorasse, quanvis ipsum ejus fuisse authorem vehementer suspicer.

Recte ergo Juxta Reas ad dotis restitutionem condemnavit, sed dum eas ad interesse, saltem à tempore litis contestatæ, judicialisque interpellationis non condemnat, reformatione indiget, quippe cum ab eo tempore Reæ sint in mora, præcise interesse pendere tenentur, L. 2. & 3. §. 1. L. videamus 78. §. si actionem ff. de usur. Quia ex lite contesta, omne id præstandum est, quod Aëtor habuisset, si ei tunc solutio fieret, L. cum fundus 31. ff. certum petatur, Leotr. ad. de usuris q. 37. num. 23. Condemnentur ergo Reæ ad interesse in executione liquidandum à lite contestata, ubi Aëtor uti poterit licentis postulatis, fol. 107. & 108. Ulyssipone 14. Januarii 1688. Lopes Oliveyra.

In principali negotio, & restitutione dotis, ad quam RR. se obligarunt, nullum dubium esse potest, visa clausula scripturæ, fol. 6. contractus enim à conventionem partium legem accipiunt, L. 1. §. si convenit Aëtor depont. Ideoque obligatio à principio voluntaria ex post facto fit necessaria, Gam-Pinel. & alij citati à Salgad. in labyrinth. credit 1. p. cap. 36. n. 16. Grat. Foren. cap. 296. num. 56. & cap. 465. num. 14. Cyn. late 1. tom. contr. 129. Et ideo contractus tenentur legem, quam dederunt, custodire, L. legem quam Cod. de pact. Valasc. conf. 123. n. 11.

Circa interesse etiam petum, maius dubium esse poterat, quia licet Aëtor probet esse mercatorem, non tamen pro-

probat, quod lucrari potest, si ei debitum debito tempore solutum esset, quia merces havebat paratas ad emendum, &c. de quibus *Barb. l. p. L. 2. n. 48. ff. solut. matr. Gam. dec. 110. num. 20. Valas. conf. 107.* Verum apud nos generaliter recipitur, quod mercatori, qui propria pecunia solet negotiari, semper solvatur interesse lucri cessantis, aut damni emergentis propter moram debitoris, *Strac. de comere. §. 1. q. 7. p. 1. num. 65. Surd. dec. 326. n. 24. Reynos. observ. 9. num. 12. Noguerol. alleg. 11. anum. 167.* Unde etiam in interesse & R. condemnare, à lite contestata, à qua in mora considerantur, quod liquidabitur in executione sententiae.

Quoad reconventionem autem Reis jus reservare, ut actione competenti, si illis visum fuerit jus habere, Auctorem conveniant circa injuriam, de qua conqueruntur. *Ulyssipone 31. Januarij 680. Basso. Pereyra.*

Non reperitur casus quin non dubitatus, & primo loco agemus de actione Auctoris, secundo autem de Reorum reconventionem in injuria nixa, & dolore lacrimata.

Quoad materiam lucri cessantis, & damni emergentis, sunt infiniti Doctores, quos propter temporis augmentas, non refero; apud quos multa in materia ad decisionem praesentis quaestionis perquirere possumus, & quae probanda sunt à gentibus ad hujus modi interesse lucri cessantis, & damni emergentis, quae Auctor, tanquam mercator ratione pecuniae Reis datae titulo dotis postulare videtur.

Et ut melius, & facilius lucri cessantis, & damni emergentis, effectum, & obligationem cognoscamus, dubitandum primo est: An obligatus ad solutionem damni, teneaturolvere interesse lucri cessantis? Et non teneant multi suadent. Primo, quia aliud est damnum emergens, aliud est lucrum cessans, ita ut unumquodque per se consideretur, & in utroque latum, &

longum discrimen invenitur, ut eleganter advertit *Bald. conf. 182. Gail. lib. 2. decis. 6. n. 1. Mercad. de contract. cap. 11. Menoch. de arbit. lib. 2. casu 119. Gam. dec. 210. 218. & 156.*

Relictis alijs Doctorum distinctionibus, alijs quae discriminiibus, ratio esse potest, quod damni appellatione continentur fructus, & quaecumque aliae utilitates, quae ex re ipsa provenire poterant, *L. loci corpus §. 1. ff. si servitus vendicetur, L. & si forte §. ult. ff. eodem titulo.*

Accedit etiam, quod damni appellatio à diminutione dicitur, quando scilicet aliquis, quod dum erat, diminuit, ut habebatur in *L. 3. ff. de damno infect. & declarat Molin. in consuet. Paris. §. 1. gloss. 7. num. 18.* varia exempla citando, ex quibus aliqua mihi licet recitare, ut quia propter debitum non solutum aedes corruerunt, vel servi, jumenta, & equi fame perierunt, & multa à *Barb. relata in L. division. §. n. 31. ff. solut. matr. videre poteris, & in Sobar de ratiocinijs cap. 15. n. 14.*

Deinda, & sub appellatione damni Capitale comprehenditur, non autem lucrum, quia aliud est damnum nati, aliud non sentire lucrum, *L. ult. §. si quis vero Cod. de condicil. L. ult. Cod. de jur. deliber. Neque lucrum, neque damnum aliquod, & secundum DD. dictio illa (neque) inter diversa ponitur, quia est implicativa, ut tradit *Menoch. remis. 9. recuperand. num. 70. & Reynos. conf. 24. num. 6. lib. 1.**

Coducit etiam, quod damnum emergens animadvertitur, quando quis ob non solutam suo tempore, & loco pecuniam ab alio mutuum sub uluris necessario accipere coactus est, nec penam, aut damnum incurrere, ex quibus conspicuo ostenditur cessare damnum ab Auctore postulatam, cum pecunia ab eo petita, non procedit à mutuo, nec qualitatibus supra ponderatis subjicitur.

Secundo fundamento erga lucrum cessant;

Dd

cessant;

cessans etiam satisfaciunt, Rea ostendentes lucrum cessans considerari, quando mercatori pecunia non solvitur negotiationi exposita statuto tempore, & sic cessavit lucrum, quod ex pecunia augeri poterat ob moram debitoris, *L. Proculus gloss. verbo facias ff. de damn. infect. L. cum quidam §. pupilli ff. de usur. l. ult. §. si quis in fin. Cod. de edicall.* Quia aliud est lucrū ut supra ponatur, non consequi, aliud damnum pati, *Bertazol. in repetet. L. si quis maior n. 271. Cod. de transact.*

Ex quibus manifestè liquet obligatum ad solutionem damni, non teneri ad interesse, idem *Gail observ. 6.* quoniam obligatio non extenditur ad casum omnino diversum, & in scriptura non contentum, ut patet: nec examinato contractus instrumento, fol. r. invenitur aliqua usurarum clausula, *L. fideiuss. magistrat. §. 1. ff. de fideiuss.* Nec illo bene perlecto apparent aliqua verba, *perdas, e damnos*, sententia, unde obligatio *do dote*, non potest ad diversum, & alterum casum extendi.

Et pro Actore negotiari solito an hoc beneficium lucri cessantis ei competat, prius debet aliquod damnum probare recepisse, quia tunc interesse lucri cessantis recipiet ab eo, ut ab eis, ob cuius causam dictum damnum passus fuit, ut tenent *Surd. decif. 326. n. 24. Mascard. de probat. concl. 933. numer. 1. volum. 2.* Ubi ex multis verum hoc esse testatur, que regula sic constituta, non procedit in nostro casu, cum nullum damnum probatur actorem recepisse à Monialibus, suam injuriam loco solutionis, seu dotis restitutionis petentibus.

Uterius, quod dictæ moniales, non sunt mercatrices, ut ad damnum emergens adstringerentur, quia tunc solummodo adstrictæ essent, ut ex sententia, *Bare. Rebus. & aliorum tradit Covarr. lib. 3. var. cap. 1. numer. 2. Decif. Gen. 177. num. 23. Strac. de mer-*

cat. tit. de contractib. mercator. numer. 23. quos in eadem sententia refert, *Escob. de ratiocin. cap. 15. numer. 2.* Ubi sequentibus numeris resolvit totam hanc difficultatem esse ortam ex verbis, *text. in L. ultim. ff. de pericul. & commod. rei venditæ.* Ex quibus constat, quod solito negotiari damnum emergens, non autem lucrum cessans præstandum fore: Et igitur cessant ulurae tanquam non debitæ, & non petita, ut supra ostensum manet, etiam interesse lucri cessantis non possunt mercatores petere, nisi ad nundinas ituri, & ex pecunijs mutuis.

Deinde contractus initus inter Actorem, & Reas, & fol. ver. figuratus, usuras non exprimit, & juxta *text. in L. 1. §. si conveniat ff. de depositis, & L. contractus de reg. jur.* ad unguem observandus est, & extra illorum, seu contrahentium conventionem, nihil ab supposito diversum operari valet; & quod scriptura non constat, nec nos contabimus, ita dicit *Bald. in L. Emilius Largianus ff. de minorib.*

Denique de reconventionem, non erat agendum, quia Actor in injuria non fuit comprehensus, nec erat verosimile: & igitur non est videndum, quod si de graviditate notitiam habuisset, statum monialis illi non contenderet, & prius vulva recessum spectaret, neque ex testibus, fol. 56. 57. & 58. posse illa oriri præsumptio, quia potius dicit potest remota suspitio, quam Actoris scientia, & testes, qui de promissione Abbatissæ facta testantur, non sunt omni exceptione maiores. Quare judicatum libenter statuo. Ulyssipone 5. Februarij 1680. Andrade Rúa.

Circa interesse, in quo tantum dicere possum, convenio cum primo, & secundo dominis empto jure reservato Reis à secundo domino. Ulyssipone 9. Februarij 1680. Quisef.

No feyto de Diniz de Mello de Castro, e Ambrosio Pereira Berredo, Escrivão o da Fazenda Luiz Gomes Pinheyro, se deu a sentença seguinte.

Acordão em Relação, &c. Vistos estes autos, libello dos AA. fol. 4. contrariedade do Procurador da Fazenda, fol. 61. vers. mais papeis, e documentos juntos, dados em prova: Mostra-se haverem os AA. sentença emgrão de revista, que o Procurador Fiscal do distrito da Inquisição de Evora, lhe pagasse da fazenda, que se sequestrara a Christovão Rodriguez Marques, seu devedor originario 8055510. e requerendo pagamento pela dita sentença, e com despacho do Cancellor Geral do Santo Officio no Juizo do Fisco da dita Cidade de Evora, responde o Juiz, fol. 7. vers. que naquella Fisco não havia dinheyro, de que se pudesse pagar aos supplicantes, por se haverem pago outras sentenças, e estarem exaustos os bens do dito Christovão Rodriguez Marques, e que o dinheyro, que elle tinha no assento, o levára o dito Senhor, e não entrara nunca no Fisco, que era o de que se podia pagar tanta quantia, pois importava cem mil cruzados, com a qual resposta despachou o dito Conselho Geral a fol. 12. que não havia de definir aos AA. por aquella via, requereſsem pela que lhe parecesse, com o que alcançara a Provisão fol. 5. vers. para darem, como devião libello contra o Procurador da Fazenda. Mostra-se pelas Certidoens fol. 16. vers. e 27. tomar o dito Senhor por sua conta os ditos cem mil cruzados, que foram do dito Christovão Rodriguez Marques, e q. o assento da Provincia do Alentejo lhe ficou a devendo na forma da Certidão a fol. 8. vers. em diante, e contratou com os seguintes Assentistas, consignandolhe para pagamento do que dessem os ditos cem mil cruzados, q. foram de Christovão Rodriguez Marques, e pela Certidão dos Contos a fol. 71. e 73. se mostra de dever o dito Senhor aos ditos Assentistas maior quantia, que os ditos cem mil cruzados. E dando-se vista aos mesmos Assentistas, responderão nestes autos a fol. 26. vers. não querião, nem devião pagar aos

AA. e que os ditos cem mil cruzados lhes pertenciao pelas mesmas Condições dos contratos, que com o dito Senhor celebráráo, e com os quaes ainda dizião não estarem pagos. O que tudo visto, e como o dito Senhor não pode, nem foy visto querer prejudicar aos AA. e direyto, que tinhao para serem pagos de sua divida, pela dos ditos cem mil cruzados, e com tudo o mesmo Senhor lhe empedio em effeyto a cobrança por elles, consignando-os aos ditos Assentistas, e tendo a utilidade de ficar livre do que lhe devia naquella concorrente quantidade: Por tanto, e o mais dos autos, condemnáo ao Procurador da Fazenda, de e pague aos AA. os ditos 8055510. Os quaes satisfeitos se haverão por pagos em effeyto dos ditos cem mil cruzados, que foram do dito Christovão Rodriguez Marques, e o mesmo Senhor tomou por sua conta no modo referido, e ao Procurador da Fazenda os haverão por satisfeitos, e diminuides, onde, e quando se lhe pedir conta dos ditos cem mil cruzados, e seja sem custas, por ser entre o dito Senhor, e seus Vassallos. Lisboa 18. de Agosto de 671. Lamprea. Oliveira. Quisil. fui presente Cabral.

No feyto de Isabel Pereyra da Sylva, com Manoel Mendes da Costa, Escrivão Manoel Pinheyro da Costa, se deu a sentença seguinte.

Acordão do Desembargo, &c. Bem julgado he pelo Juiz, em absolver o R. do que lhe pedia a A. havendo a conta, que lhe deu da encomenda dos brinco de cachimbo por boa; e não foy bem julgado em o condemnar nos interesses, e avanços da dita encomenda, revogando nesta parte sua sentença, cumpra-se o confirmado por algus de seus fundamentos, e o mais dos autos; e como se mostra dar o R. a conta, que anda a fol. 26. e entregar o resto dos ditos brinco, que não pode vender, nem dar-lhe sabida, que a A. não convenſe de errada, mostrandolhe para a dar o seu livro, e não cometer mora algũa, para haver de ser condemnado nos avanços, e interesses, absolvê o R. de tudo, e condemnáo a A. nas custas dos autos. Lisboa 4. de Novembro 679. André de Rua. Rego. Nevas. Dd ij Hzc

Hæc sententia fuit fundata in deliberatione sequenti.

Verum quidem est, administratorem, seu negotiorum gestorem rationes negotij reddere teneri, testatur cum multis *Peg. resol. cap. 3. à num. 718.* Sed redditis rationibus, fol. 16. tenebatur Aetrix eas de erroribus arguere, *Peg. doct. cap. 3. n. 771. & 772.*

Cum ergo rationes, fol. 16. oblatae à Reo fuissent, iterum eas reddere Reus non debet, *Escoab. de ratioc. cap. 41. n. 1. Rotade Gen. d. 81. & 98. Barb. ad Ord. lib. 1. tit. 90. n. 3. Mend. 2. lib. 3. cap. 2. 1. num. 6.* Quia si non redarguerentur, iusta, & juridica calculatio præsumitur, *Cyriac. controuv. 411. à num. 30.* Et ita ad ulteriora recurrere non est necesse, cum Aetrix rationum legitimitatem non arguat: Reum absolverem, ita confirmato, & revocato meritissimo Iudice. Ulyssipone 12. Novembris 1679. Navais.

Et eandem sententiam sequuti fuerunt. Rego. Andrade Rua.

No feyto de Francisco Carvalho Chaves, contra o Procurador da Fazenda de S. Magestade, Escrivão o da Fazenda Luiz Gomes Pinheyro, se deu a sentença seguinte.

Acordão, &c. Vistos estes autos, libello do A. Francisco Carvalho Chaves. Alvará de licença do dito Senhor, para o poder dar contra o seu Procurador da Fazenda, citação por edictos, que se fez a Antonia Nunes ausente, mulher de Nuno Francisco de Carvalho, contrariaidade do mesmo Procurador da Fazenda, mais artigos recebidos, inquirições, e mais papeis juntos: Mostra-se por parte do A. que em 16. de Novembro de 657. pela escritura publica junta a fol. 6. em diante, e na forma nella declarada, deu a razão de juro de seis e quatro por cento, cada anno pelos quatro, q se seguiam hum conto e oitocentos mil reis à dita Antonia Nunes, moradora no tal tempo na Cidade da Guarda, celebrando a dita escritura, e contrato com Diogo Nu-

nes de Carvalho, como filho, e Procurador da mesma Antonia Nunes, declarando-se tambem na mesma escritura, que era para com o tal dinheyro se pagar, e correr com os prebandados do Reverendo Cabido, e Mesa Pontifical da Sé da dita Cidade: Mostra-se, que ainda que naquelle tempo do dito contrato Nuno Fernandes de Carvalho, marido, e pay dos ditos Antonia Nunes, e Diogo Nunes, estava prezo nos Carceres do Santo Officio desta Cidade, com tudo ella sua mulher se ficou conservando com os mesmos tratos, e negociações, em tanto que não só o dito Senhor lhe mandou entregar os bens, que se inventariarão pela prizaão do dito seu marido, mas sendo elle assim prezo; tinha approvado a pessoa da mesma Antonia Nunes, e fez com ella o contrato, e assento do provimento da milicia de ambos os partidos da Beyra, como se vê na Certidão, fol. 95. e tinha, e continuava com a mesma renda, e prebenda do Cabido, e Sé da Guarda; e o dito seu filho Diogo Nunes, vivia juntamente com ella na mesma casa, e publicamente lhe procurava, agencava, e negociava seus bens, e tratos, pondo, e dispondo os rendeyros, recebendo pagas, e dando quitações, e de todos era publicamente tudo, e havido por seu filho, publico seytor, proposto, e instituido negociador: e bora a fol. 115. vers. está Procuração por instrumento publico, porque a mesma Antonia Nunes já de antes em 19. de Junho de 657. havia feyto, constituido, e trespassado no dito seu filho, todo o seu poder, para elle lhe fazer, tratar, e agenciar seus negocios, e tratos, e em particular o da sobredita renda do Cabido, e Bispado da Guarda, para cujo pagamento, e tracto refere a dita escritura, fol. 7. ser tomado a juro o dinheyro, de que se trata, e a verdade deste contrato, e entrega do dito dinheyro, além do declarado, e confessado na mesma escritura, se ajuda muyto do que jurão as testemunhas do A. e pelas que deu a fol. 63. vers. e Certidão, fol. 67. Mostra, que Jorge Froes, e Miguel Ro-

Rodriguez, testemunhas da dita escritura, huma be morta, e outra ausente, e senão puderão perguntar na inquirição, e sendo o A. perguntado judicialmente por Acordão do Senado, respondeo coherentemente, como se vê a fol. 106. até 109. Mostra-se, que estando-lhe assim devedora a dita Antonia Nunes, com o dito seu filho fugirão para Castella, em razão do que se lhe fez sequestro dos bens, que lhe ficarão, e o dito Senhor lançou mão delles, e pelos ter, demanda o A. ao Procurador da Fazenda, que da dita Antonia Nunes, lhe pague os ditos Conto e oitocentos mil reis, com seus redditos, tẽ real entrega: por parte do Procurador da Fazenda, e da ausente se nam mostra coisa, que de condenação os releve, por tanto, e o mais dos autos, condemnã a que o dito Procurador da Fazenda que da sobredita Antonia Nunes, dê, e pague ao A. o conto e oitocentos mil reis, com seus redditos, e juros, a razão de seis e quatro por cento, tẽ real entrega, e seja sem custas, por ser com o Procurador da Fazenda do dito Senhor. Lisboa 30. de Novembro de 669. Lampread. Sousa. Pinheyro.

No feyto de appellação Civil, em que são partes appellado o Padre Fr. Antonio da Fonteca, e R. appellante Bento de Mesquita. Escrivaõ Manoel Pinheyro da Costa, no officio de Luiz de Freyas de Sampaio, se deu a sentença seguinte.

Julgo os embargos, fol. 6. recebidos; fol. 8. por não provados, vistos os autos, e como o dinbeyro, que as testemunhas do R. affirmão, deu o A. sobre penhores, se verifique ser de outra divida anterior a do escrito da contenda, fol. 14. a qual foy contrahida depois do primeyro empenho, sem caução alguma, como affirma a testemunha de facto proprio, fol. 22. a que deve dar credito, por ser o medianeyro neste particular de huma, e outra divida, e como outro sim pela mesma testemunha consta, que o R. depois do primeyro mez do segundo emprestimo, de que o di-

to escrito trata, se obrigou a pagar redditos dos ditos sincoenta mil reis que foram estipulados pelo A. Mando, que deferindo-se ao primeyro juramento nesta materia, e jurando, como prestou os ditos sincoenta mil reis deste escrito, alem doutro dinbeyro, e cuja caução, ficarão os penhores, e que estipulou redditos, depois do primeyro mez, pague o R. os ditos redditos, contados a razão de seis, e quatro por cento, depois do mez da feytura do dito escrito, em que o condeno, e no principal na forma da sentença, que se cumpra como nella se contém, e o R. pague as custas. Lisboa 14. de Julho de 677. Antonio Baracho Leal.

A qua sententia fuit appellatum ad Supplicationis Senatam, & fuit lata sententia sequens.

Acordão os do Dezenbargo, &c. Bem julgado he pelo Juiz, confirmo sua sentença, por alguns de seus fundamentos, e o mais dos autos, com declaração, que visto o A. não jurara estipulação, e promessa das usuras, na forma da sentença do Juiz, absolvem ao R. dellas, e ham os embargos nesta parte por provados, e pague as tres partes das custas, e o A. huma. Lisboa 16. de Dezembro de 677. Doutor Freyre. Cerqueyra. Doutor Alvarez Coelbo.

Hæc sententia fuit fundata in deliberationibus sequentibus.

Implicata proponitur hujus litis decisio, nobis nanque aperte non constat, Reum alteram pecuniæ summam accipisse, præstita argentea cautione, quam Actor apud se habere non denegat: Unde ellicitur ad securacionem contenti debiti in chyrographo, fol. 4. fuisse traditam. Contrarium tamen verius existimo, & testis dicto fol. 22. integram fidem adhibendam puto, quamvis enim singularis sit, & ut talis plenam non efficiat probationem, ex cap. licet, cap. veniens, cap. in omni negotio de testibus, l. ut numerus, ff. de testibus. Tamen cum de facto proprio deponat, & concurrant conjecturæ, quæ

Dd iij

verum

verum testimonium suadeant, plene probare certum. doco ex dictis à *Vallase*. 1. tom. conf. 73. num. 5. *Mend. in praxi lib. 3. cap. 12 §. 1. num. 1.* Conjectura vehementer delumitur, ex ipsomet chyrographo, fol. 4. ut detali argentea cautione nulla fit mentio, & inverosimile, immo incredibile est, quod Reus traderet argenteam cautionem, quin declararet in suo chyrographo apud Actorem in securacionem debi remansisse, quam ob tem docti, & perspicui Judicis sententiam confio, ea amplius ratione, quia cum Actori iuramentum deferretur, extra dubiom res exstitit. Ulyssipone 3. Novemb. 677. Pinheyro.

Idem placet, & supposito appellati iuramento fol. 26. vers. in quo non declarat stipulasse usuras lummæ peritæ, transacto primo mense, illas non solvat appellans, & quia illas postulavit in actione fol. 1. vers. Circa expensas conferam. Ulyssipone 3. Decembr. de 677. Cerqueyra.

Solvat appellans principale, nõ vero usuras, eo quod de principali debito patet, non ita de usurarum stipulatione, sine qua hæ non habentur. Ulyssipone 11. Decembris .677. Doutor Alvarez Coelho.

Dicturus circa usuras.

Idem circa usuras non condemnandas Ulyssipone 16. Decembris 1677. Doutor Freyre.

No feyto de Joaõ Rodrigues Gil, cõtra D. Maria Henriques, Escrivão Manoel Pinheyro da Costa, se deu a sentença seguinte:

Vistos estes autos, libello do A. Joaõ Rodrigues Gil, de cuja contrariedade foy lançada a R. Dona Maria Henriques, citada na pessoa de seu Procurador bastante, documentos, e inquirição: Mostra-se pelo A. haver emprestado a Gregorio Gomes Henriques, oitocentos mil reis, a razão de juro, sobre as pessas referidas no rol, fol. 43. em que a R. como sua herdeyra deve ser condenada, abatendose

duzentos mil reis, que tem recebido. O que tudo visto, com o mais que dos autos consta, e como a R. legitimamente citada, não fizesse defeza alguma contra a acção do A. plenamente provada pelo escrito fol. 43. por ser feyto por hum homem muyto santado na praça, condeno a R. nos oitocentos mil reis, e nos juros licitos de cinco por cento, desde o tempo, de sua contestação, até real ent rega, abatendose os duzentos mil reis recebidos, e o A. fará entregar as pessas de sua caução, sem que obste para a condenação dos juros, a allegação da R. por que olucro, que cessou da parte do A. em não manejar o seu direyto, e o que captou o devedor originario, e consecutivamente a R. morosa no pagamento, fez, que os juros se repitassem licitamente, e pague as custas. Lisboa 3. de Mayo de 680. Joseph da Cunha Brochado.

A qua sententia fuit appellatum ad Supplicationis Senatũ. ubi fuit confirmata. Iudices: Silva, & Souza. Freyre Carneyro.

Hæc sententia fuit fundata in deliberationibus sequentibus.

Validam fuisse primam citationem factam im persona procuratoris, indicavit merito Senatus, fol. nec mandatum, de quo in appenso, fol. vevocatum fuit per aliud, fol. Qua propter inciviler opponitur, iterum, si patet no hæc semel, & iterum duplicata nullitas. An interesse debeatur per obitum principalis debitoris, res est sine controversia, & indignum est, quod dilceperetur, an hæc obligatio transeat ad hæredes, prout alibi latius de jure ostendimus, & quotidie in Senatu judicatur. Pareat igitur amantissimus, & pariter Doctissimus Souza de Macedo dum contrarium nimis scrupulose resolvit in sua eleganti decis. 30. & confirmetur sententia. Ulyssipone 28. Septembris 1680. Carneyro.

Convenerunt. Freyre. Silva. & Souza. No feyto de appellação de Luiz Raposo, contra Anna Lopes, Escrivão Manoel

Manceo Pinheyro da Costa, se deu a sentença seguinte.

Vistos estes autos, &c. Por parte do A. se mostra, que sendo marchante do talho de Xabregas desta Cidade, tomou quatrocentos mil reis por vezes a R. para lhe dar os ganhos, que entendesse em sua conciencia, e contende e serem os de seis e quatro por cento pro se não poderem levar nella outros, e que sendo assim por direyto, a R. lhe levava não só os ganhos licitos, e ainda conforme algũa opinão tollerados, mas não devidos em semelhan-te caso; mas ainda os reprovados e excessivos, de quinze por cento; e que por lhe dar em hum anno aração de doze, e meyo que foy o penultimo de sete, em que teve o dinheyro teve a R. com elle A. differença pela dita causa, dizendo, llo havia de tirar por este respetto, ao que elle A. acodio por remir sua vexação; por metendolhe dar os mesmos quinze por cento; que de antes lhe dava, no que a dita R. concieria, e tanto outro sim recebera no ultimo anno, em que tudo se considerava hum grande usura, que manifestava, e por esta razão lhe devia a R. tornar o que illicitamente lhe levava: E por parte da R. se mostra, que fazendo o escrito fol. 60. sobre o dinheyro referido, e que o A. lhe havia tomado para seu trato, nelle não assentara, de lhe levar alguns ganhos illicitos; mas antes dexara em sua conciencia do dito A. o dar lhe aquelles avanços, que entendesse; que havia na dita quantia; e segundo o seu depoimento, que não retebera por causa do dito principal, mais que alguma carne, que o A. lhe daria, que não chegava ainda ao lucro de seis, e quarto, quanto mais, que o excederia, sempre ella R. o podia levar, por não convir com o A. em interesse algum certo, mas no que elle lhe quizesse dar, segundo sua conciencia, alem de que tratava em laranja da China, que vendia para fora; e o dito A. tinha muytos ganhos em seu trato, por onde bem se verificava sempre o lucro cessante, e damno emergente, pois a R. tinha ao A. feyto outras

boas obras, devia ser, absoluta não se attendendo à prova do dito A. defeituosa, com consideração, de que se juntavaõ docu-mentos, que a fazião mais suspeyta. O que tudo visto com o mais que dos autos consta, disposição de Direyto no tal caso, e como se não mostra pelo escrito a fol. 60. nem por outra prova algũa, que a R. conviesse com o A. em lhe dar o preço certo, que articula de quinze por cento; mas antes segundo elle confessã no primeyro artigo de seu libello, e se mostra da sua propria, e primeyra testemunha fol. 24. vers. e pelo proprio escrito se justifica; e se prova, q̃ a R. dexou na conciencia do dito A. os ganhos de seu dinheyro, que nem lhe deu aração de seis, e quarto por cento, como o A. articula, em cujos termos foy visto contrahir com o dito A. sociedade na dita quantia dos quatrocentos mil reis, que elle recebo por vezes, e tomados o A. para lhe dar, um muyto ou pouco rendimento, que tivessem, sendo quando não socio, ao menos seu gestor neste caso, em que senam considera usura, hora a R. recebesse a quantia, mas mayor, do que seis e quarto, por estar na propria mão do A. o dar ainda menos, vista a forma do contrato, de que importavaõ os ganhos licitos, e ainda o não dar nada, quando em sua conciencia entendesse, e achasse, que o dinheyro o não rendera, pois nella se lhe dexava, como fez em o anno penultimo, em que lhe deu menos dos ditos quinze por cento, e só no caso, que a dita R. não quizesse este lucro a arbitrio justos do A. mas segundo seu dinheyro, estipulação mayor do que não podia levar, seria o dito contracto illicito; e não poderia fazer seu, o que em virtude d'elle recebesse com effeyto; e como podem se mostra, que naquella penultimo anno, vendo a R. que o A. lhe dava menos ganhos, intentou de lhe tirar o dinheyro, e porque o dito A. lhe prometeo, que lhe daria em o seguinte, e ultimo, quinze por cento, llo dexou ficar em sua mão debaixo deste assento; e se prova quanto baste, vista a qualidade da causa, o dolo, que

que em semelhantes se presume, e com que a R. encobre esta declaração, negando a até que o escricto lhe permitia, que levou em o ultimo anno os ditos quinze por cento, lucrando injustamente por razão do tal contrato, o que dantes só podia justamente levar, não impondo a necessidade do preço certo, mas antes deixando-o, como ficare ferido na consciencia do A. já que como seu socio, ou seu gestor, lhe dissesse, o que achasse, que o dito seu dnbeyro rendia, e não como em virtude do juro, em que nunca se pode exceder, o que o costume, e estillo geral chegou só a tollerar de seis, e quarto por cento; absolvo a R. do pedido pelo A. quanto aos primeyros annos, e mais, que se seguiu até a alteração do contrato, e a condeno em os trinta e cinco mil reis, que mais se achão, que levou, do que devia no ultimo anno, em que se chegou apactionar preço certo, podia contratar o lucro de seis, e quarto por cento, e não nesta forma estipular outro, e mando, que o dito A. pague as três partes das custas destes autos, e a R. a quarta. Lisboa 19. de Julho de 675. Gaspar Penalvo da Sylva.

A qua sententia fuit appellatum ad Supplicationis Senaturn, ubi lata fuit sententia sequens.

Acordão os do Dezebargó, &c. Bê julgado be pelo Juiz do Crível em deminuir a summa das usuras, de que se trata; por em em ainda condenar a R. nas declaradas na sua sentença, soy por elle menos bem julgado, revogando nesta parte, cumprase o confirmado por algũs de seus fundamentos, e o mais dos autos, os quaes vistos, e como por elles se mostra, que o contrato ao principio foy illicito, e não poder sosterse pela parte não prohibida, se por ella principiasse: Mandaõ que a R. restitua ao A. os sessenta mil reis, que recebeo a titulo de interesses do tempo em que por novo contrato se acordarão nos de quinze por cento, e pague os autos. Lisboa 11 de Fevreyro de 676. Vellez Freyre. D. Gouvea.

Hæc sententia fuit fundata in deliberationibus sequentibus.

In Epistolio fol. 60. sive inquã, chy-

rographo non apparet de natura conventionis in eo initæ, ibi fit mentio de mutuo, quod interesse no recipit, cum sit prohibitum de jure divino & positivo motuum dantes, nihil inde sperantes, Cap. 1. & per totum de usuris, Ord. lib. 4. tit. 67. in princip. Præcipue quando in dicto chyrographo non de claratur interesse consuetudinarium, vulgo uraçaõ de juro, si ad societatem recurrimus, nec unum quidem verbun ibi de societate mentio fit, nec vicebatur posse, ut societas sumi, cum solum de lucro ibi mentio habeatur, & nihil de damno, quod si forsan effet totum ad appellantem pertinere debebat, quo casu societas leonina videbatur, & ut talis à jure reprobatu natura text. in L. si non fuerint. 4. §. Aristof. pro socio quibus suppositis pro interpretatione talis conventionis visa probationis penuria, non facili negotium hoc expediri potest, aliqui namque testes de jure testificari non poterant, alteri cum diminutione fidei, quia domestici; verumtamen in negotiis inter consanguineos multoties isti sunt digniores testes, quibus omnibus perpenis, & viro chyrographo facto ab appellante, in quo sibi legem dicere clarius poterat, quod non fecit, ideo interpretatio adversus illum est facienda, eo vel maxime, quando pecuniæ lucrum positum fuit in ejus arbitrio, & conscientia usque ad tempus, quo novata fuit conventio per appellatam in ultimo anno, in quo invito appellante pro pecunia interesse, recepit 60v. usurarum, in qua quantitate integraliter appellatem condemnarem, sic confirmato, & revocato doctissimo Judice. Ulyssipone 27. Januarij 1676. Doutor Gouvea.

Ejusdem sum sententia. Freyre.

Ejusdem sum sententia. Nam licet Ludovicus videatur fateri societatem idiisse cum Sorore Anna, unde usurarum scelus procul abest, sicut proditur fol. 117. hæc confessio respicit alium judic

judicium: Et quavis confessio deprompta ex uno iudicio, in alio quocunque necessario probet, id fallit, si non est à parte acceptata, & non constat, quod eam ibi pars acceptaverit, immo suspicor ei contradixisse. Quibus animadversis adhuc scita omnia adessent, à mea sententia non discederem; quia in presenti adest pactum, cui societatis natura repugnat. Ulyssipone Februarij 9. anno 1676. Vellez.

No foyto de appellação de Antonio Pacheco de Miranda, com o Sargento Mayor Francisco de Oliveyra Correa, Elcristão Manoel Pinheyro da Costa, se deu a sentença seguinte.

Julgo os embargos recebidos por nam provados, visto o que consta da sentença fol. 3. passada por carta testemunhavel, em nome de S. Alteza, e assinada pelo Ouvidor Geral da Cidade do Nome de Deos, na China, e verificada na Cidade de Goa, no Juizo das Justificações, e reconhecida nesta Cidade, pelo Juiz de India, e Mma, porque se mostra, que Maria Delgada de Mendonça, e Jeronyma de Andrade, viuva de Belchior de Barros Pereyra, e Catharina de Andrade de Mendonça, moça donzella, são filhas de Thomè Delgado de Mendonça, e de sua mulher Anna de Andrade, mulher que foy tambem de Thomaz de Moraes Pimenta, e forão julgadas por habilitadas, e por herdeyras dos ditos seus pays defuntos, como se relata na dita sentença, e carta testemunhavel, que por ser passadas por authoridade do Julgador, faz se em juizo, inda que não viesse incorporada a primeyra sentença, como outro sim se mostra, que, pela procuração bastante, que as sobreditas fizeram, para na Cidade de Goa cobrarem os bens, e fazendas dos ditos seus pays, e o Procurador André Pereyra dos Reys substituecer em Goa em o supplicante Antonio Pacheco de Miranda, para neste Reyno, e Cidade fazer a cobrança do que pertencia ao pay das constituintes, que ainda que expressamente se desse o poder

para Goa, tambem se extendea para este Reyno pelas palavras da Procuração, e onde cumprir, animado que se cumpra a notificação feyta ao embargante Francisco de Siqueyra Correa, e que traga a juizo os duzentos e trinta mil reis, e seus redditos, vencidos do tempo da entrega, que lhe forão dados com fiança, os quaes pertenciam ao embargante Thomè Delgado pay das sobreditas habilitadas por suas herdeyras, e pague o embargado as custas. Lisboa 22. de Setembro de 678. Antonio de Sousa.

A qua sententia fuit appellatum ad Supplicationis Senatam. Ubi lata fuit sententia sequens.

Acordão os do Desembargo, &c. Bem julgado he pelo Juiz dos Orsaos, em mandar, que o R. traga a deposito o dinheyro, de que se trata: Confirmaõ sua sentença por alguns de seus fundamentos, e o mais dos autos; por em em mandar, que tambem traga os redditos do dito dinheyro, não foy por elle bem julgado; Revogaõ nesta parte sua sentença, vistos os mesmos autos, dos quaes se mostra, que o dito dinheyro foy entregue ao R. por a ter em administração, e não a razão de juro, nem disso fez obrigação. Mandão, que aos ditos redditos não seja obrigado; e posto o principal no deposito, determinar a o Juiz se deve entregar se ao Procurador Antonio Pacheco de Miranda, considerando o que contra elle se oppoem nas licenças, que nesta instancia se pediram, e desirva como lhe parecer justiça, e condenam ao appellante nas duas partes, e ao appellado na terça das custas. Lisboa 15. de Junho de 679. Lopes Oliveira Vanuefsem. Quifel.

Hæc sententia fuit fundata in deliberatione sequenti.

De habilitatione hæredum, mihi nullum dubium extat, inspecto documento fol. 3. vers. & sequenti, nec circa mandatum fol. 7. vers. cum verba in eo posito fol. 8. ibi: Ou acode cumprir, omnem dubitationem removeant, & ex illis probeatur, quod hæredes hæc

Ec tatem

tatem Andreæ de derunt, ut potuisset per se, vel per alium procuratorem ab eo constitutum in omni parte, in qua aliquid eis debitum esset, exigere: Et cum debitor eorum sit Reus, & Actor sit procurator sufficiens virtute mandati dicto fol. 7. vers. & seq. ad exigendum ab eo debitum contentioni, absque dubio sententiam meritissimi Judicis confirmarem, & solum eam revocarem, quoad redditus, siue interesse, cum in acti probetur, quod pecunia, de qua agitur, Reo ratione administrationis ei concessæ diplomate fol. 26. vers. tradita fuit, non vero ei data fuit, ut eam haberet sub certo interesse, ut patescit fol. 30. vers. & dicto fol. 26. vers. & non in venio obligationem Rei, per quam se adstringeret interesse hujus pecuniz solvere, & licentij ab eo petitis non annuerem, quia sunt inventæ ad solutionem protelandam, & posita pecunia in deposito Judici incumbit perquirere, si recte solvitur procuratori Ulyssipone 30. Maji 679. Quisfel.

Eandem tenuerunt sententiam, Vanuesssem. Lopes Oliveyra.

Hæc sententia fuit impedita cum exceptionibus, super quibus lata fuit sententia sequens.

Acordão os do Desembargo, &c. Deferindo aos embargos do primeyro embargante Francisco de Oliveyra Correa fol. 59. os nam recebem, vista sua materia, e autos, e seus embargos delles, se cumpra a sentença embargada, na parte, que a elles respyta: E porẽm deferindo aos segundõs do outro embargante Antonio Pacheco de Miranda, os recebem por sua materia, vistos os autos, os julgão por provados, declararam, que sem embargo da sentença embargada, seja o R. obrigado a trazer ao deposito, não somente o principal, mas tambem os redditos de seis, e quarto por cento, vista a forma da obrigação, que fez, quando recebeu o dinheyro, e a com que se lhe soy entregue, como parece da Certidão novamẽte

appensa, e pague outrossim as custas de huns, e outros embargos, e autos na forma da Ordenaçõ. Lisboa 20. de Fevereiro de 1680. Lopes Oliveyra. Quisfel. Vanuesssem.

Et hæc sententia fuit fundata in de liberationibus sequentibus.

Impedimenta fol. 59. rejicerem, quoniam materiam veterem, & jam discussam continent, impedimenta vero fol. 62. reciperem, & probata judicarem inspecta obligatione fol. 6. vers. in certitudine appensa, quia verba traditionis, & solutionis referuntur ad absentes, idest, quando pecunia eis tradita, & soluta fuerit, & animadverta etiam sententia fol. 28. in dicta certitudine. Ulyssipone 9. Februarij 680. Quisfel.

Nullius momenti mihi sunt impedimenta fol. 59. ac non admittenda teneo, non ita dicam de impedimentis fol. 62. immo eam admitterem, & probata dicerem ex obligatione in appendice B. fol. 6. vers. & sententiam ejusdem appendicis, ut optime advertit præcedens dominus doctissimus, & inculcat doctus patronus. Ulyssipone 11. Februarij 680. Vanuesssem.

Idem teneo. Lopes Oliveyra.

No teyto de appellação de Marie Gomes em seu nome, e de seus filhos, com as Religiosas do Convento de Santa Monica, Elcristão Luiz de Freytas de Sampayo, se deu a sentença seguinte.

Vistos os autos, libello da A. contrariedade das RR. Provisam de S. A. que Deos guarde, provas dadas, e mais termos: Mostra-se por parte da A. por falecer Gaspar de Figueyredo, genro, e cunhado dellas ditas AA. que havia sido mordomo das Res: Ficou continuando te se acabar o triennio, seu marido, e pay João Mendes, o qual se offereceo a dar amigavelmente contas às ditas Res, assim do seu tempo, como do dito seu genro, as mesmas as acceytaram, e com effeyto se fizeram muito a gosto, vontade das di-

tas

tas RR. pela ſua verdade, e aſſentos, que tinham nos ſeus livros; ſem ſer em aſſinados por nembum dos ſobreditos, e iſto em quantias muyto grandes, como erão dotes de Freyras, e diminuindo os preços das couſas, que tocavaõ à deſcarga do dito deſunto, por recolhição das quaes, ficavaõ as ditas RR. alcançadas em quantia de ſetecentos e deſanove mil e quinhentos, ſetenta e dous reis, em dinbeyro, e quarenta e ſeis mojos de trigo, e por as meſmas não terem as ditas quantias logo para entregar, lhe deraõ eſcritos para o Taballião Manuel Galvão Bacoro, fizeſſe duas eſcrituras de conſiſſão das ditas quantias, as quaes com effeyto ſe fizeram, e indo para as aſſinarem doſamente as ditas RR. o não quizeram fazer, havendo antecedentemente pedido ao dito deſunto lhês eſperaffe, e tendo recolhido aſſim as quitacoens do dito deſunto, que erão a ſua deſcarga, o que ſoy no tempo, que ſe fizeram as ditas contas, porque aſſim como carregavaõ a dita deſpeza, as recolhiam pela grade para dentro: Mostra ſe outroſim, que o dito Gaspar de Figueyredo, por ordem della A. dera às ditas RR. ſincoenta mil reis, para ſe acabar de fazer a Proſiſſam de ſua filha a Madre Joanna do Naſcimentto, e ſomente entraram as ditas RR. a collação nas partilhas, que ſe fizeram por morte do dito ſeu marido, com trezentos e ſincoenta mil reis, e o que mais falta lhe devem pagar, e que depois das ditas contas lhês empreſtou o dito deſunto ſinco mil reis, e hum moyo de trigo, no que tudo devem ſer condenadas, paguem aos ditos A. A. por ficarem herdeyros do ſobredito, ſeu marido, e pay, com os intereſſes do que com as ditas quantias podiaõ ganhar em hũa Conſeytaria groſſa, que exercitão. Ao que não pôde obſtar diſzerem as ditas RR. que a Madre Dona Maria das Chagas, por ſer Comadre, e intima amiga do dito deſunto, e perſuadida de ſeus rogos, conſentio nas mal ajuſtadas, e erradas contas, proque a dita Religioſa era inimiga do dito deſunto, e foy a que lhe fez todo o mal negando a verdade, e

do meſmo modo o Padre Bento Vaz Velho, que fez as contas, além de ſer Clerigo de grande virtude, não tinha tanta amiſade com o dito deſunto, que obrigaffe a ſavorecello. Por parte das RR. ſe mostra, que ſe as eſcrituras, que os A. A. articulo ſe fizeram, ſeria por mandado do dito deſunto, e não dellas, porque as contas nellas contheudas as não bouve, e ſe ſe fizeram, ſeria pela informação da Madre Dona Maria das Chagas, que como Comadre, e intima amiga do dito deſunto, o ſavoreceria, e as faria como elle quizeſſe, como tambem o Padre Bento Vaz Velho, que as devia fazer à vontade do dito deſunto, como ſeu amigo, e apayxonado, que era, o que he tanto verdade, que ordenando os Prelados das ditas RR. ſe fizeſſem contas, o ditos deſunto por entendello aſſim, ſe veyo offerecer voluntariamente a ellas, as quaes fazendo ſe por peſſoas de letras, e ſaã conciencia, pelos papeis, e quitacoens, que havia que todas naquella occaſião appareceram, ficou o dito deſunto alcançado em ſetecentos, para oytocentos mil reis, o que vendo ſe nam quis aquietar com ellas; por enja cauſa ſe nam deve atentar às primeyras, pois em aſſim o fazer eſpontaneamente, ainda que as bouvera, as renunciou, pelo que devem ſer absolutas as ditas RR. O que tudo viſto, com o mais dos autos, e como ſe prove concludentemente por parte dos A. A. que ajuſtando o deſunto João Mendes, de quem os meſmos ſão herdeyros, contas amigavelmente de authoridade do ſeu Prelado com as RR. para as quaes ſe fora offerecer, e as meſmas foram feitas pela verdade das ditas RR. acenteando-lhe o dito deſunto a receyta pelo que ellas diſſeram, e pelos aſſentos, que tinham em ſeus livros de lembrança, e em alguns dellas, que conſtavaõ de quantias conſideraveis, eſtarem aſſinados o dito João Mendes, e ſeu genro Gaspar de Figueyredo; q̃ havia tambem ſido Mor do mo das ditas RR. de cuja contas tambem ſe tratava, e nas conſas, q̃ o dito deſunto dava em deſpeza, lhês diminuia os preços, como ellas queriaõ, ficarão as meſmas alcançadas

em 700v. e 46. mojos de trigo das quaes quantias pedindolhe as ditas RR. espera, o mesmo se contentou, que ellas lhe fizessem duas escrituras de confissão das ditas devidas, as quaes logo se mandarão fazer ao Tabelião Manoel Galvão Baccoro, por hum escrito assinado pela Priora, e Religiosas, que às ditas contas assistirão, as quaes feytas não quizeram assinar, termos com que conforme a Direyto, e hora a Provisão de Sua Alteza, que Deos guarde, por a dita prova ser como dito he, estão as ditas RR. obrigadas a pagar as ditas quantias, e se não lvrão com dizerem, se fizerão segundas contas, porque ellas estão annulladas pela sentença da Coroa, e nenhuma conta provaão, e outrofim em dizerem, se fação novas contas, por não ter lugar o dito requerimento, em razão de estar o negocio re integra, pois se prova, que quando foy o ajuste das primeyras contas, recolheram as Religiosas as quitacoes, e descargas do dito defunto dentro da grade, as quaes sendolhe depois pedidas, responderão a alguns se rasgão, como consta da Certidão fol. 112. vers. mas antes quer o mesmo direyto se presume neste caso dolo contra as ditas RR. e sendo isto assim, como concludentemente se mostra, mal podem agora de novo fazerem-se as ditas contas, ainda que as ditas RR. apresentem as quitacoes; porque sempre os ditos AA. hão de dizer não são todas aquellas, e que lhe faltaão, e para serem criadas lhe assiste o direyto, como dito he: Mostra-se pela Certidão fol. 104. e 105. que as ditas RR. são costumadas negarem devidas, e como outrofim se mostre pela testemunha Diogo da Costa de vista, e Antonio Pires de confissão, presente a parte, que o dito João Mendes depois das ditas contas feytas emprestara às RR. hum mojo de trigo, condemnão as mesmas paguem às ditas AA. os 700v. e os 47. mojos de trigo, que se liquidarão na execução desta, e nos lucros, que tambem se liquidarem, perderão na consytoria do dia, que lhe mandarão fazer as escrituras, e o presen-

te, visto o dolo, que se prova, e quanto dos desanove mil e quinbeytos, e setenta e dous reis, pídidos, não desiro, visto o provimento do aggravo, e o mais pedido pelo defeyto da prova, que são os 55v. contheudos nos ultimos dous artigos do libello, e paguem as ditas RR. as custas dos autos, em que outrolimas condemnou. Exora 3. de Abril de 677. Francisco de Puga Pinto, e Antas.

Ab hac sententia cum appellaretur ad supremum Supplicationis Senatū, lata fuit sequens.

Acordão os do Desembargo, &c. Bem julgado foy pelo Juiz em condemnar as RR. nos 700v. e nos 47. mojos de trigo, e nos lucros, que seliquidarem, mas em nam condemnar tambem as RR. nos cinco mil reis, foy por elle menos bem julgado, emendando nesta parte sua sentença, cumprase o confirmado por algũs de seus fundamentos, e o mais dos autos, e como se prova bastantemente serem as RR. devedoras da dita quantia de 19572. reis, ao menos para se deferir juramento suppletorio aos Autores, como o Juiz tinha bem mandado, por tanto mandão, que se lhe desira ao dito juramento, sem embargo do despacho do Corregedor, com que hão por deferido do aggravo, que delle se interpoz no auto do processo, e condemnão as RR. nas custas dos autos. Lisboa 17. de Mayo de 678. Oliveyra. Lopes Oliveyra. Pereyra.

Hæc sententia fundata fuit in deliberationibus sequentibus.

Rationes semel dispuñctis, iterum dispungi, & ad novum examens venire non debere, conclusio est quotidie allegata, ex text. in L. semel. 2. Cod. de apoc. public. lib. 10. ubi Bart. & communiter omnes Scobar. de ratiocin. cap. 41. num. 1. Avedanb. de exequend. mand. p. 1. cap. 9. num. 2. & p. 2. cap. 10. num. 39. Aviles Pretor in cap. 30. verb. y acaben de tomar, Boadilh. in politic. lib. 5. cap. 74. n. 75. & segg. Novar. in d. L. 2. num. 1. & Amaya num. 6.

Quæ sane conclusio indubitantijs pro-

procedit nostro in casu, quia non solum rationes legitime dispunctas fuisse constat, sed post carum redditionē Rex pacto, & contractu expresso residui, seu (ut nostri loqui solent) reliquationis se debitrices constituerunt, cujus quidem contractus publica instrumenta confici iusserunt, quando autem post rationes pactum, aut transactio subsequitur; calculatio ita firma, ac stabilis remanet, ut nec pretextu erroris retractari possit, juxta *Bart. doctrinam in L. 2. Cod. de jur. fisc. lib. 10. Salicet. & Jas. in L. unica Cod. de error. calcul. Trentacinq. var. lib. 3. tit. de solut. resolut. 7. num. 4. Valensuel. in d. L. 2. num. 13. & ibi Amaya*, qui hos omnes laudat n. 50. & quanvis de contraria praxi testetur, noster *Pegas Forens. cap. 3. n. 776.* Ego puto ejus dictum generaliter, & in distincte sumptum verum non esse, sed intelligendum juxta declarationem, quam ponit *Amaya in d. L. 2. Cod. de jur. fisc. num. 51.* aliās enim iniquitatem, & injustitiam contineret.

Res autem in præsentī esse extra omnem dubitationem, Rex enim quanvis plures calculationum, ac rationum modō proponant errores in licentijs fol. 157. vers. cum seqq. nullatenus eas audire possumus, maximo namque, ac incredibili dolo in hoc negotio se gesserunt. Quippe cum tempore calculationis, ac redditionis rationum, apochas, cæteraque instrumenta, quibus defunctus Aëtriciū conjux, ac parens data, & accepta sua probare posset, recepissent, dilacerassent, ac consumpsissent, impossibile nunc fit, ut Aëtrices ipse ab oppositis erroribus se defendere valeant, suis instrumentis apud Reas consumptis carentes: Unde, & errorum illorum admittere allegationem, & Aëtrices ad secundas cogere rationes iniquum, & injustum foret.

Ex quo meritissimum Judicem non solum quoad sortem principalem, sed quoad interesse laudare placet, hoc

enim statim ex mora debetur etiam in contractibus stricti juris, *L. si fundum 14. ff. de verbor. oblig. L. si commissaria 13. ff. rem ratam haberi, L. si calēdus 11. ff. de re judicat. L. naturalis 5. §. si do. ff. de præscript. verbo, & in actionibus arbitrarjjs, L. arbitrio in princip. ff. de dolo L. 3. in fin. ff. de eo quod certo loco.* Denique ex qua cunque causa debeat, & omnibus casibus, *L. unic. Cod. de sent. quæ pro eo, quod interest. Naō* præstatio ejus, quod interest, non tantum secundum juris rationem, quam ex bono, & æquo de finienda est, & ex quodam jure naturali, ut indicat *d. L. unic. & ex Ugolin. Roderic. Pont. & alijs tradit Leotard. cujus hæc sunt verba de usur. q. 96. num. 28.* Immo sufficit moram intervenisse semel, modo non remittatur, ut semper interesse debeat, & transmittatur ad hæredes, *L. Titia 87. §. 1. ff. de legat. 2. Leotard. q. 81. num. 20.* At vero in præsentī non solum mora, sed & dolo, ac reprehensibilis cilliditas indigna sane virginum Deo cotimo maximo dicatarum plane reprehenditur. Præcipue quia creditor mercaturam exercuisse constat, Judex autem interesse ad certam summam non reducit, se liquidationi commitit: quæ requisita ad id consequendum necessaria Aëtrices probare oportet, de quibus *Castill. controu. lib. 2. cap. 1. Hermosill. in L. 10 tit. 4. 1. part. 5. gloss. ex num. 297. Leotard. de usur. q. 74. & 75. & alii ad his laudari.* Nihil ergo obstat, quominus Judicis sententia, quatenus Reus condemnat, confirmetur, cætera enim quæ adversus illam objiciuntur, facile evanescent ex ijs, quæ diligenter proponit patronus fol. 163. cum seqq.

Despiciamus modo, an ad huc in favorem Aëtriciū aliquid addendum, ac supplendum sit: conqueritur quippe idem patronus fol. 167. in fin. & vers. quod Judex Reas in summa ibidem expressa 5 v. non con demnavit, in quo ei succurrendum cenfeo, inspecta, responsione ad positiones fol. 96.

Ee iii

Con.

Conqueritur item, quod Iudex Reas condemnat in summa tantum 700v. cum tamen debuisset condemnare in 719572. & etiam ei annuendum existimo; satis enim probatur per testes, quas ipse patronus notat fol. 167. vers. & super quantitate modica juramentum suppletorium Actrici deferre non dubito: non refragatur enim, immo suffragatur, *Ord. lib. 3. tit. 52. §. 2. jun. Etio Farinac. in fragm. crim. p. 2. lit. I. verbo juramentum num. 1042. Berlich. p. 1. concl. 55. num. 11.* Non obstante Correctoris sententia fol. 140. in fin. & vers. quam sequi non tenemur, maxime interposito gravamine fol. 141. Ulyssipon. 13. Februarij 1678. Lopes Oliveyra.

Satis docte Sapientissimi Iudices Pinheyro, & Oliveyra: Cum primo etiam loco suffragato convenere, præcedenti deliberationi assentiendo calculum addere visi sunt.

No feyto de appellação Cível, em que são partes A. appellado Rodrigo Machado de Siqueyra, & R. appellante Manoel Sardinha, Elcrrivaõ Manoel Pinheyro da Costa, se deu a sentença seguinte.

Vistos estes autos, libello do A. contrariedade do R. inquirição, eſcritos juntos por parte do A. porq̃ se mostra, que sendo o R. devedor a Gaspar da Sylva Pimenta, de quantia de sentença mil reis, que lhe havia empreſtado a razão de juro, como se vê do eſcrito fol. 4. e outrosim, que sendo o dito Gaspar da Sylva Pimenta devedor ao A. da quantia contheuda no dito eſcrito, lhe fizera o dito Gaspar da Sylva por outro eſcrito trespasso ao A. da mesma divida, com o mesmo juro, por lhe dever ainda muyto mayores quantias: O que tudo visto, e o mais dos autos, e como por parte do R. se nam prova cousa algũa, que de condenação o releve, e o A. concludentemente prova o deduzido em seu libello, condeno ao dito R. nos ditos setenta mil reis, com os juros vencidos na forma do mesmo eſcrito, com declaração, que os ditos juros se desconta-

rão de ſinco por cento, e nas custas dos autos. Santarem 28. de Julho de 1678. João Ferraz Velho.

A qua sententia fuit appellatum, & fuit lata sententia sequens.

Acordão os do Dezebembargo, &c. Foy bem julgado pelo Juiz em conâcnar ao R. nos setenta mil reis, e juros, mas em condenar, que os juros, se reduzão a ſinco por cento, não foy por elle bem julgado: cumprase o confirmado por alguns de seus fundamentos, e o mais dos autos, os quaes vistos, e como no assinado de obrigação, que o R. não nega, antes confessa em seus artigos, se prometter ao os intereſes a razão de seis, e quarto por cento como estes sejaõ licitos, condenão ao R. nesta forma os pague, e nas custas dos autos. Lisboa 4. de Novembro 679. Pereyra. Andrade Rua. Rego.

Et hæc sententia fuit fundata in liberatione sequenti.

Allegare, & uon probare nihil prodest, *L. 1. §. si quis dicatur ff. questionib. gloss. verbo dicatur in L. 1. ff. si quadrupes paup. Cepal. conj. 602. num. 18. lib. 4. Menoch. remed. 2. recept. n. 178. & remed. 19. num. 3. & 4.* Reus autem articulos fuz contrarietatis non probat, & ideo iuste per judicem condemnatus fuit, sed quoad usuras illum revocarem, quia ex chyrographo fol. 2. constat stipulatas, & promissas fuisse ratione texti, & quarti pro centum, & has uturas licitas esse, & omni jure permissas quotidie judicatur, & probat Mendes in praxi 1. p. lib. 3. cap. 22. num. 29. Senat. Gab. Pereyr. dec. 84. numer 3. Phleb. dec. 205. Molin. de just. p. 2. diff. 418.

Ex hoc nititur naturali ratione, & æquitati, cui nil tam congruum est, quam pacta fervari, nec gravius, quam fidem fallere, *L. juris gentiū 7. §. propter act. ff. de pactis cap. 1. qualiter 3. eodem tit. L. 1. §. si conveniat. ff. depositi.* Igitur judicem confirmo, & quo ad usuras revoco Reus enim illius ratione sexto, & quarto pro centum in quolibet anno solvere debet, prout promissit in

indictio chyrogarpho fol. 2. Ulyssipone 21. Augusti 1679. Rego.

Et in eodem convenire. Andrade Rua, & Pereyra.

Quod interesse, quando debetur, est usque ad solutionem sortis principalis, *Surd. dec. 262. num. 7. Amat. var. res. fol. 43. num. 47. & segg.* Vel usque ad depositi tempus facti cum requisitis, *L. acceptam Cod. de usur. & ibi late Barb. in collect. & ita vidi iudicatum multoties, de qua re vide Sousa de Maced. dec. 30.*

Et quid dicendum, si solvantur usurae maiores, & illicitae an annullentur contractus, & amittatur for. Vidi disputatum. In qua re iudicatum fuit in causa Maria Marques, contra Franciscum Sarayva, *Escrivão Manoel de Goes Pinheiro*, non amitti sortem, neque nullum esse contractum, & quod praestarentur interesse lucri cessantis, & damni emergentis, quia in diplomate, de quo *Phieb. 2. p. dec. 205. & curia Philip. 2. p. lib. 2. c. 1. de usur. num. 36.* Rex Philippus declaravit pactum demutuo, cum accessio- nibus non annullare contractum, quoad sortem, & accessiones licitas, intra terminos quarum, peti possunt, & quod non amitteretur fors, *Leotard. de usur. q. 66. num. 22. Secac. de merc. §. 1. q. 7. p. 2. ampl. 20. Cenc. de censu. q. 53.*

De qua re in contrarium, vide *Noguerol alleg. 10 num. 103. & 159. Cancr. var. 3. p. cap. 7. num. 50. & segg. & de consuetudine Olea de cess. jur. tit. 3. q. 12. n. 43.* Secundum quam iudicatum apud eundem *Notarii fuit na causa das Freyras de Vinho, com Domingos Cardoso.* Idem dicendum est in tutore, qui finita tutela eam non restituit, idest, rationes claras non reddit, & res pupillares non tradit, *L. 1. §. 1. ff. de usur. ubi Cujac.* quia tunc non solum tenetur de interesse, nisi protestatus fuerit de velle reddere rationes, & pecunias pupillares obli- gaverit, *d. L. 1. §. 1. ff. usur. L. ult. Cod. usura. pupil.* Sed etiam juratur in litem adversus eum, casu quo rationes ede-

re recuset, vel male edat, idest inordi- natas, & intrincatas, & imperfectas proferat, ut ex *Menoch. Cant. dec. 12. n. 11. & 12. Leotard. d. q. 77. num. 20.* Ubi etiam tradunt rationes rite, & recte editas videri, cum illis continetur, quod in singulos dies menses, & annos exactum est, & impensum, ex quod fundo, a quo colono, vel debitor redditus, & pecuniae perceptae sunt, quid, & quo die, & ex qua causa pro pupillo impensum est, itaut facile possit calculus, & ratio iniri totius administrationis, & an bene, vel male in tutela versatus sit. Quod etiam probari potest, ex *L. 1. §. 2. ff. de edend. ibi: Rationes cum die edi debere, quoniam accepta, & data non alias possunt apparere, quod etiam tractant diligenter Valenz. 2. tom. conf. 127. num. 12. & segg. Montan. de tut. & cur. cap. 32. n. 6.* optime resolvit add. ad tract. de racion. dec. 22. num. 3. & 4. *Menoch. de arbitr. cas. 209. num. 14.* cum multis *Scobar. de racion. cap. 10. n. 47. Gratian. c. 563. n. 3. Villadainor assumpt. 1. punct. 1. §. 6. & 7. Bobadilh. in sua polit. lib. 1. cap. 4. num. 71. Valenz. 2. tom. cōf. 147. num. 12. & 13.* & textu elegans in *L. cum servus ff. condit. & demonstr. ibi: Nam non utique si ille in folle reliqua obtuleri, liber erit, non enim testator hoc sensit, sed illud ut rationes reddat, quomodo servus reddere solet, idest legendas offerre rationes, primum deinde computandas, ut explorari possit imputationes probae, vel improbae referantur, accepta recte relata an non recte? *L. cui libertas ff. cod. tit. L. statu libera §. 1. ff. statu liber. l. si pura ff. fidei commissaria libertate, ibi: Corpora plane rationum, & si quas res, vel pecunias ex his detinet cogendus est per Praetorem restituere, item de singulis restituere, omnia, quae diximus, tradit Bartol. in *L. comperimus num. 1. Cod. de navicularib. ibi: Debent enim ea, quae receperunt scribere, & a quo receperunt nominatim, & ex qua causa, cui dederunt nominatim, debent etiam ponere diem receptionis, si enim ista singula non scripserunt, non videtur ratio red-***

reddi, quia non potest ille, cui ratio redditur, eam intelligere nec comprehendere, si aliquid machinationis in ea habitum sit, sequitur Roland. *conf.* 49. n. 20. & seqq. vol. 1. Pariz. *conf.* 89. num. 17. & seqq. Et si hæc deficient, contra eum juratur in litem, ut in tutore, & curatore, tradit etiam Plot. *de in litem jurando* §. 1. n. 12. Ubi etiam, quod si rationes, aut libri sunt multi defectivi, & in ordinati, ac confusi, vel in eis apparent falsitates, tunc tutores, & curatores, aut omnes administratores dicuntur esse indolo, saltem præsumpto, & contra eos in litem jurari poterit eleganter, *Farinac. conf.* 96. per tot. & num. 15. & 17. *Gratian. Forens. cap.* 935. num. 1. & per tot. Et quando in illis invenitur mendacium, aut varietas, eleganter *Feloaga enchiridion jur. c.* 9. & Nos diximus tom. 1.

* ad Ord. tit. 1. §. 43. gl. 159. n. 7. (Et etiam tutor, vel alius administrator tenetur probare expensas à se factas, cum fuerint maguæ, per testes, aut instrumenta, *L. qui sub conditione ff. cond. & demonstr. Garcia de expens. cap.* 20. num. 23. * *Scobar de ratiocin. cap.* 10. num. 57. & 58. *Zachia de salario q.* 100. num. 2.) Nisi fuerint litis, quam administrator fecit injustè, nam tunc, quanvis probat expensas, non admittitur eorum allegatio, quia tenetur era solvere de suo *Valeron. de transaction. tit.* 2. q. 3. n. 11. & 12. & tunc si computaverit dictam parcellam, aut aliam, quam re vera non solvit, committit dolum, & fraudem, ut ex *Bart. in L. 1. §. tutores ff. ad leg. Cornel. de falsis*, Roland. *conf.* 49. num. 25. & 29. lib. 1. *Farin. conf.* 114. num. 60. tom. 2. *Scobar de ratiocin. cap.* 42. num. 18. *Guterr. de tutel.* 3. p. cap. 1. n. 74. *Cabrer. de tripli cap.* 14. n. 7. Sicuti etiam, quando subterfugit rationes reddere, *Salgad. labyrinth. creditor. i. p. cap.* 41. num. 13. Et si probeatur dictæ expensæ, etiam absque mandato factæ in rebus concernentibus ad administrationem, aut tutelam sunt admittendæ, *Capyc. Latr. dec.* 185. *Valèç. conf.* 61. num. 64. & *conf.* 179. num. 32.

37. & 59. *Serafin. dec.* 74. & 849. *Solorz. in politic. lib.* 4. cap. 8. pag. 562. col. 1. & c. 11. pag. 578. *Bobadill. lib.* 5. cap. 6. num. 19. *Aug. Barb. vot.* 74. num. 19. & vot. 126. n. 63. & 329. *Gratian. Forens. cap.* 257. *Salgad. in labyrinth. Creditor. i. p. cap.* 13. n. 31. & tenent alij, quos Ego ipse refero in *Commentar. ad Ord. tom.* 1. ad tit. 1. §. 43. gloss. 156.

Et ad hoc sufficit ostendere fecisse pictas expensas, ut intelligatur esse factas sua pecunia, *Bart. in L. cum servus ff. verbor. obligat. Molin. in consuetud. Pariz. §.* 6. gloss. n. 28.

Et si dictæ expensæ excefferint bona, tenet Administrator, aut Tutor actionem utilem, aut contrariam ad omnes ex pensas repetendas, licet excedant omnium bonorum valorem, ut ex *L. 1. & 3. ff. contra. & utili actione*, & alijs diximus d. §. 43. gloss. 157. & interim non solvuntur, competit tutori, aut administratori retentio pro expensis, *Bacca de inope debitore cap.* 31. n. 8. *Guterr. de tutel.* p. 3. cap. 39. 7. *Fontanell. dec.* 545. num. 10. Quare inquit *Gratian. Forens. cap.* 494. num. 3. quod tutor, aut administrator retinens bona, quæ administravit pro expensis factis in administratione, non potest conveniri spolio, donec rationem reddiderit, cum possit contingere, quod ostendat plus impendisse, quam ipse habuerit, & sic remanere creditorem. *) Quia si fuerint paræ, probantur cum juramento tutoris, vel administratoris, cum quo justificatur, an vere contineantur in libro, aut in computis generalibus, vel rationibus particularibus, *Bart. in L. 1. §. officio sub n.* 10. in 2. lectura ff. tut. & ration. distrab. *Plat. in L. 2. col. fin. versic. sic. & juramento tutoris*, *Cod. quand. & quibus ap. lib.* 10. *Scobar de ratiocin. cap.* 10. n. 58. *Cyriac. Forens. contr.* 163. num. 9. *Valenç. conf.* 78. n. 77. Nec sufficit, quod libri, aut rationes teneant plures partitas veras, & quod ipsis verificaris fides adhibetur quoad alias, juxta tradita per *Eugen. conf.*

conf. 45. num. 20. lib. 1. Menoch. lib. 3. p. 1. e. sumpt. 63. num. 4. & conf. 508. num. 21. lib. 6. Magon. dec. Florent. 95. n. 5. cum multis Barbof. lib. 2. vot. 68. num. 55. (Eleganter exornat, & probat nostram resolutionem in hoc numero, & sequentibus Paul. Mellus in observ. ad Castill. de aliment. cap. 37. §. 2. num. 14. & seqq. & cap. 70. §. 1. Afferit procedere maiori cum ratione, quando tutor, aut administrator est sanguine conjunctus pupillis, aut admistratribus: & n. 7. loquitur in tutore mortuo, & de rationibus penes ipsum videndis, ut parcellis acquiescere teneantur, & ponderat legalitatem scribentis, illiusque mortem ad justificationem partitarum in libro descriptarum, & per totam, Salgad. in labyrint. creditor. p. 2. cap. 6. n. 26. & seqq. & p. 3. cap. 7. num. 32. & 33. * Marinus lib. 2. resolut. 125. n. 7.) Nam ut 708 resolvit Alciat respons. 423. num. 4. licet aliqui DD. per eum relati idem tenuerint omnes, excepto Jaz. L. admonendi 79 ff. de iurejur. Non loquuntur simpliciter, sed dum taxat in eo casu, in quo alias sufficeret presumptiva probatio, puta in libro tutoris super expensis factis pro pupillo, tunc enim sufficit, quod ex pensæ sint verosimiles, & minutæ, ut per Flord. conf. 39. num. 58. lib. 2. Purpur. conf. 519. n. 4. & 5. Decian. respons. 85. num. 36. lib. 2. Surd. conf. 290. 710 num. 48. lib. 2. alias vero requiritur, quod alie partitæ sint verificatæ per publica instrumenta, ut tradit Ruin. d. 711 conf. 13. num. 2. vel per partis acceptationem, ut per Surd. conf. 543. num. 4. & 712 §. Quia simpliciter loquendo, præsumptio resultans ex eo, quod aliquæ partitæ sint verificatæ, non sufficeret respectu aliarum partitarum. Tum 713 quia liber rationum, aut rationes non probant pro scribente in magna summa, Menoch. conf. 457. num. 18. Magon. dec. 5. num. 37. Amic. conf. 110. n. 7. exornat Guib. dec. 88. Reynof. observ. 47. Genon de scriptura privata tit. de lib. ration. 714 lit. 4. Flam. dec. 127. Tum quia daretur

materia falsas tabulas conficiendi Scobar de ratiocin. cap. 11. n. 12. Hugo conf. 123. num. 4. Et quia ut ait Decian. resp. 109. num. 79. lib. 2. Mercatores, aut tutores facile possunt suis libris scribere; falsa maxime quando sunt decoctores, qui per decoctionem notantur infamia, ut plurimum autoritate tradit, Dec. Gem. 2. num. 34. & ex Cicer. Philop. 2. tradit Strach. in tract. de decoct. p. 3. num. 2. Menoch. conf. 410. n. 19. & seqq. lib. 5. Qui num. 22. & 29. ait. quod cum decoctores consueverint mentiri, & rationum libros, negotiaque sua intricare, ut veritas à creditoribus ignoretur, habent ipsorum libri præsumptionem contra se, Greg. lib. 22. Sintagm. iur. cap. 9. num. 11. Bald. conf. 399. incipit in libris: Neviz. conf. 59. num. 11. Bursat. conf. 118. n. 26. lib. 1. late Strach. tract. de decoct. p. 3. n. 18. (eleganter exornat Salgad. in labyrint. creditor. 1. p. cap. 14. n. 19. & seqq. late Valeron de transactionib. tit. 4. q. 8. & me citato hoc loco Bolero de decoctione debitor tit. 3. q. 1. n. 11. & per tot. Ubi omnia tradit circa materiam nostri numeri: & ideo decoctus, quo ad administrationem censetur mortuus, L. 1. Cod. de primicer. lib. 12. Strach. de decoct. p. 3. n. 50. Marin. quotidianar. cap. 258. n. 8. & 9. Carlarval. de iudic. lib. 1. tit. 3. disp. 6. n. 37. Atque ita eis solvi non potest, nec possunt exigere nomine alterius, quis finitur, & solvitur mandatur qualibet mutatione status respectu utriusque, L. si cum Cornelliis, L. cum quis ff. de solutionib. Mozio de contrahib. tit. de mandato num. 8. Soac. de comere. §. 2. gloss. 5. num. 402. Quod procedit non solum post decoctionem, sed etiam ante illam, quia gesta ab eo, qui decoctioni proximus est, plena fraudibus, & simulata solent esse, subindeque dolo præsumitur scribens versatus ex contractus, & decoctionis propinquitate, ut tenet Strach. de decoct. p. 3. numer. 31. Francisc. Merlin. contr. forens. tom. 2. cap. 21. n. 16. & in Regno Neapolitano di-

Ff

citur

citur proximus decoctioni intra annum, *Carleuat de judic. disp. 6. tit. 3. n. 32.* Ubi num. 33. quod de jure Castellæ statutum est tempus sex mensium ante decoctionem censeretur tempus proximum decoctioni.)

- 718 Quæ supra dicta sunt, procedunt, quando justificatum fuerit tutorem, aut administratorem, vel alium administrasse bona, de quibus ei petuntur rationes; nam quavis tutor, curator, administrator, vel alij similes teneantur rationes reddere, *Ord. lib. 4. tit. 102 §. 8. L. 1. officio, & §. de rationibus ff. tut. & ration. distrab. L. adversus, L. rationes Cod. administr. tut. L. nisi finita §. fin. eod. tit. L. 2. ff. neg. gest. optimè, & novissime Molin. & Gusman verit. jur. verit. 13. num. 12. & 13. juxta illud Evangelij Redde, rationem villicationis tue, ut habetur in cap. qualiter; & quando de decusat. O. 2. cap. 1. de obligat. ad ratioc. ordin. Larrea dec. 86. num. 3. Valenc. cōf. 89. num. 1. & cōf. 147. num. 5. Add. ad Scobar de ratioc. dec. 22. num. 1. Menoch. de arbit. cas. 209. Sigiller. cōf. 15. num. 1. 2. & 3. num. 5. Surd. cōf. 460. num. 60. Gratian. cap. 760. num. 1. Gut. de tut. 3. p. cap. 1. n. 9. Scobar de ratiocin. cap. 3. Strac. de mercat. 2. p. n. 57. Phæb. 1. p. arest. 26. Cyriac. Forens. contr. 523. num. 16. Valenc. 2. tom. cōf. 147. Postius civil. resol. 29. num. 1. & 2. idem Cyriac. contr. 73. num. 20. Fontanell. dec. 234. numer. 14. Salgad. de reg. proct. 2. p. cap. 1. num. 12. Cancer. 3. p. var. cap. de pact. num. 328. Mut. dec. 43. num. 22. Angel. de præp. judic. p. 2. præp. 8. num. 47. 48. & 49. Rymos. observ. 47. num. 30. Aug. Barbosa in collect. L. si super fute Cod. de dolo num. 5. Guirb. dec. 15. Antonell. de temp. lib. 2. cap. 22. num. 48. elegenter Solozan in politic. Indian. lib. 6. cap. 16. (Et de obligatione reddendarum rationum administrationis Reipublicæ, & Regiæ agit Gazophilatum Regium Peruvicum lib. 1. cap. 22. & de obligatione exactoris, & succesoris Senatus Supplicationis. Nos multa diximus tom. 1. in Cimentar. ad Ord. ad tit. 1. §. 43. gloss.*

153. & seqq. & num. 3. & 4. de tutore, & curatore, & num. 5. de hospitalario & n. 6. de executore testamenti, & num. 7. de procuratore, & n. 8. de negotiorum gestore, & n. 9. de patre administratæ filij bona, & num. 10. de socio. Et ultra ea, quæ ibi diximus, est notandum, quod socius, qui ab altero socio petit sibi rationes, tenetur eas offerre de eo, quod ex parte sua administravit, & dicere tenetur ad eas reddendas esse paratus, *Gratian. cap. 760. num. 19.* Et si socius in reddendo rationes adhibuit moram, an teneatur ad uluras seu interesse, est textus in *L. socium. 60. ff. pro socio*, & de alijs personis, quæ tenentur rationem dare diximus d. gloss. 153.)

Et hæredi, successorive, aut adversus heredem, vel successorem, quia adversus illos, aut pro illis datur hæc actio de petendis rationibus, *L. 3. hæc autem actio ff. neg. gest. L. nisi finita 4. ff. tut. & ration. distrab. L. si pater 2. Cod. com. de success. Gratian. dec. 46. num. 1. & cap. 665. num. 5. Thomat. dec. 27. num. 13. Postius d. resol. 29. num. 7. Cyriac. contr. 243. num. 12.* (Quia mortuo tutore, aut administratore transit obligatio reddendi rationes adversus hæredes, & contra eos competit actio, *L. maxime ff. administr. tutor. L. tutores, & ibi DD. & maxime Aug. Barbosa in collectan. Cod. arbitrium tutelæ, Guterr. de tutel. 3. p. cap. 1. n. 1. Scobar de ratiocin. cap. 3. n. fin. Cancer. tom. 3. var. cap. 7. num. 93.* Quod procedit etiam in eo, qui se pro tutore, vel procuratore gessit; quia tenetur rationem reddere, & etiam hæres ejus, *L. 1. ff. de eo, qui pro tutore, Guterr. de tutel. lib. 3. cap. 1. n. 8. Ubi. n. 10.* Quod procedit, etiam si de facto, & prætermisso juris ordine, & sine mandato Judicis administraverit, quia non debet esse melioris conditionis eo, qui legitime tutelam, aut administrationem suscepit, *Roland. cōf. 49. num. 17. Guterr. ubi supra num. 8. & 10.* Et ad hoc sufficit existere in administratione; & in domo illius, ut tenet *Guterr. d. cap. 1. n. 10.*

num. 19. At sufficit ostendere esse heredem, aut successorem juxta ea, quæ *Sous. de Maced. dec. 51.* Quod ego intelligo, dummodo petantur intra triginta annorum spatium, quia si transacti fuerint, præscribitur actio de petendis rationibus, d. *L. maximeff. administ. tutor. L. tutores, Cod. arbitrium tutelæ, Boer. dec. 59. num. 1. Zerol. in praxi Episcop. copal. 1. p. verb. tutor, Surd. dec. 184. Scob. de ratiocin. cap. 5. num. 25. e cap. 9. n. 63. Cancer. war. tom. 1. tit. 7. de tutorib. n. 83. & tom. 3. cap. 1. num. 200. Ubi num. 202. inquit hæc verba. Est tamen verum, quod licet dictus testamentarius tutor, vel qui ad redditionem rationum, non se sub hypotheca bonorum obligavit; non possit cogi ad reddendam rationem tutelæ administrationis lapsis triginta annis, eo quod olim pupillo dictæ actioni per lapsum triginta annorum sit præscriptum.) Et ubi proponenda sit hæc actio, dic, quod licet tutor, vel administrator, aut alius similis, non possit conveniri in loco comitilij pro redditione rationum, sed in loco administrationis, tamen si conveniatur in loco domicilij, & actor suis sumptibus libros rationum deferre paratus sit, tenetur ibi respondere, ex *L. 1. Cod. ubi de ratiocin. Castr. in L. preitor §. sed est hoc ff. edend. Socin. conf. 149. num. 4. vel. 1. Sola ad const. Sabaud. tit. de minor ac rationibus 1. part. gloss. 4. Carlav. de jud. lib. 1. disp. 2. a num. 198. resolvit Olea de cess. jur. & act. tit. 1. q. 6. n. 58. Scob. de ratioc. c. 7. Salgad. in labyrinth. creditor. p. 1. cap. 7. num. 64. (Et me citato hoc loco multis relatis, Bolero de de collectione debitorum tit. 2. q. 1. num. 12.)**

721 Ubi etiam, quod si patiaturs tacite, vel expresse, alibi conveniti, non poterit amplius reclamare, nec petere remissionem ad locum administrationis. Et

722 num. 93. inquit, idem procedere in privilegiatis, veluri in scholaribus, DD. & similibus, qui in reddendis rationibus non gaudent fori privilegio, ubi testatur ita practicari in Tribu-

nalibus. Ubi autem testamentarius tenetur dare rationes, dic, quod alij dicunt, quod in loco originis, *L. nulli 28. Cod. Episcop. & Cleric. ubi August. Barbof. in Collect. Mend. in prax. lib. 1. cap. 2. n. 12.* alios refert *Themud. 1. p. dec. 62. n. 9.* Alij vero, & melius dicunt, quod in loco domicilij, & ubi sunt bona, vel mortuus fuit testator, *Reynof. observ. 55. num. 27. Thom. de execut. ult. vol. de cod. 4. tit. 12. tract. 2. part. 7. n. 113. August. Barbof. de potest. Episcop. alleg. 82. n. 14. & 31. Themud. 1. p. dec. 62. n. 9.* Et judicatum fuit in causa Vincentiæ Machada, & Agnetis Machada, adversus Joseph Rolam, apud Not. Ignatium Soares de Lira, anno 1661. quod daretur in loco, ubi mortuus fuit, & in causa Fratrum Virginis do Rosario de Portalegre, adversus Julianum Coelho, apud Notarium Domingos Dias do Couto, anno 1661. Judicatum fuit, quod daretur in loco, ubi Capella defuncti existerat, & non ubi mortuus fuit, nec in loco domicilij administratoris, nec ubi erant Bona subiecta Capellæ, & vide *Ord. lib. 1. tit. 62. §. 50. & me citato, & laudato hoc loco additio ad Reynof. observ. 55. n. 27.*

Attamen adhuc, ut obligentur ad rationes reddendas, necessarium est probare, quod bona pervenerunt ad manus tutoris, vel alicujus similis, & ea administrasse, quia non aliter ratiocinia debet, quam si aliqua ejus bona possederit, vel administraverit, *L. bares 89. §. inter ff. verbor. signif. Greg. XV. dec. 554. num. 2. Cavalc. dec. 98. n. 4. add. ad Scobar. dec. 10. num. 1. Roland. Menoch. Greg. Salgad. tradit judicatu: Larrea dec. 86. num. 9. & 10. Cyriac. Forens. contr. 29. n. 12. & 13. Cravet. conf. 23. 1. num. 14. Cerv. conf. 255. sub num. 1. Farin. in recent. 1. p. dec. 470. n. fin. Balt. Thom. dec. 3. tit. 34. num. 242. (De qua re vide casum sequentem.*

No feyto de appellação do Conde de Sargedas, contra o Curador de D. Ignacia de Noronha Severina, Escrivaõ Manoel Pinheyro da Costa, se deu

a sentença seguinte:

Acorção os do Desembargo, &c. Não foy bem julgado pelo Juiz dos Orfãos, em mandar, que se tomasse primeyro contas a Fernão de Almeyda, ou q se deferisse às q havia dado ao Conde appellante, não havendo outrossim desobrigado, sem primeyro dar contas dos tres contos de reis, dados em pagamento à menor, na divida, que o Conde defunto seu pay declarou deverlhe em Castella D. Antonio de Alencastre, e finalmente, a lhe não deferir ao pagamento da vintena dos rendimentos dos bens da menor, revogando sua sentença, vistos os autos, offerecerse o Conde appellante em juizo a dar conta dos bens, e rendimentos da menor D. Ignacia, de quem a Condeça sua mãy havia sido tutora em cujos termos, obrigando-se a dar a dita conta, e havendo-se-lhe tomado dos bens, e dinbeyro, que resultou dos que se venderão, ficava cessando o haver ser de tomar conta ao dito Fernão de Almeyda, e outrossim na mesma forma, não ser o dito Conde obrigado a cobrar, nem dar conta dos tres contos de reis, com que se fez pagamento à menor, carregados sobre a chamada divida de D. Antonio de Alencastre, por que não havendo documento, para se pedir, nem intentar aução pela tal divida; antes constando haver feyto diligencia em procurala, como se verifica pela carta junta do dito D. Antonio de Alencastre, se vê não haver culpa, nem dolo, o que era necessario, conforme a Direyto, para se proceder contra o Conde appellante; principalmente não se mostrando, que o dito chamado devedor o fosse, e que no tempo, em que a Condeça entrou na tutoria, caso o for a, fosse de facil convicção, para logo se haver delle a satisfação da divida, e que pelo espaço de tempo, que se meteo em meyo, chegasse a estado, que não podesse pagar, por se achar ainda no mesmo em que estava, quando se fez a carga dos tres contos de reis: Nem menos negar-se ao Conde a satisfação da vintena do rendimento dos bens da menor, na forma da Ley do Reyno, por se não dar razão conclusante, para se não observar neste caso, a

disposição, e generalidade da dita Ley, e mandado, que o Juiz dos Orfãos haja a conta por boa, na forma, que está dada, mandando pagar a vintena do rendimento dos bens da menor, na forma da Ordenação, com declaração que será somente do tempo em que a Condeça entrou a ser tutora, ate o de seu falecimento, visto o appellante, não haver sido Tutor, e condemnáo ao appellado nas custas dos autos. Lisboa 17. de Dezembro de 680. Ruiz Lopes Oliveyra.

Hæc sententia fuit fundata in deliberationibus sequentibus.

Circa tria dubia nobis in hoc processu definitionem proferre incumbit.

Primum an ne Ferdinandus ad redactionem rationum cogendus sit, priusquam de rationibus ab Illustrissimo Comite redditus agatur, & quidem circumpectus Iudex, recte jam agnoverrat in responsione sua fol. 48. vers. superfluum esse de Ferdinando agere, & merito; quoniam cum Gomes, qui hæres illustrissimi parentis, quæ minoris tutelam gessit, ultro rationes reddere sit paratus, tam de sorte principali, quam de redditibus legitimæ ipsius minoris, ad quid Ferdinandus vocandus est.

Secundum, num Gomes ipse onerandus sit credito illo, ad quod Illustrissimum Antonium Lancastrium, teneri, testator asseruit, quod negative etiam definiendum esse autumo Iudice revocato, quippe tutor de nominibus debitorum, non exactis, ita demum tenetur, si dolo, aut saltem culpa in hoc versatus fuerit, & inde talis casus acciderit, quod credita exigi non possint, text. in L. chyrographis § 7. ff. de administr. tutor. L. 2. Cod. arbitr. tutel. plenissime Gratian. Forens. tom. 1. cap. 125. Ubi n. 1. quod in tutore non sufficit levis culpa in non exigendis nominibus debitorum, sed requiritur lata culpa, & dolus. Et num. 4. quod ista lata culpa non presumitur, sed probari oportet. Et num. 10. quod probanda, & ab allegante, adeo, ut n. 12. addat, quod non suffi-

sufficit probare debitores, non esse idoneos, sed debet constare, quod idonei fuerant tempore susceptræ tutelæ, & facile exigibiles, & tractu temporis inexigibiles factos fuisse, idem tradunt cum multis *Hermosin. l. 10. tit. 1. part. 5. gloss. 4. ex n. 232. Valens. conf. 179. d. n. 21. nove Colon. de culpa prestand. sect. 18.* At vero in præsentī illud in primis non constat, nempe Lancastrium debitorem esse, deinde non constat etiam cum tempore susceptræ tutelæ exigibilem esse, quam nunc est, immo in eodem permanere statu palam notum est. Denique, licet hæc sufficerent, attamen in super Comes diligentiam pro crediti exactione adhibuit, cui cernitur ex epistola fol. 36. ubi Lancastrius se debitorem aperte inficiatur. Unde non capio, quomodo Comes maiorem adhibere possit diligentiam, sine aliquo instrumento, quocum convenire possit.

Tertium, quod circa vigesimam Comiti solvendam ex redditibus bonorum minoris versatur, nullam invenio causam, quare non sit observanda generalis dispositio Legis Regiæ lib. 1. tit. 87. §. 53. declarando tamen, ut intelligatur pro eo tamen tempore, quo Illustrissima Comitissa tutelam gessit, non vero extendatur post ejus mortem, quippe Comes tutor non est. Ulyssipone 8. Decembris 1680. Lopes Oliveyra.

Eleganter Sapientissimus Dominus ostendit in hac aurea deliberatione, quod ad decisionem quæstionis, magis conveniat, & juridicum sit, cui addendum nil nobis reservavit, igitur libenter in indemn Convenio. Ulyssipone 12. Decembris 1680. Monteyro.

Convenio, Ruiz.)

Forma reddendi rationes dicunt alij, quod ad quatuor extrema reducitur, scilicet, librorum exhibitio, rationis datio, vel introitus, & exitus, solutio reliquationis, & satisfactio culpæ, ut dixit Baldan *L. cum testamen-*

*ta, Cod. de testam. manamiss. Batç. de dec. tut. cap. 2. num. 165. Tut. de tutel. 3. part. cap. 1. num. 69. Scobar de ratiocin. cap. 2. n. 4. Franc. Anton. Cost. conf. 30. num. 2. & conf. 59. num. 22. lib. 1. (& multis citatis eleganter, Fermosin. in cap. ultim. de obligationib. ad ratiocin. q. 4. num. 30. & seqq. Et quando sine libro reddi possint, tractat Melius in observ. ad Castill. de alim. cap. 20. num. 29. & cap. 37. §. 1. num. 19. & §. 2. num. 32. & cap. 70. §. 5. num. 25.) Alij & melius dividunt obligationem reddendi rationes in duas partes, prima est exhibitio librorum, & ratio accepti, & soluti, & secunda est solutio reliquationis, moti ex decisione, *L. cum servus L. qui sub conditione ff. condit. & demonstr. L. si statu liber §. fin. ff. statu lib. L. si ita fuerit 1. §. quæstio hæc ff. manu. miss. test. Tut. d. n. 69. versic. tamen quidā: Vateon de transact. tit. 3. q. 4. num. 40. & 41. Scobar d. cap. 2. n. 5. Noguerol. alleg. 33. num. 17. Ubi n. 18. quod ad hoc attendenda est consuetudo, & observantia: Perezfigiller conf. 15. num. 3. Valens. conf. 147. num. 6. & seqq. Cyriac. contr. 544. Valeron ubi sup. (Fermosin. ubi supr. Pareja de instrumentor. edit. tit. 5. res. sol. 2. n. 24. quia non dicitur reddidisse rationum, qui reliqua non solvit, *L. non solum §. 15. qui reddere ff. deliberat. legat. Baeg. de de cim. tutor. cap. 2. num. 178. Guterr. de tutel. d. cap. 1. n. 75. Scobar de ratiocin. cap. 33. num. 19. & cap. 40. n. 7. Ubi etiam, quod si rationes sint falsæ in una parcella præsumuntur etiam in alijs, Salgad. in labyrinth. creditor. 1. p. cap. 41. num. 15. & de reg. 4. p. cap. 9. num. 140.***

Et si administrator, aut tutor, quando ei ratio petitur, & eam dare recuset, libros nolit exhibere, adversus eum executive procedi potest *Scobar de ratiocin. cap. 21. num. 25. Cost. conf. 56. num. 6. Noguerol. d. alleg. 33. num. 33. (Et ad hoc debet citari administrator, quia sine citatione non potest exequi, quia ad hoc requiritur citatio judicialis, & non sufficit petitio extrajudicialis, Ff iij Sco-*

- Scobar. de ratiocin. cap. 34. n. 5. Gusm. de evict. q. 21. Mar. Muta dec. 100. Noguerol. alleg. 21. n. 29. & seqq.* Et si petitur, quod aliquid solvat administrator, & ipse rationes offerat, liberatur, *Baeç. de decim. tut. cap. 2. num. 168. Gut. de tutel. p. 3. cap. 1. num. 53. Costa d. conf. 56. n. 7. Noguerol. proxime: Guirb. dec. 15. numer. 14.*
- 731 *(Cum multis Amat. var. resol. 58. n. 13. Cacer. lib. 3. var. cap. 7. num. 330. Salgad. in labyrint. creditor. 3. p. cap. 7. n. 15. & seqq. & num. 34.)*

- 732 *Et si administrator, tutor, vel alius aliquam quantitatem ex patrimonio domini, vel pupilli exigisse fateatur, exequi non poterit, nisi prius ratio reddita sit, quia confessio hæc in hibitam habet etiam qualitatem, ut prius debeant dispungi rationes, Platea in L. 1. in fin. num. 9. Cod. de apoch. public. lib. 10. Baeç. de decim. tut. cap. 2. n. 170. Gut. de tutel. 3. p. cap. 1. num. 2. Scobar de ratiocin. cap. 21. num. 22. Noguerol. d. alleg. 33. n. 34. cum multis Amat. var. resol. 58. n. 25. Salgad. in in labyrint. credit. 3. cap. 7. n. 21. & seqq.* (Et interim pro nihilo potest exequi, licet condemnatus sit, ut iudicatum fuit in casu sequenti.

No feyto do Capitaõ Joaõ Teyxeira de Cárvalho, contra o Procurador da Fazenda de S. Magestade, Escrivão o da Fazenda Luiz Gomes Pinheyro, se deu a sentença seguinte.

Acordaõ, &c. Não foy bem julgado pelo Desembargador, em rejeitar os embargos todos, revogando sua sentença vistos os autos, pelos quaes se mostra estar sentenciado, que o appellante de contas do tempo, q̃ com elle servio Roque Fernandes, e o que restasse a dever, o pagasse, e nesta fórma, e com esta Rata, devia so pagar o appellante, e não em ametade, e sem se terem dado as contas, e sem constar o quanto deve o appellante, não se pôde considerar rata, para haver de ser condemnado nos salarios da Alçada em ametade: Mandão, que o appellante de contas do tempo, que servio com o dito Roque Fernandes, e pague o que faltar, e a respeyto do que pa-

gar, se lhe reparta pro rata o dinheyro dos salarios, e pague o appellante os autos ex causa. Lisboa 27. de Abril de 663. Delgado. Sousa. Montevoyo.

Et licet Actor habeat sententiam liquidam, si administravit, & liquidum sit ex eadem causa administrationis, suspenditur illiquidum, donec rationes dispungentur, ut iudicatum.

No feyto de Amaro Cerqueyra, cõtra Miguel Carvalho, e hora contra Natária Coelho, Escrivão Antonio Vargas da Sylva, se deu a sentença seguinte.

Acordaõ os do Desembargo, &c. Aggravada he a agravante pelo Corregedor do Crvel da Cidade, em lhe julgar seus embargos recebidos por não provados, e mandar correr com a execução embargada, para o aggravado haver pagamento dos 437015. que pagou a Amaro Cerqueyra, como fiador, e principal pagador da R. agravante, revogando sua sentença, vistos os autos, e como delles consta, que posto o aggravado pagasse como fiador a dita dívida, era juntamente seu procurador com livre, e geral administração, e como tal se prova, que cobrara muitas dividas, em que era acreedora a dita Ré, que todas importão em huma quantia consideravel, e mayor dos dous mil cruzados, em que foy fiador da dita R. sem lhe dar contas, com que se presume devedor, e assim não poder haver o aggravado pagamento da dita quantia posto que liquida, e haver de compensar-se com o que se achar por ajustamento de contas, que elle he devedor a dita R. Pelo que mandão, que suspença a dita execução, o Corregedor lhe nomee contadores, que tomem a dita conta, e determinada ella, deferirã a dita execução como lhe parecer justiça, e às custas para a dita determinação a final. Lisboa 23. de Dezembro 679. Silva, e Sousa. Freyre. Carneyro.

Hæc sententia fundata fuit in deliberationibus sequentibus.

Inauditam rem postulat aggravatus,

tus scilicet, quod R. in liquido non solum condemnatur, sed etiam exequatur, quin prius reddat A. administrationis rationes: quod certe incivile est; nam licet propter non liquidum non retrahatur liquidum exequutio ad text. in L. fin. Cod. de compensat. Ord. lib. 4. tit. 78. §. 4. tamen prædicta regula limitatur, quando liquidum, & illiquidum ex eadem causa, velex eadem administratione descendunt, cum sit iniquum, quod ante liquidatam hinc inde rationem exequutio fiat, pro illa parte, quæ forsan præstitis rationibus compensari poterit, & ita in specie resolvunt Caror. de deposit. form. 5. num. 5. Menoch. lib. 2. de arbitr. cap. 209. num. 31. eleganter Capic. Galeot. lib. 1. cōtrov. 4. 1. per tot. præcipue num. 10. & 11. latissime videndus Scob. de ratiocin. cap. 21. à num. 1. & num. 12. cum seqq. hanc eandem tueretur sententiam. Prædicta juris resolutio à Patronis omiſſa evidenter concludit, quod exequutio intempestivè facta fuisset aggravantis in bonis, dum aggravatus rationes non reddidisset, ne ei extra ordinem solvatur, quod ille forsanolvere tenetur, & ita sequendo arbitrium, Scob. de ratiocin. d. cap. 21. num. 23. vers. ego tamen, juberem, quod illico nominatis calculatoribus litigantes ad ratiocinandum admittantur revocata Docti Præsidis sententia. Ulyssipone 3. Decembris 679. Carneyro.

Viso, & examinato processu semel atque iterum malicia, dolusque aggravati disflucide pateſcit. Nam in confesso est aggravatum virtute mandati generalis aggravatricis, negotia illius gerere, & ex documentis fol. 52. 53. & 54. apparet 1857850. illum recepisse, etiam si aggravatus ab illis exonerare voluisset, rationibus fol. 96. cum dictæ partita sint sine instrumento, non sunt attendendæ, Pareja de instrum. edit. tit. 9. resol. 1. n. 7. Valasc. consult. 21. per tot. Et cum aggravatus tenetur rationes reddere ex omni administra-

tione, & ex pluribus rebus, non liberatur dando eas per partes, sed pariter decidi debent, & hoc deficiente, pro debito, de quo agitur contra aggravatricem executionem petere non poterat, Salgad. de protect. Reg. p. 2. c. 11. n. 26. Ideo dum aggravatus rationes judicialiter non præstat, ad executionem contra aggravatricem procedere non potest, cum Scob. de ratiocin. cap. 21. n. 12. & 23. vers. Ego sic revocata meritiſſimi Præsidis sententia. Ulyssipone 9. Decembris 679. Freyre.

Et hæc sententia declarate fuit sequenti decreto.

Acordão os do Desembargo, &c. Que em lugar dos Contadores, que mandão se tomem para a dita conta, se louvem as partes em homens de negocio, diante dos quees se ajustem as ditas contas, ouvidas as partes, e os ditos louvados determinarão as ditas contas, no que tocarem às materias, q forem de mercancia, e estylo dellas, e quanto às materias, q se houverem de julgar de Direito, será pelo dito Corregedor, dando-se de hũa como de outra determinação, appellação, e agravo, e nesta forma hão por deferido também aos embargos fol. 240. Lisboa 13. de Fevereiro 680. Sylva, e Sousa Carneyro. Freyre.

At vero Scob. de ratiocin. cap. 36. n. 3. docet non dari compensationem inter diversas administrationes, nec reliquatum unius posse suspendi propter partitas alterius, quod etiam tradit Cavalcan. de tut. num. 220. Surd. dec. 117. n. 8. & ibi Hodiern. Bobadilb. in politoc. lib. 3. c. 3. num. 85. & 50. Felician. de societ. cap. 30. num. 67. Serafin dec. 1214. Gratian. Forens. edp. 948. num. 4. Salgad. in labyrinth. credit. p. 1. cap. 9. num. 54. Quezada Pilo Forens. contr. 8. num. 48. & seqq. Ubi explicata.)

Et solum si suspectus fuerit de fuga, 733 potest cogi ad satis dandum, & dandam securitarem de judicio illi, & judicatum solvendo, ut pluribus relatis tradit latissime Fontanel. dec. 234. & 235. Quavis contrarium judicaretur in casu

sa Beltran Arfon, adversus Beltran Cromer, apud Notarium Manoel de Goes Pinbeyro, anno 1663. (Et fuga post calculum rationem factum, cum asportatione bonorum, facit presumere, fugientem esse debitorem in rationibus, 735 *Post. civil. resol. 51. num. 5.*) Non vero potest cogi ad solvendum quid certum, quia pendente ratione rigor coactionis ad quid certum quiescere debet. Cum incertum sit interim ea pendente, an debitor, vel creditor sit administrationis tutor, administrator, aut alius obligatus ad reddendas rationes, cum multis, *Scobar de ratioc. cap. 21. num. 12. ut interim quod expensi ratio non est recepta introitus, & receptum ab administratore exigi non potest, ut per Alexand. conf. 192. per tot. vol. 7. Jaz. conf. 10. vol. 4. Aymon. conf. 231. num. 16. versic. undecimo considera: Ancharran. conf. 235. num. 1. Fan. de pign. membr. 1. 5. part. Avendan. de exequend. mand. cap. 10. num. 31. exornat cum multis Giurb. dec. 15. per tot. Carleval de judic. disp. 7. tit. 3. n. 6. & 8. Salgad. sup.*

738 Ea ratione quod introitus, & exitus, accepta, & data, sunt admodum in ratione connexa, & inseparabilia, ut nunquam prejudicet confessio accepti, nisi simul videatur expensum, quam expresse reddunt, *Bat. de decum. tut. cap. 2. num. 168. Cravet. conf. 275. n. 13. versic. 3. principaliter Scobar d. cap. 21. n. 14. 15. & seqq.* Qui num. 18. dicit incivile esse, administratorem compellere, nisi tota ratione perspecta, hoc est datis, & receptis examinatis, *Caroc. de deposit. form. 5. num. 5. Salgad. sup.* Atque 740 ideo ratione hujus connexitatis inseparabilis, expectanda erit ratio completa, ex qua resultabit, an debitor sit administrationis, vel creditor, ut proxime profequitur, *Scobar d. cap. 21. num. 19. & seqq.* & post plurimos alios idem tenent *Amat. var. resol. 58. num. 13. & seqq. Fontanel. 1. part. dec. 234. num. 8. & seqq. Salgad. ubi proxime (elegantem Fermosin. in cap. 1. & 2. de fide instrumentor.*

q. 9. & ad rubricam de obligat. ad ratioc. q. 4. num. 49. & seqq.)

Et quod administrator, tutor, aut alius similis ante rationem redditam dici non possit debitor, aut creditor, dixerunt *Rot. dec. 173. n. 16. Cabal. conf. 121. num. 8. 2. tom. Barz. dec. 88. num. 40. Alb. conf. 45. 1. n. 1. Giurb. ad Stat. Mess. cap. 9. gloss. 6. numer. 4. p. 1. cum multis Amat. var. d. resol. 58. num. 15. Valz. cōf. 147. num. 34. ubi multos (Cum multis Fermosin. in cap. quia indicante 9. de prescript. q. 1. num. 14.) Et ideo non potest procedi adversus socum actione decem dierum, seu executive, ut reddat capitale, de quo in instrumento societatis sit mentio, sed solum, ut reddat rationes, ut dicunt, *Giurb. Carleval. Fontanell. & alii, & judicatum fuit in causa Ignatii de Azavedo, apud notarium Dominicum Dias ab Olveira, anno 1663. (Et me citato, & laudato hoc in loco addito ad Reynol. observ. 47. & tia sentiunt etiam Carleval de judic. tom. 2. disp. 7. per tot. Hieronym. Gabriel. conf. 61. num. 16. lib. 2. Cephal. conf. 768. num. 14. & 31. & 769. n. 1. & 11. Decian. respons. 60. num. 43. Felicio de societate cap. 61. n. 39. Bat. de decima tutoris cap. 2. n. 168. Guterr. de tutel. 3. p. cap. 1. n. 53. Calvalcan. de tutore num. 214. Scobar de ratiocin. cap. 21. n. 12. Cancer. var. 3. p. cap. 7. num. 328. & seqq.)* quidquid contrarium teneant, quos refert *Giurb. dec. 15. n. 1. Carval. d. disp. 7. num. 1. 2. 3. 4. & 5. Calvalcan. de tut. num. 214. Reynol. observ. 47. n. 25. Valas. alleg. 76. num. 30. 31. 32. Barb. ad Ord. lib. 3. tit. 25. in princip. num. 3. Mend. in prax. 2. p. lib. 3. cap. 22. num. 9.**

Et merito, nam rationes sunt individuae continentes in se datum, & receptum, introitum, & exitum, quia datio, & receptio talem connexitatem inter se contrahunt, & continent, ut separari, & dividi non possint, *Coff. dict. conf. 56. num. 11. late Capic. Galleot. tom. 1. cent. 31. num. 89. & seqq.* qui optime loquitur (explicat Mellius ad Castill. de aliment. cap. 37. §. 2. num. 21. & 27.) cum aliis

alijs Noguerol. dict. alleg. 33. num. 32. explicat Valens. conf. 78. num. 23. & seqq. Et ita iudicavit Senatus in causa Antonij Vas de Lemos, ad versus Henricus Esquivites, apud Notarium Dominicum Luis de Oliveyra, anno 1661. Ubi etiam determinatum fuit, quod rationes non possunt in parte acceptari, & in parte repudiari. Quod maxime procedit, quando rationum literas accipiens, eas non contradicit, nec adversus eas protestat, quia tunc videtur eas acceptare, & nullo casu potest eas postea contradicere, Bart. in L. filius familiaris ff. ad Macedon. cum multis Scobar de ratioc. cap. 11. n. 36. Surd. conf. 157. n. 22. & dec. 199. num. 9. (Menoch. lib. 3. prae-sumpt. 65. & conf. 296. num. 43. Barb. in L. que dotis n. 59. ff. solut. Gam. dec. 339. Scobar de ratiocin. cap. 28. n. 8. Ubi etiam, quando copia data fuit de calculatione, & ratiocinijs disunctis, & non fuit allegatum, appellatum, vel reclamatum, quia ex hoc inducitur approbatio rationum. Nam quavis protestatio non revocet rationes, sufficit ad impediendum earum effectus, & conservat jus erroris rationem, Andreol. contr. 373. num. 30. & optime si lo contr. 6. n. 17. 20. & 50.)

Ex qua rationum connexitate inferitur, quod si aliquis creditor, etiam minor, vult juvando libro administratoris, aut tutoris pro eo onerando, illum admittere debet, & non potest reprobare, quoad administratoris exonerationem, quavis capita sint diversa, nam totum in dicto libro contentum debet reprobare, vel acceptare, Sola in conf. Sabaud. lib. 3. tit. de mm. cap. 4. gl. 3. n. 21. Genoa de script. privat. lib. 4. tit. de fid. liberat. tam pro alore num. 23. & seqq. Duvand. dec. 353. num. 3. usque ad 6. p. 2. Noguerol. alleg. 33. n. 32. & 36. Scobar cap. 13. de ratiocin. numer. 10. & per tot. (Limita in indebito, & erratis, quia tunc licet illas tanquam erroneas impugnare, & positas ad suum creditum acceptare, Gabr. conf. 148. num. 9.

lib. 1. Farin. conf. 108. num. 14. Ludov. dec. 79. sub num. 2. & ibi Beltram in add. Ubi iudicatum refert multoties Thom. de tut. & car. tit. 13. num. 163. & tit. 19. num. 3864. Gatto de credit. cap. 2. tit. 5. n. 903. Mellius in observ. ad Castil. de alim. cap. 37. §. 2. num. 19. & seqq. Ubi late exornat.) Quando portitae libri, vel rationis sint connexae inter se, aut separatae, quae omnia tradit Salgad. ubi sup. Fermosin. in cap. 1. & 2. de fid. instrument. q. 9.

Rationes autem, aut sunt extra judicialiter factae, aut judicialiter. Judicialiter factae dicuntur, quando coram iudice competenti nominantur calculatores, qui eas faciant, & expungant, ut tradit Parlador. rer. quotid. §. 6. num. 1. cap. fin. 1. part. Scobar cap. 33. n. 7. & seqq. Noguerol. alleg. 33. num. 30. Bart. in L. Theopompus n. 9. versic. quandoque statur. ff. de dot. praeleg. Burf. conf. 102. num. 19. (explicat Fermosin. in cap. univ. de obligat. ad ratioc. q. 4. num. 41. & seqq. & in cap. 1. & 2. de lide instrum. q. 9. num. 18. & 19. Ubi etiam quod in discordia nominandus est testis, & d. q. 4. num. 46. quae aetas requiratur in calculatore, Post. civil. resol. §. 1. num. 1. Ubi etiam, quod calculacionibus electorum à partibus standum est) add. ad tract. de ratiocin. dec. 6. num. 2. Ubi etiam num. 3. quod calculator fuerit electus à iudice, tunc facienda est monitio parti ad inter celsendum, Scobar de ratiocin. cap. 31. n. 21. Gratian. Forens. cap. 529. num. 29. Neviz. conf. 94. num. 17. (Et Nos diximus tem. 1. in Coment. ad Ord. tit. 1. §. 43. gloss. 159. num. 3. eleganter Quezada Pilo contr. forens. 6. num. 21.) Et calculator non potest excedere decretum iudicis in faciendis rationibus, ut probat Ord. lib. 3. tit. 66. §. 5. quia si excedat, etiam in minimo rationes sunt nullae, ut prosequitur Scobar de ratiocin. cap. 38. n. 6. & 7. Et iudicavit Senatus in causa Fr. cisti Gomes ad versus Anton. Borges apud Notarium Dominicum Dias do Couto, anno 1663. Et postquam sunt facta, Iudex debet audire partes super illis,

Gg

man.

mandado; ut copiam habeant illarum, antequam eas confirmet, ut iudicavit Senatus in eadem causa (explicat cum alijs *Fermosin. d. g. 9. num. 19.* Et ita multoties vidi iudicatum ex hac nostra opinione.) Et postea debet eas iudicare per sententiam, condemnando debitorem in solidatione computorum, ex *L. Mutas ubi DD. ff. pro socio*, & ex alijs tradit add. ad *Scobar de ratiocin. d. dec. 6. num. 4.* (*L. Instar 2. Cod. jur. fife lib. 10. l. 1. Cod. de apoch. public. lib. 10. Prato forens. tom. 2. cap. 49. num. 42. Queda Pilo ubi supra eleganter.*)

754 Extrajudicialiter fiunt à partibus, ut a iunt, inter privatos parietes, amicabilem, ut in quit *Scobar d. cap. 3. l. n. 1.*

755 Et hæc extrajudicialiter factæ exequi non possunt, nisi reliquatio fiat, & debitor eam recognoscat, & ad solutionem obligetur, *Bart. in L. instar n. 16. Cod. jur. fife lib. 10. Parlad. d. §. 6. num. 1. Scobar de ratiocin. cap. 3. l. num. 1. & seqq.*

* *Noguerol. d. alleg. 33. num. 29.* (Explicat *Fermosin. in cap. 1. & 2. de fide instrum. g. 9. num. 18.* Et Nos diximus tom. 1. in comment. ad *Ord. tit. 1. ad §. 43. gloss. 160. n. 8.* & est videndus *Rebus. in tract. de lit. obligat. art. 6. gloss. 3. num. 37.* ibi: *Octavus casus est in computatione facta inter partes, quam computum finde vocant: Nam illud, non solum probationem, sed etiam executionem habet, postquam rationes fuerint dispuñctæ, & conclusa summa, Girond. de gabel. 2. p. §. 1. n. 19. Bobadil. lib. 5. cap. 4. num. 84. Azeved. in L. 10. tit. 16. lib. 9. recop. num. 2.* ibi: Inquit ipse Gironda, quod calculatio, vulgo alcance, habet executionem paratam, quod intelligo, si per partes est approbatum: *Pichard. in manu. d. ad prax. præcept. 5. n. 16.* vers. *Ceterum, Scobar de ratiocin. cap. 3. l. num. 4. Coler. de process. execut. p. 3. cap. 2. num. 34.* ibi: Decimo saluti in instrumento computi finalis, vel calculationis conclusæ super redditione rationum, de alicujus administratione, quæ fit, quando partes hinc inde concordant rationibus, videlicet utriusque discussis, & expunctis, ac scripto reli-

quo, vel residuo, quod debetur ei ad quem res administrata pertinebant, & pro tali resto consequendo, via executiva intervenire potest, absque videlicet alio processu iudiciario, *Rebus.* Quod verum est in computo recognito, puta, quando debitor fatetur calculationem ita factam, & scripturam relinquit, optime *Queda Pilo contr. forens. cap. 6. n. 5.* Ubi quod computa hæc privatim dispuñcta, subscripta, & recognita à partibus executioni mandata essent, juxta originalem doctrinam, *Bart. in L. instar n. 16. Cod. jur. fife lib. 10.* Ubi docet privatas rationes subscriptas, & recognitas à partibus executioni esse mandandas, sequuntur *Parlador. rer. quot. lib. 2. cap. fin. p. 1. §. 6. num. 1.* & ibi multos allegat, & exornat, & agit de præferentia illarum inter creditores, & num. 14. multis fundamentis probat. Et n. 16. vers. *executio inquit*, quod executio calculi privati, non potest impediri à debitore nisi in actu rationis, & calculi privati gravamen exprimere, ab eoque appellaret, aut reclamaret, aut postea intra duos menses, & quod pars, quæ se indicat gravatam ex rationibus privatim & extra judicialiter dispuñctis, obstringatur appellare ad effugiendam eminentem executionem, est gloss. in *auth. de Sanctiss. Epscop. §. Economus*, ubi praxim delineat appellandi à calculo privato gravamen continente, *Scobar cap. 3. l. de ratiocin. & n. 6. Gut. pract. lib. 1. cap. 37. Somoz. de reg. p. 2. cap. 6. n. 39.* Postius dec. 389. num. 7. ibi: *Cum à prædicta solidatione, scilicet computorum nō appellaverit à die notitiæ, Et num. 2. l. quod potest iudicari per sententiam, tamen citatione, & termino competentis, ad approbandum, vel infringendum, d. Calculum, ut cum Gut. & alijs prosequitur num. 22. & num. 24. Somoz. de reg. 2. p. cap. 6. num. 37.)*

Et si una, vel alia fuerint factæ, cum errore, & dolo, & confirmatæ, debent emendari, *L. unic. Cod. error. calcul. l. empt. §. Lucius ff. de pact. Scobar de ratiocin.*

com. cap. 41. per totum, & ibi add. dec. 1. n. 757. Quia ubi error calculi allegatur, non solum semel, sed bis, ter, & quater calculanda, atque incunde sunt rationes, ut per Paul. de Castr. conf. 341. n. 2. lib. 1. Saccin. sen. conf. 159. col. 3. & conf. 109. col. 3. lib. 2. Flores var. lib. 1. quaest. 15. num. 3. & segg. Menoch. conf. 22. num. 10. lib. 1. Me citato hec in loco eleganter Felloga in chirid. juris cap. 10. n. 14. Gana-ver. dec. 27. num. 4. Amaya in L. fin. Cod. d. apoch. public. lib. 10. num. 5. & segg. Fermosin. in cap. unic. de obligat. ad ratiocin. q. 4. num. 26. & segg. & in cap. 1. & 2. de fide instr. q. 9. num. 30. & 45. Et quia huiusmodi error veritati præjudicare non potest, semper, & quodocunque probari, & deduci potest, quanvis sit minimus, denuo revideri, & emendati debet, Urseol. de transact. q. 98. n. 7. & 8. ubi mul. refert, & ultra eos Pilo d. contr. 6. n. 29. Nisi lis pendeat super falsitate commissa in causa, & judicetur, quia tunc non admittitur post sententiam, nec pendente lite, ut iudicavit Senatus na causa de Bento da Costa de Menezes, com. D. Maria Pristela, Escrivão Manoel Soares Ribeyro, de qua re vide etiam Amaya in L. 2. Cod. de error. calcul. lib. 10. Betlich pr. act. concl. 57. n. 71. Escob. 1. de ratiocin. cap. 41.)

Quonvis præcedat quieratio, Scobar de ratiocin. cap. 41. n. 6. & 33. Sigiller. conf. 15. num. 11. (Fermosin. d. q. 9. n. 41. & segg. Amaya ubi sup. n. 5. & segg. Nos diximus tom. 1. Comment. ad Ord. tit. 1. §. 43. gloss. 160. n. 6. & segg. Valeron. de transact. tit. 6. q. 2. num. 24. & 83. Valens. conf. 21. num. 41. Felix de societ. cap. 38. num. 76. Urseol. de transact. d. q. 98. n. 8. & post. Quezada Pilo d. contr. 6. n. 29.)

Nam quonvis ex quieratione relutet exceptio peremptoria, ad hoc, ut iterum non tractetur de materia illius Caphal. conf. 39. num. 24. Valens. conf. 21. num. 35. & conf. 124. num. 3. & segg. Gratian. cap. 115. num. 21. & cap. 553. extendens ad illius promissionem, & pro ea iudicandum sit, Menoch. conf. 151. n. 21.

& conf. 1207. num. 5. quia præsumitur legitima, Cyrrac. contr. 411. num. 30.

Attamen hoc procedit respectu debiti soluti, non vero erroris rationum, quia non obstante illa debet admitti ex eodem Caphal. conf. 192. num. 12. & tenent citati, & iudicatum fuit na causa de Manoel Mendes Mexia, com. Antonio Garcia, anno 1675. Escrivão Antonio Tavares. Ubi etiam, quod hæc resolutio non habebat locum in errore allegato ex apocha anterioris calculationis quia in illa præsumebatur comprehensa, Menoch. cas. 213. Surd. dec. 217. Nisi debitum fuisset antea cessum, quia tunc non comprehenditur incalculatione, nisi ostendatur comprehensum ex calculatione, ut iudicatum fuit na causa de Agostinho Barbosa de Paçõs, com. Antonio da Gama, anno 1673. Escrivão Francisco Correa de Brito. Veleriam censetur comprehensa, si postea factæ fuerunt rationes, vel longum tempus post decem annorum spacium lapsum fuit abique querela, ut etiam iudicatum, Bursat. conf. 72. num. 1. Et vide Menoch. conf. 496. num. 58. & segg. Et quoad secundum casum est textus: expressus, & contra ultimum in L. emptor. §. Lucius Titius in fin. ff. de pact. ibi. Si ratio accepti, atque expensisset computata, ceteras obligationes manere in sua causa: L. Castet. 14. tit. 18. p. 3. & interminis sic concludit Bald. conf. 199. col. 3. n. 3. Scobar de ratiocin. cap. 40. n. 20. & segg. & Nos diximus tom. 1. Comment. da Ord. d. §. 43. gloss. 160. num. 9. & segg. maxime quando constat res aliter le habere, Cyrrac. contr. 544. n. 133. Scobar cap. 41. num. 28. Olea de cess. jur. & act. tit. 6. q. 9. n. 9. de qua re Valase. conf. 39. Vela de esset. 47. num. 19. Galeot. contr. 20. lib. 1. Et usque ad 30. annos, Petr. Greg. frintagm. jur. lib. 29. cap. 4. num. 2. Scobar d. cap. 41. n. 15. (Quia hec erroris calculi allegatio, sit omnium favorabilissima, nihilominus præscribitur spatio triginta annorum cum multis Urseol. de transact. q. 98. n. 9. Ecce ita intelligendus est Post civil

Gg ij

resol.

resol. 129. n. 10. quatenus inquit, quod
 *error calculi semper opponi potest.)
 760 Et quid dicendum sit, si quietatio sit
 generalis, & ad quæ extendatur, vide
Cravet. conf. 227. n. 14. & 15. *Valenz. conf.*
 21. *Cephal. cōf.* 463. n. 28. & 29. *Surd. dec.*
 174. n. 267. *Menoch. conf.* 496. num. 58.
 & lib. 4. *præf.* 164. *Valeron de transact.*
tit. 3. q. 4. num. 40. optime cum mul-
 tis, *Franc. Merlin. dec.* 71. per tot. & *dec.*
 7. *Cyriac. cōtr.* 523. n. 57. 58. & 59. *Joseph*
Vela. 1. part. differ. 8. num. 6. *Olse decess.*
jur. & act. tit. 3. q. 10. (numer. 22. & 23.
Post resol. civil. 35. & Nos dixim. d. §. 43.
gloss. 160. *Valeron de transact. tit.* 5. q. 7. n.
 10. eleganter *Joseph Aleograd. 2. tom. cō-*
tr. 82. Et vide sententiam sequentem.

No feyto de Duarte Rodrigues Nu-
 nes, Contratador do Estanco das Car-
 tas, contra Pedro Gomes da Sylva, Es-
 crivão o da Fazenda Luiz Gomes Pin-
 heyro, se deu a sentença seguinte.

Vistos estes autos, libello do A. Duarte
 Rodrigues Nunes, exceção peremptoria
 com que veyo o R. Pedro Gomes, que lhe foy
 recebida por contrariedade, prova pelo
 A. dada, papeis, e mais documentos jun-
 tos: Mostrase fazer o A. ao R. seu admi-
 nistrador do Contrato das Cartas de jogar,
 de que o A. era Contratador, para que
 fosse admissor o dito Contrato nas Co-
 marcas de Portalegre, Évora, e Mostra-
 do de Avis, no anno de 647. e fazer Es-
 tanqueyros em Montemor o Novo a Ma-
 noel Pinhão o Velho, e a Manoel Gon-
 çalves da Sylva, os quaes se obrigãrão a
 gastar em hum anno setenta duzias de
 cartas, e cinco arrates de solimaõ, e de-
 vendo o R. entregar aos ditos Estanquey-
 ros todas as setenta duzias, lhe deu me-
 nos vinte duzias, deque lhe deu o escrito
 fol. 10. o qual o A. lhe levou em conta, quan-
 do lha mandou tomar, em que se monta-
 vaõ de seyto mil e quatro centos reis, ten-
 do obrigação o R. de entregar toda a dita
 quantia das cartas aos ditos Estanquey-
 ros, para contribuirem ao A. Mostrase
 fazer o R. Estanqueyro no mesmo anno a
 Alvaro Gomes, morador na Cidade de

Portalegre, no qual ficou devendo dez du-
 zias de Cartas, e tres arrates de soli-
 maõ, que o A. lhe mandou entregar, em
 que se montavão dezasseis mil e seiscen-
 tos reis fazendo outro sin. Estanqueyro o R.
 a Luiz Fernando do contrato, a quem
 deu menos duas leyras de solimaõ, que
 importão cinco mil reis, e a Manoel Fi-
 res da Villa da Ameyra, a quem o R. deu
 menos duas duzias de cartas, em que se
 montaõ mil e oito centos e quarenta reis,
 importando as ditas quantias quarenta
 e hum mil, novecentos e quarenta reis,
 que o A. mandou levar em conta aos ditos
 Estanqueyros, nos que lhe tomou seu ad-
 ministrador Francisco Rodrigues Pinheyro,
 pelo R. lhe não haver dado as cartas de
 suas avenças. Não nega o R. haver sido
 administrador do contrato do Estanque
 das cartas de jogar, e solimaõ, que foy
 arrendado ao A. nem que não recebera as
 cartas, e solimaõ para dar aos ditos Es-
 tanqueyros, e so se deffende com a quitação
 fol. 32. que se deão hum ao outro, pela
 qual se deu o A. por pago, e satisfeito do
 tempo, que o R. correa com a dita admi-
 nistraçam, sendo feyta a dita quitação em
 23. de Abril de 649. O que tuão visto com
 o mais dos autos, disposição de Direyto, e
 como nadita quitação senão fez declara-
 ção algũa de cartas, que ficassem por dar
 aos Estanqueyros, sendo feyta nesta Ci-
 dade adita quitação, onde o A. nam podia
 saber, se o R. tinha entregue as e cartas aos
 Estanqueyros, por morarem nas Comarcas
 acima referidas, a quem o R. possui escri-
 to das cartas, que lhe devia que o A. man-
 dou levar em conta, e as testemunhas
 fol. 32. vers. & 34. vers. dizerem, que de-
 pois de dada a dita quitação, se foubere
 da falta das ditas cartas: Condene ao R.
 pague ao A. os ditos quarenta e hum
 mil, nove centos e quarenta reis, e nas
 cestas dos autos, e se tomar à ao A. o ju-
 ramento supletorio. Lisboa 13. de Março
 652. João Coelho Henriques.

A qua sententia cum appellaretur,
 fuit confirmata, anno 1653. Judices.
 Marchão. Freyre. Andrada.) Idem
 Oles,

761 *Olea*, & tit. 7. q. 1. n. 3. Ubi etiam, quod antequam debitori tradatur liberatio, seu quietatio, aut instrumentum debitum cum quietatione, non tenetur solvere, ex *L. pecunie* 14. *Cons. solut. L. qui tabulas* L. fullo §. qui tabulas ff. *de sur. L. fin. Cod. ad exhibend. Pareja de ed. it. instr. tom. 2. tit. 9. resol. 1. num.*
 762 6. Et si de perditum sit, potest cogi, ut solvat, si creditor paratus esset cautionem indemnitis præstare, & jurav-
 rit illud amisisse, *Scac. de commerc. §. 2. gloss. 5. numer. 330. Olea d. que est. 1. num.*
 763 10. Ubi etiam, quod si literæ cambij amissæ sint citra culpam, ante secu-
 tam earum solutionem, vel, accepta-
 tionem, licere creditori cambij agere
 contra campforem, qui literas scrip-
 sit, ut sibi restituantur pecuniæ, dum-
 modo per publicum instrumentum ca-
 veatur campfiori de indemnitate, casu
 quo literæ amissæ reperiuntur, vel
 solutæ apparerent per eum, cui literæ
 deperditæ dirigebantur, *Franch. dec.*
498. Camill. Borrel. in summ. dec. tom.
2. tit. 33. numer. 106. Pas. de vir. patr.
potest. cap. 8. num. 74. cum alijs adduc-
tis per Amat. var. 1. tom. resol. 47. n.
 764 1. Ubi per totum latissime differit,
 quando literis cambij amissis sit lo-
 cus receptioni pecuniarum, vel sa-
 tisfaciat campfor, si scribere paratus
 765 sit loco literarum deperitarum, alias
 ejusdem tenoris. Et quid sit, si interim
 campfarius, cui literæ directæ erant,
 effectus sit non solvendo a Videndus
 766 *Benntend. dec. 58. Ad stipulatur etiam*
doctrina, Bart. an L. 2. ff. except. rei ju-
dic. vers. ad hos, quam extollit, Fontanel.
de pact. nupt. claus. 3. gloss. 8. part. 15. n. 60.
 quod debitor, qui renuit solvere, ex
 eo quia se exponit periculo solvendi
 bis, solvere compellendus est, ubi
 actor cautionem, & fidejussionem præ-
 staret de restituenda pecunia, si alter,
 qui exigere poterat, melius jus habuif-
 767 set. Qua propter ex iusta causa solent
 iudices, non obstante quod penes
 debitorem pecunia sequestrata sit ad

instantiam alicujus creditoris, & in-
 terdictum debitori, ne solvat credi-
 tori suo, compellere eum ad solven-
 dum, oblata illi cautione indemnita-
 tis, ut de praxi testatur, *Arvendanh. de*
metu lib. 2. cap. 4. num. 77. Castill. tom. 4.
contr. cap. 59. vers. Joannes. Et hoc modo 768
 prosequitur, amissæ sint obligatio-
 nes tutoris, vel alicujus administrato-
 ris, ut judicavit *Senatus in causa Antonij*
Mendes adversus Gondisolum Alvares,
apud Notarium Joannem da Cunha de A-
breu, anno 1660. Et ad hoc sufficit pete- 768
 re copiam actorum, seu rationum, &
 errores allegare, quanvis statim non
 probentur, *Mascard. de probat. concl. 252.*
 Ubi etiam agit, qua ratione calculer- 770
 ror probetur, & *concl. 1256. alias 1362.*
num. 16. & seqq. Bobadilh. in sua poltre.
lib. 5. cap. 4. num. 77. Sesse dec. 38. Et po-
 stea ad hoc, ut rationes ex causa erro- 771
 ris ad petitionem partis revideri pos-
 sint, ut prius constare debet iudici, qui-
 liter in eis erratum fuerit, idque in spe-
 cie allegatis erroribus. Non enim suf- 772
 ficat dicere, quod in illis in generi fuit
 erratum notant DD. in *L. unic. Cod. er-*
ror. calcul. Mascard. concl. 253. numer. 24.
& 25. Gut. de jur. 1. part. cap. 40. num.
15. Scobar d. cap. 41. numer. 28. (Nam
 licet *Prato ubi supra n. 12. dicat suffice-*
 re allegationem erroris esse factam
 ingenere, attamen reprobat a *Que-*
zada Filod. contr. 6. num. 33. quia ad hoc
 ut admittatur debitor, rationum er-
 ror sigillatim, specificæ, & digito osten-
 di oportet, & desideratur de jure ob-
 jectio erroris specifica, & non sufficit
 in genere, ut diximus, & tenet *Scob. c.*
41. n. 22. Gut. de jur. am. confirm. p. 1. cap. 4.
n. 15. Bobadilh. ubi sup. n. 76. Amaya pro-
xime num. 45. Et si in aliqua parcella
 solum consistat allegatio, tunc non
 tota ratio, sed solum de illa revisio
 est interponenda, & in alijs firma
 manet, *Laur. Urseol. concl. leg. verb.*
administrator numer. 203. Ubi refert
Scobar, Pilo ubi supra num. 34. & n. 35.
 quod tunc hæc revisio fieri non potest
 nisi

nisi restitutus scripturis in actu solidationis traditur, taliter, ut locus non sit præstationi juramenti scripturas, & parcelas in computorum dispuntione traditas deperditas esse utique eorum restitutio desideratur, ad hoc ut computorum revisionem desiderans illam lucretur, *Tondut. q. civil. 68. num. 29.* quod etiam juramentum non conceditur tutori, ut iudicatum *Pilo*, refert, & ita debent produci omnia cum erroris allegatione specifica, alias non admititur, ut iudicavit *Senatus in causa Acurfij Pereyra, com Manoel de Sequeyra*, anno 1672. apud *Notarium Antonium Tavares*. Quod etiam tenet *Post civil. resol.*

• 51. n. 3.) Et si Iudex neget copiam actorum ad errorem allegandum, recur-
773 rendum est ad Senatum per gravaminis instrumentum, aut petitionem.

774 Ubi datur provisio, quanvis copia actorum petatur in executione sententiae, ut iudicavit *Senatus in causa Gregor. Gomes Henriques, cum Licenciato Antonio Monteyro*, anno 1663. apud *Notarium Christovam de Campos*. (Et etiam petatur de rationibus factis virtute sententiae in ejus executione, ut iudicatum.)

Nosceyto de execuçaõ de sentença, que requerem as Condeffas de Misquitella, contra Henrique Henriques de Miranda, Elcristão Antonio de Vargas da Sylva, se deu a sentença seguinte.

Acordão em Relação, &c. Que recebem os embargos do embargante, e juntamente os julgão por provados, e revogaõ o Acordão embargado. E deferindo ao aggravado interposto, aggravado he o supplicante pelo Corregedor do Civil da Cidade, em lhe denegar absolutamente a vista, q̃ pedio das ultima contas, feitas por virtude da sentença, fol. 206 vers. provendo em seu agravado, vistos os autos, e como para o R. mostrar em como as ditas contas não estavam feitas na fórma da tal sentença, e impugnar o formal dellas, se lhe não devia de negar a vista. Mandão, que o dito Corregedor o admita para esse effeyto somente,

assinandolhe o termo de 24. horas, para a deduzir os erros, que houver sobre o dito formal somente, e lhe defira como lhe parecer justia. Lisboa 2. de Dezembro de 679. Pmheyro. Freyre. Andrade Rua. Quifel. Velles.)

Et quanvis quando ultra calculatio-
nem interveniat pactum, vel contra-
ctus, transactio vel res iudicata, rationes non sunt revidendae, nec retractandae, *L. unic. Cod. error. calcul. ibi: Si res iudicatae non sunt, vel transactio non intervenit: add. ad Morant de ord. judic. p. 6. memb. 6. num. 68. Pinel in L. 2. Cod. de rescind. p. 1. cap. 4. num. 6. & p. 5. cap. 1. n. 3. Rebus in L. cognoscere § dispungere ff. verb. sign. pag. mibi 228. Montan. de tutel. cap. 38. num. 148. cum seqq. Scobar de ratiocin. cap. 41. vers. item Menoch. d. conf. 22. Ubi num. 17. de pacto non contraveniendi. Attamen contrarium observatur, ut iudicatum fuit multos ius in Senatu, & ita observatur in practica; quae in nostro Regno amplectenda est, non obstante dispositione juris communis, *Ord. lib. 3. tit. 64. & ad text. in d. L. unica*, respondet *Scobar d. cap. 41. num. 10. & seqq.* Quae doctrina ibi tradita confirmat practicam nostram, & corroborat Senatus decreta. (Nam licet *Noguez. rol. alleg. 11. n. 58.* dicat, quod sententia calculum approbans, si transeat in rem iudicatam, excludat allegationem erroris *Urseol. d. q. 98. num. 10.* Attamen illa non obstante, & etiam transactione, aut pacto, nihilominus pretextu erroris iterum revideri debent, ex *Valenz. in L. 2. Cod. jur. fisci num. 13. Gut. de jur. confirm. p. 1. cap. 40. n. 28. Prator resp. crim. 19. n. 6. Quezada Pilo d. contr. 6. n. 30. Urseol. de transact. d. q. 98. n. 12. & ultra quos referunt *Fernosin. d. q. 4. num. 41. & in cap. 1. de sent. & re judic. q. 3. Amaya in L. fin. Cod. de apoch. public. lib. 10. n. 5. Cyriac. contr. 277. num. 1. Perer. de iure lnd. tom. 2. lib. 2. cap. 12. n. 29. Valeron. de transact. tit. 6. q. 2. n. 24. & 83.* explicat, & etiam *Urseol. per tot. q. 98.* ubi multos refert in contrarium, & etiam**

etiam *Pilo d. contr. 6. num. 31. & 32. & Nos diximus d. gloss. 160. n. 9. & ultra eos eleganter exornat Roxas de incomp. maior p. 1. cap. 5. num. 8. & seqq.*) Et quibus expensis fieri, & revideri debeant, *Scobar cap. 42. n. 6.*

778 Error autem calculi, aut est mathematicus, quando de tribus sunt quatuor, vel è contra, aut est iudicis quando in rationibus ponuntur partitæ aliquæ contra jus, & iudicatum: In errore mathematico facilis est probatio, quia resultat ex inspectione scripturæ rationum, in errore juris nihil est probandum, sed solum allegari debet jus, quod semper est certum, solummodo error iudicati est probandus testibus, documentis, aut confessione, ut totum resolvit, *Berart. specul. visit. cap. 23. num. 169. cum multis Villadamor assumpt. 1. pñt. 1. §. 6. n. 7. pag. 35.* * (Idem quod diximus, hic resolvit cum multis *Urseol. de transact. d. q. 98. n. 5. & 6. & per tot. Fermosin. d. q. 4. num. 41. & seqq. & d. q. 3. num. 6. & 7.* Et rationes calculatas fuisse quomodo probetur, tradit *Poss. civil. resol. 5. n. 2.* Ubi quod probatur per testes, etiam si non exprimant de quo calculo factæ fuissent, & illis datis semel non tenetur iterum alias dare administrator, ut iudicatum fuit in causa de qua supra n. 774. & Nos diximus d. tom. 1. ad §. 43. tit. 1. gloss. 155. num. 16. & gloss. 160. num. 7. Nisi probata fraude, aut dolo, & concludenter errore, ut ibi diximus num. 9. & 10. & cætera de rationibus prolequi potest per supra citatos, & nobiscum d. tit. 1. tom. 1. Ord. §. 43. per tot. gloss. 153. & seqq. & vide semper *Quezada Pilo d. contr. 6. per tot. ad multa circa probationem errorum, & vide Urseol. consult. forens. cap. 9. n. 10. & 11.* Ubi etiam, quod calculus factus manu alterius, quam debitoris, debet recognosci, non solum per comparationem manus calculatoris, sed etiam per probationem mandati, seu ordinis eidem datide commissione par-

779 tum interesse habentium.) Cætera

de materiis, & ad varias quæstiones, vide per *Scobar ad tract. de rationum ibi add. Villadamor proxime, Petr. Eug. in miscel. quæst. part. 1. quæst. 20. n. 23. 35. 39. Trentacinq. var. resol. lib. 2. tit. de confess. num. 38. & seqq. & lib. 3. tit. de solut. resol. 7. concl. 252. Chart. dec. 123. Tep. var. sent. tom. 1. tit. 152. de error. calcul. novissime *Molin. & Gufm. verit. jur. 13. n. 6. & 7.* & Nos late diximus in comment. ad Ord. lib. 1. tit. 1. §. 43.*

Et si administrator, vel alius fuerit condemnatus ad reddendas rationes, 780 debet post sententiam sublatam à processu notificari, & moneri ad satisfaciendum sententiæ, & ad reddendas rationes, *L. defendente 21. ff. auth. & conf. tit. cap. ex literis de spons. cap. 2. cap. requisiti eod. tit. cap. bona de postul. pralat. concludit Castilk. tom. 6. cap. 115. n. 19. Carvalal de iud. tit. 3. disput. 1. num. 4. Olea de cess. jur. tit. 5. quæst. 8. num. 2. intra 24. horas in forma, Ord. lib. 3. tit. 86. Mend. in 781 prax. lib. 3. cap. 21. num. 86. Vel intra tres dies, secundum ea quæ, *Barb. de offic. 782 Paroch. cap. 2. n. 34. Larrea alleg. 87. in 10. Olea d. q. 8. n. 6. & 7.**

Post monitionem, & dilationis con- 783 cessæ cursum, si pars non obediat monitioni, aut incarcerandus est, si inveniat, quanvis esset Clericus, vel nobilis, ex his quæ *Burg. de Paz in quæst. civil. q. 5. n. 18. Lara de iust. hom. cap. 19. num. 43. Salgad. d. 1. p. cap. 41. num. 37. & ita praticari testis est Zeval. 2. part. de cogn. per viam violentie q. 118. num. 9. & 784 per censuras Ecclesiasticas, iuste compellitur in iudicio Ecclesiastico, multis relatis *Guarb. dec. 94. num. 1. Olea d. q. 8. num. 8. & seqq.**

Et si non inveniat, ob contuma- 785 ciam debent fieri ad rebelliam, ut iudicavit Senatus in causa *Henrique Bombelnam, adversus Sebastianum Mulapud Notarium Dominicum Ludovicum de Oliveira, anno 1661.* Et tunc victor debet 786 præsentare rationes suas in iudicio, ad hoc, ut pro præstitis, & factis habeatur, arg. *L. si ego 9. §. alieni ff. de iur. dot. Franc.*

- Franch. dec. 310. Carlav. de jud. d. tit. 3. disp. 3. num. 21. Thoro 1. tom. comped. verb. assensum fol. 49. Capic. Galeot. lib. 2. contr. 66. num. 30. Fontan. dec. 252. num. 5. & 6. Olea d. q. 8. n. 17. 18. 19. & 20.*
- 787 Et factis rationibus pro solutione reliquorum facto calculo regulariter procedendum est contra administratorem, tutorem, vel alium per capturam, privilegio nobilitatis non obstante, & etiam muliebri, & faminino, ut cum multis latissime prosequitur, & exornat *Salgad. in labyrinth. credit. 1. p. cap. 41. num. 7. cum multis seqq. Olea d. quaest. 8. n. 9. & seqq.*
- 788 Dixi regulariter, qui pater, & mater ad instantiam filiorum non debent
- 789 in hoc casu capi, *Franch. dec. 366. Paschal. de virib. patr. potest. p. 2. cap. 9. num. 13. Gait. de credit. cap. 3. num. 1082. Ubi idem procedere asserit in alijs ascendentibus, & parentibus spiritualibus.*
- 18 Et locer, qui ad instantiam generi non
- 790 carceratur, sequitur *Paschal. sup. Rodrig. de execut. cap. 5. num. 59. qui refert Perlador. 2. p. rer. quot. cap. fin. 5. part. 5. 6. num. 18. videndus Viscont. & Amend. ad Franch. dec. 164. ubi add. & dec. 366. Similiter nec carceratur frater ad instantiam fratris, ut resolvunt Thesaur. dec. 119. Paschal. d. cap. 9. num. 20. Gait. sup. n. 1105. Viscont. & Amend. d. dec. 162. quæ sententia requiritur est, licet contrariam*
- 792 teneat Baec. quem sequitur *Hering. de fideiuss. cap. 27. p. 4. num. 91. Girò d. de pri-*
- 794 *vileg. q. 88. num. 415. Hic etiam, qui non nisi in quantum facere possunt, conveniuntur, carcerari non possunt in hoc casu Gait. sup. num. 1195. Pasch. num. 13. Mand. in patroc. rebitor dec. 3. q. 1. num. 110. Rsdrig. de execut. cap. 5. n. 59. Joann. Castagn. deduct. ne geat cap. 16. Et revertendo ad argumenta.*
- Ad 4. de text. in L. 2. Cod. arbitr. tut.
- 795 respondetur, text. specialiter procedere in actione nominum debitorum pupilli, quæ debita tutor non contraxit, & ideo præsumitur ignorasse conditionem debitorum, propter quam rationem si debitores facti fuerint non solvendo, tenebitur solum ex magna negligentia, & culpa lata, ut resolvit *August. Barb. in collect. ad d. text. Gut. 2. p. de tut. cap. 26. num. 8. & 3 p. cap. 1. n. 98. Cald. d. verb. sine curatore num. 5. Valase. d. cap. 8. n. 19. Del Rio d. cap. 13. Srobar de racion. num. 21. & seqq. cap. 19. Olea d. q. 12. num. 22. tit. 5. Quia ut detrimentum nominum tutori, vel alio adscribatur, considerabilis ejus negligentia necessaria erit, nec quælibet levis culpa sufficiet, præcipue cum debitores semper benigne, & salva honestate conveniri oporteat, L. 1. Cod. comere. & mercat. L. si servos 25. ff. pign. act. singularis text. in L. si bene ff. de usur. ibi: Dummodo non acerbum se ex actorem, nec contumeliosum præbeat, sed moderatum. & cum efficacia benignum, & cum instantia humanum: exornant ex alijs *Carlav. de jud. tom. 1. lib. 1. tit. 1. disp. 2. num. 2. Qui ratione excusatur tutor, vel curator, qui debitorum magna paupertate oppressum non compulsi ad solutionem, L. Thais. §. fin. ff. fidei commiss. lib. Valenc. d. conf. 179. num. 75. Lara de annivers. lib. 1. cap. 22. num. 32. Olea d. int. 5. d. q. 12. n. 22. 799 & 23. Ubi etiam num. 1. & seqq. quid dicendum in marito non exigente nomina debitorum. Et si debitores sunt non solvendo tempore, quo tutor, vel administrator officium deposuit, præsumitur eos fuisse tales tempore susceptæ tutelæ, unde tenetur pupillus administrationis, & suscepti officij, ut periculum pertineat ad tutorem, gloss. in L. 2. vers. si susceptæ Cod. arbitr. tutel. Immol. conf. 75. num. 2. Fulg. conf. 25. num. 6. quos refert, & sequitur Gratian. qui loquitur in quolibet alio administratore, *Forens. cap. 125. num. 1. & seqq. 803***
- Ubi etiam dicit, quod requiritur dissoluta negligentia, ut tutor teneatur de non exactis, resolvit *Antonel. de temp. leg. lib. 1. cap. 6. n. 14. & 15.*
- Neque obstat, L. si tutor. 16. ff. administr. & tut. Ubi tutor tenetur, si debitor sit pupil.

pupillares, ejus culpa fuerint non sol-
vendo, quæ cum fiat mentio de cul-
805 pa, intelligitur de levi. Quia culpa
nomen à lege probatum intelligitur
de culpa levi, vel maiori, ut dicit Bald.
in autb. quod locum n. 5. Cod. collat. Anton.
de tempor. leg. lib. 2. c. 98. n. 57. Quia res-
806 pondetur, cum glossi ibi, & Cald. d. n. 5.
culpam, de qua in d. text. reducendam
807 esse ad terminos d. L. 2. Neque obstat
etiam L. periculum 35 ff. si certum petat.
quia text. ille procedit indebitis con-
tractis per ipsum tutorem; non autem
in hæreditariis, ut advertit Cujac. 3. dif-
ferent. Modest. in d. L. periculum: juvat
L. filius 39. ff. neg. gesti. L. fin. h. ult. ff. ad-
ministr. rer. ad evit.

808 Ad 5. de L. 1. ff. tut. & rationibus, res-
pondetur, quod licet regulariter tut-
or satisfaciatur evitando dolum, & le-
vem culpam, ut diximus, tamen hoc
non sufficit, quando ipse tutor in re-
bus proprijs fuerit diligentissimus;
quia tenebitur eandem diligentiam
in rebus pupilli præstare, quod
postulat favor pupilli, & sic intelli-
gitur d. L. 1. ne alias aliqua sinistra suspi-
cio detur contra tutorem arg. L. quod
Nerva ff. deposit. ita del Rio d. cap. 13.
juvat Scobar de ratiocin. cap. 25. n. 3.

809 Ad 6. objectionem de L. 1. Cod. hæ-
red. tutor, respond. proponere aliam
limitationem ad regulam supra posi-
tam; nam licet teneatur tutor de levi
culpa; tamen hæres tutoris non tene-
tur, nisi tantum de dolo, & lata culpa.
Ratio est: quia culpa tutoris extingui-
tur ejus morte, nisi in tribus casibus
de quibus in d. L. 1. & ideo hæres non
cogitur præstare culpam. At vero do-
810 lus, & lata, cum sapiant delictum, non
extinguntur quoad damnum, & ita
intelligitur text. in L. curatoris 17. Cod.
neg. gesti. L. 4. ff. mag. conven. tutoris
40. §. tutor datus ff. adm. tut. Gut. de tutel.
2. part. cap. 16. num. 9. Selsus lib. 6. de dolo
cap. 23. Cald. d. verb. sine curatore num. 6.
Galgan. de tutel. lib. 2. tit. 26. numer. 4.
Cujac. 9. respons. Paul. sup. L. ult. de hæ-

red. tut. Quod etiam procedit, si ipse 812
hæres nomine proprio res pupilli post
mortem tutoris administraverit; ad-
huc enim tantum de dolo, & lata te-
netur L. 1. L. 4. ff. fidejuss. tut. L. 2. L. alio
jure 4. Cod. in litem jurando. Ratio est, 813
quia mitius cum hærede agitur, quam
cum tutore, qui ex levi culpa non te-
netur pro sua administratione, Cujac.
ubi sup. Fab. lib. 1. de conjectur. cap. 12.
Donel. lib. 26. cap. 9. Valasc. d. cap. 8. num.
19. Sed obstat d. L. fin. ff. fidejuss. ibi: Do- 814
lum, & culpam præstare non debet, qua-
si hæres tutoris, etiam de culpa teneri
possit, nam ultra responsionem, Cujac.
ibidem, dic, quod argumentum pro-
cedit circa administrationem tutoris,
qui cum non esset jure datus, se non
immiscuit administrationi. Posito er-
go casu, quo se immiscuisset, hæres
ejus posset teneri etiam de culpa levi;
etiam in tribus casibus, de quibus in d.
L. 1. Cod. hæred. tut. non vero extra il-
los. Unde jam verificatur argumentum
in tota sua vi.

Ad ult. arg. d. §. qui alienis, respon- 815
detur text. ibi requirere exactam di-
ligentiam; quia tutor, de quo ibi, se ob-
tulit tutelæ, juxta terminos, L. non om-
nium Cod. tut. qui satis non dedit §. 1. In-
fuit. de Satisf. tit. Gut. de tutel. 1. p. c. 14.
qui text. limitationem præscribit ad 816
nostram resolutionem in tutore, qui
voluntarie administrationem suscepit,
offerente satisfactionem, ut solus ad-
ministret, prosequitur Cujac. lib. 39. ad
edict. Paul. ibidem: ubi etiam Gotofred.
Del Rio d. cap. 13.

Primo Amplia resolutionem, ut pro- 817
cedat etiam in curatore bonis dato,
juxta terminos tit. ff. & Cod. cur. bon.
dand. Ord. lib. 1. tit. 89. & ibi Barb. in re-
miss. Salgad. in labyrinth. 1. part. cap. 13.
n. 3. & seqq. Nam, & hic etiam tenetur 818
de dolo, lata, & levi culpa, Galganet.
de tut. lib. 1. tit. 13. n. 19.

Amplia secundo in administrato- 819
re quolibet, & in eo, qui petit, & te-
net bona absentis per administrationem

Hh

de

de quo, & quando absentis bona sint adjudicanda proximioribus consanguineis, vel eorum ad niniistratio concedenda: Et quid si proximior sit femina? Et quanto tempore debeant abesse? Et de alijs circa materiam, vide *Ord.lib.1.tit.62. §. 38. & tit.89. §. 1. L. 14.p.3. Scohar de ratiocin. inc.6.n. 47. & cap.28.num.29. Barb.in remiss.ad d.Ord. Gut.de tutel.3.part. cap.17.num.3. Montalegr.lib.1. cap.7. num.10. Gomez. Leo, quem refert Tepar.tit. 132.cap.3. versic. fin.Ripol.var.cap.10.n.153. Parlador.lib. 3.4.2. & §.1. Boer. dec.88. Lara de Aniverj. & Capel.lib.1.cap.22.n.16.Hieron.de Leon dec. 72. Brocbon. Corel. 1. post dec. Minard.Paz.in prax.tom.1.part.3.n.11. pag.86. Fab.in Cod.ad tit.de curat.furios. def.1.ad 7. & def.9. & de obligat. & act. def.2. Bayo lib.2.prax.95. Fontanell. de pact.nupt.claus.7.gloss.3. part.1. n.33. & sequentibus: Joseph Vela 2.tom.dissert.49. num.88.Valenz.conf.17.Pheb.1.part.dec. 42.n.5. & seqq. Gut.practic.lib.2.4.7. Salgad.in labyrinth. credit. 1.p. c.8. n.49. & 820 cap.13.num.2. & 3. Ubi n.4. de administratore, & curatore hereditatis jacentis, & num. 5. de curatore prodigi*

821 & *Ord.lib.4.tit.10.3. & num.seq. de alijs administratoribus, & curatoribus, ubi latissime, & debet omnino videri de materia, quia eam explicat eleganter, & etiam tradit, quæ sit ejus obligatio, & ad quem competat nominatio eorum, & quid debeat intervenire ad traditionem bonorum, & alia multa omnino videnda, refert cum multis juribus, & DD. (Et Nos diximus late tom.4. ad tit.50. & ad tit. 62. §.38.)*

* Nam hi etiam tenentur de dolo, lata, & levi culpa, ut in quocunque generali administratore resolvit, *Scohar de ratioc. cap.19. à princip. per text. in L.2. Cod. si tut. vel curator non gess. L. ult. §. fin. ff. administr. rer. & civit.*

824 Amplia 3. in Decurionibus, & Magistratibus administrantibus res civitatum, vel oppidorum: de quibus, & ad varias quæstiones de obligatiobus eo-

rum, & de materia, vide *Ord. lib.1. tit. 66. & ibi Barb. in remiss. Senator. Ribeyr. relat.2. n.17. 39. & 44. Leitam in prax. fin.reg.c.3.n.5. & cap.10.n.20. & seqq. Carvalh. in cap.Raynaldus de test.1.p.n.436. tit. ff. & Cod. decur. Amaya in tit. Cod. Decurion.lib.10. tit.30. latissime Fragos. de regim. reip. lib.7. p.1. disp.19. per totam, ubi multos refert. Nam hi etiam tenentur de dolo, lata, & levi culpa, ut probat text. in L.3. & in L. magistratur. 7. & in L. ult. §. fin. ff. administr. rer. & civit. prolequitur Decian. tract. crimin. lib.1. cap.6. num.15. Scohar d. cap. 19. in princip. (Et me citato hoc in loco Doctissimus Ladin de syndicat. cap.13. num.8. & antec. ad varias quæstiones.)*

Amplia quarto in præfecto fisci, seu thesaurarijs, vulgo *Thesoureyros*, de quibus *Ord.lib.1. tit.70. Cost. annot.26. Fragos. d. lib.7. disp.22. Amaya in tit. Cod. de suscept. præposit. & arcar. lib.10. & Quæstoribus ærarij, vulgo Almozarifes de quibus, Ord. lib. 2. tit. 52. 53. Pheb. dec. 134. Amaya in Cod. lib. 10. tit. de exactorib. tribut. Cum alijs, Leotard. de usur. 9.39. num.42 & seqq. & ad varias quæstiones, Gibalin. de usur. lib.1. cap. 8. confect. 16 pag. 140. & in tribunis ærarijs vulgo *Ricehedores*, de quibus *Ord. lib. 1. tit. 66. §. 49. Amaya proxime: Cost. ad Caminh. pag. 66. vers. in gloss. Fragos. ubi sup. omnes tenentur non solum de dolo, sed etiam de lata, & levi culpa, juxta supra dicta, & quæ resolvit in iidem terminis, Fragos. d. lib. 7. d. disp. 22. n. 30. & 31.**

Amplia 5. in parte administrante bona adventicia filij: de quo sit mentio in *Ord.lib.1. tit.87. §.6. & 7. & ad varias quæstiones de materia circa citationem, & ad causam bonorum adventitiorum, an sufficiat in patre, vel sit necessaria in filio, & quæ sint bona adventicia, & in quibus pater habeat usumfructu: vide per *Ord.l.4. tit.98. & ibi Barb. in remiss. Pheb. dec. 36. Mend. à Castr. in L. cum oportet, Cod. de bon. quæ liber. Carwallian cap. Raynaldus de test. 4.p. cap.1. num.51. & seq.**

- 830 & seqq. & num. 252. & seqq. Mend. in fin. 1. p. rest. 6. Ord. lib. 1. tit. 87. § 6. latissime cum multis DD. Olea de cess. jur. & act.
- 831 tit. 2. q. 6. n. 16. & seqq. Ubi num. 34. & seqq. de citatione, & Pereyra de Casfr. dec. 19. & 124. Nam hic etiam tenetur de dolo, culpa lata, & levi, ex dictis, & ijs, quæ Pinel. in L. i. Cod. bon. matr. 2. p. 33. Gut. de Gabel p. 3. cap. 1. n. 25. Cald. in L. si curator. verb. lesu n. 134.
- 832 Quid autem dicendum sic in præfecto arcis, oppidi, vel civitatis, & quando teneatur, & ei culpa imputari possit, arcem, sive castellum, civitatem, aut oppidum deleat, aut illud tradat inimico? Vide latissime Aug. Barb. lib. 2. vot. 91. per tot. & de qua culpa teneatur uti fructuarius, Castill. lib. 1. cap. 20.
- 833 Amplia 6. in prælato, qui etiam tenetur de dolo, lata, & levi culpa, Cap. quicumque 12. q. 4. ubi ita docet gloss. verb. aut neglectum recepta, ex Boer. dec. 44. n. 14. Cov. lib. 3. var. cap. 2. n. 1. Vafq. in usfreq. cap. 9. num. 20. Spin. de testam. gloss. 8. n. 53. Sanch. de matrim. lib. 6. disp. 4. n. 15. Paul. Comit. lib. 1. resp. mor. q. 85. quos refert, & sequitur Arias de Mesa var. lib. 3. cap. 23. n. 26.
- 834 Amplia 7. in præposito negotiatione, quid etiam tenetur de dolo, lata culpa, Bart. in L. i. §. & quia plerumque ff. offic. prælect. vig. & in L. quod Ner. va in 4. q. ff. deposit. Rot. Gen. dec. 172. num. 1.
- 835 Quid dicendum circa hæredes gravatos in fideicommissis, dic, quod si pure graventur, tenentur præstare dolum, & latam culpam, ut probatur ex L. mulier 22. §. sed non ff. ad Trebel. ubi communis per Alexand. Molin. de primog. lib. 1. cap. 27. num. 4. Peregr. de fideicommiss. ar. 10. n. 28.
- 836 Sed obstat L. cum res 49. §. 1. ff. leg. 1. Ubi hæres gravatus restituere legata, & fideicommissa, tenetur non solum de dolo, & lata culpa, sed etiam de levi, & levissima. Deinde obstat L. si servos 111. §. cum quid ff. eod. Ubi gravatus tenetur etiam de culpa levi. Ultimo ob-

stat, L. cum ita 32. §. Species ff. legat. 2. Ubi solummodo dolus venit. Qua propter 838 distingue cum Barb. num. 4. in d. §. culpa, faciendo tres casus. Primus est, quādo hæres gravatur legatum, seu fidei- 839 commissum particulare præstare: quo casu, tenetur etiam de levissima, ex co quia tota utilitas testamenti remanet penes illum, & sic procedit d. §. culpa. 840 Secundus casus est, quando legatarius, vel fideicommissarius particularis, gravatur restituere: quo casu de dolo, & lata tenetur, quia nulla utilitas manet penes ipsum, & sic procedit d. §. cum quid in 1. casu. Si autem aliqua utilitas ma- 841 neat penes gravatum, tunc tenetur etiam de culpa levi, & sic intelligitur d. §. cum in 2. casu. Tertius casus est, quādo hæres gravatur restituere totam hæ- 842 reditatem fideicommissario: quo casu si est gravatus pure, tenetur tantū de dolo, & lata, quia non dicitur accipere commodum ex testamento. Nam quarta Trebellianica maxime contra voluntatem testatoris accipitur, & ita intelligitur id. §. sed non. Si autem fidei commissum sit conditionale. ex quo utilitas hæredis est, tenetur etiam de levi, juxta communem, de qua Molin. d. n. 4. & ibi add. Peregr. d. n. 28. Sels. lib. 5. de dol. cap. 3. n. 52.

De materia fideicommissi agunt præ- 844 ter Ordinarios in tit. ff. & Cod. fideicommiss. Donel. cōment. jur. lib. 7. cap. 15. 16. 17. & 20. & lib. 8. cap. 1. cum seqq. Mant. de cōject. ult. vol. lib. 7. 8. 10. & 11. Bened. in c. Rainut. verb. si absque lib. Menchac. de successor. proges. lib. 3. q. 24. 25. & 26. Gabriel com. lib. 4. tit. de fideicommiss. Tusc. lit. S. concl. 786. & lit. T. concl. 225. Cost. in cap. si pater, verb. obliqua, verb. Trebellianica, Cov. in cap. Rayn §. 11. Picbard. in tit. insit. de fideicommiss. hered. Cancer. 1. var. cap. 1. ex n. 29. & c. 2. Fular. cons. & fideicommiss. & Peregr. eod. tract. Spin. in speculo test. gl. 27. Valder ad Suar. alleg. 17. n. 22. Facchin. l. 7. c. 12. & l. 10. c. 48. 52. 94. & lib. 12. c. 78. Gom. 1. tom. var. c. 5. & ibi Aylon in add. ubi multa refert Cypiac. in indic. hoc verb. Hb ij Idem,

844 Idem, quod dicitur in fidei cõmissa-
rio, dicendum est in possessore maio-
ratus, & in hærede possessoris, qui te-
netur non solum de dolo, sed etiam
de lata, & levi culpa; quia in vita sua
percipit fructus ipsius maioratus, Mol-
lin. d. cap. 27. num. 4. & 6. Peregrin. d. art.
10. n. 28. eleganter Valeron de transact.
tit. 4. q. 2. num. 11.) Et vide Castill. de ali-
ment. cap. 45. Ubi de culpa circa de-
teriorationes maioratus, de quibus
diximustom. 1. Cõment. ad Ord. ad proem.
gloss. 44. & sententiam sequentem cir-
ca damnificationem bonorum maiora-
tus factam à possessore, & sua cul-
pa.

No feyto de appellação de Francif-
co Juzarte da Fonseca, contra a Ma-
dre Abbadesa, & mais Religiozas do
Mosteyro do Bom Successo, Escrevã
Manoel Pinheyro da Costa, se deu a
sentença seguinte.

Vossos estes autos, &c. Mostrase por
parte dos Ael. que por lhes pertencer a
successão do morgado de Maya, que va-
gou por morte da Madre Soror Maria
Magdalena de Christo, de quem as RR.
& seu Mosteyro são herdeyras, lhes foy
julgado o dito Morgado, & mandadas res-
stituir as propriedades delle, entre as
quas he huma quinta, cita a Bemfica,
termo desta Cidade, a qual lhes foy restitui-
da com grandes damnificações, que se
causarão por culpa, & omisão das RR. no
tempo de vinte & dous annos, que possui-
raõ com a dita defunta o dito morgado,
& acontecerã assim nas casas da dita
quinta, como em huma Ermida della no
jardim, que se arrancon, nos passos, acon-
de se abrião brechas nos muros, assim
dos que cercavaõ os ditos passos, como nos
que dividiaõ os quanteyros da borta, &
larangeyras, & os mais do arco da quinta,
que em parte se arruinaraõ, & assim
mais nos canos da agua, que vinhaõ dos
ditos passos para regar a borta, & jardim,
que se entupiraõ, & quebraraõ, & huma
casa de recreação, que estava na dita quin-
ta, se começou de arruinar, como de tudo

se faz por extenço particular menção no
libello, com outras mais damnificações,
que todas as RR. tinhaõ obrigações de
concertar, & como o não fizeraõ, se não
põde dizer satisfizeraõ a restitução da
dita quinta plenariamente, largando-a
tão damnificada, & assim devem ser con-
demnadas a pagar as ditas deteriorações
aos AA. Por parte das RR. se mostra não
serem herdeyras da dita Religiosa defun-
ta, possuidora que foy do Morgado, & que
della não ficaraõ bens alguns, & as dam-
nificações da quinta, de que se trata, &
se acaso houve algũa, não procederaõ por
culpa da dita Religiosa, nem das RR. mas
dos colonos da dita quinta; antes as RR.
em tendo noticia, de que nella eraõ ne-
cessarios alguns concertos, acodiaõ logo
a mandarlhos fazer, com que em razas
de sua clausura, & não poderem ver a
dita quinta, nam encorreram em culpa
alguma, nem devem ser obrigadas pelo fa-
cto albeyo dos colonos, & porque na dita
quinta ha oytos contos, & vinte mil reis de
bemfeytorias do quarto anno, & quinhẽ-
tos mil reis de bens livres, que tudo per-
tence às RR. pedem aos AA. por recon-
tenças as ditas quantias, em que devem
ser condemnadas. O que tudo visto, com
o mais dos autos, & como dellas consta
pela Certidão a fol. 210. estar julgado aos
AA. o morgado, de que se trata, a que
pertence a quinta da contenda, como se
mostra da justificação a fol. 214. & del-
la estaõ os AA. de posse, em virtude da
dita sentença, como consta pelas testemu-
nhas de sua inquirição, das quaes tam-
bem se prova possuirem as RR. a dita
quinta em vida da Madre Soror Maria
Magdalena, successora que foy do dito
morgado, de que tambem foraõ herdeyras,
& por taes habilitadas na sentença
fol. 86. vers. termos em que de direyto es-
taõ obrigadas a satisfazer as damnifica-
ções da dita quinta, que deviaõ con-
certar, & reparar, para que não chegas-
se a ser ruinas, & deteriorações, que se pro-
vãõ concludentemente pelas ditas testem-
unhas dos AA. succederaõ no tempo da
põe

posse das RR. do que as não livra dizem, que as ditas damnificações aconteceram por culpa dos Cazeiros, & Colonos, & não sua, & que não tiveram notícia, em razão de sua clausura, por quanto tinham obrigação de saber, a quem arrendaram a dita fazenda, & como lha tratavam os rendeiros, já que cobravam os fructos delles, pela qual razão, ainda que algumas das ditas damnificações fossem por causa do tempo, deviam as RR. reparallas pelo lucro, que da renda recebiam, por serem despesas necessarias, & assim incorrerão em culpa leve, ao menor, que basta de Directo, para serem condenadas. Condeno as RR. satisfazão aos AA. as ditas damnificações, a saber do muro, que cerca o pumar da casa de refresco, dos canos da agoa do poço de cima, com que se regava o jardim, que se quebrara, & entupira, & a brecha do muro do dito poço, & damnificações ao tanque, & jardim de murtas com arvoredos, que se cortaram, & assim mais as do poço de bayxo, & muros, que repartem os quarteiros do pumar, jardim, & alegretes, & pumar das larangeyras, do telhado do pombal, paredes da coelheira, & as mais damnificações do quarto velho das casas, & do novo, cozinhas, casas do pateo, lagar, & coelheira, que se liquidará por louvados na execução desta. E absolvo as RR. da damnificação da Ermida, por quanto se não prova, que esta succedesse no tempo das RR. antes consta da testemunha dos AA. contra producentem fol. 105. que a dita Ermida estava já arruinada, quando as RR. entraram de posse da dita quinta, & os AA. acabaram de a desfazer, como afirma a sua testemunha fol. 129. vers. & do mesmo modo as RR. de satisfazerem a talha, que estava na adega, porque nem se prova, que a dita talha fosse de morgado, nem que as RR. a mandassem tirar, & o dito da testemunha fol. 154. não faz prova bastante, por singular materia. E deferindo a reconvenção das RR. na parte, que toca às benfeytorias das casas, que fez D. João de Menezes, absolvo aos AA.

por quanto, como se prova da Certidão fol. 136. as ditas benfeytorias foram já partidas no inventario do dito D. João, & couberam à viúva sua mulher, a quem depois as satisfiz a Madre Soror Maria Magdalena de Christo, como successora do morgado, tomando a quantia dellas em desconto, do que a dita viúva, como consta a fol. 169. & vers. & assim, sendo já satisfeytas pelo successor do morgado, perderão a natureza de livres para se tornar a fazer partilha dellas, & ficaraõ incorporadas no dito morgado, para com elle passarem ao successor: Visto porém como as RR. na sua segunda parte da reconvenção, pedem aos AA. quinhentos mil reis de bens livres, que estão misticos com a mesma quinta, dos quaes consta pela Certidão fol. 169. vers. ainda que confusamente; com tudo, não negaõ os AA. que baja os ditos bens, antes confessão, que na dita quinta ha propriedades foreyras, como se vê do primeyro artigo da contrariedade fol. 26. & sendo assim, as taes propriedades, não pertencem ao morgado, mas às RR. como berdeyras da dita Religiosa, a que foram dadas por livres dição fol. 169. o que tambem se verifica com as testemunhas dos AA. fol. 122. & 145. vers. sobre a vinha, que foy de Francisco da Lomba, que está na dita quinta agora, & senão mostra, esteja vinculada a ella: Condenaõ aos AA. tornem as propriedades às RR. ou seu justo valor, não tendo comoda divisaõ, que se avaliará por louvados, & as ditas propriedades se confrontarão, & medirão na execução desta, & paguem as partes de permeyo as custas. Lisboa 10. de Novembro de 676. Antonio Baracho Leal.

A qua sententia fuit appellatum ad Supplicationis Senatium. Ubi lata fuit sententia sequens,

Acordaõ do Desembargo, &c. Bem julgado he pelo Juiz, em condenar as RR. na forma de sua sentença; como tambem condenar aos AA. restituiraõ às RR. as propriedades livres, ou seu justo valor.

Hb iij

Po

Porém em absolver aos AA. das bemfeytorias feytas por D. João de Menezes, nas casas da quinta da que se trata, & que as RR. lbes pedem por reconvenção não foy por elle bem julgado, reformando nesta parte sua sentença, cumprase o confirmado por algunt de seus fundadores, & mais dos autos: E como delles se mostre, que o possuidor D. João de Menezes pay, & sogro dos AA. fez as ditas bemfeytorias, que ficaraõ a sua mulher, & berdeyra, & esta as dar em pagamento a sua cunhada a Madre Soror Maria Magdalena de Christo, possuidora do dito morgado, & não consta, q se pagassem, a q os AA. como successores do morgado estaõ obrigados: Condenaõ aos AA. paguem às RR. as ditas bemfeytorias que avaliarãõ na execucao desta sentença, & paguem as partes as custas de permeyo. Lisboa 9. de Março de 677. Doutor Freyre. Nevaes. D. Alvarez Coelho. Vellez.

Soror Maria Magdalena possessor fuit maioratus, cui pertinet villa, de qua est sermo, & ejus heredes extiterunt Rex, ut fol. 86. verl. Nunc Actor possessor est ejusdem maioratus, & Villæ, unde legitima est ejus persona ad agendum, & recte in Reas procedit actio, ut heredes ejusdem Mariæ, *L. videamus ff. quod met. caus.*

Et quia contentio multiplex est, & circa multa, & leparata versatur, leparate etiam de eis agendum est, & saltem de illis, quæ maioratus dubitandi causam secum ferre videntur.

Et in primis existimo meliorationes ædium Reis pertinuisse, ut pertinebant Moniali Mariæ, cujus heredes sunt. Et Mariæ pertinebant, quia eas accepit in solum a Domina Dorothea, quæ in eis hæres mariti fuit, qui eas fecerat, & sicut ille, quia fecit, potuit illas uxori suæ relinquere, ita Maria, quia eas insolutum accepit, voluit illas Reis relinquere, & sicut Joannes posset Sorori Mariæ relinquere, quæ tunc Reis easdem relinquere posset, ita potuit, quia illas habuit ad hærede sui fratris, non ut vinculo suppositos,

sed ut liberat, & in solutionem datas: ex hac enim causâ naturam suam primariam non amiserunt. Et si Maria, potuit eas accipere, quia liberat, cur non potuit eas eodem modo suis hæredibus relinquere? In hoc enim iudicium familiæ eriscundæ non ladiatur, nec partitiones factæ immutantur, sed rerum natura, quæ ibi agnita fuit, nunc quoque peræque custoditur. Quare in hoc Judicem probare non audeo, in reliquis placet ejus arbitrium. Ulyssipone Februarij 10. de 1677. Vellez.

U usufructuarius, qui usufructum ex dispositione hominis accepit, non nisi ad expensas modicas tenetur, hanc resolutionem tradit *Gom. tom. 2. cap. 15. n. 7. Pinel. Ludovicus, Molin. Bald. Angel.* quos refert, & sequitur idem Pinel. in *L. 1. Cod. bon. mater. p. 2. num. 16. Gregor. Lop. in L. 22. tit. 31. p. 3. L. in rebus §. possunt ff. commod.* Unde si murus ceciderit, vel domus ex vetustate aliqua corruerit, non potest compelli hæres ad hunc damnum refarciendum, *L. hætenus ff. de usufruct. ibi: Si qua vetustate corruerit, &c. tenet etiam Alberic. ibi.* Quia expensa illa ad perpetuum utilitatem rei pertinet, & non solvit fructus. Quare tantummodo Reis condemnare in expensis, pro reficiendis tectis, domibus, & alijs; in reliquis vero cum sapientissimo Domino convenio, sic reformato Judice. Ulyssipone Februarij 2. de 677. Nevaes.

Ego confirmarem, quoad actionem sententiam meritissimi Judicis in totum: Nam quo ad actionem, video, quod Rex se eximere tentant, impetando colonis culpam, qua mediante damnificationes sequutæ fuerint bona, quam ipsæmet Rex sustinere debent, uti hæredes illius Mariæ Magdalænæ, quæ certe in culpa fuit, cur tales elegit colonos. Et cum existiment, quod ad omnes istas reparationes tenebatur ipsa; eo quod gratia fructuum potius, quam utilitate perpetua marior-

ioratus fieri debebant, & qualitas reparationum posita sit in arbitrio iudicantis; prout ait gloss. in dict. leg. usufruct. 7. §. quoniam ff. usufruct. Igitur confirmarem Iudicem, uti bene arbitramur in hac parte, sicut in ceteris actionis parcellis, propter fundamenta ab eo ponderata.

At vero, quo ad conventionem sententiam revocarem; quia adhuc memoratae meliorationes, solutae non fuerunt. Nam etiam Dorothea fuissent adjudicatae, uti bona libera defuncti, cujus ipsa haeres extitit, nunquam per legitimum successorem huius maioratus fuerunt huc usque solutae. Legitimus enim successor fuerat Actrix, quae certe nunquam praedictas meliorationes solvit huc usque. Licet enim Maria Religiosa de facto successisset, haberet, ac si non successisset; eo quod ab ea, ejus vè Monasterio evicta fuit ista villa, de qua agitur. Et ita non venit in considerationem illa solutio harum meliorationum, quae inesse intelligebatur inter Mariam, & Dorotheam. Qua propter non recte casui occurrenti accommodatur, Ord. lib. 4. tit. 97. §. 23. Quae procedit, quando femel melioramenta soluta fuerint, ut scilicet evitetur infinitas, quam post alios consideravit; Barb. in L. divortio 8. §. fin. num. 11. ff. soluto. Igitur revocetur Iudex in hac parte reconventionis; attamen in secunda parte illius Iudicium confirmetur Ulyssipone 5. Martij 677. D. Alvarez Coelho.

Maria, cujus haereditas Rex extiterit, verè maioratus possessor fuit, & neque, dum vixit, aliqua sententia ei, sive Monasterio ablata est possessio; & cum res maioratus non refecit. Propter quod deterioratae satis probantur sine dubio. Et ita tenentur Rex ad damnificationem, & restitutionem, ut passim notant nostrates, ut per Molin. lib. 1. cap. 27. ubi Addentes. Et neque excusari à culpa damnificationum Maria, sive ejus Monasterium valet; cum

fructus, & proventus villae acceperint, & tenebantur damna, & refectiones, explorare: Quare cum ex testibus Actoris in parcellis, in quibus Iudex condemnat, late pateant damnificationes, sententiam amplector cum primo, & tertio Dominis quo ad actionem; nam quo ad reconventionem dicere non valeo, cum jam sit evictum. Ulyssipone 9. Martij 677. D. Freyre.)

De materia maioratus, & ad varias quaestiones vide Molin. de primog. Mierrez de maiorat. Robl. de represent. Giurb. de feud. Lim. in add. ad Molin. Castill. lib. 2. contr. cap. 2. 4. 9. 20. 21. 22. & lib. 3. cap. 12. 14. 15. & 19. & lib. 4. §. 6. per totum, latissime etiam Fragos. de regim. reip. p. 3. lib. 9. de jur. primogenitura disp. 18. per totam, ubi multos refert Ord. lib. 4. tit. 100. & ibi Barb. in remissi. Salgado, Olea, Tondut. Ansaldo. Arias de Mes. Flor. Gam. Cabed. Phab. Pinbeyro, Acofia de privileg. credit. Larrea dec. 8. 3. 1. 32. 33. 34. 35. 37. 38. 47. 51. 52. 53. 54. 55. 56. 57. 58. 63. & 67. Mend. in prax. 1. & 2. p. l. 3. cap. 9. Reynos. observ. 7. 14. 15. 22. & 23. 26. 36. 53. 70. & 73. Noguerol. alleg. 1. & 9. & in indic. hoc verb. Augusti. Barb. vot. 30. 44. 59. 72. & 73. Peres Sigiller conf. 1. 3. 6. 21. & 23. pag. 296. Valasc. de just. acclam. per tot. & in perfidia lib. 2. tit. 1. & seqq. Souf. de Maced. dec. 16. & 19. & in Lusitan. lib. 1. & seqq. Ramon. conf. 15. 16. 17. 46. 47. 48. 49. 67. & 74. Dorta in alleg. vide Casa de Villa Real: Ganaver conf. 1. & seqq. latissime Joseph Vella 2. p. dissert. 48. & 49: per tot. Petr. Jordan. Ursin. de success. Feud. Pereyre de Castr. dec. 5. 8. 14. 21. 25. 48. 108. 116. 122. & 129. Valenc. conf. 23. 40. 60. 63. 69. 97. & 113. 134. 172. 182. & 185.

De materia tutorum, & curatorum, 846 & ad varias quaestiones, vide Ord. lib. 4. tit. 102. & 103. & ibi Barbof. in remissi. tot. tit. ff. & Cod. de tut. Antonell. de temp. leg. Staiban. Cyriac. Tondut. Marin. Merlin. in indic. hoc verb. & Salgad. Olea, Ramon. Durad. Valasc. Mend. in prax. 1. & 2. p. l. 4. cap. 8. §. 13. Peres Sigiller conf. 40. Ramon. conf.

conf. 4. latissime Ganarver conf. 6. per tot. Valenç. conf. 36. & 148. Fragos. de regim. reip. p. 1. lib. 6. disp. 16. per totam, ubi multos refert Montan. Galgane. Gut. de tutel. Aug. Barb. in tit. Cod. de testam. tut. cum multis seqq.

- 847 Decimo quinto infertur, mandatarium, qui mandatum recepit teneri ad dolum, latam, levem, & levissimam culpam, ut probatur ex *L. a procuratore L. in re mandata Cod. mandati L. servos 63. §. quod vero ff. de furt. Com. tom. 1. conf. 61 num. 7. Conan. lib. 7. cap. 14. n. 7. Mantie. de tacit. lib. 7. tit. 14. num. 7. Valase. conf. 143. n. 9. Molin. disp. 547. vers. ex quarta: Cujac. in posthum. Cod. mand. DelRio. in d. L. contractus cap. 7. & 15. Ratio est, quia ille, qui mandatum suscepit, tenetur repromittere omnem diligentiam, & ideo tenetur de omni culpa, Cognol. in d. L. contractus num. 29. Com. ubi sup. n. 8.*
- * DelRio d. cap. 7. (cum multis Telles in Comment. ad cap. unic. de commod. n. 6. & explicat post alios Colon. de prest. culp. in contract. sect. 12. per totam.)
- 849 Verum obstat d. L. contractus ff. de reg. jur. Ubi l. c. enumerans contractus in quibus venit dolus, & levis culpa, recenlet mandatum. Ergo signum est in eo non venire levissimam culpam.
- 850 Secundo obstat, quia mandatum celebratur tantum gratia mandantis, *L. 2. versic. mea ff. mand.* Ergo tantum de dolo, & lata teneri debet mandatarius,
- 851 ex d. §. nunc videndum. Tertio obstat, *L. fidejussor 29. ff. mand.* Ubi fidejussor excusatur a levi culpa, quæ consistit in ignorantia. Quarto obstat, *L. idemque 10. in princip. ff. eod.* Ubi procurator solummodo tenetur in mandato bonam
- 853 fidem præstare. Quinto obstat, *L. cum mandato 24. ff. minor.* Ubi mandatarius non tenetur de culpa levi. Ultimo ob-
- 854 stat, *L. si procurator 8. §. fin. L. inter causas 26. §. non omnia ff. mand. L. 4. L. per procuratorem 11. Cod. eod.* in quibus solummodo venit dolus, & culpa, non autem levissima.
- 855 Sed his non obstantibus, verissima

est nostra resolutio. Nec obstant in contrarium adducta. Nam ad 1. respondetur, verum esse mandatum recense-⁸⁵⁶ ri inter contractus, in quibus regulariter venit levis culpa, sed etiam recensentur ibi alij, in quibus venit aliquando levissima culpa, & l. c. se ipsum explicat ibi in ijs quidem, & diligentiam, quasi dicat, quod licet regulariter veniat levis culpa in omnibus, attamen in aliquibus, prout in mandato, in tutela, & alijs venit diligentia, idest levissima culpa. Vel aliter respond. ibi numerari mandatum, quando contrahitur gratia mandatarij in terminis d. L. 2. vers. tua est.

Ad 2. respondetur: mandatarius eo ipso, quod acceptat mandatum, censetur repromittere omnem diligentiam, & exactissimam, ut bene scribit, Cognol. in d. L. contractus, num. 29. ubi DelRio cap. 7.

Ad 3. *L. si fidejussor*, respondetur si de jussorem ibi nullam culpam admisit, ex eo quia exceptiones erant, quid facti, quod licite ignoratur, *reg. 859 ignorantia de reg. jur. in 6. & ibi August. Barb. Greg. L. 15. tit. 12. p. 5. gloss. 1.* maxime cum debitor teneatur fidejussorem certum facere de solutione, ut *text.* habet in fin.

Ad 4. respond. bonam fidem in d. *860 text.* importare, ut omnis culpa in mandato eviretur, juxta naturam ipsius, ut bene explicat Donel. lib. 13. cap. 11. vers. de equitate.

Ad *L. cum mandato de minor. respod. 861* procedere in procuratore minore, cui ratione ætatis non potest aliqua culpa imputari, immo domino, qui minori negotium commisit, explicat Cald. in *L. si curatorem verb. levis num. 34. Cujac. lib. 22. observ. 16.*

Ad jura vero ult. loco citata, respond. 862 de, quod ibi agitur de culpa, quæ secundum materiam subjectam, id est, in contractu mandati accidere potest, scilicet pro levissima, ut sentit DelRio d. cap. 7. vel intellige de culpa levi, quia quæ-

863 *questio de facto mota fuit super illa, ut per Donel. versic. de equitate. Intel-
lige nostram resolutionem, ut pro-
cedat in actioni mandati, tam directa,
quam contra, juxta terminos text.
in d. L. si servus §. quod vero ff. de furt. ex-
plicitant UD. omnes citati in princ.*

864 *Idem dicendum est in procurato-
re, quia non solum tenetur de dolo,
sed etiam de lata, levi, & levissima
culpa. Donel. cōment. lib. 13. cap. 11. Duar.
ad tit. de mand. cap. 2. vers. 3. causa est:
Surd. dec. 304. numer. 4. & 5. nec non
Greg. Lop. in L. 26. alias 20. tit. 5. part. 3.
vers. quasi per engano: Matienf. jun. in
repetitione d. L. contractus num. 148. Aug.
Barbos. in collect. ad text. in cap. unic. de
commod. num. 4. Aylonin add. ad Gom. c.
3. var. tom. 2. n. 22. versic. de procuratore:
Aug. Barbos. in L. procuratore 13. Cod.
mand. (Colon. de præst. culp. in cōtract.
lect. 12.)*

865 *Limita tamen, si mandatum contra-
hatur gratiā utriusque partis, prout
in Sollicitatore, & Advocato, quibus
solvitur salarium, ut optime cum mul-
tis iuribus, & DD. resolvit, & explicat;
Lanfran. Zachia de salar. q. 52. per to-
tam, omnino videndus de hac materia,
& Aegid. specul. Advocator, & Costa do-
mus Supplic. annot. 13.*

866 *Quia hi magis censentur locare
operas suas, in quibus terminis venit
culpa levis, juxta reg. d. §. nunc viden-
dum, prout etiam in exemplis de qui-
bus in d. L. 2. ff. mand. §. 1. inst. eod. late
Mantic. tit. 2. Pichard. in d. §. 1. Augusti.
Barbos. d. n. 4.*

867 *De materia mandati, & ad varias
questiones, vide tit. ff. & Cod. mand. &
ibi DD. L. 12. cū seqq. tit. 12. partit. 5. Co-
nan. Comment. lib. 7. cap. 14. Coras. lib. 6.
Miscel. cap. 6. Donat. à Pin. & alias tom.
1. Com. opin. lib. 4. tit. 24. pag. 610. Anton.
Gabriel. com. lib. 2. tit. de mandat. Men-
chac. usu freq. p. 2. cap. 15. & de success.
creat. tom. 1. §. 12. num. 63. Corv. præf. cap.
11. num. 12. Guil lib. 1. observ. 13. cum seqq.
Greg. Syntagm. jur. p. 3. lib. 27. c. 5. Rebusf.*

*de except. n. 738 & seqq. Ludovic. tom. 1.
com. opin. tit. de mād. dat. pag. 512. Mazz. de
contract. tit. de mandat. Menoch. de præ-
sumpt. lib. 2. præf. 36. n. 28. & seqq. Mantic.
resol. emph. cap. 15. n. 45. & seqq. Mantic.
de tacit. tom. 2. lib. 7. tit. 1. Costa ad Cam. an-
not. 13. Mend. in praxi 1. & 2. part. lib. 4.
cap. 8. §. 11. Molin. de just. tract. 2. disput.
548. & seqq. Rebell. de oblig. just. p. 2. lib.
17. q. unic. de mād. Henric. Boter in disp. de
univers. jur. class. 2. disp. 6. de mand. Tren-
tacing. var. l. 2. tit. de procur. resol. 10. Te-
pat. var. sent. tom. 1. tit. 91. Card. Pachec.
verbo mandatum, Cyriac. Olea, Antonel.
Valenc. Tondut. Marin. Larrea, Carcer in
indic. hoc verbo, & Noguerol.*

*De procuratoribus, & ad varias 868
questiones, vide tit. ff. & Cod. & in De-
cret. & 6. de procurat. & ibi DD. Donel.
Cōment. lib. 18. cap. 11. Golin. de procur.
Trentacing. var. lib. 2. tit. de procur. Man-
tic. de tacit. lib. 7. tit. 1. & seqq. Tapat.
var. tom. 1. tit. 87. de procuratoribus: A-
gid. in repet. Lex hoc iure cap. 10. p. 2. de
procurat. & in speculo Advocat. Mend. in
prax. 1. & 2. lib. 1. cap. 3. append. 1. Lan-
fran. Zachia de salario q. 52. Cardos. Pa-
checo verbo procurat. Cyriac. Olea, Antonel
Valenc. Tondut. Marin. Larr. Carcer.
Farin. Augusti. Barbos. in indic. hoc verbo,
& Fontanel.*

*Decimo sexto infertur in contra- 869
ctu commodati venire regulariter non
solum dolum, sed latam, levem, & le-
vissimam culpam, Cap. unic. de commod.
cap. bona fides de deposit. d. §. nunc vi-
dendum, §. item is cui inst. quibus mod.
re. L. 1. §. is quoque ff. oblig. & act. Ord.
lib. 4. tit. 53 §. 12. & ibi Barbos. in remiss.
Molin. disput. 295. Rebell. de oblig. 2. p. lib.
16. q. unic. de com. Pichard. in d. §. item. n.
70. Mantic. lib. 9. tit. 3. n. 2. post Peret, Re-
busf. Mench. Card. Mantic. Sairo, Beja, Hé-
riq. Azor, Valer. Aug. Barb. in collect. ad
text. in cap. unic. de comod. n. 2. Petr. Greg.
Syntagm. jur. lib. 23. cap. 1. num. 1. Mozz.
de controuv. tit. de commod. cap. de divif.
num. 3. Mendic. de cal. fort. p. 2. q. 10. n. 45.
Madera animadvers. jur. cap. 17. num. 7.
li Less.*

- Deff. de just. lib. 2. cap. 7. dub. 8. n. 40. Menoch. de arbit. cap. 390. num. 8. Ossuald. ad*
 • *Donell. lib. 14. cap. 34. lit. C. Aylan ad Gom. 2. var. cap. 7. num. 2. vers. ibi (cum multis*
Tellez in cap. unic. de commod. Colon. de prest. culpe in contract. sect. 13. per tot.)
 870 Ratio est, quia commodatum regulariter celebratur gratia recipientis, & succedit *reg. Anunc videndum in 3. ca.*
 871 *su. Sed obstat L. contra. ff. de reg. jur. Ubi inter contractus, in quibus venit tantum dolus, & culpa levis, numeratur*
 872 commodatum: Igitur, &c. Secundò obstat *L. si ut certo §. interdum L. si in ea causa 12. ff. commod. Ubi in comoda-*
 873 *to multoties venit tantum dolus, & lata culpa, non autem levis, vel levissima. Tertiò obstat L. in rebus 18. ff. com-*
mod. in 2. respons. L. 1. §. ex quocunque ad fin. ff. act. & oblig. Ubi solum venit levis
 874 culpa, non autem levissima. Ultimò obstat *§. at is qui inst. quibus mod. re. Ubi in commodato requirit Imperator tantum exactam diligentiam, quasi solum in eo veniat levis culpa.*
 875 Quibus tamen non obstantibus vera est nostra resolutio, neque obstant in contrarium adducta. Nam
 876 *ad 1. respondetur in dict. L. contractus, numerari commodatum, in quibus venit dolus, & culpa, & licet ibi verbum culpa pro levi accipiat, tamen levissima non excluditur à comoda-*
 877 *to, quia l. C. ibi statim subjicit, nisi is quidem, & diligentia, quasi dicat, quod aliquando in supra dictis contractibus venit levissima culpa, sed qui regulariter non veniebat in omnibus numeratis, ideo adjicit in illa verba, declarando per illa in quibus venire, prout in commodato. Vel aliter respondetur, ibi numerari commodatum in illis casibus, in quibus celebratur gratia utriusque partis, prout in exemplis, de quibus in d. L. in rebus in 2. part.*
 878 Ad 2. & 3. arg. ut respondeas, adverte, tribus modis contrahi posse commodatum, vel gratia recipientis tan-

tum, vel gratia dantis tantum, vel gratia utriusque. Primo casu procedit nostra resolutio, *d. cap. unico de commod. 879*
ibi: Cum gratia sui tantum. ubi verbum cum, non causative, sed pro quando accipi debet, d. §. nunc videndum vers. commodatum autem. In secundo casu 880
procedit d. §. interdum, L. si mea causa, quia tota utilitas est commodantis: Et ideo solum tenetur de dolo, quia solum dolus debet abesse ex parte recipientis, d. L. si ut certo §. interdum. L. cum qui rem §. 1. ff. commod. Petr. Greg. d. cap. 1. n. 10. Picbard. infra M. n. ubi sup. Less. d. dub. 8. num. 41. Rebello de obligat. juri. p. 2. lib. 16. de commod. quest. unic. num. 14. August. Barb. in collect. cap. unic. de commod. num. 2. (Et ita judicatum fuit in casu sequenti.

No foyto de appellação Cível, em que são partes A. appellado Francisco Rodrigues Soares, & R. appellante Francisco Soares Menias, Escrivão Manoel Pinheyro da Costa se deu a sentença seguinte.

Acordão os do Desembargo, &c. Nam foy bem julgado pelo Juiz de Fora da Villa de Estremoz, em condenar ao Reo, pague ao Autor o cavallo, de que se trata, pelo preço, que se liquidar, revogando sua sentença, visto os autos, & como por elles se mostre emprestar o Author ao Reo o dito cavallo, para vir a humna diligencia, em que o Author tambem era interessado, termos em que para ser obrigado a pagar o preço do dito cavallo, era necessario, que o Rencorresse em dolo, ou culpa lata, o que se nam prova, nem ainda, que o Reo a tivesse levissima, antes se prova, nseu do cavallo com todo o bom tratamento, termos em que nam está obrigado ao preço delle por nam succeder a morte por sua culpa; por tanto absolvem ao Reo do pedido pelo Autor, ao qual condenão nas custas dos autos. Lisboa 2. de Dezembro 1679. Basilio Pereira. André de Rua. Vannesseu.

Hac sententis fuit fundata in deliberationibus sequentibus.

De quo commodato agitur, qui appellati erat, & post usum, ad quem fuerat commodatus, domini domo perijt; appellans commodatarius fuit, & ulus fuit equo, uti sibi concessum fuerat, ut dicit testis Actoris contra producentem fol. 10. cui conveniunt R. appellantis testes à fol. 13.

Quando commodatum est factum gratia accipientis, ut est regulare, tenetur commodatarius adhibere exactissimam diligentiam, & non solum ei imputatur dolus, & lata culpa, sed etiam levis, & levissima, *L. in rebus* 18. in principio ff. commod. Ord. lib. 4. tit. 53. §. 2.

Quando vero commodatum sit gratia utriusque, commodantis scilicet, & commodatarij, non imputatur commodatario levissima culpa, sed levis tantum, *L. si ut certo hanc videndum vers. sed ubi utriusque* ff. commod. *L. in rebus* 18. vers. hoc. ita ff. eod.

Plane in præsentia probatur ex teste 4. Actoris fol. 10. vers. qui plane contra producentem probat equum commodatum fuisse gratia utriusque, & Reus, ut tenebatur præstare maiorem diligentiam, quam in rebus suis, & solum de dolo, lata, aut levi culpa tenebatur, & tamen exactam diligentiam adhibuisset ex testibus suis probatur, nec contrarium probavit Actor: Ideo, si ex itinere, vel clitella aliquod vulnus accepit equus, non fuit culpa appellantis, & periit periculo domini, Ord. diff. tit. 53. §. 3.

Neque veterinarij dictum mihi sufficit; quia, aut in mala curatione equi, aut in venæ sectione mortis esset occasio, ex quibus sententiam revocarem. Ulyssipone 19. Septembris 679. Vanuellem.

Judicis decretum, etiam revocarem vis testibus fol. 10. & 13. præsertim, quando non probatur Reum commodati diffinitionem offendisse, cum testes nec de mutatione itineris, nec de fircinæ excessu, & alijs de jure requisitis non attestarentur ad Reum condemnandum. Ulyssipon. 20. Novemb. 679. Andrade Rua.

Et idem placuit. Basso Pereyra.)

In 3. denique venit levis culpa, quia vertitur utilitas utriusque contrahentis, & sic intelligitur, *d. L. in rebus* in 2. responso, Mantie. ubi sup. num. 3. Molin. sup. Barb. in *L. que dotis* n. 75. Greg. d. cap. 1. num. 10. Pichard. in d. h. i. cui n. 70. inst. quib. mod. re: Azor inst. mortal p. 3. lib. 7. de comod. cap. 7. vers. quando, Modic. de cas. fort. p. 2. q. 10. num. 45. Less. d. dub. 8. num. 42. August. Barbof. in add. ubi sup. num. 1.

Ad §. *is qui*, respondetur verbum exactam de quo ibi, esse legendum exactissimam, sumendo positivum pro superlativo, ut bene advertit Pichard. ibi n. 58.

Ampliatur resolutio, ut non solum veniat levissima culpa in commodato respectu principalis, sed etiam respectu accessorij, ut probatur ex *L. si ut certo §. usque adeo, & §. et si me. ff. commod. Ord. d. §. 2. Gonn. var. 1. tom. cap. 2. n. 14. Conan. d. cap. 3. num. 8. Greg. L. 25. tit. 8. partit. 5. gloss. 3.*

Neque obstat, *L. i. §. qui depositi ff. depositi*. Ubi res accessoria ad depositum non censetur depositæ: Quia respondetur cum Caroc. de deposit. i. p. tit. quod veniat in actione depositi. Gom. d. num. 14. Lassart. de decim. vend. cap. 2. n. 24. Quod licet res accessoria ibi non sint depositæ, tamen depositarius tenetur circa illas, eandem custodiam præstare, atque circa rem depositam, quod confirmatur, ex *L. quando vis 10. ff. precario & ex L. si adest 21. §. si quis mulierem ff. locat.*

Intellige nostram resolutionem, quod non tenetur commodatarius de periculo, seu casu fortuito, *d. §. nunc videndum, d. L. in rebus* d. cap. unic. d. *L. que fortuitis*, *L. 1. Cod. comod. d. §. at is: Mantie. d. tit. 2. n. 2. Gut. præf. 4. p. q. 49. Pichard. ubi sup. n. 70.*

Quod tamen limita, si culpa præcedat ipsum casum, *d. L. si incerto §. quod vero, d. §. at is, L. si merces 28. §. culpa ff. locat. cap. 2. de depositi. Ord. d. tit. 53. §. 3. &*

li ij 4. Co

4. *Conan. lib. 7. cap. 11. num. 58. Gut. sup. n. 21. Valasc. de jur. emb. q. 27. num. 7. Pichard. sup. n. 59. & diximus supra.*
- 888 Limita 2. quando mora precedat, *d. cap. unic. d. cap. 2. L. si ea legati caus. 23. ff. verbor. & ibi Donel. Afflict. dec. 50. Suid. dec. 215. Barbosa in L. si mora num. 2. Faber. dec. 18. error. 10. Aylon in addit.*
- 889 ad Gom. 2. var. cap. 7. num. 2. vers. ibi. Ubi etiam limita, & 3. si eodem modo res peritura erat apud dominum, quia tunc commodatarius solum tenetur ad estimationem usus. Ubi etiam limita, & 4. quod si commodatarius putavit dominum rei contentum fore, ut ipse rem ipsam detineret, aut aliter, vel ad aliud ea uteretur, quam ad id, ad quod fuit petita, & de hoc possit constare in foro exteriori, ad nihilum teneatur, quod tradit ex Molin. d. disp. 295. num. 4. & 5.
- 891 Limita 5. si res commodata fuerit aestimata, quia tunc commodatarius tenetur de casu fortuito, Gom. 2. tom. var. cap. 7. num. 1. vers. unum tamen, & ibi Aylon in add. Corv. pract. cap. 28. numer. 1. Bernard. Dias reg. 228. & ibi Salzed. Gratian. reg. 164. Barbosa in L. si aestimatis n. 1. & 5. Gut. pract. lib. 3. quest. 77. n. 2. & 7. Mascard. concl. 664. Matienç. in repet. L. contractum. ff. reg. jur. num. 176. Quavis contrarium, scilicet commodatarium in hoc casu non teneri de casu fortuito, & illam estimationem solum operari, ut cum certum sit rei commodatae pretium, si forsan contingat eam amitti culpa commodatarii, aestimata quantitas praestetur, nec de illius rei pretio in iudicio controversatur, seu probatio sit necessaria, probant *Conan. com. jur. lib. 7. cap. 3. num. 7. Gotofred. in L. si ut certo §. nunc. videndum verb. periculum ff. de commod. Molin. disp. 295. num. 9. Fachin. contr. lib. 2. cap. 71. in fin. Mascard. disp. concl. 664. n. 18. Greg. L. 71. gloss. 2. tit. 18. part. 3.*
- 893 Limita 6. si adfit pactum, quod tenetur, quia tunc conventio servanda est, ut in specie tenent Molin. d. disp.

295. num. 3. cum multis Larrea dec. 18. n. 30. Aylon. in d. vers. ibi.

De commodato, & de ejus materia, 894
& ad varias quaestiones, vide Ord. lib. 4. tit. 53. & ibi Barb. in remiss. totum tit. ff. Coa. & Decret. Sext. de commod. & ibi DD. Rebus in tract. de except. num. 815. Petr. Gregor. Syntagm. lib. 23. c. 1. Tuse. lit. C. concl. 480. Mantie. de tacit. lib. 9. per totum, Jul. Pac. in tract. de commod. Cardos & Pachec. verb. commodatum: Moz. de contract. tit. de commod. Wifsembeq. in parat. eod. tit. Azor inst. moral. part. 3. tit. de commod. l. 7. Sylvestre, & aliqui Simplicie eod. verb. Duaren. hoc tit. Pichard. in §. item si cui instit. quib. mod. re, Molin. disp. 294. 295. 296. & 297. Less. de just. lib. 2. cap. 27. Scac. de comere. cap. 1. p. 1. m. 7. & §. 2. gloss. 5. num. 196. & 230. & §. 1. quest. 1. num. 350. Soulin §. actionum. p. 4. cap. 8. Manlet. conf. 144. Hermosill. in L. 2. per tot. partit. 5. Corv. lib. 3. var. cap. 15. Gom. 2. var. cap. 7. & ibi: Aylon in add. ubi multa refert Turrian de just. disp. 1. 1. Rebell. de oblig. just. p. 2. lib. 16. de commod. Corv. lib. 3. var. cap. 15. cum multis Aug. Barbosa in collect. ad tit. de commod. Cyria. Olea, Tondut. Marin. Merlin. Farin. Menoch. Larrea in indic. hoc verb. Mend. in practi 1. & 2. part. lib. 4. cap. 8. §. 10.

(Si autem pecunia missa ad creditorem pereat casu fortuito, pertinet periculum ad debitorem, licet solvat ad alimenta, Boff. de alimentor. oblig. cap. 11. num. 742. & seqq. Et Agri mentor extra dolum, & latam culpam ad communem illius artis usum attentant, non tenetur, & conveniendus est post eum, ad quem commodum ex dolo, aut ejus lata culpa pervenit, Colon. de pract. culp. in contr. sect. 1. 1. num. 4. & n. 5. Idem dicit in Architecto. Et apparitores sub hasta publica vendentes jussu ejus, qui percipiendi jus habet, tenentur debitori actione de dolo, si viliori pretio res dolo vendant: Quod si lata culpa eorum damnum in debitorem emergat, actione in factum conveniendi sunt, creditores vero non tenentur, ut in quit

quit *Señ. 15. n. 13.* Et Advocati in puncto juris tenentur de levissima culpa; in judicando tamen de levi, ut prosequitur *Señ. 16. n. 18.* Et ibi etiam, quod Chirurghi tenentur de levi, & levissima. Et *Señ. 21. n. 14.* quod coheres in rerum hereditariorum custodia non tenetur extra levem culpam in concreto attentam, & per tot. ad multas quaestiones, vide, & *Señ. 1. num. 13. & señ. 10. n. 18.* de qua culpa tenetur Medicus, & ibi etiam de qua culpa teneantur Magistri publice docentes; & *señ. 1. num. 21.* de qua culpa tenetur Nauticus, & *Señ. 10. num. 42. & Señ. 1. num. 33.* de qua culpa tenetur putator arboris, & *num. 40.* de qua culpa tenetur promissor dandi, & *Señ. 11. num. 2.* de qua culpa tenetur proxoneta. Et inquit, quod extra dolum, & latam culpam non tenetur, & vide *Roxas de incomp. maior. p. 5. cap. 6. num. 122.* Ubi inquit, & disputat: Res donata, vel legata, si pereat casu fortuito, utrum donatarius, vel donans poterit revertere contra donantem, vel heredem, & *n. 123. & seqq.* Ubi multa refert ad varias quaestiones circa maiorum, & culpam possessoris illius, & quid agendum in hoc casu, & in quo & Judex, qui propter imperitiam male judicavit, propter culpam tenetur, *Princip. Inst. de oblig. quae ex quasi delicto nasc. L. fin. ff. de exord. cogn.* Quod intelligendum est de levi, quia si fuerit lata, in solidum tenebitur, *Menoch. de arbitr. lib. 2. cas. 339. num. 5. Xamar. de offic. judic. p. 1. q. 10. num. 27.* Et Judex per imprudentiam male judicans tenetur actione in factum reddere damnum mala sententia interrogatum, *Colon. de praest. culp. señ. 1. num. 13. & señ. 16. num. 18.* Ubi quod Iudices in civilibus causis tenentur de levissima culpa in puncto juris: In judicando de levi, sicut in criminalibus, & in puncto juris. Et haec quaestio fuit disputata in causa *Francisci Quinbones de Almeyda, Escrivao Manuel Soares Ribeiro*, de qua re *Menoch. de arbitr. cas.*

399. *Laudim de syndicat tract. 1. cap. 13. num. 24.*)

Quae supra diximus in his rebus, in quibus secundum naturam contractus non tenetur nisi de levi culpa, limitanda veniunt, quando datur mora; quia tunc sic in illa constituatur, tenebitur de levissima, ex *L. quod te ff. si cert. pet. L. si legati causa 23 ff. verb. oblig. L. filio familias §. si possi ff. solut. & ibi Barb. n. 16.* resolvit *Boss. in tract. de dot. cap. 19. num. 42. p. 709.* Et judicavit Senatus in causa *Petri Gonçalves, adversus Antonii Gomes, apud Notarium Joannem a Cunha de Abreu*, anno 1660. (late *Colon. de praest. culp. in contr. señ. 1.*)

Et pro coronide adverte, quod sicut plures dantur culpae gradus, totidem diligentiae quoque constituuntur.

Ad primum diligentiae gradum pertinet minima, quam vulgarem solent DD. nuncupare: Et est, quando quis adeo est negligens, aut ingenij, vel negotiorum expertus, ut eam in rebus suis diligentiam non adhibeat, quam communiter solent adhibere homines illius artis, & professionis, cujus quidem diligentiae praetermissio culpam latam continet, quae a Doctoribus definitur, esse deviationem in circumspecto ab ea diligentia, quam communiter habent homines, qui sunt ejusdem professionis, & conditionis.

Ad secundum gradum diligentiae media, seu minor spectatur, quae exacta nuncupari solet. Et est, quando diligens pater familias adhibet eam diligentiam in alienis rebus, quam in suis, cui diligentiae repugnat culpa levis. Ad tertium, & ultimum diligentiae gradum, pertinet diligentia maxima, seu summa, quae solet nuncupari exactissima, *L. socius socio ff. pro socio L. 1. §. si vero ff. oblig. quae ex quas. contr.* Et est ea, quam diligentissimus, ac industrius paterfamilias in rebus suis adhibet, *L. in rebus, ff. commod.* Atque ita non praestare eam diligentiam, quam diligentissimus paterfamilias praestaret, levissima culpa

li iij est,

est, L. 1. §. is quoque ff. aff. & oblig. L. be-
res §. non autem ff. sam. ercisc. Decian. d.
lib. 1. cap. 6. num. 23. Farin. de pen. temper.
quaest. 88. num. 83. Molin. disp. 263. vers.
addidi: Parlat. diff. 2. num. 1. Lessi. d. dub.
8. num. 40. vers. culpa levissima: August.
Barb. in add. ad d. cap. unic. n. 4. & 5. Colon.
ubi sup.

903 Diligens autem paterfamilias ex qui-
bus quis esse probetur, eleganter tradit
Bart. in tract. de test. num. 38. & 84. lau-
datus ab Scobar de ratiocin. cap. 19. num.
fin.

904 Limita secundò nostram principa-
lem resolutionem, quando debitor,
vel is, qui ad aliquid prestandum, vel
tradendum tenetur, morosus sit; quia
tunc etiam de casu fortuito tenetur,
L. quod te ff. si certum petatur. L. si ex le-
gati causa 23. ff. verb. & in argumento est
text. in L. in re sua ff. cond. furt. L. in-
ter stipulatē §. fin. ff. verb. oblig. Bart.
in L. si ut certo §. inter dū ff. commod. Dec.
& Cognol. in L. contractus ff. de reg. jur.
Corn. conf. 108. vol. 1. Boss. de dote cap. 19.
num. 42. Afflict. dec. 150. Caroc. de locat.
tit. de cens. p. 4. q. 11. Molin. de just. disp.
295. vers. casus fortuitus: Salgad. in laby-
rinth. heredit. 3. p. cap. 1. num. 33. Farin. se-
lect. dec. Rot. tom. 3. & 4. dec. 102. num. 6.
Hermosil in L. 3. tit. 2. partit. 5. gloss. 8. n.
1. Et ita iudicatum fuit in causa Emma-
nuelis Gomes, adversus Petrum Thomae
905 sum; apud Notarium Joannem Correa
da Costa. anno 1680.

905 Limita 3. nostram resolutionem, quā-
do quis conducit rem casibus subje-
ctam, sciens quia tunc tenetur de ca-
su fortuito, Rice. collect. 478. versic. li-
mita 1. Et iudicatum fuit in causa Petri Co-
digalves. adversus Emmanuelem Gomes,
apud Not. Joannem da Cunha de Abreu,
anno 1660.

906 Limita 4. nostram resolutionem,
quando aliquis secepti in se casus for-
uitos, & sterilitatem, & de illis in con-
tractu renuntiationem fecit; quia tunc
907 de illis tenetur. Nam quanvis remissio
pensionis propter casum, vel sterilita-

tem regulariter faciendā sit, Ord. lib. 4.
tit. 27. & ibi Barbof. in remiss. cap. propter
sterilitatem de locat. Lex conditio 16. §.
si vis tempestatis eod. & ibi DD. Moz. de
contract. tit. de loc. versio. accidentalibus n. 3.
Ægid. Boss. tract. var. tit. de remiss. mer-
ced. cond. num. 2. Ansal. cons. 88. num. 4.
Gig. de pens. q. 93. num. 2. Menchac. contr.
usufreq. p. 2. cap. 54. Pinel. in L. 2. Cod. res-
cind. vend. p. 1. cap. 3. num. 18. Cor. pract.
cap. 30. Valasc. de jur. emph. q. 27. num. 23.
Gom. 2. var. cap. 3. num. 18. & ibi Aylon in
add. ubi infinitos relet, & explicat Ca-
roc. de locat. p. 4. tit. de remiss. merced.
Surd. dec. 155. num. 6. & dec. 326. & ibi
Hodier. Moz. de contract. tract. de loco in
de accidentalibus locat. n. 1 & seqq. Cervall.
57. Morla in empor. p. 1. tit. 10. in premis-
num. 18. & q. 1. per totam. Cabed. 1. f. dec.
34. num. 5. & seqq. Mantie. de tact. lib. 5.
tit. 8. Card. verb. locatio num. 22. Molin.
disp. 495. Azor insi. mor. p. 3. lib. 8. de lo-
cat. cap. 10. Ægid. in Lex hoc. jure ff. just.
& jur. part. 1. cap. 9. num. 39. Brito in cap.
propter sterilitatem de locat. Grat. c. 195.
534. & 557. Tuse. lit. L. c. cl. 431. Girond.
de Gabel. quaest. 136. ex num. 22. Ubi etiam
de conductore bonorum civitatis, vel
publicorum, Barbof. in L. 8. §. fin. ff. so-
lut. matr. num. 6. Picbard. in §. actionum
inst. de act. q. 17. Cavier 3. var. c. 6. num.
92. Gom. Bayo in pract. lib. 2. quaest. 150.
Amaya observ. jur. lib. 3. Sousa in §. actio-
num Inst. de act. cap. de locat. num. 88. Cu-
jac. lib. 15. observ. cap. 32. Madeyr. cap. 16.
anima & vers. n. 8. Narbon. in 3. p. recapit. L.
57. tit. 4. lib. 2. gloss. unic. num. 51. cū mul-
tis Larrea alleg. 17. num. 2. & alleg. 32.
n. 3. & dec. 18. n. 4. Ang. Barbof. vot. 62. n.
17. noviter Possi. don. de capt. lib. 4. disp. 5.
num. 1. Antonel. de temp. leg. lib. 1. cap. 38.
num. 1. & seqq. Giub. observ. 24. num. 13.
Thoto vot. 47. Ainal. var. resol. 18. n. 1.
& seqq. Crarin. Forens. lib. 1. contr. 47. n.
33. Pacheco in apost. jur. verb. sterilitas
pag. 978. Caf. Caven. resol. 174. num. 4. &
seqq. Donat. Anton. Marin. quolib. 2. cap.
186. 187. 188. Tondut. resol. civil. cap. 31.
Marin. lib. 2. dec. 457. & 509. & ibi observ.
Capit.

Capit. Galeot. contr. 17. num. 46. alter Cap. Latio dec. 171. n. 1. & seqq. Somsa de Maced. dec. 96. num. 1. Macerat. var. lib. resol. 26. dices. Raud. cons. 17. 1. p. numer. 38. Rodom. de rebus Eccles. non alienandis cap. 18. de rebus merc. conduct. Salazar de us. & cons. cap. 11. num. 88. Scap. de jur. non script. lib. 4. cap. 25. num. 1. cū multis August. Barb. in collect. ad text. in c. propter sterilitatem de locat. num. 2. (Capit. Latio dec. 161. cum alijs Balmaced. de collect. cap. 54. n. 2. & 3.)

Attamen remissio pensionis non fit, quando conductor renuntiavit casibus fortuitis, tunc enim esto sterilitas, vel casus adveniat, tenetur ad integram pensionem, L. 13. tit. 8. part. 5. Anton. Gom. var. tom. 2. cap. 3. n. 19. versic. item: Pinel. in L. 2. Cod. res. ind. vend. p. 1. cap. 3. num. 26. Valasc. de jur. emp. q. 27. n. 34. Mandel. cons. 1. num. 10. Menoch. de arb. cas. 80. num. 1. Menchac. usus. reg. cap. 54. n. 6. Gut. de jur. confirm. 1. p. cap. 24. n. 1. Molin. dis. 495. num. 19. Azor mor. lib. 8. cap. 10. q. 2. vers. 4. Morla in empor. jur. 1. part. tit. 10. quæst. 1. n. 19. Egid. in L. ex hoc jure dist. cap. 9. de locat. & cond. n. 38. vers. tertio: Castill. contr. lib. 3. cap. 3. num. 48. (Ubi etiam num. 54. tenet sat esse renuntiare genericè casibus fortuitis, nullum in specie exprimendo.) ex Gig. & alijs Loter de re benefic. lib. 1. q. 39. num. 66. & 67. Larrea alleg. 17. n. 14. Medic. de cas. fort. 1. part. q. 15. num. 1. Tondut. quæst. civil. cap. 31. num. 25. Anton de per. son. Ecclesiastic. cap. 58. num. 17. Antonel. de tempor. leg. lib. 1. cap. 38. num. 12. & 17. Possidon. de empt. lib. 4. dub. 4. num. 15. de quo vide Molin. & Gusman. verit. jur. ver. 12. num. 29. (Capit. Latio consult. 40. Balmaced. d. q. 54. num. 4. & per tot. L. si quis fundum ff. locat. ibi: Si quis fundum locaverit ea lege, ut si quid vi maiori accepisset, hoc ei præstaretur, pacto standum esset, L. cum quæritur §. si gēma eodem tit.)

Et merito, quia licitum est contrahentibus in se suscipere casus fortuitos, etiam contra, & præter naturam

contractus, inlolitos, & insolitos cogitatos, & incogitatos, L. contractus 24. ff. de reg. jur. L. 7. §. sed, & si ff. de pact. L. 1. §. si conveniat ff. de pos. L. si quis fundum ff. locat. L. 4. §. quæstium ff. si quis causi: tradunt Santern. de assecur. p. 1. numer. 5. Gailobser. 23. num. 17. lib. 2. Gom. L. 2. var. cap. 3. num. 19. Surd. cons. 61. num. 27. Felician. de cens. lib. 1. cap. 10. n. 12. Paul. Gallerat de renunt. cent. 2. renunt. 101. n. 67. & seqq. Leotard. de usur. quæst. 64. n. 1. Larrea dec. 17. num. 13. & alleg. 18. n. 9. Macer lib. 2. var. cap. 26. n. 1. cum multis Hermosill. L. 3. tit. 2. part. 5. gloss. 8. num. 2. Ubi etiam num. 3. asserit proce- dere abique eo, quod in specie calus aliqui exprimentur, ex L. item quæritur §. si gemma, L. si quis fundum ff. locat. L. licet Cod. eod. L. negotium ff. negot. gest. L. quæ fortuitis Cod. de pign. L. 1. Cod. commod. Gom. & Marcerat. proxime Pinel. d. num. 26. Pontanel. de pact. nupt. claus. 3. gloss. 2. num. 26. Castill. d. cap. 3. n. 14. Et ita judicatum fuit in causa Antonij Alvarez Pereyra, adversus Meciam de Olveyra. anno 1660. apud Notarium Ludovicum ab Olveyra. Sed in his terminis nullum est pactum, quo conductor se obliget ad pensionis solutionem, etiam si non possit uti, & frui re conducta; tunc pugnet conductionis substantiæ, secundum quam locator tenetur concedere liberum usum rei conductori, & removere omne impedimentum, L. si quis domum 9. L. habitatore 27. ff. locat. Possidon. sup. Et locatio habet relationem ad fructus rei, ita ut non videatur celebrata conductio, si re non fruatur conductor, qui tenetur liberum usum rei conductori concedere, & patientiam præstare, ut omnes conductionis fructus percipiat, alias non solum non potest petere pretium conductionis, L. si in L. 27. §. Colonius in princip. L. qui insulam 33. L. si fundus, L. hac distinctio ff. locat. L. cū proponas Cod. naut. finor. Bart. in d. L. fundus, & in d. L. ex conducto, Mastrill. dec. 299. num. 18. Castill. d. cap. 3. num. 18. Larrea alleg. 17. num. 1. & alleg.

- 915 alleg. 18. num. 1. Sed etiam locator tene-
tur ad damna, & interesse, cum mul-
tis, Cresp. observ. 94. num. 46. & observ.
104. num. 21. L. si in L. 24. §. Colonius in
fin. L. si fundus 33. ff. locat. Cabed. 2. part.
dec. 80. n. 9. & 11. Bart. in L. si uno §. item
com. quadam vers. post Menoch. Gregor.
Menoch. & alios resolvit Aug. Barb. lib. 2.
vol. 62. num. 32. Anton. d. cap. 38. num. 17.
(Vide citator in add. ad num. 925. cum
quibus hæc exornantur, & sequentia.)
- 916 Ideoque cum de substantia sit contra-
ctus conductionis, ut pensio referatur
ad usum, & fructus rei, ut dictum ex-
917 tat, non potest pacto mutari. Quod
est substantia contractus, & si pactum
interponatur, nullum erit, L. cum pre-
cario 12. ff. precario, & ibi DD. antiquiores
Bald. in L. 1. n. 14. Cod. usufruct. Neviz.
cons. 9. num. 12. Curt. Senior. cons. 49. num.
40. Aciat. lib. 5. Paradox. cap. 16. Conan.
lib. 5. Cõment. jur. cap. 2. num. 6. Possidon.
& Cresp. sup. Quare conventio ut con-
918 ductor præstet mercedem absque eo,
quod re, & ejus fructibus fruatur, in-
justa, & invalida est censenda, Moz. de
919 contract. tract. de locat. tit. de accidental.
num. 57. Larred. alleg. 17. num. 3. Locus
ergo esse debet remissioni, præcio, seu
conventionem non obstante, ut prole-
quitur Larrea d. n. 3. & ultra eum Me-
noch. cons. 27. num. 36. & 52. Costa cons.
30. n. 10. Antonel. d. cap. 38. n. 17.
- 920 Hinc est, ut si locator conditionem
locationi apponat, ne teneatur de ali-
quo impedimento, hæc tamen con-
921 ditio locum non habet, quoad remis-
sionem mercedis, quam locator con-
ductori facere debet, quoties impedi-
tus fuerit uti, & frui, Menoch. cons. 119.
Morla in empor. jur. tit. 10. in præmissi. n.
23. Vel si cõductor susceperit casus for-
tuitos, remissionem obtinebit, si dam-
num contingat factio locatoris, L. cum
proponas Cod. nautic. fenor. L. si de feud.
ibi Salicet. & Bald. Cod. locat. Surd. cons.
12. num. 63. & dec. 94. num. 8. & dec. 42.
num. 17. & dec. 131. & ibi Hodiern. Caroc.
de locat. 4. p. de cas. q. 5. in princ. Casill. d.
- cap. 3. num. 26. 56. & Moz. ubi sup. n. 27.
Aug. Barb. in collect. ad text. in L. licet n.
9. Cod. locat. Menoch. cons. 27. n. 52. Lar-
rea alleg. 18. num. 5. & 6. Veral. dec. 183.
n. 2. Ric. collect. 1033. Mugon. f. l. dec. 67.
n. 1. Morl. d. tit. 10. q. 1. num. 23. Rebello de
oblig. just. p. 2. lib. 14. q. 18. n. 2. Possidon.
d. dub. 4. num. 11. Cresp. de Valdaur. observ.
104. q. 1. Quia conductor renuntians
calibus fortuitis, non censetur illis re-
nuntiasse, qui contingunt ex factio loca-
toris, etiam justo, Cravet. cons. 95. n.
8. Surd. dec. 326. num. 25. Antonel. de tem-
por. leg. d. cap. 38. num. 17. Et de casu for-
tuito contingente culpa, & factio loca-
toris explicat, Possid. d. dub. 4. Moz. sup.
num. 27. Surd. dec. 326. n. 56. Mantie. tit.
8. num. 17. Caball. cons. 157. num. 23. tom. 1.
etiam in usio Surd. dec. 253. num. 19. vel
tertij Surd. dec. 326. num. 67. Caroc. d. part.
3. cap. 46. num. 16. Bor. cons. 90. Zucar.
dec. 20. num. 11. Et in publicano vecti-
galium Regis remissio faciendi est, si
ejus conditio ex factio Principis fru-
stratur, L. cottem ferro §. maximos ff. pu-
blic. & vñtig. Franc. Mar. dec. 162. n. 2.
part. 1. Bero, cons. 14. num. 6. 12. tom. 1.
Barb. in d. L. licet num. 5. Menoch. cons.
671. num. 4. Larrea alleg. 18. n. 5. Man-
tie. de tacit. lib. 5. tit. 8. num. 17. Moz. ubi
sup. num. 27. Vel ex factio fuorum mi-
nistorum, ex alijs Aug. Barb. d. vol. 62.
num. 33. & 34. ex Bart. in L. ne quid num.
2. ff. incend. rum. & naufr. Gam. dec. 47. n.
1. Menoch. de recup. remed. 1. num. 42. Ca-
bed. d. dec. 80. num. 9. & 10. (Cyriac. con-
tr. 575. Ubi lite explicat; sequuntur
multi alij relati ab Additione ad Rey-
nos. observ. 57. & num. 7. & 8. Et tunc loca-
tor tenetur ad dicta damna, & in-
teresse, etiam casu, quo impeditus sit
conductor factio Principis, aut leque-
stro ejus mandato inito, ut judicatum
fuit in causa Emmanuelis de Escovar de
Cunba, cum illuissimo Comite de Figue-
rò anno 1669. Et merito, nam licet om-
nes actus, seu sequestum mandato
Principis factum casus fortuiti repu-
tentur, ut diximus supra num. 11. & me-
cita.

citato hoc loco *Balsamed. de collect. cap. 34. num. 5.* & in contracta locationis, ad invicem non veniant casus fortuiti, *L. si quis §. 1. L. videamus ff. locat. Domel. lib. 2. de jure civili cap. 3. num. 21. Menoch. de arbitr. cap. 390. num. 10. Caroc. de locato tit. de culpa q. 1.*

Tamen non causa alicujus impedimenti, conductor impeditur uti frui re conducta, licet nec ipse, nec locator sit in culpa à solutione pensionis debitor, *L. si fundus in fin. ff. locati Gom. 2. var. cap. 13. n. 3. Caroc. 3. de locat. q. 7. num. 8.* Atque ita locator tenetur ad interesse, quia sequestum est impedimentum, ne conductor fructibus utatur, ac per consequens est damnum causa impedimenti contingentis, & ita optimo jure judicatum fuit damnum compensandum esse cum locationis pretio; quia quando non utitur ita libere, & plene, sicut a principio contractum fuit, habet actionem ex conducto ad hoc, ut ei fiat remissio pensionis, & locator non habet actionem ad petendum integrum pretium conductionis, ut sunt jura expressa in *L. si in lege 24. §. colonus in principio ibi: di ei frui non liceat, & in versic. item utitur, L. qui insula 30. in princip. L. si fundus 33. L. hæc distinctio 35. L. ex conducto 15. in princip. L. si uno §. item ff. locati, L. ad em Cod. eod. tit. L. cum proponas Cod. nautico fenore, L. penultim. institut. locat. Bartol. in d. L. ex conducto. Surd. dec. 326. num. 16. & num. 25. & seqq. & conf. 34. & conf. 400. num. 6. & seqq. Menoch. conf. 27. num. 34. & conf. 55. num. 14. vol. 1. & conf. 671. Masfrill. dec. 299. num. 18. Castill. lib. 3. contr. cap. 3. n. 18. & seqq.*

Et quando locator non præstat rem liberam per totum tempus conductionis, & conductor non utitur, nec fruitur libere, & plene usu successivo, & continuo, cum quo tueatur, quod à Doctoribus appellatur præstare patientiam successivam, ut eleganter docuit Bart. in *L. si quis domum n. 1. in fin. ff. locati, Decif. Pedemont. 51. num. 1. Ce-*

phal. conf. 577. num. 1. Beccio conf. 45. n. 19. late Castill. d. lib. 3. cap. 3. num. 9. usque ad 16. Surd. dec. 326. num. 17. & conf. 400. n. 6.

Censetur enim ei promissum nihil factorum, quo minus conductor impediatur re locata libere frui, ut ex *Bald. deducit Surd. d. dec. 326. num. 36. & conf. 400. num. 6.* si deficiat usus, non solum locator non habet actionem ad pretium conductionis consequendum; sed conductor habet actionem, & exceptionem, cum quo dicere potest: Tu non implevisti contractum ex parte tua, & ideo cares actione, juxta regulam textus in *L. Julianus §. offerri ff. de actionib. empti, & ita tenet in terminis Beccio conf. 45. num. 6. Surd. conf. 400. num. 6. & 7. Castill. d. cap. 3. n. 13. cum seqq. judicatum refert Natta cõf. 360. n. 1. Ludovic. dec. Lucen. 2. num. 6. & 7. Cacher. dec. 51. num. 10. & 12. Menoch. conf. 55. num. 1. lib. 1. Addentes hoc adeo verum esse, quod ad hoc ut locator petat, pensionem tenetur probare se implevisse ex parte sua præstando successivam illam patientiam, & liberum usum rei, & quod hoc debet adpicere in libello, ut concludat; aliàs non obtinebit, *Bul sat. conf. 309. num. 7. vol. 3. Cacheran. d. dec. 51. num. 8. & 12. Morla in empor tit. de locat. in prelud. n. 35.**

Et Doctores exemplificant, quando usus consistit, & exactio vestigalis in commercio, quia tunc quando impeditur ex quocunque casu, aut facto, habet locum remissio, & quando ex facto aliquo Principis, aut particularis locantis, seu ejus causa exactio reddituum, vel impedita, vel diminuta fuit, ut dixerunt *Alexand. conf. 84. lib. 6.* qui loquitur in locatione juris exigendi datia, & gabelas Civitatis Ceceva, *Anani. conf. 74. num. 2.* qui loquitur de conductore vestigalis Civitatis Bononia, *Ancharran. conf. 414. num. 1.* qui loquitur de conductore vestigalium impedito facto locantis, *Crav. conf. 95.* qui consuluit in fortioribus ter-

Kk minis

minis, nempe in Rege Franciæ Christianissimo, qui dedit in solum quibuldam mercatoribus per novem annos quoddam officium, postea fecit leges ad lites finiendas, ex quibus commoda dicti officij fuerunt diminuta, *Bertachin. in tract. de Gabell. 2. p. de Gabellis n. 41.* Ubi similiter agit de conductore gabellarum impedito factio Principis locantis, qui ista lege impedivit Gabellæ exactionem, *Boer. conf. 144. Hypolit. Riminald. conf. 282. lib. 3.* qui loquitur in iisdem terminis, *Alex. Raudens. lib. 1. var. cap. 29. num. 44. vers. confirmabam*, qui loquitur in conductione vectigalis portuum siccorum, *Eugen. conf. 50. num. 58. lib. 1.* Qui similiter respondit faciendam esse remissionem conductoribus, quando ex impositione novæ indictionis, aut vectigalis damnum eis illatum fuit, *Cephal. conf. 577. in fin. Renat. Choppinus lib. 3. de doman. Franciæ tit. 13. num. 10. Menoch. conf. 57. num. 1.* Qui respondit faciendam esse remissionem mercedis cuidam Bruno conductori vectigalium, atque Gabellarum Montis Regalis, eo quod cõmunitas illa non præstitit ei liberam exactionem gabellarum, dum quosdam mercatores, quos ut fraudatores accusaverat ipsa cõmunitas, causa minime cognita liberaverat, & *conf. 671* similem casum refert, & *Surd. conf. 24.* de qua re etiam *Valasc. de jure emphyt. q. 37.* & judicatum refert in *Rota Romana Æmil. dec. 181. Paleot. dec. 138.* & in Regno Franciæ *Renat. Choppin. ubi supr. Boer. dec. 249. n. 4. in Deltinato Frãcisf. Marco dec. 62. p. 1. in Saboya, Surd. dec. 326. in Florentia, Magon. dec. 67. in Hispania, Coras. præflicar. c. 30. n. 2. Cervall q. 27. num. 5. & generaliter Masfrill. dec. 299. num. 95.* & in nostro Regno multis citatis, *Sous. de Maced. dec. 96.* Et judicatum etiam fuit in casibus sequentibus.

No feyto de Manoel Mendes Embraçador, contra Francisco Correa, & Antonio Pereira Rebello, & Ma-

noel Ribeyro de Lemos, Escrivão João de Mattos Terra, se deu a sentença seguinte.

Acordão em Relação, &c. Vistor estes autos, petição do A. fol. 2. recebida por principio de libello fol. 13. como protesto de que abi se faz menção, & a addição do mesmo libello fol. 15. contrariedade dos RR. fol. 17. vers. com os protestos, de q se trata fol. 19. vers. que se houve por acabada fol. 20. vers. escritura de arrendamento fol. 4. provas dadas, & mais documentos juntos: Mostra-se por parte do A. que os Reos arremataram o contrato das Terças do Reyno para haver de principiar no anno de 1678. & durar o tempo de seis annos, & que do dito contracto universal lhe arrendaram a elle o ramo das terras da Provedoria da Cidade de Portalegre, por preço de seis mil & quinhentos cruzados, em cada hum dos ditos annos, & de cento & noventa & cinco mil reis por hũa só vez, correspondentes ás propinas, que o rendimento do dito ramo devia pagar, computado cõ o universal das mais Comarcas, & que antes de principiar o dito arrendamento achára, que as Villas do Crato, Nisa, & Castello de Vide, pretendião izentar-se de se arrendarem as terras dos particulares, a que vulgarmente chamão (Heroes) as quaes costumaram sempre arrendar-se, & incluir-se no arrendamento universal das terras do Reyno, & que achardose assim lezo, deva conta aos Reos, para o haverem por desobrigado do dito contracto, ou fazerlo bom, na forma que os Contratadores antecedentes o tiveram, ou diminuir-lhe do preço, a quebra das ditas tres Villas, no caso que ficassem izentas, a que os ditos Reos responderam, acudiram, como se vê da repõsita do Contratador Frãcisco Correa fol. 62. & que porque ellas com effeyto se izentaram por sentença deste juizo, & do Concelbo da Fazenda Real, como consta fol. 56. vers. 58. & 60. propuzera a presente aução para os RR. serem obrigados a acceytar-lhe a encampação do dito contracto, ou lhe diminuirerem do preço a quebra das ditas Villas, como se vê da conclusão da sua petição fol. 2. recebida por principio

de liello fol. 13. vers. Por parte dos Reos se propoem, que elles arrendarao ao A. o que lhe podia arrendar, & que elle isso meino arrendar ao arrendamento, porque a elle pertencia saber o que arrendarao, & que por isso se nao podia apartar do contrato, nem inuovar coisa alguma n'encampar lhos, & co mayor razao por bvoer renunciado todo, & qualquer caso fortuito, como cõstava da escriptura fol. 4. & buscar a elles Reos para lhe fazerem o dito arrendamento, com o que se presunha nelle sciencia de tudo, & nao podia proceder a dita aucaõ. O q̃ tudo visto, & o mais dos autos, disposicao de Direyto em tal caso, & como por elles se mostra, que as ditas tres Villas do Crato, Nisa, & Castello de Vide entraraõ sempre no contrato da Terças, ate o tempo dos ultimos Contratadores, aos quaes succederão os RR. & pẽdo ainda o litigio da dita Villa de Nisa, como se vê fol. 61. & estando finlos os da Villa do Crato, & Castello de Vide, como parece fol. 7. & 58. & tendo os Reos disso perfeita noticia, como se mostra pela carta fol. 62. o nao declararaõ ao A. como cõsta da escriptura da obrigacão fol. 4. & o affirmar a testemunha fol. 45. vers. antes lhe arrendaraõ o dito ramo, cõ as ditas tres Villas, por ellas serem da Comarca da Provedoria da dita Cidade de Portalegre, a qual entrou no arrendamẽto inteiramente, usando-se, & exprimindo-se assim na dita escriptura, pela palavra (toda) a qual he inclusiva de todas as terras do dito distrito de tal sorte, que se nao podia entender menbua exclusão, sem clava, & expressa exclusão, & se nao poder presumir de Direyto, que o A. scientemente quizesse arrendar por tao alto preço as terras da dita Provedoria, sem as ditas tres Villas, o q̃ mais se verifica pela brevidade do tempo em que arvisou aos RR. porq̃ sendo a escriptura do contrato feyta em o 1. do mez de Mayo de 677. logo arvisou ao Contratador Francisco Correa, como se vê da data da sua carta fol. 62. escripta em os 15. de Junho do mesmo anno, da qual tambẽ se mostra, q̃ o RR. o reconheceraaõ assim, offerecendo acudir as causas contra a izenpãõ, que as ditas tres Villas pertediaõ, ain-

da no caso que o Contratador antecedente
as dessemparasse, e que cessu a allegação do
caso fortuito, & o mais que se deduz pelo
R.R. a que affijto o Procurador da Fazenda,
& assim mandou, que diminuão ao A. no
preço do contrato, tudo aquillo, que se lhe
diminuio do interesse, na izença das ditas
tres Villas, & outrossim se lhe diminuã dor
cento & noventa & cinco mil reis, que logo
entregou aos Reoi, a titulo de propinas, cor
respondentes ao dito ramo, o que pro rata
se deve diminuir em ordem a diminuição
do lucro das ditas tres Villas, o que tudo se
liquida. ira na execução da sentença. Lisboa
de Mayo 9. de 880. Vellez. Freyre. Basto
Pereyra. Fui presente Novonha.

No feyto dos Contratadores das Terças do Reyno, Fernão Rodrigues Penfo, em q he parte o Procurador da Fazenda Real, Eſcrivaõ Luiz Gomes Pinheyro, ſe deu a ſentença ſeguinte.

Vistos os autos, artigos justificativos fol. 13. & 33. com q' veyo o Contrahedor das Terças Fernão Rodrigues Penso, por virtude dos despachos da Fazenda fol. 3. & 5. para effeito de se lhe abater no preço de seu contrato a perda, & diminuição, que teve no rendimento delle, em os annos de 657. 658. & 659. por causa dos exercitos, cõ q' o inimigo infestou as Provincias do Alentejo, & entre Douro, & Minho, na forma das Condições 23. & 24. do mesmo contrato, contrariiedade do Procurador da Fazenda fol. 68. mais artigos: recebidos, inquiriçoes tiradas por bõa, & outra parte, Alvarás, Certidões, & mais documentos juntos. Por parte do dito Contrahedor se allega, que elle por contrato firmado pela mão Real, contrahou o rendimento das Terças de todo o Reyno, & do Algarve por tempo de seis annos, que i começaram em janeiro de 654. a seu preço de dezoyto contos, quinhentos & cincoenta mil reis, os quaes se obrigou a pagar em cada hum anno, ficando o dito Senhor obrigado a lhe fazer boas as Condições do dito contrato, assim como elle A. a satisfazer o preço delle.

Allegase mais, que entre as Condições referidas, se acham expressas a Condição

23. & 24. em as quaes o dito Senhor se obrigou, a que havendo exercito, ou cerco, que impedisse a arrecadação, correnteza, & boa administração dos rendimentos das Terças, se descontaria a elle Contratador, toda a perda, & damno, que por essa causa recebesse, & juntamente, que lhe pertenceria as cobranças das ditas Terças, assim, & da maneira, que se cobravam pela fazenda do dito Senhor, & que se arrecadava pelo Contratador Manuel Moreno Chaves, sem innovação, nem alteração alguma.

Allegase tambem, que a dita Condição 23. se verificou, por quanto em o anno de 657. poz o inimigo cerco à Praça de Olivença, & a rendo infelizmente, ficando por sua, até o tempo das pazes, & do mesmo modo ficou a Praça de Mouram, em o mesmo anno, a qual tambem soy rendida, & supposto fosse recuperada pelas armas do dito Senhor, com tudo ficou em estado, que não teve a Terça nella nenhum rendimento, & que este mesmo damno se seguiu em os annos de 658. & 659. & que a dita Praça, & Villa de Olivença, tinha duas defezas, chamadas do Untofo, & Moxara, as quaes rendião à Camera em cada hum anno cento & cincoenta mil reis, & tinha mais a Serra de Olor, que se dava em feiras aos moradores, & rendia cada anno oytenta mil reis para o Concelho, & tinha tambem os pastaduros, & engoalas, que importava cada anno cento & orenta mil reis, & as penas das possuimas, & comar, que se fazia nos Coitos, como tambem havia na dita Villa duas rendas, huma do campo, outra da Villa, que ambas importavam para o Concelho cento, & setenta mil reis, & de tudo rendia a Terça, quinhentos & treze mil, trezentos & trinta & tres reis, como se propoem no 8.º 9.º 10.º & 11.º artigos fol. 13.º & 14.º como tambem tinha a dita Villa de Olivença, hums Armazens, que pertencião à Camera, os quaes valião novecentos mil reis de que se deve abater a Terça, como bens do Concelho, & assim mais das rendas das imposições dos dous reis, impos-

tos no vinho, carne, & peixe, & da outra imposição de hum vintem, em cada almude de vinho, que importava a Terça, quinhentos, & dezafeis mil, seis centos, setenta & quatro reis, em cada hum anno, a qual lhe era devida a elle Contratador, na forma da Condição 35. de seu contrato, em que se declarou, que se pagaria Terça das rendas das imposições, que os Vereadores, & Officiaes da Camera criaassem, & impaessem na venda do vinho, & azeite, occultandoas à receita do Livro do rendimento do Concelho, sendo realmente renda delle, para cujo effeito de se lançarem em Livro, se mandou passar a elle Contratador Alvará, pelo qual o dito Senhor mandou, que se pagasse Terça das ditas rendas: Finalmente se allega, que a elle Contratador se lhe estavam devendo muytas dividas atrazadas na Villa de Olivença, que constava do Livro da Camera, as quaes se lhe devem abater, por ficar o dito Livro em poder do inimigo, & elle justificante impossibilitado, para as poder cobrar, & que estes mesmos descontos, se lhe devem fazer, não só em o anno de 657. mas em os dous seguintes, ultimos de seu contrato, por nellas estar a dita Praça em poder do inimigo, com que fica sem duvida, não teve nenhum rendimento.

Quanto à Villa de Mouram se allega, que a elle Contratador, se lhe deve fazer abatimento de cento & setenta & tres mil, trezentos, & trinta & quatro reis, que importava a Terça do rendimento das rendas do Concelho da dita Villa, que constava de huma Contada, que se costumava arrendar aos moradores, & rendia a Terça em cada hum anno cem mil reis, & assim mais de humas terras, que chamão da Villa Velha, & Pego trarado, que rendião em cada hum anno, cento & sessenta mil reis, & das rendas do campo, que em cada hum anno importavam cento & cincoenta mil reis, & de hum Azinhal de Cancereis, & Alcarrede, que rendia cento & vinte mil reis, & de hũa renda de imposição de dous

dous reis no vinho, carne, & peixe, que rendia hums annos por outros, setenta mil reis, de que tudo se devia a Terça a sobredita quantia. Allegase mais, que elle justificante contrahou pela Condição 13. de seu contrato, haverem de selbe dar em especie a Terça das Terras, & coutadas dos Concelhos, para cujo effeito se lhe mandou passar Provisão pelo dito Senhor, para elle as beneficiar, & arrendar da sua mão, & se assim se lhe observava, lhe renderia a Terça das Villas de Mourão, & Olivença, outra tanta quantia, de que se lhe deve fazer desconto, por se lhe saltar ao cumprimento da dita condição.

Allegase finalmente, que pelas continuas invazões do inimigo, & pilhagens, que fez degado, em o anno de que se trata, não só tiverão perda total as Villas de Olivença. & Mouram, que infelizmente foram rendidas, mas humma consideravel diminuição aos lugares circunvizinhos de Monçarrás, Tellena, & Evora, Jerumenha, Ouguella, Landroal, & Campo Mayor, por senão arrendarem as ervagens dos Concelhos, nem se fazereim coimas nos gadar, de que tudo se deve abater a quantia de quatrocentos mil reis no dito anno.

Tambem se allega, que a mesma diminuição do rendimento das Terças, articulada em o anno de 657. se continuou nos dous seguintes; por quanto ainda que se tornasse a restaurar a Villa de Mourão, ficou destruida sem moradores, pela qual razão, não rendeo a Terça mais, que seis mil oytocentos & trinta & tres reis, em cada hum dos ditos dous annos, como se propoem desde o 16. até 23. artigos fol. 14. & 15. & no 3. & 4. fol. 33.

Allegase mais, que o dito Senhor soy servido por Alvará de 7. de Agosto de 654. conceder aos moradores de Campo Mayor, que não pagassem Terça do rendimento da defeza de S. Pedro, que he do Concelho da dita Villa, & se costumava semear de trigo, & que a elle Contratador se lhe deve abater, o que ella impor-

tava em todos os seis annos de seu contrato, na forma da Condição segunda delle, em que se lhe declarou, que se levaria em conta, o que importassem as doações, ou esmolas de cousa tocante a Terça, feitas pelo dito Senhor, durante o dito contracto, como tambem na forma da outra Condição 13. se lhe deve haver respeito; ao que as ditas terras renderião, dando selbe a elle Contratador em especie, o que lhe tocava, que ao menos havia de ser, em cada hum anno 50. moyos de trigo, que em os seis annos de seu contrato, fazem trezentos moyos, que se lhe devem haver por liquidos, pelo preço do meyo, como tudo se propoem nos artigos 13. 14. & 15. fol. 34. & vers.

Quanto a Comarca de Evora, & Estremoz se allega por parte do justificante, que em razão das levás de gente, que se fizeram nos mezes de Março, Abril, & Mayo, Setembro, & Outubro, do anno de que se trata, em que bias os Rendeiros, que havia de fazer as coimas, & ordenar, que houve dos Governadores das armas, para se não encoinarem os gadar de algumas pessoas, & contas, que se deyxaram de tomar em dous annos pelo Provedor, em alguns lugares, assim por estarem despojavados, como pelo temor do inimigo, & pelas encampações, que os rendeiros fizeram de muitas rendas, na dita Comarca, teve a Terça de diminuição, quinhentos mil reis, os quaes se devem abater do preço do contrato; porque quey-xandose tambem elle justificante ao dito Senhor, pelo Concelho de Guerra, das vexações, que padeciam os Rendeiros, & privilegios, que se lhe nam observavam, senam remediou este dano, que deu causa à dita perda, como tudo se propoem no artigo 24. & 26. fol. 15. & 16. E nos dous annos seguintes se allega, que se devem abater 40v. pelos privilegios, que se quebraram aos Rendeiros, como se articula nos artigos 16. 17. & 18. fol. 15. vers. & 16. E outrossim se articula mais, que pela mesma razão teve a Terça muito mayor diminuição, que a sobredita,

Kk iij por

por falta dos Rendeiros, que a haviaõ de administrar, como se propoem nos artigos 16. 17. 18. & 19. fol. 34. vers.

Allegase mais pelo justificante, que por causa da tomada de Mouram, se lhe devem abater trezentos & sessenta mil reis, que importava a Terça da Villa de Monçarras, cujo Concelho tinha huma defeza, que chamão de Pombinhos, que se arrendava em novecentos mil reis por anno, & hũa Baldia, que rendia cem mil reis, & hũa Coutada, em que importavaõ as Coimas oytenta mil reis, de que elle justificante não cobrou nada no anno de que se trata, por serem as ditas defezas, & Coutada, vizinhas à Villa de Mouram, que com a occupação do inimigo as infestou de maneira, que estiverão de voluto, & assim mais, que nos dous annos seguintes de 658. 659. tiverão as rendas do dito Concelho muyta diminuição pelas entradas, & invazoes do inimigo, em tanto, que a dita defeza de Pombinhos se arrendou por menos quinhentos mil reis, do que andava, & as outras rendas do campo, & da Villa, se arrendarão no dito anno de 659. por menos cento & cincoenta mil reis, & as Coimas faltaraõ em todo, por não haver gados, pelo que se deve haver por liquida a diminuição dos ultimos dous annos do arrendamento em quatrocentos & sincoenta mil reis, como tudo se allega no artigo 27. fol. 16. & no artigo 11. fol. 34.

Quanto à diminuição do Concelho da Cidade de Elvas, se allega por parte do justificante, que com a mesma vexação, das continuas entradas do inimigo, ficaraõ devolutas as defezas, & retiraraõ os criados com o seu gado, pela qual razao perdeu o Concelho trezentos mil reis, em que se costumavaõ arrendar as ditas defezas. & outra renda, que tinha o dito Concelho, chamada dos Azinbaes, que costumava andar em quatrocentos mil reis, quebrou cem mil reis, com o que tudo, teve a Terça de perda duzentos & noventa mil reis, que pede se lhe abatam do preço de seu contrato, & que outrosim,

se lhe deve fazer o mesmo abatimento em os dous annos seguintes de 658. & 659. por estar a dita Praça sitiada, sem que tivessem melhoria alguma as ditas rendas, antes mayor quebra, & diminuição pelos continuos rebates do inimigo, como tambem, porque com os apertos, & violencias da guerra, se não faziaõ Coimas, nem se tratava mais, que da defeza, & por esta mesma causa pede o justificante, que nas Villas da dita Comarca, se lhe abata tambem a diminuição, que teve o rendimento da Terça, como foy na Villa de Barbacena, quarenta & quatro mil reis, nos ditos dous annos, em que não rendeo nada, costumando nos antecedentes, antes da entrada do inimigo, arrendar-se a Terça em vinte & dous mil reis, & na Villa de Terena noventa & seis mil reis, que pela mesma causa teve a Terça de diminuição nos tres annos, de que se pede o abatimento, & assim mais na Villa de Jeromenba setenta & quatro mil, quatrocentos & trinta hum reis, que na forma acima referida, teve a dita Villa de quebra no rendimento da Terça, nos ditos tres annos, a respeito do em que andava arrendada em o anno de 656. & na Villa de Ouguella, pede tambem o justificante de abatimento doze mil & duzentos tor & vinte reis, que teve de diminuição nos annos de 658. & 659. a respeito do em que andava arrendada nos annos antecedentes, & na Villa do Landroal pede na mesma forma de abatimento, cento & cincoenta & hum mil, novecentos & dezasete reis, que teve de diminuição nos ditos dous annos de 658. & 659. por ficar mais vizinha à Villa de Olivença, como tambem pede o abatimento de todo o rendimento de Villa Boim, que se despejy no anno de 657. com a entrada do inimigo em Olivença, as quaz Kallas, todas sas da Comarca de Elvas, como se articula nos artigos 28. & 29. fol. 16. & desde o artigo 5. ate o artigo 12. fol. 33. & 34.

Allegase mais por parte do justificante que tambem se lhe devem abater trezentos & noventa mil reis da diminuição, que
teve

teve a Terça no anno de 657. na Comarca de Beja, por se despoçoarem com o temor dos inimigos muytos lugares della, & se deixarem de arrendar alguns pastos, & não se fazereim Coimas, tudo pelas innovaçoes do inimigo, que continuamente padeciã as Pellas de Serpa, & Moura, & suas Aldeas, como se propoem no 3. artig. fol. 16. vers.

Allegase mais, que na Camera do Campo de Ourique, & nos Concelhos della se arrendaraõ por muyto menos as erugens, por não irem os criadores com o temor do inimigo, como de antes o fazião & não haver Coimas, por occasiã da guerra, com o que no anno de 657. teve a Terça de diminuiçãõ cem mil reis ao menos, que tambem pede abatimento o justificante na artigo 31. fol. 16. & no artigo 24. fol. 35. pede se lhe abatã de todos os tres annos ultimos de seu contrato, duzentos & vinte sete mil, setecentos setenta & sete reis, que articula ter de diminuiçãõ, a respeito do rendimento do anno de 655.

Allega tambem, que na Comarca de Portalegre, com as pilhagens, que o inimigo fazia, & com a opressão da guerra, por causa da qual os officiaes andavaõ com as armas nas mãos, teve o rendimento da Terça, quatrocentos mil reis de diminuiçãõ em o anno de 657. o qual se deve abater do preço do contracto, & nos dous annos seguintes, rendeio menor, que o anno de 654. primeiro de contracto, quinhentos & oytenta & sete mil, oytocentos, noventa & tres reis, que tambem se devem abater a elle Contratador, na forma que propoem nos artigos 23. fol. 16. & no artigo 25. fol. 35. vers.

Mais se articula por parte do justificante, que no dito anno de 657. entrou o inimigo com exercito pela Provincia de Entre Douro, & Minho, em que sitiou a Villa de Valença, destruindo muytos lugares da Comarca de Viana, pela qual razãõ, nella, & na de Guimaraens, teve a Terça de diminuiçãõ trezentos & noventa mil reis, os quaes se devem man-

dar abater tambem do preço do dito contracto, como se articula no artigo 23. fol. 17. com as mais perdas, que se articulaõ no artigo 52. fol. 36.

Allegase tambem, que nas Comarcas de Torre de Moncorvo, & Miranda, não houve Officiaes, que encoimassẽ os gados, por birem todos a guerra no dito anno de 657. & por esta razãõ, como por entrar o inimigo em algumas terras da Comarca, teve a Terça de diminuiçãõ, quatrocentos & cincoenta mil reis, de que tambem pede abatimento no artigo 34. fol. 17.

Ultimamente allega o justificante no artigo 35. fol. 17. que no anno de 657. fez o inimigo muytas pilhagens, & entradas em alguns lugares da Comarca de Castello Branco, que saõ visinhos às Fronteyras; & que por esta razãõ, como por andarem os Officiaes occupados com o exercicio da guerra, se não fizeraõ Coimas, em que o rendimento da Terça teve de diminuiçãõ quinhentos mil reis, & com as diminuiçoes dos dous annos seguintes de 658. & 659. allega nos artigos 26. 27. & 28. fol. 35. vers. que se lhe devem abater de todos os tres annos, hum conto, duzentos & trinta & hũ mil, quinhentos & cincoenta & cinco reis, & que os ditos abatimentos, se lhe devem fazer, na forma das Condiçoes 23. & 24. de seu contracto, pelas innovaçoes, que houve nelle, & guerra, que sobreveio de novo, cõ os exercitos do inimigo, que entraraõ neste Reyno.

Allegase mais, que se devem abater ao justificante o valor de hum grande quantidade de Coimas, que na Villa de Vimeyro se absolveram pelo Provedor, em o anno de 658. por ordem, que para isso passou André de Albuquerque, governando as armas na Provincia do Alentejo, como se articula no 20. artigo fol. 34. vers. & 35. & juntamente, que a elle justificante se lhe deve compor o dano, que recebeu com outra ordem dos Governadores, porque se mandou, que se nam encoimassẽ os gados de Gil Loureço Cabeça,

beça, Bertbolamen Carriga, & Isabel Mõdes que vierão da Villa de Olivença, como se articula no artigo 21. fol. 35.

Allegase mais, que tambem se lhe deve compor a elle justificante a perda, que teve, com se mandarem derrubar por Carta de S. Magestade humas Cabanas, que havia na Praça de Villa Viçosa, que era do Concelho, & em que se vendião as cousas necessarias ao Povo, & que esta perda, se lhe deve de compor em todos os tres annos de 657. 658. & 659. como se propoem no artigo 22. fol. 35. & que da mesma sorte, se lhe deve compor a perda, que recebeu, por o dito Senhor mandar por Provisão sua ao Provedor da Comarca de Evora, que annullasse a repartição das terras das Coutadas do Concelho da dita Villa, que estava feyta pelo Juiz de Fôra, & Officiaes da Camera, & dadas em Courelas, para se sementearem, em que assim as rendas do Concelho, como a Terça, havia ter grande avanço, como se articula no artigo 23. fol. 35.

Allegase ultimamente, que o dito Senhor foy servido mandar publicar hum Ley na Chancellaria Mór do Reyno, em 7. de Setembro de 654. a qual se expedio pelas Comarcas aos Provedores, para que se abstivessem de fazer audiencias de revistas, em que tambem recebo innovação o contrato delle justificante, faltandose a Condição 34. delle, & o justificante consideravel perda, que se deve haver por liquida, em tres contos em cada hum anno, como se allega desde o artigo 35. tẽ o ultimo fol. 37.

Por parte do Procurador do dito Senhor se allega, que o abatimento, que o justificante pede do anno de 657. pela perda da Villa de Olivença, se lhe não deve fazer mais, que do que poderia importar a Terça dos ultimos sete mezes do dito anno; por quanto a dita Villa de Olivença foy vendida em ultimo de Mayo, tempo em que o Contratador podia ter cobrado, o que tẽ entã se lhe devia, & que não o fazendo, se deve reputar por omissão sua.

Mais se allega, que o tempo que o justificante tomou por arrendamento o contrahto, de cujo abatimento se trata, estava ja este Reyno em guerra com o de Castella, havia 14. annos, & se fazião myltas entradas de hũa, & outra parte, com que as rendas do dito Senhor, tinão grande diminuição, de que o justificante tinha toda a noticia, & assim se lhe não devia fazer abatimento, por razas das entradas do inimigo, porque sómente está o dito Senhor obrigado, na forma da Condição 23. do dito contracto.

Quanto ao abatimento, que se pertende da Villa de Mouras, se defende o Procurador do dito Senhor, q̃ esse se lhe não deve fazer, se não do tempo em que a Praça esteve occupada pelo inimigo, que foy muito pouco; & que logo, que foy restituida, tornaram os moradores para suas casas, & cultivarã suas herdades, com o que nam tem lugar o abatimento, que se pertende, a que o dito Senhor nam está obrigado, como propoem no 5. & 6. artigos fol. 86. vers.

Defendese mais o Procurador do dito Senhor, que não se obrigou por Condição algũa, a dar em especie as Terças das terras dos Concelhos, & que a Condição 13. do contrahto, se entende, de que cobraria em especie os fructos tocantes a Terça, quãto mais, que ao justificante se lhe não impedio poder tomar em especie a dita Terça, com o que se allega, ficar cessando o abatimento, que se pede por esta causa, como se propoem no artigo 7. fol. 86.

Quanto ao abatimento da Villa de Olivença, se defende, que a fazenda do dito Senhor não está obrigada a satisfação das dividas atrazadas, caso em que ao justificante se devessem, por se dever reputar por omissão, ou culpa sua, nam as haver cobrado, & que tambem, se nam deve abater a Terça das duas rendas, que de novo criou a Camera, no vinho, & azeite, por quanto nam eram rendas, que o Concelho tivesse, mas que voluntariamente os moradores as criaraõ, para sua deseza, nos quaes termos,

nam

nam procede a Condição 35. em que logo se declara, que de semelhantes rendas se faria Terça ao justificante, em caso que se devesse, como se propoem nos artigos 8. & 9. fol. 86. vers.

Allegase mais, que ao justificante se lhe não deve fazer desconto algum, em razão das levas de gente, que foram para o Alentejo, das Comarcas do Reyno, Ordens, que refere dos Governadores, & pilbagens, & entradas do inimigo, por haver ja nos annos antecedentes as ditas pilbagens, & entradas, & levas de gente. E caso, que os Governadores passassem as ditas ordens se devia queyxxar dellas o justificante por outra via, como se propoem nos artigos 10. fol. 86. & 87.

Defende-se mais o Procurador do dito Senhor, que nas Villas de Serpa, & Moura, & em todas as mais, que o justificante articula, não houve mais entradas no anno de 657. que nos antecedentes, & que da Villa de Moura, se não sabião moradores que tivessem bens de raiz, antes para ella se recolherão muytos do campo, & que outrosim os criadores, q̃ saltarão no Campo de Ourique, barbaão de hir a outra parte, em que o justificante havia de cobrar a Terça, por ser geral o seu contrato, como se propoem nos artigos 12. & 13. fol. 87.

Allegase finalmente, que supposto o inimigo Gallego entrasse na Provincia d'Entre Douro, & Minho, & fizesse a Villa de Valença, a perda q̃ podia fazer nos lugares circunvisinhos, he de muyto pouca consideração, & que nembiã tiveram as Comarcas de Guimaraens, Torre de Moncorvo, & Castello Branco, por ser a guerra no anno de 657. a mesma, que havia sido nos annos antecedentes; & que ao justificante se lhe arrendou o contrato por muytos annos, preço porque o trouxe Manoel Moreno Charves, já com a consideração da guerra, que havia no tempo da arrematação delle, com que não houve innovação, em razão da qual se lhe deva fazer o desconto, que pede.

Quanto aos segundos artigos justificativos fol. 33. em que se pretendem os descótos

dos annos de 658. & de 659. se defende o Procurador do dito Senhor allegando, que a Villa de Moura se restaurou logo, tornando os moradores para suas casas, & assim se não deve fazer ao justificante abatimento, senão do tempo em que esteve occupada, & que das Villas de Barbacena, Serumenba Ouguella, Landroal, Villa Boim, & Monçaras, & do Cœlbo da Cidade de Elvas, se não deve fazer abatimento algum ao justificante, dos annos de 658. & 659. por não haver nos ditos lugares mais que algũas entradas, que sempre houve nos annos antecedentes, & por se nam dever fazer caso do computo, que o justificante faz do rendimento do anno antecedente, por nam ser o arrendamento feyto ao justificante, com obrigação de lhe render cada hum dos Concelhos, quantia certa, mas de cobrar o que elles rendessem, como se propoem nos artigos 16. 17. & 18. fol. 87. vers.

Mais se allega, que ao justificante se lhe não deve fazer desconto algum na Villa de Campo Mayor, em razão do Alvará, que o dito Senhor mandou passar, para que se não pagasse Terça da defeza de S. Pedro, por quanto foy feyta a merce primeyro que o contrato do justificante, & que tambem a ordem, que o mesmo justificante allega passou o Governador André de Albuquerque, para se absolverem algũas Coimas da Villa do Vimieyro, nam deve ser em prejuizo da Fazenda do dito Senhor, por não ser passada pelos Ministros, a que tocava, & por ter o justificante meyo, de que devia usar, para revogar a dita Ordem, caso que abovesse, & q̃ pela mesma razão, se não deve attender às Coimas, que articula, se absolverão na Villa de Estremoz a Gil Lourenço, & aos mais, como se propoem desde o areigo 19. até o artigo 22. fol. 87. & 88.

Defende-se mais o Procurador do dito Senhor, propondo, que ao justificante se lhe não deve fazer abatimento algum nas Comarcas do Campo de Ourique, Portalegre, Castello Branco, Algarve, Guarda, & Guimaraens nos annos de 658. & 659.

Ll pela

pela diminuição do rendimento, que nellas se articula, a respeito do anno antecedente de 656. por quanto o dito Senhor, se não obrigou a lhe fazer igual o rendimento de todos os annos, & que nas ditas Comarcas não houve exercito, ou cerco, em que se verificasse a condição do contrato, & que ainda que fossem das ditas Comarcas algumas terras para o Alentejo, assim mesmo tinhão ido nos annos antecedentes nas occasiões, que houve, pela qual razão se lhe não deve fazer desconto algum, como se articula nos artigos 23. & 24.

Finalmente se allega, que sempre se fizeram audiencias de revisitas, ou pelos Provedores, ou pelos Juizes, sem embargo da Ley, que o justificante articula em contrario, a qual se revogou logo, & se não chegou a guardar nas Comarcas do Reyno.

O que tudo visto, & o mais dos autos, attendendo a forma das Condições do contrato, & disposições de Direyto, deferindo separadamente as addições dos abatimentos, que se pedem pelo justificante nas terras das Comarcas do Reyno. Quanto á Villa de Olivença, absolvem ao Procurador do dito Senhor da satisfação da Terça dos novecentos mil reis, que o justificante propoem no artigo 12. fol. 14. valião os Armazens, que deyxou á Camara o Tenente General. Do que se vê, por quanto o valor precípua dos ditos Armazens, não he renda do Concelho, de que o justificante houvesse de cobrar a Terça, nem por haver Provisão do dito Senhor, para que a Camara os podesse vender, se segue, que se haja de abater a Terça de seu valor, sem que com effeito fossem vendidos, & ainda neste caso, não ficaria sem duvida o pertencer a Terça do preço ao justificante, que somente arrendou a Terça do rendimento dos bens do Concelho, & não das propriedades, que elles vendessem, em que somente poderia pedir o desconto da perda, que tivesse na Terça do rendimento. E assim tambem mais absolvem por bo-

ra ao Procurador do dito Senhor dos quinhentos dezaes mil & sessenta & quatro reis pedidos no artigo 14. da Terça das imposições dos dous reis impostos no vinho, & na carne, & peixe, & de hum vinhem em cada almude de vinho, pela Camara criadas, porque estas taes imposições, sendo impostas sobre si, pelos mesmos moradores, para a defesa, & reparo das fortificações, não he directamente renda do Concelho, o que não se convence com a força das Condições 35. & 36. & Alvará 39. por quanto assim nas ditas Condições, como no dito Alvará se declara, que de semelhantes rendas se pagaria Terça, em caso que se devesse, & assim se devia primeiro ventilar, se das taes rendas se devia Terça, como rendas do Concelho, ou se pela forma da imposição dellas eram izentas de apagar, & parecendo-lhe ao justificante, que tem direyto, para tratar desta materia, lho reservam para o fazer, pela via que lhe parecer. Condenam porem ao Procurador do dito Senhor no abatimento da Terça dos cento & cincoenta mil reis, em que a Camara costumava arrendar as duas defesas chamadas do Ventoso, & Moxxara, & assim mais no abatimento da Terça de oytenta mil reis, em que se costumava arrendar a Serra de Olor, que se dava em ceasar aos Lavradores, & no abatimento da Terça dos cento & oytenta mil reis, que rendiam os pastadouros, & engoalas da dita Villa, & no abatimento da Terça da renda dos cento & setenta mil reis, que importavam as duas rendas, huma do Campo, & outra da Villa, & assim mais no abatimento da Terça de sessenta mil reis, que mais verosimilmente se prova importar a renda da imposição do ramo do azeite, & pelo que podiam vender as penas das posturas, & condenação das Coimas, arbitraes de abatimento duzentos mil reis em cada hum anno, & os ditos abatimentos se farão tres annos de 657. 658. & 659. Visto o q se prova pela

inquiriçam do justificante fol. 247. & ser causa notoria, não ter a dita Villa de Olivença nenhum rendimento nos annos referidos, por ficar infelizmente occupada pelo inimigo, & absolvem ao Procurador do dito Senbor das dividas atrazadas, que o justificante propoem, se lhe deviaõ na dita Villa de Olivença, por não estar o dito Senbor obrigado a satisfazellar. E quanto à Villa de Mourão, considerando as rendas, que pertenciam ao Concelho, que se propoem nos artigos 16. 17. & 18. o modo com que juram as testemunhas da inquiriçam do justificante, arbitraõ, que pela perda, que teve na Terça da dita renda, se lhe abataõ no anno de 657. em que foy rendida, duzentos milreis, em que condenaõ ao Procurador do dito Senbor, & pela perda, que teve nos dous annos seguintes de 658. & 659. se lhe abatam trezentos mil reis, em que tambem condemnã ao Procurador do dito Senbor, & o Procurador do que mais se pede pelo justificante no artigo 19. fol. 15. na forma da Condiçam 13. de seu contrato, pela obrigaçam de se lhe dar a Terça das terras, & defesas dos Concelhos, em especie, por quanto o devia requerer por outra via. E quanto à Villa de Monçarvis de que se pede o abatimento no artigo 27. fol. 16. & no artigo 11. fol. 34. considerando, que com a entrega da Praça de Olivença, & entrada de Mourão, cresceu a guerra de maneyra na Provincia do Alentejo, que nos lugares circumvisinhos se impedio a administração, & correnteza do contrato, com o que tem lugar em parte a Condiçam 23. delle, & examinando as testemunhas, que jurão na inquiriçam fol. 357. & sequentibus sobre a quebra, que por esta causa tiveram as rendas do Concelho da dita Villa, que depoem, serem mais de aneade, do em que andavam; deferindo sobre os abatimentos, que o justificante pede nos ditos artigos 31. fol. 15. & 11. fol. 34. arbitraõ, que ao justificante se lhe abatam no anno de 657. a terça par-

te de quinhentos mil reis, & que o mesmo abatimento se faça nos dous annos seguintes de 658. & 659. visto provar-se, que nos ditos dous annos tiveram as rendas do Concelho a mesma diminuição. E quanto ao abatimento, que se pede pela diminuição, q̃ teve a Terça da Villa de Terena, que se propoem no artigo 6. fol. 23. vers. absolvem ao Procurador do dito Senbor, visto nam se provar por parte do justificante, nem por testemunhas, nem por Certidões dos lrrros da Camera, o que rendeo nos tres annos antecedentes ao de 657. na forma do despacho do Concelho fol. 31. vers. & 32. nem a diminuição, que teve nos annos de que se pede o abatimento, & pela mesma razam, absolvem tambem ao Procurador do dito Senbor dos abatimentos, que se pedem na Villa de Jerumenba, & Ouguella nos artigos 378. fol. 33. vers. E deferindo sobre o abatimento, que se pede na Terça do Concelho da Cidade de Evora, & suas rendas, nos artigos 24. fol. 15. vers. & 19. fol. 34. vers. considerado o modo porque juram as testemunhas da inquiriçam fol. 22. & sequentibus, porque se prova, que no anno de 657. houve mais guerra, que nos antecedentes, em razam da entrada, que o inimigo fez na Provincia, & que nam se houve respeito nas levias, que se fizeram ao privilegio dos rendeyros, que haviaõ de fazer Coimãs, & com effeito forão por soldados auxiliares, & seus fiadores, dos quaes se ausentaram muitos. O que mais se corrobora com a carta fol. 526. & attendendo tambem, a que já nos annos antecedentes, havia entradas do inimigo, & pilhagens, que se fazião por occasião da guerra, arbitraõ, que ao justificante se lhe abatam quatrocentos mil reis, pela perda que podia ter nos tres annos de 657. 658. & 659. em que condenaõ ao Procurador do dito Senbor, & absolvem do que mais o justificante pede das dividas atrazadas, a que o dito Senbor não está obrigado.

E deferindo sobre o abatimento, que
Lij pede

pede na Villa de Estremoz, em razão de se não encoimarem, por ordem dos Generaes, os gados de alguns moradores, que vierão de Olivença, & das lvas, que da dita Villa se fizerão para o que se deu as testemunhas, que correm a fol. 482. aos artigos 25. & 36. fol. 13. & ao artigo 16. fol. 33. absolue ao Procurador do dito Senhor, do pedido nelles, & visto não se provar, quanto baste nesta parte, para terem lugar as Condições do contrato, & ainda que as ditas testemunhas jurem q por ordem dos Generaes se não encoimaram os gados de hum Bertholameu Vas Carriças, que veyo de Olivença, & outro, com tudo devia o justificante queyrase ao dito Senhor, quanto mais, que fazendo-se ao justificante desconto da perda que teve na Villa de Olivença, onde eraõ moradores os sobreditos, se fica incluindo nella, a de que se pede satisfacão, contra o que não basta a Certidão fol. 41. em que também se funda o justificante para o abatimento que pede, por quanto delle consta somente fazerem os Rendeyros da Villa de Souzel alguns protestos, para encamparem as rendas, mas não, que com effeyto as encampassem, & ainda que se diga, que o Provedor chegando à quella Villa não tomou conta, nem em outras da Comarca, be sem duvida, que as havia tomar depois, fazendo Terça do rendimento ao dito Senhor.

Quanto ao abatimento, que se pede na Villa do Landroal, nos annos de 658. & 659. no artigo 9. fol. 33. considerada a prova ditas folhas 396. & Certidão, que ajuntou fol. 529. a qual na forma do despacho do Concelho fol. 31. & 32. devia declarar o rendimento dos tres annos antecedentes ao de 657. & não somente o rendimento da Terça do anno de 656. que poderia ser mayor, que os dos annos antecedentes; arbitraõ, que ao justificante, se lhe abataõ cento & cincoenta mil reis; pela perda dos ditos dous annos, em que condenaõ ao Procurador do dito Senhor.

E deferindo sobre o abatimento, que se pede pela diminuição do Concelho da Cidade de Elvas, no artigo 28. & 29. fol. 8. & no artigo 12. fol. 34. dos annos de 657. 658. & 659. o qual se prova legitimamente, ter de renda ham conto de reis nor annos antecedentes, como se vê das testemunhas fol. 289. cum sequentibus, & ter de quebra em cada hum dos ditos tres annos, seiscentos & vinte mil reis, pela diminuição a que chegarão as ditas rendas, com as continuas entradas do inimigo, & sitio, que poz à dita Cidade, no anno de 658. arbitrar, que ao justificante se lhe abata em cada hum dos ditos tres annos, a Terça dos ditos seiscentos, & vinte mil reis, que teve de quebra, em que também condenaõ ao Procurador do dito Senhor; & supposto que por sua parte se prove pelas testemunhas da inquirição fol. 181. que sempre houve lvas de gente, & entradas do inimigo na Provincia do Alentejo, mytor annos antes do arrendamento do contrato, com tudo be sem duvida, que com a entrega de Olivença, & tomada de Mouram, & sitio da Cidade de Elvas, se poz a guerra em differente altura, & ficaraõ ao inimigo mais livres as entradas, & em partes difficultosa a administração, & correteza do contrato.

E pelo abatimento, que o justificante nas Villas de Barbacena, & Villa Boim, que foram queymadas, & destruidas no anno de 657. arbitraõ, & mandaõ, que ao justificante se abataõ cem mil reis pela perda de todos os tres annos, de que se pede o desconto.

E deferindo sobre o abatimento, pedido pela perda, que teve o rendimento da Terça na Comarca de Beja, absolue ao Procurador do dito Senhor, visto provar-se por sua parte, que sempre se fizerão audiencias de revistas, & que não chegou a se observar a Ley, que se passou em contrario, & do abatimento, q se pede, em razão da perda, que o justificante articula ter na Villa de Moura, absolvem também ao Procurador do dito Senhor, por se não pro-

var o deduzido, para o desconto.

E deferindo sobre o abatimento, que pede o justificante, em razão da perda, que allega, teve na Comarca de Campo de Ourique, absolvem também ao dito Senbor, visto a prova, que por sua parte fez, contra o que nam basta, o que jurão as testemunhas da inquirição fol. 410. em que dizem, que no anno de 657. vieram menos Serranos, que arrendassem as ervagens, por quanto este acto he voluntario, de que senão induz perda, a que esteja obrigado o dito Senbor, & também absolvem ao Procurador do dito Senbor, do abatimento que se pede, em razão da perda, que o justificante articula teve na Comarca de Portalegre no artigo 23. fol. 13. & 35. & fol. 33. por quanto, ainda que se prove na inquirição fol. 317. que o inimigo fez muitas pilhagens, & entradas nos annos, de q se trata, estas barvia já antecedentemente, por razam da guerra, & assim nam ficou tendo lugar as condições do contracto, & ainda que se prove, que barvia ordem dos Governadores, para se não encoimarem os gados nas occasiões dos rebates, & que os Officiaes de justiça absolvião alguiss Comar, destes excessos devia o justificação queixar-se por outra via, para se lhe deferir.

Quanto ao abatimento, que pede, em razão da diminuição do rendimento da Terça nas Comarcas de Guimaraens, & Viana, como propoem no artigo 33. fol. 17. & 32. & fol. 36. attendendo ao que se prova por parte do justificante, & entrar o inimigo na Provincia d'Entre Douro, & Minho no anno de 657. por cerco à Villa de Valença, tomar Monção, & Lapela, desbaratar a Villa da Barca, & Arcos, & fazer mayor oppressão nos povos das ditas Comarcas, arbitraão, que ao supplicante se lhe abatao quatrocentos mil reis, pela perda dos ditos tres annos, em que condemnão ao Procurador do dito Senbor, & o absolvem do abatimento, que se pede, pela diminuição, que se allega ter a Terça nas Comarcas de Miranda, & Torre do Moncorvo, porque se não prova concludentemente a perda, q a Terça recebeo, por razão do pe-

de exercicio, que se fez, & se mostra das mesmas testemunhas de inquirição do justificante, que os moradores, & Officiaes, que forão das ditas Comarcas, se recolherão logo, por se retirar o inimigo.

E quanto ao abatimento, que se pede pela perda, que o justificante allega, que teve na Comarca de Castello Branco no artigo 35. fol. 17. vers. & nos artigos 26. & 27. fol. 35. vers. absolvem ao Procurador do dito Senbor, visto provar-se por todas as testemunhas de sua inquirição fol. 155. nos annos, de que se trata, não houve mais guerra na dita Comarca, que nos annos antecedentes, & que sempre se fizeram audiencias de revistas, & ainda que pela Certidam fol. 541. passada pelo Escrivam da Provedoria conste, que houve diminuição na Terça da dita Comarca, a respeito do anno de 656. não se mostra o que rendeo nos annos antecedentes, nem o dito Senbor está obrigado a compor ao justificante a perda de se nam arrendarem sempre pelo mesmo preço as ervagens dos Conselhor, que nam se prova concludentemente diminuirem com o crescimento da guerra, & pela mesma razão, absolvem também ao Procurador do dito Senbor do desconto pedido, pelo abatimento das Comarcas do Algarve, & da Guarda, visto outro sim provar-se, que houvera levar, antes dos annos do dito contrato.

E também absolvem ao Procurador do dito Senbor, do desconto pedido nos artigos 13. & 14. fol. 34. pela Terça da desfeza de Campo Mayor, de q S. Alteza fez merce aos moradores da dita Villa pelo Alvará fol. 71. visto declarar-se no dito Alvará, que a dita merce se fez na forma, em que já se tinha concedido, de que se mostra ser reformado de outro mais antigo, ao tempo do contrato, & não se articula por parte do justificante, nem se provar quantia, sobre que possa cabir arbitrio.

E nam deferem ao abatimento pedido no artigo 22. fol. 35. sobre as Cabanas da Praça de Villa Visoza visto não haver documento nestes autos, porque conste do re-

dimento das ditas Cabanas, nem este se declarar na Certidão fol. 62.

Tambem não deferem aos descontos pedidos nos numeros 71. & 75. das razões finais, por razão da Carta fol. 58. & Provisão fol. 543. visto não articular o justificante o tal desconto, na forma que era obrigado, para se defender o Procurador do dito Senbor, & parecendo-lhe, que tem direito para pedir os ditos abatimentos, o poder requerer por outra via.

Tambem absolvê ao Procurador do dito Senbor do desconto pedido no artigo 23. fol. 35. com o fundamento de se annullar por ordem do dito Senbor a divisa, & arrendamento, que a Camera da Villa de Fronteyra, havia feyto das terras da Contada da Concelho da dita villa, visto provar-se pelas mesmas testemunhas da inquirição do justificante fol. 384. que os ditos arrendamentos foraõ nullamente feytor por não pertencerem ao Concelho as ditas terras, nem se cobrar nunca a renda dellas, nos quaes termos se não devia Terça, nem o justificante a podia pedir na forma da Condição 24. de seu contrato.

Ultimamente absolvem ao Procurador do dito Senbor do desconto pedido, pela perda allegada na Villa do Vimieiro, visto não constar das testemunhas fol. 495. & sequentibus, que na dita Villa houvesse mais que algumas levar, as quaes havia tambem nos annos antecedentes ao contrato. E nesta forma, como Juizes louvados nestes autos, pelas nomeações fol. 81. & 96. havemos por deferido a buni, & outros artigos do justificante, & o Provedor do Assentamento Manoel de Araujo Dessa, faça a conta das partidas, em que nesta sentença he condemnado o Procurador do dito Senbor, & dõ que todas ellas montarem, tirará hũa soma liquida, que se abaterá, & levará, em conta ao Contratador no preço do dito contrato, na forma das Condições 23. & 24. Lisboa 13. de Outubro de 676. Joseph Pinheyro. Antonio de Aguiar, & Silva. Fui presente Noronha.

No feyto de João Rodrigues da Ffeca, Contratador das Almadras,

com o Procurador da Fazenda, Escrivão o da Fazenda Luis Gomes Pinheyro, se deu a sentença seguinte.

Vistos estes autos, artigos justificativos, offerecidos por libello do A. contrariedade do Procurador da Fazenda de S. Magestade, documẽtos juntos, prova dada: Mostra-se por parte do A. no dito libello, que havendo no anno de 1644. tomado por contrato as Almadras do Reyno do Algarve, por quatro annos, q̃ haviaõ de acabar no fim de 647. em tres Condições, fora a Condição 17. & a Condição vinte, pela qual se dispoz, que as embarcações, que fossem carregar de Atum, não seriaõ obrigadas, nem occupadas, posto q̃ fossem para o serviço de S. Magestade, & que nam se guardando esta Condição, a fazenda Real seria obrigada a pagar ao Contratador a perda, q̃ dessa causa lhe resultasse. E supposto que o dito Senbor em Mayo do anno de 647. mandou fazer embargo em todas as embarcações, para que não sabissem daquelles portos, & durou tẽ Outubro do mesmo anno, & entre ellas estiverãõ retendubumas Settas, q̃ estavaõ carregado Atum, com intento de fazerem duas viagens, o que não poderãõ fazer, assim em razão do tempo, que perderãõ, como do cabedal, que na demora gastaraõ; pelo que até na primeira viagem levarãõ menos carga do q̃ determinarãõ, & q̃ outrossim vindõ auras trez Settas abuscar Atum, & antes de entrarem dentro do porto, sabendo do embargo, que havia, se voltaraõ sem quererem entrar, pelo que tudo elle A. não pudera vender o Atum, q̃ tinba, como vendera-se o comercio estivera livre sem o dito embargo, & por essa causa lhe ficara o Atum em casa muytos mezes fazendo na salmoeyra delle muyto gasto, & fora forçado a mandar algum para fora, que os inimigos tomaraõ, & outro se lhe perdêra em ser, o que tudo estima em hum conto & cem mil reis de perda, que pede, que a Fazenda Real lhe satisfaga, conforme as ditas Condições. Por parte do Procurador da Fazenda se allega, não poderem os Contratadores, conforme aos Regimentos, & Or-

dens de S. Magestade, pedir descontos em
razão dos casos fortuitos, & q̃ menos po-
de pedir o A. por razão do dito embargo,
por ser cousa ordinaria fazerse muytas ve-
zes, pelo que importa ao ben commun, &
que a esse risco contratu o A. & sobre tudo
este caso de embargo não se comprehende
na condição, em que se dispoz, que S. Ma-
gestade não tomaria as ditas embarcações
para seu serviço: Prova o A. barverse feito
o dito embargo, & ficarem embargadas por
razão delle as duas Setias, que estavam car-
regando, & levarem porisso somente cada
bua quinbentos, & vinte & tantos barris
de Atum: Porem nam prova concludente-
mente, que as outras tres Setias, que não
quizerão entrar para dentro, viesse a bus-
car Atum, & que assim por não entrarem
o dextasse de vender. O que tudo visto, &
o mais dos autos, disposição de Direyto, &
como ainda que o caso do embargo, posto
que não esieja expresse na Condição do con-
trato, se comprehende debaixo de suas pa-
lavras, viatormente militando nelle a mes-
ma razão, condenas a fazenda do dito Se-
nhor, em que faça desconto ao do Author,
& seus herdeyros habilitados do que por
louçados, que se tomaraõ na forma ordi-
naria, se liquidar, que o A. teve de perda,
em razão das duas Setias somente, que
estavaõ carregando ficarem embargadas,
& não sairem nos mezes, que durou o dito
embargo, & seja sem custas, por ser entre
o Procurador de S. Magestade, & seu Vas-
sallo. Lisboa 14. de Janeiro de 655. annos.
Com seis rubricas.

No feyto de Antonio da Rocha de
Almeyda, com o Procurador da Fazê-
da, Escrivão o da Fazenda Luis Gomes
Pinheyro se deu a sentença seguinte.

Acordaõ, &c. Vistos estes autos, artigos
justificativos de Antonio da Rocha de Al-
meyda, Contratador das Almadras do
Reyno do Algarve, & Sardinha de Lagos,
contrariedade do Procurador da Fazen-
da, papéis, Certidões, & documentos
juntos, prova dada. Mistrase, que tendo
o dito Contratador justificado, contratado
o rendimento das Almadras, por tempo

de cinco annos, o primeyro dos quaes come-
çou em o primeyro de Janeiro de seis centos
sessenta & bñ, & havia de acabar por fim
de Dezembro de 655. dando pelo preço da
dita renda, dous contos, trezentos & dez
mil reis em cada hum anno, entrado nel-
les dez mil reis de ordinaria para o Colle-
gio, tambem em cada bñ dos ditos annos,
forros para a Fazenda de S. Alieza alem
de hum por cento, dous por milbeyro, & or-
dinarias novas, & velhas, que se costum-
maõ pagar na dita renda, correo o dito cõ-
trato por tempo de quatro annos o de 661.
662. 663. & 664. & em cada hum delles
fez as armaçoens necessarias para a pesca-
ria à sua propria custa, para se poder bene-
ficiar o dito contrato, & fez de despesa em
cada hum anno mais de tres mil cruzados,
com o que ficou o cõtrato capaz de ter bom
rendimento, & em todos os quatro annos,
depois de lançadas as rede, & feytas as ar-
maçoens foraõ inquietas, & infestadas
pelos Galegos, Malborquins, & outros
sim pelos Mouros, em mayor numero de
que costumavaõ infestar a Costa do dito
Reyno: Com o que se impossibilitaraõ as ar-
maçoens, & perdeo o dito justificante grã-
de parte de suas despesas, ficando o con-
trato muyto diminuto nas rendas, por quã-
to no primeyro anno rendeo oytocentos ses-
senta & quatro mil & seiscentos cincoenta
& nove reis, & no segundo rendeo, no-
vecientos oytenta & nove mil cento & setz
reis, & no terceyro hum conto cincoenta &
hum mil setecentos & sete reis, & no quar-
to, & ultimo hum conto duzentos oytenta
& nove mil, seiscentos & quinze reis, o
qual rendimento cobraram, & dispenderaõ
o Recebedor, & Provedor das Almadra-
vas, q̃ por saltar grande soma para se pre-
fazer, & ajustar a quantia do rendimento
do dito contrato foy executado o justifican-
te em todos os moveis, que se lhe acharam,
assim no dito Reyno do Algarve, como em
o Estado do Brasil, de donde veyo preso
para o Livoreyro desta Cidade. Por parte
do Procurador da Fazenda se allega renun-
ciar o justificante todo o caso fortuito, cui-
dado, & nam cuydado, & nesta forma ficar

de-

devedor à Fazenda Real do alcance do preço do contrato, mayormente por não proceder a falta do rendimento do contrato do dano dos Cossarios, mas porque faltou o justificante em beneficiar o contrato, como pelas Condições delle era obrigado. O que tudo visto & o mais dos autos, forma da Condição doze do dito contrato, conforme a qual não se fazendo pejaria em todo, ou em parte em algum dos annos do contrato por impedimento de Cossarios, ou outros inimigos, se lhe deve fazer desconto de qualquer dano, & perda que receber nos annos do contrato, da que montar do tal dano o anno somente, ou annos em que acontecer, & havendo perda, no contrato se lhe descontará a perda, q̃ houver do preço em quantia delle, fazendo-se o tal desconto tẽ o preço do arrendamento, pela qual Condição doze se derogou a Condição undecima antecedente, & exclusiva de todos os casos fortuitos. E visto outrossim como se prova a perda causada dos inimigos desta Coroa, Malborquins, & Galegos, & fazer o justificante as armacoes para se poder beneficiar o contrato, julgaõ, que se lhe faça desconto ao Autor justificante no rendimento do contrato, a respeito da perda de cada anno, & preço do contrato desse mesmo anno, na forma da Condição doze, & dada fiança ao alcance, quando o haja em alguns annos, sera solto, & seja sem custas. Lisboa 10. de Julho de 670. D. Pinheiro. Dorta. Lamprea.

E a estes autos andão outros appensos de liquidaçãõ, em que se deu a sentença seguinte.

Acordaõ em Relaçãõ, &c. Vistos estes autos, artigos de liquidaçãõ, q̃ o Procurador da Fazenda não contrariou, provar de testemunhas, Certidões, documentos, & louvamentos, & arbitramentos, & mais documentos juntos sobre as perdas, de q̃ se trata, que por Acordam desse juizo se fez, & como outrossim se mostra pela sentença, de cuja liquidaçãõ se trata, dever a dita perda ser em cada anno respectiva ao preço do contrato, sem o poder exceder, nem fazer-se consideraçãõ de hum anno

para outro, os quaes annos, de que se liquidã, sãõ os de 661. 662. 663. & 664. & o liquidante pelas suas testemunhas, & ultimamente pelos alvidamentos mostram as perdas nellas declaradas julgaõ as perdas por liquidas, que se devem descontar, convem a saber no anno de 661. em hum conto & oitocentos mil reis, & no anno de 662. na mesma quantia, & no anno de 663. na mesma forma, & no anno de 664. em hũ conto & setecentos mil reis, & supposto que o preço, que o liquidante devia pagar em cada hũ anno, era de dous contos trezentos & dez mil reis, como consta do contrato, que anda a folhas 8. do appenso, com tudo contra elle se não deve proceder pelo resto, por quanto da sentença fol. 88. vers. consta como em razãõ de não dar fiança, não cobrou o rendimento do dito contrato, & so servio de obreiro, como cambem se infirma na Carta do Provedor das Almadrazas fol. 49. principalmente, que da Certidãõ fol. 117. vers. consta do rendimento do dito contrato, nos annos de que se trata, & tambẽ da outra fol. 96. do appenso, aonde se declara que foy o receptor do dito rendimento, cõ o q̃ se verifica não cobrar o liquidante o rendimento do dito contrato, alem de que, juntas as quantias das ditas Certidões com as perdas, que se julgaõ por liquidas, se vem a exceder em cada hum anno o rendimento delles; pelo que mandã, que contra o dito liquidante Reo se nam proceda, & deferindo ao requerimento do Procurador da Fazenda, mandã, que nos Livros dos rendimentos, donde sabio a Certidãõ fol. 96. do appenso, se faça relaçãõ d outra conta donde sabio a Certidãõ fol. 117. paga que consiste ao certo do dito rendimento, & nam se ache com a differença, que contem para melhor arrecadaçãõ da fazenda do dito Senhor, & seja sem custas, por ser com o Procurador da Fazenda do dito Senhor, & seu Vassalo. Lisboa Agosto 9. de 672. E declarãõ, que constando, que o liquidante cobrou algũa coisa deste contrato, dar a razãõ do recebido, na forma desta sentença. Sousa. Faria. Cerqueyra. Eul presente Monsinho.

No feyto de Sebastião Nunes de Lisboa, com o Procurador da Fazenda, Elcivão o dos Feytos da Fazenda João de Mattos, le deu a sentença seguinte.

Acordão em Relação, &c. Vistos estes autos, libello do A. Sebastião Nunes de Lisboa, contrariedade do R. Procurador da Fazenda do dito Senhor, mais artigos racebidos, papeis, & documentos juntos, & prova dada: Mostrase por parte do Autor, que a elle lhe foy arrematada por ordem do dito Senhor no Concelho da Fazenda arêda das Almadrazas do Reyno do Algarve por tempo de cinco annos, que começaria em Janeiro de 665. & acabaria por fim de Dezembro de 669. por preço cada anno de dous contos trezentos & dez mil reis, em que entrão dez mil reis de ordinaria para o Seminario Ilandez, além de hum por cento, & dous por milheiro, & ordinarias velhas, & novas, & duzentos mil reis por humavez de donativo, q' logo pagou com as Condições do contrato, q' corre a fol. 9. & q' entre ellas ha 36. em q' se declara, q' se guardaria integramente o Privilegio. & liberdade, q' tem o Atum, Corvina, & mais pescado das ditas Almadrazas, de não pagar direytos algũs, assim nesta Cidade, como em todo o Reyno, a qual cõdição sendo a mais principal do contrato, se lhe quebrara no anno de 665. primeiro do contrato, por quanto vindo ao A. hum Caravela com mil Corvinas a esta Cidade, os Officiaes do estado de Bargaça o obrigaraõ a pagar dizima, & aeste exemplo tambem os Officiaes do dito Senhor lhe levarão os direytos da fiza, como consta da Cartada fol. 85. & assim os ditos Officiaes levarão direytos de Atum de outras Caravellas, q' vierão das mesmas Almadrazas, com o q' se occasionou grande dano, & perda ao contrato, porque vendo os homens do mar, q' se lhe não guardava a dita liberdade, não quizerão ir carregar, nem comprar peyxe as ditas Almadrazas, & boi-te grande diminuição, & dano no dito contrato, do q' o A. se queixou no Concelho da Fazenda, para se lhe remover este im-

pedimento, & posto q' se fizesse consulta a seu favor, & o dito Senhor ordenasse, que o A. se conservasse, em q' não pagasse direyto algũ, & q' querendo os Officiaes da Casa de Bargaça tratar de seu direyto, o fizessem em juizo, cõ tudo os ditos Officiaes não desistiraõ, pela qual razão o A. depois de muytos protestos fez encampação do dito contrato no Concelho da Fazenda, q' selbe não admitio, de q' tornou a protestar, allegando mais, q' a Casa, & Estado de Bargaça se administra por ordem do dito Senhor, & que assim estava em sua mão o poder remover este impedimento, termos em que conforme a Direyto, pôde o Conduçtor pedir ao Locador não só remissão da pensão, mas encampação, & dissolução do cõtrato, & se mostra, q' no mesmo primeyro anno em julho estando a armação da Pedra da Gallé para copejar, & encerrar quantidade grande de Atuns, viera hum Capitaõ cõ Soldados a prender os Pescadores, para hum azo militar, & com effeito levára algũs prezos, & os outros de medo fugiraõ, & desempararaõ a armação, no q' tivera grande dano, & perda: E q' outrofim no mesmo anno pelo mez de Mayo, estando já a armação no mar para a pesca dos Atuns, vieraõ costeiros Gallegos, & Malborquins, & a investiraõ, & lhe cortaraõ as amarras, & levarão duas ancoras, & impediraõ por muytos dias as pescarias, no que teve o Autor grande perda, & dano, por se perder a pesca do peyxe. E se mostra, que no anno proximo de 666. segundo do contrato, veyo hum Armada poderosa do Reyno de Castella, & entrou na Bahia da Cidade de Lagos, & abi lançou ferro por muytos dias, com o que agente toda se recolbeo à Cidade, deyxaraõ a pescaria, & acudiraõ a suas companhias, para se defender, & em 20. do dito mez levantou ferro, & investio a armação da Balceyra, & a destruiu com a artellaria, & lhe tomou as redes, & barcas, & levou quantidade de barcas, bõas carregadas, & outras que estavaõ à carga de cavalla, & a dita armação não só ficou incapaz da pesca daquelle anno, mas para outro, não se podendo

Mm

re-

reparar senam com grande custo, & despesa. E por parte do R. se prova, que na Condição 11. deste contrato se obrigou o A. a não poder encampar este contrato, & arrendamento, posto que nelle tivesse muyto grande perda, para o que renunciou todos os casos fortuitos, cuydados, ou não cuydados, costumados, ou tao desacostumados, & extraordinarios, que qualquer pessoa por prudentissima que fosse, os não pudesse considerar, & que affrui em nenhu caso pôde o A. pedir encampação, & que no tocante a condição 36. o dito Senhor tinha satisfeito com o Alvará fol. 93. & com a resolução fol. 92. & posto que seja Administrador da Casa de Bragança, como Donatario, he cousa separada da Coroa, & não está na sua mão remover este impedimento como Rey, se be que a dita Casa tem direyto: De mais, que na dita Condição se declara somente, que a pessoa, q̃ impedir a liberdade, & Privilegio do peyxe das Almagravras ao A. lhe pagará as perdas, & danos, o que o A. pôde fazer demandando os Officiaes da dita Casa: E que quanto ás mais perdas, & danos referidos, he a aução intepestiva, por quanto nestes annos primeyro, & segundo não se acaba o contrato, & nos seguintes pôde haver tanta iberdade, que se faça compensação com ella das ditas perdas, & danos. O que tudo visto, & o mais dos autos, & como he resolução de Direyto mais recebida, ainda que o arrendamento seja de muytos annos, deve logo o Locador fazer remissão da pensão, havendo esterilidade, & senão deve esperar pela iberdade futura, & incerta, a qual resolução alem de ser mais equa, he mais conforme à condição 12. onde se declara que não havendo pescaria em parte, ou em todo em algum dos annos, por impedimento dos Cossarios, ou outros inimigos, que não sejam Mouros ordinarios, antes do Contratador ser executado, se lhe fará desconto no que dever do anno, ou annos em que o caso aconteceu, & vista a forma das ditas Condições, absolvem o R. da encampação, & porém o condemnado faça resti-

tuir ao A. os direytor, que lhe levaram os Officiaes do dito Senhor, & que lho nam levem mais do peyxe, que vier com Certidão das Almagravras, & que se faça ao A. desconto das ditas perdas, & danos, q̃ teve estes dois annos nos casos referidos no que dever dos ditos annos, o que se liquidará, & isto havendo perda no contrato do preço delle na forma da dita Condição 12. ficando ao A. seu direyto reservado parecendo-lhe, para demandar a dita Casa de Bragança pelas perdas, & danos do quebrantamento do Privilegio, a qual demanda lhe assistirá o R. Procurador da Fazenda. Lisboa 25. de Janeiro de 667. Teyxeira. Abreu. Cerveira. Fay presente Cabral.

Hac sententia fuit impedita, & super impedimentis lata fuit sequens.

Acordão em Relação, &c. Vistos os embargos do Procurador da Fazenda, com que veyo a sentença dada fol. 162. sua materia, & autos, recebem o quatorze, & quinze artigos, que tratao da perda, que o embargado allega lhe resolução da prizam, que fez o Capitão na armação da pedra da Gallê no anno de 665. & pelos autos or julgaõ por provados, por nam costar, que o dito Capitão fizesse a dita prizam por ordem do dito Senhor, & ser facto de terceyro, contra o qual lhe podera o embargado propor o direyto que tiver, & parecer tem na forma do arrendamento; & nesta parte revogam a sentença embargada. E quanto ás declarações pedidas nos ditos embargos, declararam, que as palavras da sentença, em que se diz ser mais verdadeyra, & recebida a resolução, que diz, se ba de fazer remissão do pensam no anno da esterilidade, posto que a locação seja de muytos annos, que nam foram prejuizo a fazenda do dito Senhor em outras causas, porque isso se nam decido principalmente, nem era necessario, & o fundamento principal era a Condição doze do contrato, em que assim estava determinado: E outro fim declarao, que as perdas, que se ha-

de deſconto ao embargado, ſão ſomen-
te as que teve por razão da Armada de
Caſtella, & Coſtarios; na forma da
Condição doze, pelo que toca ao embarga-
do, & noua a outras peſſoas, carrega-
dores, & peſcadores, o qual deſconto
ſomente ſe ha de fazer ſaté o preço do
contrato, que couber no anno, em que
teve a perda, na forma da dita Condi-
ção, & neſta forma hão por deferido
aos artigos dos embargos, ficando no
mais a ſentença em ſeu vigor, & com
tudo recebem o dezanove & vinte arti-
gos dos embargos, viſta ſua materia,
& autos, a parte o contrario, ſe lhe pa-
recer. Lisboa 6. de Outubro de 1667.
Teyxeira. Menezes. Doutor Cerveira,
& Abreu.

E nos autos eſtá outra ſentença do
theor ſequinte.

Acordão em Relação, &c. Viſtos eſtes
autos, & appenſos, artigos de liquida-
ção a fol. 31. que o Procurador da Fazen-
da, ſendolhe dado viſta, não contrariou
fol. 45. prova de teſtemunhas, Certidões, &
mais documentos juntos, & os louvamen-
tos, & a bitramentos ſobre as perdas de
que ſe trata, que por Acordão deſte juizo
ſe fizeram a fol. 102. & 103. & como ſe mo-
ſtra pela ſentença, cuja he a liquidação,
dever ella ſer em cada anno reſpectiva ao
preço do contrato, ſem o poder exceder,
nem fazer ſe miſtura, ou conſideração de
hum anno com outro, & ſem os annos, de
que ſe liquidão as perdas, os de 665. &
666. & os liquidantes pelas ſuas teſtemu-
nhas, & finalmente pelos ditos alvidramen-
tos as perdas nelles declaradas, havendo
porém reſpeito ao articulado no artigo 2.
da liquidação fol. 31. com o mais dos au-
tos, hão, & julgaõ por liquidas as perdas,
q̃ ſe devem deſcontar no anno de 665. em
trez mil cruzados, & que diminuidos el-
les pelas ditas perdas, paguem os liqui-
dantes o reſto. E quanto ao anno do 666.
havendo reſpeito ao exceſſo, que moſtraõ,
de perdas, & lucros ceſſantes em os ini-
migos lhe haverem levado as Caravellas
deas de Cavalhas, & outro peyxe, & no

muyto Alum, que lhe impediraõ tomar, &
com tudo a dita liquidação não poder ex-
ceder o preço do dito contrato, nem le-
varem lucro, mandaõ, que no dito anno
façaõ os liquidantes pagamento pelo ven-
dimento, que nelle houve, ſomente pa-
ra a parte do dito Senbor pelos Livros
das Almadravas, & viſtas as Certidões,
que delles já eſtão juntas no appenſo fol.
170. & 171. & as mais neſtes autos; por-
que conſta haver do rendimento no dito
anno de 666. oytocentos vinte & oytos mil
quatrocentos & noventa reis, os farão
bons ao meſmo Senbor diminuindoſe de-
ſtes meſmos os oytos mil novecentos & ſeſ-
ſenta reis da deſpeſa, de que trata a Cer-
tidão do dito appenſo fol. 170. & o que do
dito anno de 666. houverem pago de hum
por cento, & dois por mil beyro, & mais or-
dinarias novas, & velhas, que reputam
parte do preço do dito contrato, para o que
irá o ſeyto ao Contador, & ſatisfeito o di-
to Senbor do dito rendimento dos ditos
livros, com a dita diminuição, do mais
hão por relevados aos liquidantes; & mã-
daõ, que por elle nam ſejam executados,
& o que tiverem entregue de mais, lhe
ſeja reſtituido para aſſim ficar tudo poſto
na igualdade, & correſpondente com a
Condição doze do dito contrato, & ſen-
tenças ſobre elle dadas, que bora ſe liqui-
daõ, & ſeja ſem cuſtar, por ſer entre o dito
Senbor, & ſeus Vaſſallos. Lisboa 4. de
Junho de 672. Lamprea. Abreu. D. Freyre.
Pereyra de Souſa. Fuy preſente Mouſinho.

No ſeyto de appellação Cível, entre
partes Domingos de Sequeyra, cõ Dio-
go Ribeyro, ambos appellantes, Eſcri-
vaõ Luis Gomes Pinheyro, ſe deu a
ſentença ſequinte.

Recebo, & bey por provadas as razoens
fol. 253. offerecidas por embargos. Revogaõ
a minha entrelocutoria & viſtos eſtes
autos, embargos do embargante Diogo
Ribeyro Roxo, que lhe foram recebi-
dos pelo Acordão fol. 73. verſ. con-
trariiedade do embargado Domingos
de Siqueyra, como Contratador do Ta-
baco, mais artigos recebidos, provas

Mmij da.

dadas: Mostrase ser requerido o embargante pela Carta executoria fol. 4. passada a requerimento do embargado, para que o embargante, como seu rendeyro do Tabaco, lhe pagasse seiscentos & cincoenta & oytto mil oytocentos & quarenta & hum reis de resto do ramo do Algarve, arrendado por tres annos, começados em Janeiro de 1659. como constava da Certidão, q̃ apresentou, do Escrivão do Estaque, pela qual o embargante se obrigou fol. 4. vers. & fol. 6. vers. & quiz ser executado na forma, que executivamente o sã dos Ministros da Fazenda Real, os Contratadores: Mostrase vir o embargante com os embargos, que o Juiz executor remeteo fol. 33. em os quaes fol. 19. diz, que o mais, que pôde deverbe, são cento noventa & seis mil & oytenta & seis reis, porq̃ quer lhe abata trezentos & cincoenta mil reis, da propina, & donativo, q̃ elle deu ao embargado, & vem o embargante a ficar já convencido em quinhentos quarenta & seis mil reis, porque na vontade do embargante estava, querer dar a dita propina, & donativo, & nem cõsta, que necessidade, ou risco lha causasse, para poder dizer, que não tinha outro remedio, & sem a dita propina, & donativo, venderia o embargado a dita Droga, se o embargante voluntariamente, & com tẽçaõ de lucrar, lhos não offerecera, nem se mostra, que o impuzesse de novo o Contratador, antes consta que estava em uso, & do costume recebe interpretaçãõ o contrato, & he visto darem os contratadores mayor laço, attendendo ao costume das propinas, & donativos, q̃ lhe costumão dar seus Rendeyros, nem he injusto levallor pelo favor de dar o lucro, antes a este, que aquelle, quando podendo não prometellos se quiz obrigar a dallos, na esperança de ganhos, & como a embargante tem dado a dita propina de duzentos mil reis, & donativo de cento & cincoenta, pois pede ao embargado lhos reponha, ou desconte, não pôde negar atençãõs, que contra si teve, & ainda nas causas prohibidas em Direyto ha muytas, q̃ se dissimulaõ, quando se achão feytas, nem a Droga do Tabaco he novidade

de necessaria, para se considerar prejuizo commum, nem forçosa razãõ, ou perigo no embargante, de cujo arrendamento nam resultou lucro à Fazenda Real, como resultou do contrato do embargado. Mostrase que para o resto, que são cento, & doze mil & sete centos reis, com que se prezam os seiscentos & cincoenta & oytto mil reis da Carta executoria, incluindo os cento & noventa & seis mil, oytenta & seis reis, q̃ o embargado não nega, & deve pagar, & os trezentos & cincoenta mil reis da propina, & donativo, em que tambem o condena, havendo-os por bem dados ao embargado, tem o embargante contra si, o obrigarse a pagar executivamente ao embargado o q̃ por Certidão do Escrivão do dito Estaque cõstasse deverbe, & sêdo a executoria passada com a dita Certidão, não se mostra contra ella cousa, que conclua a favor do embargante, que nem quiz, sendolhe mandado, apresentar as mesmas quitações, cartas, & letras do embargado, saltando nas copias dellas o reconhecimento necessario ao pé de cada humas, sem o que não se treldão, nem o Escrivão affirmar, que ai reconhecesse por razãõs, que para isso tenha, & tambem lhe não desiro aos trinta & dous mil reis, que importãõ os oytenta arroteis de Tabaco, porque a deverlhos o embargado, não havia o embargante, resumindo a conta, de fazerse devedor dos ditos cento & noventa & seis mil & noventa reis, antes he visto metellos, & q̃ os não dyxaria de fora, fazendo-se devedor por resumo de contas: Mas por parte do embargante se mostra, q̃ por Assenso Alvarez Barreto, Governador da Villa, & Fortaleza de Sagres, sita no Algarve, não querer consentir nellas o dito Estaque, q̃ elle tinha arrendado a segundo Rendeyro Diogo Nunes Alvarez, foy o embargante ajuzado, & condenado, lhe abatesse pela perda de aquella resistẽcia, quinhentos & cincoenta mil reis, fol. 221. vers. os quaes se liquidaraõ na forma do contrato do embargado, o qual se obrigou a fazer boa ao embargante, qualque perda, & dano, q̃ tivesse por semelhabante resistẽcia: E cõ-

fando,

tando, que para a desfazer, fez aviso ao embargante, nos não consta q por desuydo do embargante se deyxasse de admitir o dito Estanque em Sagres, nem tão pouco consta que por sua omissão, fosse condemnado a leuar em conta, & abater ao segundo arrendador os ditos quinhentos & cincoenta mil reis, que o embargado deve abater, & descontar ao embargante, que também S. Magestade lhe abateo, & fez quita a elle embargado de muytos mil cruzados, por perda semelhante, & he visto, que para a conseguir, incluisse na supplica a mesma, a qual o embargado se obrigou descontar, & abater ao embargante, contra o que não faz o dizerse, que o embargante soy condemnado abatesse os ditos quinhentos & cincoenta mil reis, por arrendar expressamente a Fortaleza de Sagres, Porque se responde, que também o embargado, sem a declarar, a incluiu, pois arrendou o ramo do Algarve, onde ella estava, & por essa razão teve causa justa para a arrendar, & mais estando o embargado obrigado por sua escriptura a descontar-lhe a perda, de se não consentir nella o dito Estanque, como também no contrato se lhe havia obrigado a elle S. Magestade por seus Ministros, & com effeito, por causa dessa obrigação, se fez ao embargado abatimento, & quita de muytos mil cruzados, & também o embargante prova com quatorze testemunhas, numero muyto mayor, & mais legal, que o das cinco do embargado, que na dita Villa, & Fortaleza se costumava a acetyar o dito Estanque de Tabaco, & tinha gasto nellas os annos antecedentes, mas que o dito Governador presente, o não quizera acetyar, nem consentir nos ditos tres annos, por mais diligencias, & requirimentos, que o embargante fez, & fez fazer, & assim nam he visto arrendar o embargante com certeza de contingencia, quanto mais, que ainda com ella ficou o embargado obrigado a refazer a dita perda, & também teve o embargante algũa, não só na falta de gente com levas para as câmbas dos ditos tres annos, mas na me-

nor bondade dos Tabacos, se bem, também se mostra, que pelos que engeytava, lhe mandava o embargado outros: Mostra-se, que em caso semelhante ao da resistencia de Sagres se tinha seyto quita de duzentos mil reis, por outra tal resistencia, que na mesma Fortaleza houve. O que tudo visto, & o mais, que dos autos consta, torne o embargado ao embargante do deposito, que em sua mão poz fol. 63. vers. os ditos quinhentos & cincoenta mil reis, pelos da sentença, que contra elle houve o seu Rendeiro Diogo Nunes Alvarez para refazer o dano da resistencia do dito Governador Alsenso Alvarez Barreto, contra o qual lhe fica seu directo reservado, contra o que não fez a falta da notificação judicial, sem a qual não costumão as sentenças ter execuçam apárelhada contra terceiro, porque nos termos destes autos, já o embargado nam he terceiro, antes esta judicialmente convencido por o embargante como por libello lhe pedir em seus embargos os ditos quinhentos & cincoenta mil reis da perda, que lhe deu a dita resistencia de Sagres, & na contrariedade, que o embargado fez tinha obrigação defender-se, negando, ou diminuindo a perda da dita resistencia, nos quaes termos, só restava ao embargante prova-la, como provou com quatorze testemunhas, & com huma sentença, cuja liquidação se fez na mesma forma, que em tal caso ordenava o contrato do mesmo embargado, & he visto ser verdade o contendo nella, & como o embargado nam encontra a dita sentença, não mando fazer segunda liquidação, porque nestes termos, só se manda liquidar o que não está provado, & julgo para o embargado, o mais do dito deposito, & nesta forma bey por deferido aos embargos, que julgo por provados em esta parte, & pague ambos as custas. Lisboa 8. de Julho de 669.

Belchior Rebello.

A qua sententia fuit appellatum ad iudicium Vcctigalis Regis. Ubi lata fuit sententia sequens.

Acordaõ em Relação, &c. Bem julgado
Mm iij do

do he pelo Contador, em haver por não provados os embargos do embargante Diogo Ribeiro Roxo, em quanto respeitadas as partidas dos 350v. que elle prometeo ao embargado por donativo, para as despesas do contrato, & as partidas das perdas, que disse ter com os vinhos Tabacos, & com se irem os dous Terços militares daquelle Reyno ao Algarve, em soccorro à Provincia do Alentejo, & no tocante à indulgencia dos primeyros tres mezes, q' o dito Senhor deu livres ao embargado, & a quita, que lhe fez, pela invazão dos exercitos, & pelo contrario, em os haver por provados, para condenar ao embargado, restituia ao embargante do deposito, que em sua mão tem, a perda que teve, & Sobre q' foy condemnado, por se não consentir o Estanque do Tabaco, na Villa, & Fortaleza de Sagres, ficando directo reservado ao embargado, cõtra o Governador da Fortaleza, que impedio o tal Estanque nella: Porem não foy por elle bem julgado, em haver cõtra o embargado, por liquida a dita perda nos 550v. que contra o embargante liquidou Diogo Nunes Alvarez, pela Certidão fol. 211. E outroq'm, em não condenar ao embargado, restituisse do mesmo deposito o valor de oytenta arrateis de tabaco, q' não entregou ao embargante: Revogando, & emendando nestas partes sua sentença, cumprase o cõfirmado por alguns de seus fundamentos, & o mais dos autos, os quaes vistes, & como na liquidação da dita Certidão, não foy o embargante parte, nem pela sua escolha louvado: Mandão, que a dita perda se estime por dous, que bem o fação, escolvidos pelo embargante, & embargado, & hum terceyro, para concordar com hum deller, no uso, & discordia, que tiverem, & não concordando em terceyro, o Corregedor da Comarca, que está na dita Villa de Sagres, lbo escolba da maneyra, que todos os louvados pelas partes, & Corregedor, sejaõ na dita Comarca, & lá fação o louvamento, com as noticias convenientes, & que por ellel liquidado, se restituia ao embargante pelo embargado, não excedendo nesta parte a quantia dos ditos 550v. & como outro-

sim o contrato feyto com o embargante a fol. 4. vers. foy supposta a entrega dos ditos arrateis de Tabaco, & o mais do contrato pagallos pelos preços, & dinbeyro declarado nelle, & o embargado no seu ultimo artigo fol. 89. & razoes fol. 249. vers. reconhece, não haver entregado ao embargante os ditos oytenta arrateis de Tabaco, mas que sempre esteve prompto a fazello: Por tanto condenaõ ao embargado de ao embargante o valor q' na execução desta sentença se liquidar, importavam os ditos oytenta arrateis de Tabaco, a qual liquidação se fará por dous louvados escolhidos nesta Cidade, pelas partes, & na liquidação não poderão exceder o preço do contrato, mas nem precisamente se restringirão a elle, mas respeitaraõ o tempo, em q' devia ser entregue o Tabaco, & quanto faria ao embargado de custo, em ter na sua casa os ditos arrateis, para os entregar ao embargante, & ambos paguem as custas dos autos de permeyro. Lisboa 23. de Janeiro de 670. Lamprea. Dourar. Coutinho. D. Pimbeiro. Fui presente Monsinbo.

Hanc etiam resolutionem me citato hoc loco ex Larrea, & alijs tenet Balmaced. de collect. d. q. 54. num. 12. his relictis, non citatis in casu belli, Larrea alleg. 17. & seqq. Reynos. observ. 57. num. 13. & ibi Add. Tuse. lib. 1. concl. 431. n. 18. & seqq. Amat. var. resol. 18. per tot.

Contrariam tamen sententiam, ex L. Castellæ 2. tit. 9. lib. 9. recopilat. cū alijs multis tradit idem Balmaced. d. q. 54. num. 13. & seqq. Larrea alleg. 17. & seqq. ad varios casus, & Castell. ubi supr. Et ultra quæ referunt, mihi probatur ex eo, quia conductores reddituum regium pro certo pretio solum conducunt, & locant spes percipiendi redditus, tanquam alea, & lpes, & fortuna, & ideo non debet fieri remissio, licet nihil perceperit, sibi enim imputet; quare talem spem conduxit, & sibi debet imputari, qui sola spe contentus fuit, ut in terminis tradunt Bartol. in L. Cotem serro §. qui maximor. num. 4. ff. public. & vectigalib. Afflict. in cap. 1. §. resti-